

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

ANTÓNIO JOSÉ TELO UM ENQUADRAMENTO GLOBAL PARA UMA GUERRA GLOBAL LÚÍS ALVES DE FRAGA A POLÍTICA DE BELIGERÂNCIA DO GOVERNO DE UNIÃO SAGRADA ANICETO AFONSO AS FORÇAS ARMADAS E A GRANDE GUERRA PAULO MIGUEL RODRIGUES A ILHA DA MADEIRA DURANTE A GRANDE GUERRA (1914-1918): TÓPICOS DE POLÍTICA E DEFESA FRANCISCO M. ARAÚJO “MÉTODO, AUTORIDADE E SANGUE-FRIO”: O PRAGMATISMO MÉDICO NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS ANTÓNIO PAULO DUARTE E BRUNO CARDOSO REIS O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A GRANDE GUERRA DE 1914-1918 JOÃO VENTURA CRUZ PORTUGAL E A MARINHA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

ANTÓNIO JOSÉ TELO UM ENQUADRAMENTO GLOBAL PARA UMA GUERRA GLOBAL LUÍS ALVES DE FRAGA A POLÍTICA DE BELIGERÂNCIA DO GOVERNO DE UNIÃO SAGRADA ANICETO AFONSO AS FORÇAS ARMADAS E A GRANDE GUERRA PAULO MIGUEL RODRIGUES A ILHA DA MADEIRA DURANTE A GRANDE GUERRA (1914-1918): TÓPICOS DE POLÍTICA E DEFESA FRANCISCO M. ARAÚJO “MÉTODO, AUTORIDADE E SANGUE-FRIO”: O PRAGMATISMO MÉDICO NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS ANTÓNIO PAULO DUARTE E BRUNO CARDOSO REIS O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A GRANDE GUERRA DE 1914-1918 JOÃO VENTURA CRUZ PORTUGAL E A MARINHA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Conselho Editorial

Alexandre Carriço, António Horta Fernandes, António Paulo Duarte, António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Bruno Cardoso Reis, Carlos Mendes Dias, Daniel Pinéu, Francisco Proença Garcia, Isabel Ferreira Nunes, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria do Céu Pinto, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Paulo Viegas Nunes, Raquel Freire, Rui Mora de Oliveira, Sandra Balão, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

Conselho Consultivo

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

Conselho Consultivo Internacional

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler, Zbigniew Brzezinski.

Antigos Coordenadores Editoriais

1983/1991 – Amadeu Silva Carvalho. 1992/1996 – Artur Baptista dos Santos. 1997/1999 – Nuno Mira Vaz. 2000/2002 – Isabel Ferreira Nunes. 2003/2006 – António Horta Fernandes. 2006/2008 – Isabel Ferreira Nunes. 2009/2010 – João Vieira Borges.

Núcleo de Edições

Cristina Cardoso e António Baranita

Colaboração

Luísa Nunes

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Normas de Colaboração e Assinaturas

Consultar final da revista

Propriedade e Edição

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700

E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt

www.incм.pt

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 1 000 exemplares

Anotado na ERC

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores

Editorial

Vítor Rodrigues Viana 5

Portugal na Grande Guerra

Um Enquadramento Global para uma Guerra Global 8
António José Telo

A Política de Beligerância do Governo de União Sagrada 34
Luís Alves de Fraga

As Forças Armadas e a Grande Guerra 52
Aniceto Afonso

A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918):
Tópicos de Política e Defesa 64
Paulo Miguel Rodrigues

“Método, Autoridade e Sangue-Frio”:
o Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português 84
Francisco M. Araújo

O Debate Historiográfico sobre a Grande Guerra
de 1914-1918 100
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis

Portugal e a Marinha na Primeira Grande Guerra 123
João Ventura Cruz

Extra Dossiê

Breve Análise de Elementos Geopolíticos
e de Geoestratégia nas Constituições Portuguesas de 1933 e 1976 140
Fernando Costa

O Conceito de Estratégia no Âmbito da Segurança
e Defesa Nacional: Abordagem ao Caso Alemão 157
Marisa Fernandes

Segurança: Técnica ou Ética? O Caso das Empresas Militares 174
Jorge Silva Paulo

Este número da revista Nação e Defesa, “Portugal na Grande Guerra”, contou com o prestimoso apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

A Grande Guerra tem a sua origem num longo processo de conflitualidades ideológicas, políticas e económicas, que atravessaram toda a Europa desde a segunda metade do século XIX, e que se prolongou até 1945. A Grande Guerra (e seus antecedentes) reflete também as típicas guerras de transição de poder entre grandes potências emergentes revisionistas e grandes potências conservadoras, o efeito de arrastamento para conflitos alheios resultante da rigidez dos sistemas de alianças e o caráter precário da manutenção da paz no centro do sistema europeu quando não se consegue pacificar a periferia. Portugal não escapou à crise do sistema liberal oitocentista, agravada por tensões externas como o *Ultimatum* de 1890, pela crise do sistema económico da Regeneração que resultou na I República e culminou no Estado Novo. Também aqui, a Grande Guerra entroncará com as crises políticas externa e interna, acelerando a desagregação da I República e reforçando as dinâmicas degenerativas do liberalismo português.

A estratégia opera na longa duração. Uma visão de longo prazo, que tenha em consideração a análise das linhas de continuidade e mudança históricas, é portanto da maior utilidade para que se possa agir de forma mais fundamentada no futuro. O estudo do passado não dá receitas precisas para fácil e imediata aplicação ao presente. No entanto, a análise histórica cuidadosa e a ponderação rigorosa dos paralelismos e das diferenças entre o tempo presente e períodos anteriores é uma das melhores formas de aprofundar a análise estratégica e de evitar repetir erros evidentes do passado. Neste sentido, enquanto centro de produção de pensamento estratégico, o Instituto da Defesa Nacional tem dado a maior relevância aos contributos da História, incorporando-os nos seus trabalhos e divulgando-os nas suas publicações. Comemorando-se em 2014 os cem anos do início da Grande Guerra, o IDN decidiu lançar o projeto de investigação *Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial*, que conta com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial e será desenvolvido, entre 2014 e 2018, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O projeto centra-se no papel dos pequenos e médios Estados, como Portugal, na Grande Guerra e nas ilações que os diversos comportamentos dos diferentes atores podem dar para a ação dessas entidades internacionais no presente.

A temática da *Nação e Defesa* n.º 139 – *Portugal na Grande Guerra* – insere-se justamente nesse âmbito. Neste número, reúnem-se os contributos de alguns historiadores de renome, com obras de fôlego sobre este período, que foram convidados a apresentar a sua visão de Portugal na Grande Guerra e no quadro da sua relação com o sistema internacional.

António José Telo faz o enquadramento da situação de Portugal, no quadro interno e no quadro externo, e analisa a política de beligerância e a intervenção do País na contenda, a partir desse quadro de referência global.

Aniceto Afonso analisa e descreve o esforço efetuado pelas Forças Armadas portuguesas para participarem nos quatro teatros da Grande Guerra em que estiveram envolvidas – Angola, Moçambique, Flandres e no mar –, confrontando-se com inúmeras carências de cariz material e financeiro, para além de humano.

Luís Alves de Fraga explica o quadro em que se desenrolou o “governo da União Sagrada” e o grande objetivo de guerra que se propunha alcançar: assegurar uma paridade estratégica com o velho aliado (a Inglaterra), que rompesse com o que se considera ser a tutela que este exercia sobre o País.

António Paulo Duarte e Bruno Cardoso Reis examinam a evolução e o estado contemporâneo da historiografia internacional e nacional sobre a Primeira Guerra Mundial, salientando o que tem de comum e o que tem de específico cada uma delas, nomeadamente aquilo que parece ser “o estranho caso do intervencionismo nacional”. Este número teve na sua origem a abertura de um *call for papers*. Dos diversos textos que ao Instituto da Defesa Nacional chegaram, dois foram selecionados.

Paulo Miguel Rodrigues fala-nos do papel da Madeira na Grande Guerra e das dificuldades de toda a ordem por que passou a ilha, nomeadamente na vulnerabilidade da sua defesa, testada duas vezes por submarinos alemães, com a perda de vidas não só portuguesas, mas aliadas.

Francisco M. Araújo analisa o papel dos médicos militares portugueses na Grande Guerra, aquando da campanha da Flandres, as dificuldades por que passaram igualmente, mas também o papel que a campanha teve no desenvolvimento de um conhecimento mais avançado da medicina.

Por fim, João Ventura Cruz aborda o papel da Armada portuguesa na defesa dos portos e na proteção das forças expedicionárias enviadas para as colónias.

Esta *Nação e Defesa* dá ao leitor uma visão abrangente do impacto da experiência portuguesa na Grande Guerra. O seu propósito não é evidentemente culminar ou encerrar o debate. A História vive, aliás, de um processo de permanente revisão de pressupostos e de permanente questionamento das interpretações dominantes. Trata-se antes de ampliar, através deste número, o nosso saber sobre um importante tema da História Contemporânea de Portugal.

Na secção de extra dossiê, Fernando Costa analisa as duas últimas Constituições portuguesas a partir de elementos de natureza geopolítica e geoestratégica, que evidenciam o momento histórico, político e social em que foram redigidas, definindo as opções feitas por Portugal no plano internacional.

Marisa Fernandes elabora uma reflexão sobre a interação existente entre os conceitos de Estratégia, Segurança Nacional e Defesa Nacional da Alemanha no pós-Guerra Fria. Por fim, Jorge Silva Paulo aborda as empresas militares privadas com um enfoque analítico na técnica e ética do seu emprego.

Vítor Rodrigues Viana

Portugal na Grande Guerra

Um Enquadramento Global para uma Guerra Global

António José Telo

Professor da Academia Militar

Resumo

O artigo apresenta dados inéditos sobre o enquadramento externo da participação portuguesa na Grande Guerra, baseando-se, em parte, em documentação existente nos arquivos britânicos e franceses, até hoje, inédita ou muito pouco manuseada pela historiografia portuguesa.

A Grã-Bretanha foi forçada à aceitar com grande relutância a participação nacional e a integrar o Corpo de Exército Português no seio das Forças Expedicionárias Britânicas em França. A França terá contribuído com o seu apoio diplomático para que a Grã-Bretanha incorporasse o Corpo Expedicionário Português na Flandres.

Abstract

A Global Framework to a Global War

The article presents new data available at British and French archives - rarely consulted by Portuguese historiography - concerning the Portuguese military participation in the Great War.

Great Britain was forced to accept - although with great reluctance - the Portuguese military participation in its Expeditionary Forces, due largely to France decisive diplomatic support of these Portuguese ambitions.

Uma Guerra Global

A Grande Guerra envolve a maior parte da humanidade num confronto para decidir a hegemonia global e as regras da nova ordem internacional¹. É uma charneira, o fim do mundo regrado, estável, organizado, lógico, otimista do século XIX; o começo de um caos global que se prolonga por duas décadas, sem uma hegemonia clara e com profundas clivagens internas e regionais. Todos os valores que eram a base da sociedade do século XIX são profundamente abalados e o que sai disso é uma imensa confusão, sem novos valores dominantes, com novas ideologias de cores muito distintas, mas todas marcadas pelo radicalismo e pela aceitação da violência organizada como caminho para resolver os problemas da sociedade.

Antes havia um mundo eurocêntrico, dividido entre meia dúzia de impérios que partilhavam valores semelhantes, estável, relativamente pacífico e com poucas convulsões. Era um mundo que acreditava firmemente na ciência, na missão civilizadora do homem branco, considerado a raça superior, onde uma Grã-Bretanha senhora dos mares ditava as regras do comércio e da economia internacional, que caminhava imparavelmente no sentido do crescimento e da industrialização. Era um mundo que respirava confiança, otimismo, crença nas ilimitadas possibilidades de crescimento, certeza num futuro melhor.

Depois, temos a grande confusão, uma imensa explosão de violência que envolve toda a Europa e uma parte substancial de outros continentes, agora não numa guerra entre nações, mas numa cadeia de revoluções que não tardam a degenerar em múltiplas guerras civis, algumas de extrema violência, enquanto o domínio colonial é fortemente contestado na Ásia, no mundo árabe e, em menor grau, em África. As crenças cândidas e bem-intencionadas do século XIX são substituídas por um choque violento entre muitos "ismos" que nascem um pouco por toda a parte: comunismo, nazismo, fascismo, sidonismo, integralismo. O resultado ao fim de alguns anos é que a Europa das democracias de 1914 está transformada na Europa das ditaduras dos anos trinta. São os "loucos" anos vinte, a que se segue a imensa crise dos anos trinta.

A serena hegemonia britânica é fortemente abalada com a guerra, mas o único poder que a podia fortalecer e continuar (os EUA), recua e desiste da sua missão glo-

1 Este artigo traz elementos novos sobre Portugal na Grande Guerra, quer em termos do enquadramento teórico como de dados concretos. Estes provêm essencialmente de fontes primárias inglesas, francesas e alemãs, recolhidas numa Linha de Investigação a funcionar na Academia Militar, por mim coordenada e apoiada pela Comissão de Evocação do Centenário do Ministério da Defesa Nacional. Quero agradecer, em particular aos elementos dessa linha que comigo colaboraram na recolha das fontes, nomeadamente o Coronel Lemos Pires, o Tenente-Coronel Marquês de Sousa, o Tenente-Coronel Miguel Freire e o Major Fernando Rita. Obviamente nenhum deles tem qualquer responsabilidade nas teses deste artigo, que são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

bal, encerrando-se numa nova doutrina de Monroe e afastando-se das instituições internacionais que ele próprio criou, como a Sociedade das Nações. Na Europa é a grande confusão: dois dos grandes impérios desfizeram-se (Áustria-Hungria e Turquia), mas a Alemanha mantém todas as condições para renascer como o principal poder continental e, ao seu lado, está uma Rússia que acelera a industrialização sob a mão de ferro do Estalinismo. Alemanha e Rússia são os grandes vencidos da guerra, humilhados e cheios de um desejo de vingança, alimentado por um imenso poder potencial. Nas suas vizinhanças, um cortejo de pequenos poderes, muitos deles sem História e enfraquecidos por violentos conflitos internos, que são um irresistível convite para a expansão. A Grande Guerra não abriu para um sistema forte e sereno, com uma hegemonia consolidada e com valores fortes; abriu para a grande confusão, onde as boas intenções americanas se uniram à fraqueza dos poderes vencedores da Europa para criar duas décadas de revoluções e convulsões, que terminariam numa guerra ainda maior. O mundo unipolar tinha sido substituído por um violento e confuso mundo apolar, que não podia durar muito tempo. Portugal é uma pequena folha levada pelo vento violento, que entende mal e não controla.

Um Caso Original

A beligerância portuguesa na Primeira Guerra tem fortes traços de originalidade e, sem os entender em termos gerais, não é possível compreender nenhum aspeto particular, nomeadamente o enquadramento global que conduz Portugal para a guerra.

Vou mencionar somente o principal traço original², porque tem grande importância para entender a política externa destes anos. Enquanto na maior parte dos estados a guerra conduz a violentas convulsões internas, em Portugal o processo tinha começado antes, nomeadamente em 1908, com o regicídio.

Entre 1908 e 1927 Portugal passa por um período que, do ponto de vista político, só se pode classificar como de "guerra civil intermitente". Porquê? Porque a sociedade recorre sistematicamente à violência organizada para resolver os seus problemas, sem acreditar nas instituições e sem aceitar o seu normal funcionamento. Neste período, os governos duram em média quatro meses, nenhum completa o seu mandato normal, existem nove grandes revoluções e/ou guerras civis³ dão-se dezenas de golpes violentos de pequena dimensão, existem permanentemente grupos de civis armados que são os exércitos semilegais das organizações políticas, dois chefes de estado são assassinados (D. Carlos e Sidónio Pais), os saques a sedes de par-

2 Neste curto artigo só é possível mencionar as grandes tendências sem desenvolver nenhum aspeto.

3 1910, 1912, 1915, 1917, 1919, 1921, 1925, 1926 e 1927.

tidos e de jornais são permanentes, as principais instituições que deviam garantir a unidade nacional são as primeiras a recorrer à violência. Tudo é violento nestes anos - basta ver o funcionamento das câmaras, com cenas frequentes de insultos, agressões, mesas partidas e gritos, a ponto de ninguém as estranhar.

Quando a guerra mundial estala, em agosto de 1914, ela insere-se numa guerra civil intermitente de um regime recente e fraco que receia fortemente a situação internacional e teme sobretudo o afastamento evidente em relação ao seu secular Aliado, do qual tudo depende, a começar no Império e a acabar na economia. O que acontece é que, entre 1914 e 1918, a guerra civil intermitente agrava-se e vai passar a decorrer, não à volta da questão do regime, como acontecia antes, mas à volta da posição perante a guerra.

Surtem dois grandes blocos, que se assumem claramente logo em fins de 1914: os "guerristas", com o Partido Democrático no seu centro (era o menos democrático de todos os partidos, como seria de esperar de uma organização que sente a necessidade de se autoapelidar de "democrático") e os "antiguerristas". Estes últimos são um bloco muito amplo, que vai da extrema-esquerda anarquista à extrema-direita integralista; entre eles estão grande parte dos monárquicos, dos católicos, dos republicanos moderados. Em termos políticos e sociológicos é a grande maioria da população portuguesa, o que explica que, ao contrário do que aconteceu noutros países, nunca tivesse havido qualquer entusiasmo pela beligerância em Portugal.

É importante salientar que os "antiguerristas" em Portugal são muito diferentes do normal na Europa. Aí, o termo "antiguerrista" surge sobretudo associado à extrema-esquerda, desde os anarcossindicalistas italianos, aos sociais-democratas de esquerda alemães ou aos bolchevistas russos. Em Portugal, é o contrário: os "antiguerristas" são fundamentalmente conservadores e moderados, genericamente associados com a direita, no entendimento amplo que este termo merecia na altura. Os "guerristas" é que são os radicais, integrando a grande maioria dos republicanos radicais do Partido Democrático, mas igualmente setores importantes de vários partidos e sindicatos (principalmente os partidos Evolucionista e Socialista).

Ao contrário do que os nomes indicam, os "antiguerristas" não são no essencial contra a guerra e os "guerristas" não são a favor dela. O que os divide é o tipo de beligerância, a política a seguir perante a guerra internacional. Os "guerristas", por exemplo, não querem qualquer beligerância: pretendem que Portugal entre na guerra através de um pedido da Grã-Bretanha feito em nome da Aliança e que participe nos combates na França, a frente mais intensa e exigente de todas. Porquê? No essencial, por dois motivos: em primeiro lugar, como Nuno Severiano Teixeira muito bem salientou, porque serve os seus objetivos de política interna, pois esperam desta forma consolidar o frágil regime radical e o seu poder dentro dele. Em segundo lugar, porque serve os seus objetivos de política externa, nomeadamente ao fazer voltar Portugal ao estatuto de parceiro principal na Península, ao dificultar

um entendimento de compromisso entre a Alemanha e a Grã-Bretanha ou mesmo a tentação britânica de ceder às pressões dos seus Aliados para receberem parte das colónias portuguesas, nomeadamente as pressões da Bélgica e da África do Sul.

O raciocínio dos "guerristas" é relativamente simples, mas tem o pequeno problema que não pode ser explicado publicamente. A opinião pública portuguesa tem de ser levada por uma cortina de fumo, uma mentira oficial que a leve a acreditar que a política "guerrista" mais não faz que seguir os desejos da Grã-Bretanha, exatamente o contrário da realidade. Portugal sabe três coisas em 1914, todas elas muito preocupantes para o regime: que a Grã-Bretanha e a Alemanha assinaram duas convenções secretas para dividir as colónias portuguesas (em 1898 e 1912); que o Rei de Espanha pressiona Londres e Paris para organizar uma intervenção militar em Portugal, de modo a restabelecer a "ordem" e a monarquia; que a Grã-Bretanha se afasta de Portugal, não apoiando os seus programas de armamento, não lhe dando créditos, não apoiando as suas pretensões em África.

A guerra surge como a solução para todos estes problemas na visão dos "guerristas", mas só se a beligerância surgir a partir de um pedido feito em nome da Aliança e se Portugal lutar na frente mais visível e mais importante. Se isso acontecer, os "guerristas" esperam obter uma vantagem adicional: o País certamente se uniria à volta do seu Governo, fortalecendo o regime e trazendo a paz interna, desde que acreditasse que a beligerância era patriótica (e não partidária) e que se tratava de defender a independência de Portugal.

Os "antiguerristas" não eram contra a guerra em qualquer circunstância. A esmagadora maioria destes partilhava a opinião de Brito Camacho, o chefe do Partido Unionista e o pensamento mais articulado neste campo. Dizia ele que Portugal se devia defender caso fosse atacado e devia aceitar todos os pedidos feitos em nome da Aliança - Brito Camacho e a esmagadora maioria dos "antiguerristas" eram favoráveis à Grã-Bretanha e não tinham especial simpatia pela Alemanha, ao contrário do que dizia a propaganda do Partido Democrático. Brito Camacho acrescentava que, se Portugal entrasse na guerra através de um pedido feito em nome da Aliança, devia concentrar os seus recursos militares em África, evitando combater em França, pois as Forças Armadas não estavam preparadas para esse tipo de guerra. São estes os dois pontos que dividem a sociedade portuguesa: só entrar na guerra em resposta a um pedido do Aliado e, caso entrasse, concentrar os esforços em África, sem enviar forças para a França.

Nomes como Manuel de Arriaga, Machado Santos, Brito Camacho, D. Manuel II, António José de Almeida ou Sidónio Pais, para citar somente alguns dos principais "antiguerristas", não eram de modo nenhum germanófilos e sentiam-se ofendidos quando lhes lançavam essa acusação à cara. O que eles achavam era que forçar a beligerância, como o Partido Democrático fazia, era uma política antinacional só justificada por razões partidárias que visavam fortalecer a República radical e pou-

co democrática que combatiam desde o primeiro momento. Por esse motivo eram contra, não a guerra ou a beligerância e ainda menos contra a Grã-Bretanha, mas sim contra a política "guerrista" de forçar a beligerância e levar as forças portuguesas a combater em França.

É preciso acrescentar um outro ponto muito importante, embora sem o desenvolver: em 1914 o regime tinha destruído a eficácia militar das Forças Armadas, não por acaso ou por acidente, mas como parte de uma política consciente e sistematicamente organizada. Em termos muito simples, o regime republicano era fraco, sabia que só se mantinha com o apoio de parte das populações urbanas (uma pequena minoria) e que tinha a oposição mais ou menos declarada de grande parte dos oficiais do quadro permanente, em particular no Exército. Assim sendo, defendeu-se contra uma possível reação do Exército promovendo a politização dos oficiais, infiltrando os quartéis de organizações políticas radicais, colocando os sargentos e cabos a vigiar e denunciar os oficiais, mantendo grupos de civis armados com ligações aos clubes radicais dentro dos quartéis, promovendo a Marinha no papel, ameaçando (em 1911) com o fim do corpo de oficiais profissional, mas sem o conseguir concretizar. Tudo isto, como é normal, teve como resultado dividir as Forças Armadas, politizá-las, desorganizá-las e retirar-lhes grande parte da sua eficácia enquanto instituição militar; teve igualmente como resultado que a generalidade do corpo de oficiais profissional encarava com sérias reservas o regime, sentia-se acochado e ameaçado e desconfiava de tudo o que viesse do Partido Democrático. Era irónico que os radicais republicanos, depois de terem destruído a eficácia da instituição militar por razões políticas, se viram obrigados a pedir às Forças Armadas um dos seus mais importantes esforços de sempre, com a criação da maior força expedicionária portuguesa para a Europa na sua secular História, de modo a combater na frente mais exigente da maior guerra da humanidade. O resultado era fácil de prever. A política externa que conduz à beligerância sai deste enquadramento muito especial e não se pode compreender sem o entender. Antes de entrar na sua descrição é importante salientar um outro ponto: durante os quatro anos de guerra, Portugal muda de política externa cinco vezes, quatro das quais por meios não constitucionais⁴.

4 A primeira mudança surge com o começo da guerra, quando os "guerristas" quase conseguem provocar a beligerância; a segunda surge com a subida dos "antiguerristas" ao poder pelo movimento das espadas de começos de 1915; a terceira, com o regresso dos "guerristas" através da sangrenta revolução de maio de 1915; a quarta, com a beligerância, que leva à formação de um governo de coligação onde alguns "antiguerristas" participam durante cerca de um ano; a quinta com a nova subida dos "antiguerristas" ao poder, pela revolução de dezembro de 1917. Podemos ainda falar de uma nova mudança em fins de 1918, com o assassinato de Sidónio e a guerra civil de 1919, mas ela ocorre já depois do armistício. Cinco mudanças de fundo em quatro anos! Neste período encontramos governos "guerristas" durante cerca de um terço do tempo; "antiguerristas" durante um terço; governos de coligação ou intermédios no terço restante.

O Dilema Britânico

O grande problema para os "guerristas" era que a Grã-Bretanha não queria a beligerância portuguesa. A razão de ser desta posição é fácil de entender. A Grã-Bretanha conhecia melhor que ninguém a debilidade económica e militar nacional, pelo que não duvidava que as Forças Armadas eram incapazes de participar em qualquer teatro de guerra moderno, que o Governo era incapaz de o financiar, que a indústria nacional era incapaz de o sustentar. O contributo militar ativo que a beligerância portuguesa poderia trazer era assim muito reduzido. Em contrapartida, a Grã-Bretanha sabia que, se pedisse a beligerância, teria de suportar financeiramente todo o esforço de guerra e a própria economia e teria de armar, treinar, abastecer e transportar qualquer força militar significativa.

Desde 1898 que os documentos internos britânicos onde se discutia a vantagem da Aliança com Portugal eram muito claros e taxativos: o principal contributo de Portugal em tempo de guerra era o de não permitir que as suas posições estratégicas fossem usadas pelo inimigo, o que se conseguia através das obrigações políticas da Aliança, sem ser necessária a beligerância portuguesa. A Grã-Bretanha, em resumo, não precisava de usar ativamente as posições portuguesas, mas era essencial para ela que um potencial adversário com meios de ataque modernos não as usasse⁵.

A Grã-Bretanha tinha tomado as suas precauções para que isso acontecesse desde 1898. Nesse ano, pediu pela primeira vez uma garantia secreta ao Governo português: não seria feita qualquer concessão nos Açores ou nas ilhas Atlânticas a outro poder, sem uma prévia autorização de Londres. Quando Portugal hesitou em dar esta garantia tão forte e importante, o Aliado limitou-se a dizer que, sem ela, a Aliança, não faria sentido. Escusado será acrescentar que a garantia foi dada de imediato. Entre 1898 e 1914 houve dezenas de governos das mais diversas cores, tanto na Monarquia como na República. Pois sempre que um governo mudava, o ministro britânico em Lisboa pedia de imediato uma audiência com o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE de futuro) e exigia a renovação das garantias secretas. Com o tempo, estas crescem. Na versão de 1914, Portugal garantia que não faria qualquer concessão em qualquer porto, do continente, das ilhas ou em África, sem uma autorização prévia e por escrito da Grã-Bretanha.

É de notar que num país onde os segredos não se mantinham muito tempo, estas garantias permaneceram sempre secretas. Nenhum governo as denunciou depois de passar à oposição e a República, que deu a conhecer muito do que chamava os "segredos" e "escândalos" da Monarquia, nem uma palavra disse sobre isto. É fácil entender porquê: qualquer grupo que pensasse vir a ser poder em Portugal sabia que, para isso, teria de aceitar a renovação das garantias secretas, pelo que não es-

5 Não tenho espaço para desenvolver aqui esta afirmação, mas ela é explicada nomeadamente em Telo (1993).

tava interessado em as denunciar publicamente. Os grupos que não pensavam vir a ser poder, não conheciam as garantias secretas, pelo que não as podiam denunciar. Qualquer governo sabia que, se estas garantias tão vastas fossem conhecidas, o escândalo seria imenso, possivelmente maior que o provocado pelo *Ultimatum*, e dele resultaria uma crise interna de grande envergadura, para já não falar da crise da Aliança. Por isso, todos os governos repetiam de imediato as garantias e faziam tudo o que podiam para as manter secretas, o que era igualmente do interesse da Grã-Bretanha. Era o segredo político mais bem mantido em Portugal, o único que resistiu à mudança do regime.

As garantias secretas davam a certeza à Grã-Bretanha que o contributo mais importante que Portugal podia dar estava assegurado, pelo que a eventual beligerância não traria vantagens e iria levantar muitos problemas.

1914: Portugal à Beira da Beligerância

Quando a guerra estala o núcleo "guerrista" (Afonso Costa, João Chagas, Bernardino Machado, entre outros) estabelece de imediato a sua estratégia política e coloca como objetivo central conseguir a beligerância mediante um pedido da Grã-Bretanha feito em nome da Aliança, o que não é nada fácil. Portugal indica de imediato a sua disposição ao afirmar que pretende agir "em completa cooperação" com o Aliado⁶.

Logo se notam duas coisas muito importantes:

- 1) A completa divisão dos políticos portugueses; no caso concreto deste primeiro ministério da guerra, é a divisão entre o MNE Freire de Andrade que é antiguerrista (entenda-se, não pretende forçar a beligerância) e o Ministro da Guerra Pereira de Eça, que, apoiado por Bernardino Machado pretende conseguir a beligerância a qualquer custo.
- 2) A divisão entre a Grã-Bretanha, que não quer a beligerância portuguesa, e a França, que a deseja provocar.

Londres responde à oferta implícita portuguesa lançando água na fervura ao afirmar que tudo que pede é que não se declare formalmente a neutralidade. A França mostra igualmente a sua posição, quando Daeschner, o seu representante em Lisboa, alerta

6 Telegrama para Teixeira Gomes (ministro em Londres) de 3 de agosto de 1914, pouco depois da Grã-Bretanha entrar na guerra. O reduzido espaço disponível só permite indicar as grandes tendências, com um mínimo de referências concretas. De futuro, qualquer documento diplomático português citado está incluído no *Livro Branco* publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995), exceto onde for indicada outra fonte. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997). *Portugal na I Guerra Mundial, 1914-1918: As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Lisboa: MNE (tomo I) e Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997). *Portugal na Grande Guerra, 1914-1918, As Negociações Diplomáticas e Ação Militar na Europa e em África*. Lisboa. Lisboa: MNE (tomo III).

Paris para a moderação britânica e sugere que se encontre uma fórmula que permita ao Governo português concretizar o seu desejo de participar na guerra⁷.

Paris não tarda a encontrar a fórmula: em setembro de 1914 pede a cedência de 36 baterias de peças de 75 TR francesas que tinham sido compradas por D. Carlos em 1906-1907. A Grã-Bretanha é colocada perante o facto consumado do pedido francês e é obrigada relutantemente a dar o seu apoio. A sua esperança é que uma mera venda das peças não provoque a beligerância portuguesa⁸, pelo que o seu ministro em Lisboa insiste para que a artilharia seja enviada rapidamente, sem homens, argumentando mesmo que a epidemia de peste existente em Portugal aconselha a que não se enviem soldados.

Os "guerristas" percebem que este é o grande pretexto para provocar a beligerância, pelo que o Ministro da Guerra Pereira de Eça defende uma posição radical nas reuniões do Gabinete onde o assunto é discutido: as peças só podem seguir com os respetivos artilheiros, o que implica agregar igualmente as outras armas, pois não o fazer seria uma "afronta"; assim sendo, a única solução é mandar uma divisão completa com cerca de 20.000 homens para França. É claro que, embora a cedência das peças não fosse motivo de beligerância, esta era obrigatória com o envio de uma divisão. É importante salientar que, enquanto isto se passa nos bastidores, tudo o que se diz à opinião pública é que Portugal irá orientar a sua posição pela do Aliado, dando a entender que os passos que se dão para a beligerância são uma resposta ao pedido da Grã-Bretanha - nada podia haver de mais falso, mas Londres não pode denunciar publicamente esta mentira oficial do Governo português. Era preciso outra aproximação.

A posição britânica é difícil, pois a França logo se afirma disposta a receber a divisão portuguesa. Londres não pode contrariar frontalmente a posição do seu Aliado, até porque neste momento se vive a grande crise militar da guerra⁹. A "velha Albion" decide então adotar uma típica estratégia britânica de aproximação indireta: aceita oficialmente o envio da divisão portuguesa, mas pede que nada se faça que possa provocar um corte prematuro com a Alemanha, enquanto ela própria vai tentar por todos os meios que sejam enviadas somente as peças, sem os homens, de modo a evitar a beligerância.

A política britânica provoca entre setembro e novembro de 1914 um braço de ferro com a França e uma clivagem aberta e frontal dentro do Governo português. É o período em que os "antiguerristas" se formam enquanto bloco amplo que contraria

7 Arquivo Diplomático Francês, 1CPCOM637.

8 Portugal cedeu quase ao mesmo tempo 20.000 espingardas Mauser à África do Sul, sem que isso provocasse uma declaração de guerra por parte da Alemanha.

9 O Governo francês tinha mesmo passado para Bordéus perante o avanço da Alemanha, só se estabilizando a situação a partir de fins de setembro de 1914.

a política do Partido Democrático para forçar a beligerância. Há três nomes essenciais neste processo: o Presidente da República, Manuel de Arriaga, republicano moderado para quem a política de forçar a beligerância era um desastre nacional; o MNE Freire de Andrade, que combina a sua posição com Carnegie (ministro britânico em Lisboa) para contrariar os desejos "guerristas"; Brito Camacho, líder do Partido Unionista, que se afirma como o grande teórico dos "antiguerristas". Para entender esta guerra aberta nos bastidores é preciso recordar que para os "guerristas" era essencial ocultar a sua posição perante a opinião pública, pois esta tinha de acreditar que se ia para a guerra a pedido do Aliado. Era um ponto de debilidade incontornável - os "guerristas" não podiam dizer a verdade.

Nesta situação delicada e complexa, tem grande importância uma série de artigos que Brito Camacho publica no jornal do Partido Unionista *A Luta* onde cita os documentos britânicos para provar que são os "guerristas" e não o secular Aliado que querem levar Portugal para a guerra. É um escândalo! De imediato se levanta a questão: como conseguiu Brito Camacho acesso aos documentos oficiais britânicos que, obviamente, eram ultrassecretos nesta altura? Carnegie, o ministro britânico, num telegrama para o FO (*Foreign Office*, ou Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico) não esconde o seu contentamento pela publicação destes artigos, mas esclarece que não foi ele que os deu a Brito Camacho¹⁰.

Enquanto isto acontecia, notava-se um outro fenómeno muito importante: a maioria dos oficiais do Exército declarava de muitas formas a sua oposição à política de provocar a beligerância, obrigando o Ministro da Guerra a recuar na sua posição de só enviar as peças com os homens. Daeschner, o insuspeito Ministro Francês em Lisboa, refere este movimento nos seus telegramas para Paris, dizendo que muitos oficiais ameaçam com a demissão se lhes for ordenado que partam para França e só uma pequena minoria apoia os "guerristas".

É este movimento conjunto, onde se misturam os mais altos órgãos de soberania (Presidente da República e MNE), com a oposição republicana (Partidos Unionista e Evolucionista), com os monárquicos, com os católicos, com uma opinião pública contrária a forçar a beligerância e, sobretudo, com a oposição britânica à política "guerrista" que obriga estes a recuar.

Em fins de 1914 o Ministro da Guerra Pereira de Eça é obrigado a deixar partir as peças sem os homens, embora com o compromisso Aliado de aceitar o envio da força expedicionária portuguesa assim que esta estivesse preparada. Como última resistência o general Pereira de Eça manda as peças sem munições, o que significa

10 Telegrama de Carnegie a 12 de dezembro de 1914. PRO/NA FO 371/2470. Carnegie acrescenta que deve ter sido o MNE português, Freire de Andrade, que passou os documentos britânicos a Brito Camacho. Possivelmente é verdade, embora seja normal que tenha sido o próprio Carnegie a sugerir esse caminho a Freire de Andrade - tinham uma excelente relação pessoal.

que elas são inúteis para os Aliados, pois as peças portuguesas, embora de origem francesa, usavam uma munição diferente que a França não fabricava¹¹. Assim que as peças seguem e que a França deixa de ter um pretexto para forçar a beligerância portuguesa, a Grã-Bretanha muda imediatamente de posição. Diz agora que agradece o envio das peças, mas é prematuro enviar a Divisão, tanto mais que ela vai demorar muito tempo a estar preparada.

Pimenta de Castro: os “Antiguerristas” Tomam o Poder

Verificamos que, assim que a guerra começa, a clivagem principal interna portuguesa passa a ser entre “guerristas” e “antiguerristas” e não entre Monarquia ou República, como antigamente. Este facto é muito importante para o futuro, pois os “antiguerristas” incluem quase todos os monárquicos, mas são muito mais amplos, abarcando igualmente uma parte muito substancial dos republicanos, dos socialistas, dos católicos e dos sindicalistas, ou seja, são a ampla maioria política e social em Portugal. Saliento que, ao contrário do que acontece na Europa, os “antiguerristas” em Portugal são no essencial conservadores, moderados e favoráveis à Grã-Bretanha. Na realidade, eles são os grandes aliados da Grã-Bretanha em Portugal, ao contrário dos “guerristas” que querem contrariar a política britânica.

As Forças Armadas são o principal palco da movimentação “antiguerrista”, muito em particular quando os oficiais se apercebem que a Grã-Bretanha é contra à beligerância forçada portuguesa, ao contrário do que afirmava o Partido Democrático. O principal núcleo “antiguerrista” nas Forças Armadas estava entre os oficiais do quadro permanente do Exército. Em começos de 1915 estes aproximam-se do Presidente da República e provocam o chamado “movimento das espadas”: muitos oficiais da guarnição de Lisboa entregam as espadas a Manuel de Arriaga, uma clara indicação de que só nele confiam e só a ele obedecem. O Presidente da República entende a mensagem e entrega o poder a um governo “antiguerrista” chefiado pelo General Pimenta de Castro (janeiro de 1915). Um dos primeiros atos de Pimenta de Castro é parar com a mobilização da Divisão que devia ser enviada para França, com o aplauso entusiástico da Grã-Bretanha.

Escusado será dizer que Pimenta de Castro governa sem o apoio das câmaras dominadas pelo Partido Democrático, pelo que marca novas eleições para meados de 1915. É igualmente claro que o Partido Democrático logo começa a conspirar para derrubar violentamente o Governo “antiguerrista”.

11 As famosas peças que a França pediu acabaram por ir para um porto britânico onde ficaram à espera das munições que só Portugal podia fornecer. A França não se preocupou muito com isto, provando que o pedido das peças se tinha devido a razões políticas e não militares. Pereira de Eça afirmou que se demitia se o obrigassem a mandar as peças com as munições e Bernardino Machado apoiou esta posição, apesar de a maioria do Governo estar contra.

Esta evolução nos primeiros meses da guerra mostra quatro factos, originais em Portugal:

- 1) Política interna e externa passam a estar intimamente ligadas, com a França a apoiar os “guerristas” e a Grã-Bretanha a apoiar os “antiguerristas”.
- 2) As clivagens essenciais em Portugal passam a ser, logo desde setembro de 1914, entre “guerristas” e “antiguerristas”, com civis e militares em ambos os blocos.
- 3) A forte clivagem interna empurra ambos os lados para o uso da violência organizada, dando início a um longo rosário de revoluções, golpes e pronunciamentos.
- 4) Tudo se passa rodeado por uma imensa cortina de fumo, onde é essencial para os “guerristas” enganarem a opinião pública, fazendo-a acreditar que a Grã-Bretanha quer a beligerância portuguesa, numa altura em que esta não o pode negar publicamente.

O resultado desta evolução é a revolução de maio de 1915, a mais sangrenta de todas, com cerca de 200 mortos e 600 feridos em Lisboa. O Partido Democrático mostra a sua força e prova que o entendimento entre os grupos de civis armados, as infiltrações nas unidades do Exército a nível de cabos e sargentos, os marinheiros armados do Arsenal e de Alcântara e os navios da Armada no Tejo, ainda conseguem dominar Lisboa. Ao fim de 24 horas de luta intensa o Governo de Pimenta de Castro, que tinha o apoio da maioria do Exército e da GNR, apresenta a demissão, enquanto o Presidente da República abandona a sua residência para evitar o pior. Era o primeiro embate militar entre “guerristas” e “antiguerristas”, com a própria França a ficar assustada perante os abusos dos civis armados que dominam as ruas de Lisboa durante dois dias depois da revolução¹². A Espanha reage igualmente à violência da revolução “guerrista” e Afonso XIII, de novo dá a entender que está disponível para intervir militarmente em Portugal. A França e a Grã-Bretanha, agora em conjunto, afirmam que, se for necessária uma intervenção militar, elas próprias a farão, o que obriga a Espanha a recuar mais uma vez. As implicações externas do confronto entre “guerristas” e “antiguerristas” são evidentes.

A Beligerância Adiada: a Longa Espera dos “Guerristas”

O regresso dos “guerristas” ao poder não provoca a beligerância de imediato. O novo Governo não esconde o seu desejo de retomar a preparação da divisão a

12 Não temos aqui espaço para desenvolver este tema. Basta referir que a documentação diplomática indica que Paris fica escandalizada perante os abusos praticados e manda um navio de guerra para Lisboa, pronto a intervir caso estes continuem - a Grã-Bretanha faz o mesmo e a Espanha vai mais longe e manda os principais navios da sua esquadra. A chegada desta força naval conjunta ao Tejo teve o efeito desejado de acalmar os ânimos.

enviar para França, mas a Grã-Bretanha é muito clara: não a deseja! Como desta vez a França não tem um pretexto para forçar Londres, o Governo português marca passo. Lisboa argumenta com os combates contra os alemães que já ocorreram em Angola e em Moçambique para entrar na guerra, mas a resposta do Aliado é taxativa: se Portugal quiser declarar guerra à Alemanha por sua iniciativa, pode fazê-lo, mas não deve contar com o apoio material da Grã-Bretanha. A França, por seu lado, dá indicações da sua simpatia pela beligerância, mas não pode de momento forçar a posição britânica.

É de notar que a partir de meados de 1915 Portugal começa a sentir duramente os efeitos da guerra. Os fretes marítimos estavam reduzidos para menos de metade, o que significa que faltavam alimentos e energia (carvão), com um descontentamento crescente da população. Mais importante ainda, faltavam igualmente divisas, o que impedia as compras no exterior; Portugal quando pedia o apoio britânico à beligerância estava a pensar sobretudo num apoio financeiro e Londres entendia isso perfeitamente e sabia que tinha aqui um dos grandes fatores de moderação dos ímpetus dos "guerristas" portugueses.

É preciso acrescentar, no entanto, que na primavera de 1915 se dá um acontecimento que favorece os "guerristas" portugueses: a Itália entra na guerra. Este facto altera todo o equilíbrio de forças no Mediterrâneo a favor dos Aliados, com a marinha da Áustria-Hungria contida nos seus portos. A partir de agora torna-se claro que a Espanha não entrará na guerra do lado dos Poderes Centrais, o que aumenta a margem de manobra dos aliados na península e permite à Grã-Bretanha equacionar de forma diferente a possibilidade da beligerância portuguesa. Esta continua a ser desagradável para Londres, mas, pelo menos, está afastada a possibilidade de ela enviar a Espanha para os braços da Alemanha.

Até fins de 1915 prevalece o impasse: os "guerristas" portugueses pressionam de todas as formas para levar a Grã-Bretanha a pedir a beligerância em nome da Aliança; esta resiste e mantém a sua posição. É então que a França resolve intervir mais uma vez.

O pretexto são os navios alemães que se acolheram em portos portugueses quando a guerra começou. Ainda são muitos: mais de 80, quase todos a vapor e modernos que, no conjunto, representam qualquer coisa como o dobro da Marinha Mercante Portuguesa de então. São um alvo muito cobiçado, não só por Portugal, mas igualmente pela França e Grã-Bretanha que, em fins de 1915, começam a sentir mais duramente as perdas provocadas pela campanha submarina alemã. A França, sobretudo, encara-os como um pretexto para levar o seu relutante Aliado a aceitar a beligerância portuguesa.

Londres tinha já levantado a questão dos navios em meados de 1915, de forma moderada, dando a entender que eles poderiam ser uma contrapartida para obter o financiamento desejado por Portugal, embora acrescentando que era necessário

encontrar uma fórmula que os permitisse obter sem provocar a beligerância. Em fins de 1915 a França entra no processo de forma inesperada: limita-se a informar Londres que precisa destes navios e que tenciona pedir a sua apreensão a Portugal (o que provocaria a guerra), estando somente a informar o Aliado desta intenção. A posição francesa é clara: ou vocês pedem os navios, ou nós apresentamos um pedido próprio, sendo a questão colocada como uma decisão já tomada e não sujeita a qualquer discussão¹³.

A Grã-Bretanha fica surpreendida com esta posição anormalmente forte da França e percebe que nem sequer vale a pena discutir o assunto. A sua opção é simples: ou pede ela a apreensão dos navios em nome da Aliança, o que implicará apoiar materialmente a beligerância portuguesa, ou aceita que Portugal passe para a área da influência da França no futuro. Sir Edward Grey¹⁴ refere que *"I had endeavored to prevent Portugal from forcing a breach with Germany"*¹⁵, mas que perante a nova situação pensa que o mal menor é pedir a apreensão dos navios.

Londres ainda tenta apresentar o pedido sem ser em nome da Aliança (o que significava que não havia a obrigação de apoiar materialmente Portugal), como uma mera contrapartida pelos reduzidos créditos que a Grã-Bretanha já dava a Portugal. Afonso Costa, que era então o Presidente do Conselho, é demasiado inteligente para cair nessa armadilha e exige que o pedido de apreensão dos navios seja feito em nome da Aliança e acompanhado por garantias secretas que, se provocar a beligerância, o Aliado apoia materialmente Portugal. Relutantemente, a Grã-Bretanha cede.

Os navios alemães são apreendidos de surpresa numa operação bem montada, que é acompanhada por desnecessários pormenores de humilhação da Alemanha, como seja o imediato arriar da sua bandeira - era uma provocação calculada. A resposta alemã é a esperada: declara a guerra a Portugal em março de 1916.

Tinha terminado o primeiro longo calvário dos "guerristas" portugueses. Podiam-se gabar de terem conseguido algo que parecia impossível: forçar a Grã-Bretanha a pedir um ato que provocou a beligerância em nome da Aliança. Ademais, tinham conseguido duas outras coisas que pareciam igualmente impossíveis: iludir a opinião pública interna dando a entender que Portugal se limitava a obedecer a um pedido do aliado e fazer com que fosse a Alemanha a declarar a guerra. Era uma imensa vitória diplomática dos "guerristas"; era ao mesmo tempo a sua ruína política, mas isso só seria claro depois.

13 Memorando francês entregue em Londres a 29 de dezembro de 1915 (PRO/NA FO 371/2759).

14 Responsável do Foreign Office, o que corresponde a Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha.

15 Documento de Sir Edward Grey de 30 de dezembro de 1915 – PRO/NA FO 371/2759.

A "União Sagrada": uma Divisão Nada Sagrada

Com a beligerância forma-se de imediato um Governo dito de "União Sagrada", que devia exprimir a unidade nacional à volta da participação na guerra. Como os representantes aliados em Lisboa salientam, de imediato não se regista qualquer unidade nacional. A população revela receio pelos efeitos da beligerância, as Forças Armadas exprimem fortes reservas e, mesmo em termos políticos, só o Partido Evolucionista participa no gabinete com o odiado Partido Democrático. O outro partido republicano (o Unionista) fica de fora, tal como acontece com todas as outras formações políticas, com fortes reservas manifestadas à cabeça por monárquicos e católicos. O Governo está fortemente dividido desde o primeiro momento, tanto mais que, embora seja formalmente dirigido por António José de Almeida, são os elementos do Partido Democrático que têm todas as pastas importantes para a guerra e a coordenação real de Afonso Costa é evidente. Os "evolucionistas" não tardam a descobrir que a sua participação no executivo só os afasta da população e os enfraquece, pelo que António José de Almeida muito cedo começa a procurar um pretexto para acabar com a "União Sagrada".

O grande problema imediato para os "guerristas" é que não basta a beligerância. É preciso que a Grã-Bretanha aceite o envio de tropas para França, o que esta não pretende. A posição britânica é que o esforço militar nacional se deve concentrar na defesa dos portos e navegação e no envio de forças para África, onde devem colaborar com a campanha Aliada para ocupação da África Oriental alemã, invadindo-a a partir de Moçambique¹⁶.

O Governo de "União Sagrada" tem como problema central conseguir enviar forças para França, algo que depende dos esforços militares internos (entregues a Norton de Matos, seu Ministro da Guerra) e da aceitação externa (aspeto entregue a Afonso Costa e a Augusto Soares, o MNE). A Grã-Bretanha recusa num primeiro momento o envio de forças para França, enquanto pressiona para receber os navios alemães - na realidade, Portugal tinha apreendido os navios alemães, mas não estava decidido qual o seu destino, e tanto a França como a Itália pediam para receber uma parte dos navios. Londres utiliza como grande arma de pressão a ajuda financeira e, mesmo depois da beligerância, continua a só dar pequenos montantes de créditos em libras, desbloqueados no último momento para comprar cereais e outros produtos básicos na América.

16 A África Oriental alemã era a última das colónias alemãs ainda não totalmente ocupada pelos Aliados. Estava em curso uma campanha em que as forças Aliadas (britânicos, belgas, sul-africanos e indianos entre outros) avançavam lentamente a partir do Norte e do Oeste. Portugal tinha enviado várias expedições para o Norte de Moçambique e os Aliados pediam que estas forças passassem o Rovuma a invadissem a colónia alemã.

É Afonso Costa que dirige estas negociações vitais com o Aliado e, como seria de esperar, é muito hábil. Afonso Costa diz à Grã-Bretanha algo muito simples, mas muito efetivo: está tudo interligado, de modo que, se querem receber os navios tem de aceitar o envio de tropas para França e o apoio financeiro ao esforço de guerra. Se isto for concedido então a grande fatia dos navios será entregue à Grã-Bretanha (cerca de 80%) e mesmo outros aspetos em aberto serão decididos de forma favorável, como seja a concessão do caminho-de-ferro de Benguela e o controlo da Companhia do Niassa - assuntos em aberto desde há anos. A Grã-Bretanha hesita e procura negociar, confirmando que Afonso Costa, que mantém o controlo destes assuntos diretamente nas suas mãos, é um negociador temível¹⁷.

Mais uma vez quem desbloqueia o assunto é uma intervenção francesa. O Governo francês tinha já consultado o General Joffre¹⁸ sobre um eventual envio de forças portuguesas para França. A resposta é que os relatórios do adido militar francês em Lisboa provavam que a capacidade operacional do Exército Português era limitada e que os oficiais não apoiavam o esforço de guerra, mas, apesar disso, seria útil o envio de uma ou duas divisões portuguesas. Joffre acrescenta que estas podem ser usadas num setor calmo da frente francesa, libertando duas divisões francesas, embora acrescente que não serão usadas autonomamente, mas inseridas em unidades francesas¹⁹.

Perante isto, o Governo francês informa Londres que tenciona enviar uma missão militar a Lisboa e seria útil que ela representasse os dois países. O "Governo de Sua Majestade" responde, através de Sir Edward Grey, que tinha pensado igualmente na formação de uma missão militar para enviar a Lisboa, mas desistiu recentemente dela. Provavelmente a Grã-Bretanha pensava que o assunto iria morrer com esta resposta, mas a França insiste.

Briand²⁰ envia um telegrama em junho de 1916 às legações da França em Londres e Lisboa onde diz que se deve tentar obter o envio de uma força expedicionária portuguesa para colaborar com os Aliados, seja em França ou em Salónica. Era uma posição de força e, mais uma vez, um xeque-mate à relutância da Grã-Bretanha. O que é dito ao Aliado é muito forte: ou vocês aceitam a força expedicionária portu-

17 Estou a resumir um assunto complexo em poucas palavras, pois este braço de ferro com a Grã-Bretanha prolonga-se por vários meses.

18 O General Joffre era o comandante em chefe dos Exércitos Franceses, a máxima autoridade operacional francesa.

19 Este ponto seria um dos mais difíceis de negociar com os Aliados. Portugal insiste sempre para que a sua força seja usada em conjunto e sob comando português. Tanto a França como a Grã-Bretanha pretendem o contrário: usar a força portuguesa em unidades menores (a nível de batalhão ou menos) inseridas em unidades próprias.

20 Ministro dos Negócios Estrangeiros da França. Telegrama de 17 de junho de 1916 no Arquivo Diplomático Francês 1PCOM638.

guesa, ou ela vem para o setor francês através de um acordo independente (o que teria, sem dúvida, repercussões nos navios).

É preciso explicar a menção a Salónica nesta inesperada tomada de posição francesa. A Grécia era uma frente recente aberta pelos aliados que, perante o falhanço da ofensiva nos Dardanelos, tinham desviado para Salónica uma parte das forças que retiram da Turquia. A ideia era convencer a Grécia a entrar na guerra e atacar os Poderes Centrais pelo Sul, de modo a apoiar a Sérvia. As coisas correram mal desde o primeiro momento e as forças em Salónica ficaram praticamente inativas até ao final da guerra; só nas últimas semanas do conflito iniciaram uma ofensiva bem-sucedida contra a Bulgária. Em 1915, João Chagas²¹ menciona ao Governo francês de forma indireta a possibilidade de enviar tropas portuguesas para reforçar a força Aliada em Salónica - era uma maneira de forçar a Grã-Bretanha a aceitar a beligerância portuguesa. O Governo francês não dá seguimento à proposta, mas, em junho de 1916, decide recuperar a possibilidade de Salónica, possivelmente pensando que seria mais aceitável para Londres.

Perante isto, a Grã-Bretanha mais uma vez recua. O "Governo de Sua Majestade" explica ao comando militar britânico em França que são obrigados a aceitar uma força expedicionária portuguesa. Em fins de junho, Afonso Costa e Augusto Soares chegam a Londres para as negociações finais. Afonso Costa dá mais um passo nas suas exigências e afirma que, embora "todo o povo português" queira participar na guerra ao lado dos aliados²², há "alguma" relutância em "certos setores" do Exército em aceitar o envio de forças para França, pelo que deseja receber um pedido oficial do seu Aliado em nome da Aliança. Edward Grey ainda se procura defender, dizendo que não gostaria de fazer pedidos em nome da Aliança que criem a impressão no povo português que é a Grã-Bretanha que está a pressionar. Afonso Costa, porém, insiste, afirmando que precisa desse pedido para impedir que possa surgir uma reação negativa do Exército semelhante ao movimento das espadas. Perante isto e, sobretudo, perante a posição francesa, Londres cede. Em julho de 1916, o Governo português recebe uma nota onde é "convidado" a colaborar mais ativamente ao lado dos Aliados²³. Esta negociação é particularmente elucidativa. Ela prova que não só a França continua a ser essencial para permitir aos "guerristas" alcançarem os seus objetivos,

21 João Chagas era um guerrista ferrenho e foi designado para chefiar o primeiro Governo formado depois da vitória da revolução de maio de 1915. Foi então vítima de um atentado no comboio que o transportava para Lisboa, tendo escapado por pouco. Depois de uma recuperação, regressou ao seu posto anterior de representante de Portugal em Paris.

22 Os representantes diplomáticos Aliados em Lisboa diziam justamente o contrário: não havia qualquer entusiasmo pela beligerância e o movimento antiguerrista era muito forte nas Forças Armadas.

23 Estou a resumir em poucas palavras uma documentação vasta e complexa que se encontra no PRO/NA, nomeadamente em FO 371/261.

como estes têm plena consciência da fragilidade interna da sua posição e temem a reação das Forças Armadas e, em particular, do Exército. Por esse motivo, Afonso Costa se quer salvar, apresentando o envio de uma força para França como um "pedido" britânico, justamente o contrário da realidade. Se havia alguém que não queria uma força expedicionária portuguesa em França era a Grã-Bretanha!

No final destas negociações, Edward Grey está de tal modo cansado dos portugueses que parece inclinado a aceitar a ideia das suas tropas serem enviadas para o setor francês. O Governo francês é consultado nesse sentido e responde²⁴ que está disposto a aceitar as forças portuguesas, mas insiste no envio prévio de uma missão militar conjunta a Lisboa. Edward Grey propõe então que a chefia desta missão seja deixada aos franceses, uma indicação que as tropas portuguesas deverão ir para o seu setor. É o Ministério da Guerra (*War Office*) que o faz recuar, recordando o que seriam as consequências deste facto para a Aliança - na prática era deixar Portugal passar para a esfera de influência francesa no futuro. Sir Edward Grey reconhece o facto e recua. Assim sendo, a Grã-Bretanha insiste para que a missão militar seja chefiada pelo general Barnardiston, o que a França aceita²⁵.

O problema do enquadramento das tropas portuguesas no setor inglês ou francês ainda será objeto de uma discussão acesa entre os dois Aliados (Grã-Bretanha e França), sem que Portugal se aperceba sequer do que se está a passar. Resumindo um assunto complexo que se arrasta por várias semanas, podemos dizer que a França insiste que as tropas portuguesas vão para o seu setor e a Grã-Bretanha hesita. O Comando militar britânico em França favorece essa solução, mas o War Office e o Foreign Office, em Londres, consideram com alguma razão que isso seria desastroso para o futuro da secular Aliança. No final, é decidido pelo Governo de Guerra (*War Cabinet*) incluir os portugueses no setor britânico. O comando militar britânico em França é obrigado relutantemente, já prevenido o pior, a aceitar a decisão.

A França ainda reclama insistindo na sua posição, mesmo em fins de 1916, quando as primeiras tropas estão prontas a embarcar. O assunto acaba por ser decidido definitivamente graças a uma iniciativa de Norton de Matos junto do general Barnardiston, que se tinha tornado o supremo representante militar Aliado em Lisboa. O que o Ministro da Guerra lhe diz, é que Portugal quer enviar uma força

24 Telegrama para Londres de 5 de julho de 1916. Arquivo Diplomático Francês 1CPCOM638.

25 PRO/NA FO 371/2761. É de notar que Afonso Costa insiste que está tudo ligado: "beligerância, navios alemães, Niassa", pelo que só se pode decidir em conjunto - ou tudo ou nada. Não há dúvida que Afonso Costa era o mais hábil dos políticos portugueses, coisa que os ingleses são os primeiros a salientar. Infelizmente para Portugal, era também o mais radical dos "guerristas". Passado pouco mais de um ano Afonso Costa estava no exílio e Portugal muito pior do que em fins de 1916.

expedicionária para combater ao lado do seu secular aliado e que qualquer outra solução provocaria problemas internos, pois o "povo português" e o Exército não a entenderiam. Norton de Matos faz o mesmo que Afonso Costa tinha feito: transforma a fragilidade inegável da posição "guerrista" num argumento para convencer o relutante aliado, não hesitando em reconhecer a verdade: a maioria das Forças Armadas era contra o envio de forças para França - com toda a razão, pois conhecia a realidade militar - e, por esse motivo, era necessário criar a aparência que este envio era feito a pedido do Aliado.

Londres dá então indicações aos seus representantes em Lisboa (Carnegie na parte diplomática e Barnardiston na parte militar) que aceita a participação de forças portuguesas no setor inglês e que, se a França não o aceitar, então Portugal deve insistir para enviar as suas tropas para Salónica, de modo a ficarem inseridas num comando britânico. Salónica regressa assim à equação militar portuguesa, agora pela mão dos britânicos e não dos franceses. O problema não se chega a colocar nestes termos, pois a França aceita que o Corpo Expedicionário Português (CEP) vá para o setor britânico. Os primeiros contingentes embarcam em navios ingleses em janeiro de 1917, depois de um pequeno grupo de 150 militares, que seguiu em fins de 1916 por comboio pela Espanha, vestido à civil.

O futuro do CEP foi decidido nestas curtas semanas de fins de 1916, entre a Grã-Bretanha e a França. Se o CEP tem ido para o setor francês, seria colocado na parte mais a Sul da frente, onde não tinham ocorrido ofensivas importantes de qualquer dos lados desde 1914 e que permaneceu calmo até ao final da guerra. Nesse caso, o CEP nunca teria de enfrentar um forte ataque alemão e teria sobrevivido intacto até ao final da guerra, mas o futuro da Secular Aliança teria sido diferente. O envio do CEP para o setor francês não era, porém, aceitável pelos "guerristas". Eles queriam que a força portuguesa fosse inserida no setor britânico, pois pensavam que só assim se reforçaria a relação com Londres e, sobretudo, se silenciariam os "antiguerristas" que dominavam o Exército, apresentando a organização do CEP como uma obrigação da Aliança, quando a realidade era justamente o contrário.

Mais uma vez os "guerristas" alcançaram os seus objetivos imediatos, mas falham por completo nos objetivos de médio prazo. O comando militar britânico em França recebe o CEP contrariado e, desde o primeiro momento, mantém com ele uma relação tensa e difícil. Do mesmo modo, os oficiais do Exército, embora num primeiro momento possam ter ficado convencidos pela cortina de fumo que o CEP era uma obrigação da Aliança, não tardam a aperceber-se da verdade: o CEP é uma invenção dos "guerristas" que a Grã-Bretanha só aceitou relutantemente e ao fim de muita resistência.

Portugal tem o triste destino de organizar a sua maior força expedicionária de sempre para a Europa numa situação em que o apoio do seu aliado foi obtido a ferros com a pressão permanente da França, enquanto o entusiasmo das tropas é nulo e a

oposição ativa de grande parte do corpo de oficiais é muito forte. É preciso acrescentar que isto ocorria numa situação em que o CEP dependia em tudo do apoio da Grã-Bretanha: financiamento, transporte, armamento, logística, treino, enquadramento, meios pesados, apoio aéreo, informações, comando, etc. Era a fórmula do desastre. Para o CEP o desastre só chegou a 9 de abril²⁶. Para os "guerristas" chegou antes com a revolução Sidonista.

Conclusões

A beligerância portuguesa é um caso original na Grande Guerra. Há várias razões para o afirmar, que vamos resumir:

- 1) Portugal é o único poder que força a beligerância, não para obter vantagens e ganhos materiais²⁷, mas para se defender. Defender-se contra uma agressão do inimigo? Não! Defender-se contra os inconfessáveis desejos dos aliados (Grã-Bretanha, Bélgica e África do Sul) ou dos neutros (Espanha) e, sobretudo, defender-se internamente. A beligerância forçada foi o caminho que um pequeno grupo de republicanos fundamentalmente ligados ao Partido Democrático, que concebido a República como um regime radical, violento e intolerante, encontrou para se perpetuar no poder. Isto faz com que o caso português seja diferente dos outros pequenos poderes que entram na guerra porque são atacados (Sérvia, por exemplo) ou na mira de ganhos territoriais (Roménia ou Bulgária, por exemplo, em lados diferentes).
- 2) Todos os outros poderes entram na guerra depois de terem passado os anos anteriores a desenvolver a eficácia das suas Forças Armadas. Portugal é igualmente o único que entra na guerra depois de ter destruído a eficácia das suas Forças Armadas enquanto instituição militar, através de uma política sistemática e friamente executada pelos radicais para se defender internamente. Significa isto que a capacidade militar efetiva nacional era muito reduzida. Os programas para modernizar as Forças Armadas do tempo de D. Carlos tinham sido interrompidos; estas estavam profundamente politizadas, com infiltrações de todo o tipo de clubes e associações secretas; a disciplina era quase nula com os sargentos a vigiarem e denunciar os oficiais; com os quartéis controlados por grupos de civis armados, ligados aos clubes do interior.

26 Não vou referir o que foi o 9 de abril e o seu enquadramento externo. Basta dizer somente que o 9 de abril só se deu devido à relação tensa do CEP com o Comando Britânico, à forma como os governos de Lisboa resistiram demasiado tempo a aceitar a realidade militar e à divisão interna dos portugueses, que, como é evidente, não só foi transportada para o CEP, como encontrou nele um terreno fértil para florescer. Os militares portugueses bateram-se corajosamente nas circunstâncias.

27 O único território que reclama é o pequeno triângulo de Kionga no Rovuma, uma questão de "honra" e prestígio.

Acresce a isto que o país não combatia contra um inimigo europeu desde há cem anos e toda a sua política militar era no sentido de defender o continente e de proceder à ocupação efetiva das colónias e jamais de enviar uma força expedicionária para a Europa. Só alguém que nada entenda de assuntos militares pode pedir a estas Forças Armadas que combatam na mais exigente frente da maior guerra da humanidade. Os adidos militares Aliados em Lisboa eram os primeiros a referir que a disciplina das Forças Armadas era nula e a sua capacidade de combate numa guerra moderna muito reduzida - nisto franceses e britânicos estavam em total acordo.

- 3) É preciso acrescentar que a força expedicionária enviada para França, para além de mal preparada, mal armada, não apoiada nem sustentada por meios próprios, tinha no essencial um corpo de oficiais que era contra a beligerância forçada e, em particular, contra o envio de forças para França - era "antiguerrista", em resumo. O inegável baixo moral do CEP não se deve às licenças, ou ao frio, ou a qualquer outro fator semelhante, que muitos autores mencionam. Isso não passa de fatores agravantes. A razão principal do baixo moral é o facto de "muitos oficiais irem para a guerra contrariados", como dizia o General Tamagnini, o seu primeiro comandante. Não é uma questão de logística ou material; é uma opção política de fundo. A esmagadora maioria do País era "antiguerrista" e as Forças Armadas refletiam essa realidade, pois eram o espelho da Nação. Era nelas, no corpo de oficiais permanente, que batia o coração do "antiguerrismo".
- 4) Na maioria dos poderes envolvidos no conflito, este começa como uma guerra de nações e termina com uma guerra civil (Rússia, Alemanha, quase todos os estados da Áustria-Hungria, China, Turquia, etc.). Mesmo os poderes que não conhecem uma guerra civil oficial passam por um processo de crescimento da violência organizada interna e de profunda convulsão social (Itália, Espanha, etc.). Portugal é original, pois a guerra civil intermitente começou em 1908 e só acabou em 1927. A Grande Guerra tem o efeito de agravar e de mudar o seu carácter, nada mais.
- 5) Com o conflito a guerra civil intermitente passa de imediato a decorrer à volta da política sobre a beligerância, formando-se os dois grandes blocos que se vão alternar no poder: "guerristas" e "antiguerristas". Em quatro anos, a política externa muda cinco vezes e a partilha do poder é decidida violentamente pelos militares e pelos civis armados. Os governos "guerristas" dominam um terço do tempo; os governos "antiguerristas" outro terço; os governos de coligação, com ambos no poder, o terço restante. É por causa disto que os oficiais britânicos afirmam, com grande espanto, que os oficiais do CEP falam mais de revolução do que de guerra, pensam que o seu inimigo está em Lisboa e dizem isto abertamente aos seus homens. Como podiam os britânicos entender

os portugueses, se tinham um quadro mental completamente diferente? Não podiam e não entendiam.

- 6) Isto significa que interno e externo estão inseparavelmente ligados nestes anos - outra das originalidades portuguesas. A política externa muda ao sabor das revoluções internas e estas dependem da evolução externa. Basta recordar a primeira mudança: o movimento das espadas é desencadeado quando os oficiais do Exército confirmam que são os "guerristas" que querem provocar a beligerância e não a Grã-Bretanha que a pede - uma causa de política externa desencadeia uma mudança no poder por ação das Forças Armadas. Ao longo destes anos as Forças Armadas não sentem que lutam principalmente em França; elas lutam principalmente em Lisboa, pois é aqui que se decide o destino de Portugal.
- 7) A mistura do interno com o externo alarga muito a coligação contra os republicanos radicais. Antes ela era formada quase só pelos monárquicos. No período sidonista inicial é imensa, indo da extrema-esquerda à extrema-direita. O carácter da luta muda igualmente: antes era o dilema monarquia ou república; depois passa o ser no fundamental o tipo de República que se quer: moderada ou radical, democrática ou ditatorial? Isto provoca mais um traço da originalidade portuguesa: o carácter pioneiro do sidonismo como a primeira ditadura europeia moderna logo em 1918, muito antes da Espanha ou da Itália. Sidónio tem em si já de forma clara as características das ditaduras que vão ser a maioria na Europa entre 1924 e 1945.
- 8) Tudo isto se passa no meio de uma imensa cortina de fumo. O poder nestes anos, em resumo, precisa de mentir conscientemente para se conseguir aguentar, principalmente o poder "guerrista", mas não só. É preciso, por exemplo, que a população acredite que é a Grã-Bretanha que pede a beligerância e que é ela que quer enviar o CEP para França. A arte dos "guerristas" é que não só mentem - o que seria normal - mas conseguem colocar a própria Grã-Bretanha a mentir nos documentos oficiais - para isto, é preciso alguma arte. Os "guerristas" mentem igualmente quando afirmam que os seus adversários são germanófilos e monárquicos. É certo que quase todos os monárquicos são "antiguerristas"; é falso que todos os "antiguerristas" sejam monárquicos. Além disso, os "antiguerristas" são esmagadoramente favoráveis aos britânicos e são mesmo os seus aliados privilegiados, os únicos que não querem forçar a política britânica²⁸.

28 Isto não significa que não houvesse germanófilos em Portugal. Havia obviamente, como, por exemplo, grande parte do minoritário setor miguelista no movimento monárquico. O que acontecia era que os germanófilos ou os radicais de esquerda "antiguerristas" (parte dos anarquistas e anarcossindicalistas) eram amplamente minoritários. O grosso do movimento "antiguerrista" era moderado, conservador e amigo da Grã-Bretanha.

- 9) A missão “guerrista” parecia impossível, mas foi concretizada, em larga medida devido à habilidade política de Afonso Costa, João Chagas, Norton de Matos e Bernardino Machado, os seus mais destacados nomes. Foi possível forçar a posição britânica no essencial através de dois meios: um interno, outro externo. O meio interno foi o de jogar tudo por tudo, ligar tudo num bloco impossível de dividir, a ponto de política interna e externa deixarem de existir como entidades separadas. Afonso Costa afirmou várias vezes que estava tudo ligado: navios, Benguela, Niassa, beligerância, CEP, poder interno tudo. Ou se aceitava em bloco ou se rejeitava em bloco. Era uma política radical e muito arriscada que, numa situação normal teria falhado, pois a Grã-Bretanha não teria hesitado em recusar tudo em bloco, para depois apanhar o que lhe interessava no caos inevitável que se seguiria²⁹.
- 10) Se a aproximação “guerrista” não falhou em 1914-1916 foi por causa da França. A França cumpriu em todo o processo um papel essencial, que só agora se começa a tornar claro. Em todos os momentos-chaves foi a França que colocou discretamente o seu peso na balança, dizendo à Grã-Bretanha: ou avançam vocês ou avançamos nós! Isto aconteceu, como vimos, até 1916, com a artilharia, com os navios e com a formação do CEP, do mesmo modo que ainda aconteceria mais vezes até ao armistício. A opção britânica não era tanto a de aceitar ou recusar a chantagem dos “guerristas”; se fosse só isso, a Grã-Bretanha teria recusado. A opção britânica era a de continuar com a Aliança ou deixar Portugal passar para a esfera francesa, não só de momento, mas para o futuro. Antes da guerra era fácil colocar a França no seu lugar e dizer-lhe que não se metesse nos assuntos portugueses. Depois do começo da guerra, quando toda a posição aliada dependia do entendimento anglo-francês e dois milhões de britânicos combatiam em França, era impossível dizer que não. Pelo menos, era impossível dizer que não e ficar parado; a Grã-Bretanha precisava de avançar para depois dizer à França: agora fiquem para trás, que o problema é nosso. A Grã-Bretanha cede, mas cede a ranger os dentes, furiosa com a sua própria vulnerabilidade, com cada vez mais desprezo pelos “guerristas” e pelo país que permitia que eles fossem poder. Podem-se fazer milhares de citações dos documentos britânicos que provam isto sem margem para dúvida. Os “guerristas” não são entendidos em Londres como os aliados da Grã-Bretanha; são vistos e entendidos como seres interesseiros e desprezíveis,

29 Afonso Costa entendia isto muito bem, mas, infelizmente, a historiografia posterior não o entendeu e passou a abordar a guerra internacional como se ela fosse algo diferente e separado dos acontecimentos internos. Nuno Severiano Teixeira foi um dos primeiros historiadores que recentemente chamou a atenção para o facto das motivações do Partido Democrático na sua política externa serem fundamentalmente internas (Teixeira, 1996).

só preocupados com a manutenção do poder, a quem as circunstâncias não permitem dar o pontapé que mereciam. Não é por acaso que a Grã-Bretanha fica muito contente quando Sidónio Pais toma o poder.

- 11) Porque cumpre a França este papel? É difícil responder. Alguns motivos são evidentes: a França e Portugal eram duas das três repúblicas existentes na Europa, o que aponta para uma solidariedade ideológica. Para além disso, ambos os republicanos no poder tinham colorações radicais, embora os portugueses fossem mais radicais. Mas essa não é a razão principal. No essencial e em termos simples, a França temia o que a Grã-Bretanha poderia fazer. Temia sobretudo que em determinada altura a Grã-Bretanha pudesse tentar obter uma paz de compromisso com a Alemanha, usando nomeadamente as colónias portuguesas - a França conhecia perfeitamente as convenções de 1898 e 1912. Temia ainda que a Grã-Bretanha pudesse ceder às pressões da Bélgica ou da África do Sul quanto às colónias portuguesas, o que poderia desencadear uma nova divisão de África onde a França seria prejudicada. Por tudo isto, convinha-lhe que Portugal fosse beligerante, pois ele seria sempre um aliado da França contra as inconfessáveis e eventuais pretensões da Grã-Bretanha. A beligerância portuguesa interessava sobretudo para os equilíbrios internos entre os Aliados - mais um fator de originalidade.
- 12) Há ainda um outro fator essencial na política externa nacional nestes anos: a Espanha. Se a França desejava a beligerância portuguesa era também para moderar a Espanha, fazendo-a entender que ela estava "ensanduichada". Se a Grã-Bretanha temia a beligerância portuguesa era porque receava as suas consequências na situação interna espanhola. Ambos tinham razão. A Espanha em determinada altura chega a propor aos Aliados que poderia entrar na guerra ao seu lado se lhe fosse permitida uma intervenção militar em Portugal. É só a formação do regime sidonista em 1918 que acalma definitivamente estas pretensões espanholas - mais uma vez o interno e o externo intimamente ligados.
- 13) Uma outra originalidade da política externa portuguesa destes anos é o papel que desempenha no despertar dos EUA para o poder global. Não salientamos este processo por falta de espaço e porque, no essencial, ele decorre depois de 1916, quando termina a nossa análise. Gostaria no entanto de sublinhar que a base naval em Ponta Delgada criada em 1917 não é meramente "uma das 50 bases dos EUA na Europa" nestes anos. É mais do que isso, pelo menos para os estrategas da Marinha Americana. Ela é encarada como uma base essencial para projetar o poder americano no futuro, quando os EUA assumissem plenamente as suas responsabilidades globais. Ponta Delgada, em resumo, é um marco na evolução americana, um passo essencial para o seu papel global.

- 14) O CEP sai desta conjuntura muito particular. Está dependente em tudo da Grã-Bretanha, mas esta não o quer e preferia que ele não existisse. Norton de Matos, que o forma, escolhe cuidadosamente as unidades mais "antiguerristas" para a sua composição inicial: as unidades do Norte e do Centro, das zonas rurais e da província. Na sua primeira versão, a única unidade combatente de Lisboa que nele participa eram os Lanceiros de Belém, a mais "anti-guerrista" das unidades da capital. Significa isto que o CEP não só está dividido: ele é por opção do Governo uma concentração dos "antiguerristas", dos militares que acham que ir combater para França é um desastre nacional, coisa com que a Grã-Bretanha concorda. Como poderia alguma coisa de bom sair daqui? Imagine-se o drama pessoal dos milhares de militares apanhados na teia desta máquina trituradora que era a divisão nacional, sobretudo os que pouco entendiam dela, mas sofriam as suas consequências.
- 15) Os "guerristas" são as primeiras vítimas da sua própria vitória. Em começos de 1917 parecia que tinham alcançado tudo o que queriam: Portugal estava na guerra e o CEP embarcava para França, tudo contra a vontade da Grã-Bretanha. Passados poucos meses caía o Governo de "União Sagrada" e desaparecia a ténue aparência de "unidade nacional" ou mesmo de "unidade republicana" por detrás da política "guerrista". O Partido Democrático no poder está cada vez mais isolado, dividido e odiado por uma população que morre de fome e de epidemias. A revolução de Sidónio, em dezembro de 1917, surge como um relâmpago num céu sereno, o resultado de uma ampla unidade que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, uma libertação nacional, quase um milagre que é saudado pela Igreja como tal. Simplesmente, o "antiguerrista" Sidónio tem de viver com as consequências da política "guerrista" e nomeadamente com o CEP em França, pelo que a primeira coisa que faz é dizer que respeitará todos os compromissos internacionais. O drama do CEP vai continuar por mais um ano.

Como conclusão final pode-se afirmar que esta é a originalidade portuguesa: uma guerra civil que se mistura com a guerra internacional, uma posição defensiva onde interno e externo são inseparáveis, uma política de pedir o impossível a Forças Armadas que foram aniquiladas na sua capacidade operacional, um papel importante no equilíbrio entre os dois principais Aliados, um papel importante no despertar dos EUA, uma densa cortina de fumo onde se mente conscientemente à opinião pública pedindo a cumplicidade relutante do aliado na mentira, uma gigantesca divisão dos militares, chamados a lutar por uma política que muitos consideram ser um desastre nacional, inseridos numa máquina desorganizada, sem o apoio efetivo do seu aliado e mesmo sem a sua compreensão. É preciso acrescentar que a cortina de fumo se prolonga muito para além da guerra, pois as forças que estavam por detrás dos "guerristas" entendem muito bem que a sua única hipótese é insistir na

mentira inicial, reforçar a ideia que Portugal fez um grande esforço nacional para responder ao pedido do seu “Secular Aliado”, quando a realidade é justamente o contrário.

É uma cortina de fumo que ainda hoje continua e que torna difícil e mesmo perigoso, explicar o que realmente aconteceu. Essa é a missão dos historiadores, preocupados em entender para além das aparências; o resto é a missão, não dos políticos, que todos são, mas dos maus políticos, que muitos há. Para quem conhecer Portugal, não é difícil saber quem vai prevalecer. Ou será que alguma coisa de essencial mudou?

Fontes de Arquivos

Archives Diplomatiques – Paris.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Lisboa.

National Archives – College Park e Washington DC.

Public Record Office, National Archives – Kew, Londres.

Referências Bibliográficas

Afonso, Aniceto e Matos Gomes (Coordenação) (2010). *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi.

Costa, Gomes da (1920). *A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Editores.

Costa, Gomes da (1925). *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Cértima.

Marques, Isabel Pestana (2004). *Memórias do General, 1915-1919: “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*. Viseu: Fundação Seixas da Costa.

Martins, Ferreira (Coordenação) (1934 e 1936). *Portugal na Grande Guerra* (2 vols.). Lisboa: Ática.

Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Porto: Asa

Telo, António José (2010 e 2011). *Primeira República* (2 vols.). Lisboa: Editorial Presença.

A Política de Beligerância do Governo de União Sagrada

Luís Alves de Fraga

Coronel da Força Aérea (reformado), doutor em História e professor da Universidade Autónoma de Lisboa.

Resumo

A intenção de beligerância de Portugal na Grande Guerra não resultou do mero rompimento de relações diplomáticas entre Berlim e Lisboa. Ela tem uma história anterior que só compreendendo-a se percebe a insistência de alguns setores da política nacional pretenderem levar o país a entrar no grande conflito europeu e mundial.

Neste artigo quer-se demonstrar que a beligerância portuguesa na Grande Guerra ofereceu a possibilidade, ao setor mais radical da política republicana, de modificar, sob o olhar atento das capitais europeias, a relação de subordinação de Lisboa perante Londres, aproveitando todos os circunstancialismos que o grande conflito bélico proporcionava a Portugal para explorar em seu favor as poucas fragilidades britânicas.

A exposição centra-se numa sequência narrativa que tem de recuar a agosto de 1914 para possibilitar, por um lado, o entendimento das dependências essenciais de Portugal da Grã-Bretanha e, por outro, a ambiência interna justificativa de só surgirem, depois da declaração de guerra, dois partidos políticos oficialmente envolvidos na persecução da beligerância. Essa narrativa prolonga-se, depois, pela descrição interpretativa das ações do Governo de União Sagrada, entre março de 1916 e abril de 1917, tendentes a consolidarem o objetivo que havia determinado a beligerância, e pelo relato crítico dos atos mais importantes do Governo Afonso Costa que se lhe seguiu.

Deixam-se evidentes algumas conclusões que mostram a dialética diplomática que se foi travando entre Lisboa e Londres na tentativa de uma se libertar do abraço tutelar e da outra o querer manter a todo o custo.

Abstract

"União Sagrada" Government's Belligerency Policy

Portuguese military participation in the Great War wasn't the result of a mere rupture of diplomatic relations between Berlin and Lisbon. It has a domestic political background which is useful to understand.

The article demonstrates how Portugal's radical sector of the republican political party saw the participation in the Great War as an opportunity to alter Lisbon's diplomatic relations with London, exploring some of the few British frailties.

The analysis is based on narrative sequence that dates back to August 1914 and continues with an interpretative description of "União Sagrada's" actions and some of the most important decisions of Afonso Costa's government.

It becomes clear that the diplomatic dialectic between Lisbon and London, reflects Portuguese attempts to be freed from the "British embrace".

Introdução

A Grande Guerra foi um acontecimento determinante na história da Europa e da América, especial e nomeadamente nos Estados Unidos, porque abriu as portas a todas as mudanças políticas, sociais e económicas que estavam adormecidas, mas, contudo, já se previam, no final do século XIX. Portugal, de certa forma, foi o primeiro Estado europeu a gerar esse clima de transformação, pois, menos de quatro anos antes do grande conflito militar, saiu convulsivamente do regime monárquico para o republicano, impondo, logo de início, profundas alterações que rumavam a uma modificação que tardava a acontecer tanto no país como na Península Ibérica. É certo que, pelos primeiros anos da década de 10 do século passado, havia, no plano internacional europeu, a sensação de que uma guerra estava iminente tais as tensões existentes geradas por um desenvolvimento económico muito acelerado e muito necessitado de mercados abastecedores de matérias-primas e de mercados de consumo dos produtos acabados. A expansão sobre o continente africano e asiático, na ânsia de ampliar e rentabilizar os negócios de importação e exportação, foi definindo o clima de conflito latente gerado pela unificação da Alemanha e pela derrota francesa em 1870. Paris teve de compreender que a rivalidade anglo-gaulesa havia chegado ao fim para dar lugar a um sistema de cooperação, ficando ambos os Estados ao abrigo da desmedida ambição germânica. O tempo da Áustria como grande império, em face dos nacionalismos nascentes, estava a esgotar-se. Mas, neste xadrez de interesses, Portugal e a Inglaterra tinham uma velha aliança que era profundamente desigual em termos de forças militares, diplomáticas e económicas: Londres estendia uma asa protetora sobre Lisboa a troco de um apagamento sucessivo da personalidade jurídica internacional portuguesa. Prevalciam, cada vez mais, os interesses ingleses sobre os portugueses. Estes já quase se limitavam à certeza de preservação da independência na Península Ibérica. Mas o corte brusco com o velho regime monárquico deu aos políticos republicanos — pelo menos a alguns — a vaga esperança de mudança dos termos em que se equacionava a Aliança.

O objetivo do presente trabalho pode ser enunciado como a tentativa de demonstração de que a Grande Guerra ofereceu a possibilidade, ao setor mais radical da política republicana, de modificar, sob o olhar atento das capitais europeias, a relação de subordinação de Lisboa perante Londres, aproveitando todos os circunstancialismos que o grande conflito bélico proporcionava a Portugal para explorar em seu favor as poucas fragilidades britânicas.

Porque se trata de um assunto que vimos estudando há três dezenas de anos, tendo deixado publicados vários ensaios sobre o mesmo, optámos por não nos socorrermos de excessivas referências bibliográficas ao longo do texto, embora mencionando, na bibliografia, as obras convenientes para total compreensão do tema.

Numa primeira parte da exposição, porque julgamos indispensável à boa compreensão do assunto central, vamos estudar e analisar os antecedentes da inter-

venção portuguesa na guerra; depois abordamos os aspetos que se tornaram mais marcantes para a beligerância durante o Governo de União Sagrada; e, finalmente, para melhor entendimento do evoluir dos acontecimentos, dedicamos algumas páginas à continuação do apoio parlamentar dado ao Governo Afonso Costa após se ter desfeito a colaboração formal com os evolucionistas. Acabamos com a necessária conclusão.

Antecedentes: A Caminho da Guerra

Quando se iniciaram as operações militares na Europa, Portugal vivia ainda todas as convulsões resultantes da recente mudança de regime. O Partido Republicano Português (PRP) havia-se cindido, gerando dois outros — o Evolucionista, de António José de Almeida, e o Unionista, de Brito Camacho — que eram indubitavelmente minoritários face ao poderoso Partido Democrático, de Afonso Costa, assim designado para se não confundir com o PRP onde todos militaram e do qual, sendo a ala mais radical, se apropriou.

A República, a partir do Governo Provisório — único que foi efetivamente revolucionário —, gerou linhas de fragmentação na sociedade portuguesa por razões que não resultavam só do seu ideário político, mas que visavam a possibilidade de efetivar a mudança rumo à modernidade, que já se vivia consolidadamente além Pirenéus. Tinha de se abater o considerável poder do clero católico, defensor de um conservadorismo atávico, para dar lugar ao mestre-escola e à possibilidade de se abrirem novos horizontes para a pequena burguesia das cidades, vilas e aldeias desse país fora. O ensino tinha de se modificar, gerando ofícios onde o saber fazer não resultasse da prática do fazer tradicional. Olhava-se para o ensino profissional, tal como para o primário, para o médio e superior, como alavancas capazes da mudança de mentalidades. Ora, esta era uma luta que ia fundo contra a tradição. Mais de que um povo com fé religiosa, o povo português estava culturalmente dominado pela credence alimentada pelo clero, que assim julgava conquistar apoios para uma Igreja muito comprometida, ainda, com a aversão ao moderno e ao diferente. Foi ao nível das mentalidades que a revolução republicana encontrou os seus mais fortes adversários. Adversários que sabiam estar acoitada a alienação política sob a capa do analfabetismo e prática religiosa obscurantista.

Como a ala mais radical do PRP foi aquela que mais depressa percebeu onde devia cortar *poderes* para conseguir acelerar a mudança que, sendo republicana, estava em sintonia com a modernidade, foi sobre ela que se concitaram todos os ódios e, até, os dos republicanos menos visionários e ousados. Ainda não haviam passado quatro anos entre a proclamação da República e o início da guerra na Europa, Afonso Costa e o seu Partido tinham já ganho a aversão dos ignaros e de todos quantos viram cerceadas as manobras sociais e políticas cujas raízes estavam bem fundamentadas na tradição.

A par da situação social e política brevemente descrita, externamente Portugal vivia de uma dependência esmagadora da Grã-Bretanha, fosse no plano diplomático, financeiro, comercial ou, até, de segurança militar. A dependência era tanta que se confundia, desde os anos da Monarquia, com o estatuto de protetorado. Livrar-se dessa grillheta imposta pela maior potência política, diplomática, naval, militar, financeira, industrial e comercial do mundo de então representava uma ciclópica tarefa que um país pobre e desorganizado jamais conseguiria levar a cabo sem que sobre ele caísse a raiva dos interesses britânicos. Representava um quase paradoxo manter o apoio da Inglaterra e, em simultâneo, libertar-se da indigna tutela. O momento para conseguir tal desiderato passava por ter de ser muito bem escolhido e só podia ser levado a cabo na altura em que a Velha Aliada estivesse fragilizada em vários planos da sua rotina sobranceira. Mas passava por Portugal cortar com a dependência em alguns dos mais estruturais aspetos? Nunca tal poderia acontecer! A situação geoestratégica nacional não permitia que a política portuguesa se bandeasse com os adversários da Grã-Bretanha! O que havia a fazer era utilizar esse potencial de força para gerar desvinculações que mostrassem, por si só, uma vontade nacional soberana perante a soberana Inglaterra.

Mas era capaz a opinião pública interna portuguesa de perceber esta subtileza? Não! A uns cegava-os o ódio à República, a outros a impossibilidade de compreender o salto qualitativo na modernidade, a muitos a condenação do anticlericalismo e a bastantes, o comodismo de uma vida feita sob um chapéu-de-sol que os deixava na sombra do oportunismo e do imobilismo. E neste caldo de cultura misturavam-se católicos, monárquicos, socialistas, anarcossindicalistas e, até — sobretudo, até — republicanos.

Externamente pesava ainda sobre Portugal, desde a proclamação da República, a constante cobiça de uma anexação por parte de Espanha, que só esperava o momento propício para a realizar com o oportuno consentimento de Londres. Não era fácil encontrar os equilíbrios necessários para garantir a gestão da imensa teia que envolvia, internamente, os governos republicanos e, externamente, a independência e soberania de Portugal. Assim, as diferentes tendências políticas, para além de estarem em permanente desavença, mantendo uma guerrilha que as desgastava sem proveito que possibilitasse alcançar um objetivo de paz, tranquilidade e progresso, gizavam planos mal concebidos que olhavam, acima de tudo, para os seus próprios interesses em vez de procurarem os interesses nacionais. Pensamos que a teia desses interesses confusos ainda obscurece a capacidade de análise e interpretação dos historiadores que pretendem deslindar o intrincado enredo desse tempo. Assim, há que perceber a guerrilha que dividia os monárquicos para entender que, para alguma vez chegarem à restauração, tinham de manobrar colados aos desentendimentos dos republicanos — razão pela qual assumiram papel de relevo no 28 de maio e, durante várias décadas, junto do Estado Novo, tal como antes havia

acontecido com Pimenta de Castro e com Sidónio Pais; há que perceber as oportunas manobras dos católicos quando o governo da República pendia para o conservadorismo; há que observar com cautela os sucessivos golpes dos republicanos conservadores quando o radicalismo dos democráticos abria uma brecha, pequena que fosse, por onde penetravam para corroerem a única revolução republicana que buscava alterações de fundo, pelo menos, enquanto elas foram possíveis. E todo este quadro estava bem vivo e ativo em agosto de 1914. E a ele associava-se o quadro externo a que já nos referimos emoldurado pelo facto de a existência de uma República numa Europa maioritariamente monárquica ser um exemplo que alimentava os sonhos dos republicanos que gostariam de ver substituídos os velhos regimes por novos sistemas políticos popolarmente mais participativos e onde ancestrais privilégios de casta desaparecessem para sempre.

Por cima do panorama interno e externo, das desavenças partidárias e sociais, da tutela britânica e do perigo anexionista de Espanha, pairava o maior perigo de todos na perspectiva de então: a perda das colónias. Sabia-se que tinham sido alvo da cobiça da Alemanha e da Inglaterra no final do século XIX e suspeitava-se que tornavam a sê-lo mesmo nas vésperas de estalar o conflito na Europa. E o receio dessa perda não se fundamentava em emotivas heranças históricas — que serviam para alimentar a propaganda feita junto da população —, porque outros motivos o justificavam. Motivos que não eram equacionados da forma como o faremos, mas que, todavia, se tinha consciência dos fundamentos onde nos apoiamos.

Efetivamente, a grandeza de Portugal, tanto na Península como na Europa, ganhou forma e conteúdo no facto de ter sido, sucessivamente, a placa giratória do comércio ultramarino com as potências europeias mais poderosas entre os séculos XV e XIX; começou pelo Oriente, passou ao Brasil e, sem a grandeza de outros tempos, pela África. A independência nacional deveu-se ao peso comercial que Lisboa foi capaz de desenvolver com os mercados da Europa com base nos produtos exóticos que transitavam das feitorias distantes para os portos marítimos do Velho Continente. Quando foi sendo ultrapassado pelas sucessivas explorações coloniais do continente americano e pela independência do Brasil, restou a Portugal a esperança de que os territórios de África lhe mantivesse um papel geoestratégico na economia da Europa garantindo-lhe, por via dos interesses britânicos, a independência peninsular. A simplificação que se faz para a beligerância nacional no conflito militar começado em agosto de 1914, diminui a importância de todos aqueles que, com visão larga, perceberam a necessidade de mudar rumos de política externa — em especial de dependências humilhantes — enquanto se buscava a ponta do fio que podia gerar, internamente, os consensos mínimos para produzir a paz política de que a República carecia para manter não só intacta a soberania territorial como também a independência. Claro que os fins justificavam muitos dos meios que iriam ser utilizados.

A eclosão da guerra, aos olhos dos mais perspicazes republicanos, ofereceu a oportunidade única de apanhar a Grã-Bretanha em fase carente de apoio e abalada no seu prestígio de potência diretora da política europeia e, de certo modo, mundial. Era o momento de repor, tanto quanto fosse possível, a dignidade portuguesa nas relações bilaterais (Fraga 2014: 67-69). Mas havia que saber jogar com a oportunidade, pois o quadro da situação iria variar ao longo do tempo em consequência da dialética das operações bélicas. Sendo os democráticos aqueles que melhor entendiam os limites e as tramas dos desenvolvimentos políticos internos e externos tinham de estar posicionados no xadrez da posse da governação para poderem manobrar de forma a forçar uma beligerância que, logo de início, Londres deu provas de não desejar de Portugal. A manutenção do estatuto de protetorado passava por conservar arredadas as Forças Armadas portuguesas dos campos de batalha. E a verdade é que o desejo da Inglaterra encontrou eco no Governo de Portugal. Mas um eco hesitante, porque o Gabinete não era politicamente homogêneo. E a volta para a Grã-Bretanha aceitar a beligerância portuguesa não podia ser dada a partir de Lisboa; era necessário que fosse imposta por Paris (ou Bordéus, quando a tradicional capital de França esteve ameaçada de invasão). Vivia-se ainda a esperança de uma guerra rápida e decisiva; contava-se que pelo Natal todos os combatentes já estivessem em casa. Era o instante oportuno para Portugal empenhar uma pequena força — a Divisão Auxiliar — que lhe garantisse vantagens superiores no plano diplomático e negocial. Foi João Chagas, tal como o evidenciámos pela primeira vez em 1990 (Fraga, 1990; 2012), quem, na sequência de uma vinda a Lisboa e de possíveis entendimentos com o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, provocou o pedido de fornecimento de armamento feito pela França a Portugal, dando origem à invocação da aliança luso-britânica para levar Portugal a entrar na guerra ainda no mês de outubro de 1914. Mas foi com declarada relutância que Londres deu execução ao pedido francês. Era preciso que Lisboa não conseguisse efetivar a beligerância. Para tanto, a Inglaterra contava com todas as incapacidades portuguesas, que conhecia bem: pouca vontade da maioria dos oficiais do Exército ir para a guerra, dificuldades organizativas e, acima de tudo, grandes e graves desentendimentos entre os políticos. Estes eram os fatores aliados da política britânica que impediam Portugal de levar a efeito a manobra diplomática que desse ao país uma declarada autonomia no plano internacional e que fosse suficiente para, nas chancelarias estrangeiras, se perceber a alteração qualitativa no relacionamento de Lisboa e Londres.

A queda do Governo Azevedo Coutinho — declaradamente beligerante — levada a cabo por um conjunto de sucessivos golpes políticos — Movimento das Espadas e manobra palaciana do Presidente da República Manuel de Arriaga para nomear Presidente do Ministério o general Pimenta de Castro — acabou destruindo a única oportunidade para, de forma airosa e subtil, Portugal — ou, pelo menos aqueles

que haviam percebido a importância estratégica da beligerância — tentar, mesmo que mantendo, como não podia deixar de ser, uma relação de dependência, repor o equilíbrio desejável no peso da soberania portuguesa perante a da Grã-Bretanha. Pimenta de Castro fez recuar todos os esforços diplomáticos e militares que estavam a delinear-se para se chegar à beligerância, facto que, por si só, foi suficiente para os monárquicos e católicos avançarem para posições políticas que facilitariam uma restauração do velho regime. Este movimento não encontrou, nem podia encontrar, uma efetiva oposição por parte dos republicanos conservadores. A República começava a correr perigo no plano interno, o qual não seria visto com desagrado no plano externo. Iniciou-se assim uma aliança indissociável até ao fim da guerra entre a política interna e a beligerância ou não beligerância. Tudo, a partir desse momento, em Portugal, passou a ser uma consequência de se estar a favor ou contra a participação no conflito no teatro de guerra europeu, já que, as operações africanas eram bem aceites por todos os setores relevantes da vontade nacional. E é conveniente realçar como estava errada esta posição, pois o teatro de guerra africano não era decisivo, na suposição da vitória dos aliados, para o que se viesse a discutir na futura conferência da paz. As colónias africanas de todos os Estados coloniais poderiam ser alvo de modificações fronteiriças e, até, de posse, mas jamais uma vitória em África seria suficiente para alterar os comportamentos políticos adotados pelas principais capitais da Europa. Lutar em África era um complemento da luta nas trincheiras na frente ocidental. Julgamos, não é despidendo, nesta altura, referir que, na passagem de 1914 para 1915, já se havia percebido, ao nível dos Estados-Maiores beligerantes, que a guerra ia ser longa e caracterizada não pela ação conjunta do movimento das tropas e do seu poderio de fogo, mas pelo desgaste das mesmas. A guerra passava a ser, mais do que é sempre, um exercício de vontade e de capacidade de resistência. Este facto não passou despercebido aos democráticos. Entrar na guerra a partir de 1915 já não constituía o oferecimento de armamento e de capacidade tecnológica militar que, aliás, quase não se tinha, mas oferecer homens para guarnecer as trincheiras e opor à Alemanha a barreira capaz de lhe travar veleidades de rompimento da frente de combate. Isto mesmo ver-se-á com o abandono da ideia da mobilização da Divisão Auxiliar para a da mobilização de um Corpo Expedicionário Português (CEP) seguido de outros quando oportuno. Derrubar Pimenta de Castro e, por consequência, Manuel de Arriaga foi o desiderato dos democráticos para poderem, uma vez de posse da governação, gizar os planos necessários para a beligerância, pois só governando sem a constante oposição do Presidente da República seria possível aproveitar a melhor oportunidade de apanhar de novo a Inglaterra em carência estratégica, levando-a a invocar a Aliança para conduzir Portugal à guerra. E, porque achamos necessário, repetimos: o motor português para a beligerância não se definia por qualquer tipo de conflito ou que-rela diplomática com a Alemanha, mas antes, e acima de tudo, pelo estado de de-

pendência a que os sucessivos governos da Monarquia e, até, alguns da República, haviam levado Portugal; era necessário cortar com o passado sem cortar, todavia, com a Grã-Bretanha e, muito menos, desvinculá-la das obrigações que tinha aceitado cumprir no âmbito da Aliança; a beligerância serviria para, na hora do acerto de contas, a diplomacia portuguesa ter voz própria e, tanto quanto fosse possível, independente da vontade britânica. É necessário compreender a beligerância nacional como um ato diplomático que forçava o Governo de Londres a não impor os seus interesses mas a aceitar os de Lisboa. A Aliança oprimia e tornava-se necessário que a República, para marcar a diferença em relação à Monarquia, ganhasse espaço de manobra dentro da diplomacia de então, quase toda ela, na Europa, alinhada com a vontade inglesa. Estava em jogo uma questão de honra nacional.

Após o golpe militar de 14 de maio de 1915, que derrubou Pimenta de Castro e Manuel de Arriaga, os governos de José de Casto e de Afonso Costa deram início à preparação da beligerância quer adquirindo material e equipamentos de guerra quer adotando medidas legislativas de proteção económica para permitir enfrentar o estado que se desejava viesse a ser alterado tão breve quanto possível. As receitas fiscais portuguesas não eram suficientes para transformar um Exército do século XIX, quase ineficaz, num Exército modernizado de acordo com o que acontecia já nos restantes países europeus. Havia que pedir, uma vez mais, crédito à banca britânica. Três milhões de libras eram suficientes para as despesas do momento.

Enquanto esta decisão se discutia no Ministério presidido por Afonso Costa, em Londres, como consequência da guerra submarina levada a cabo pela Alemanha, discutia-se a necessidade imperiosa de conseguir obter de forma expedita mais tonelagem naval para conseguir manter as redes essenciais do comércio britânico. Uma tentativa inglesa de mostrar a superioridade e o mando sobre a política portuguesa abriu a brecha por onde entrou a vontade dos beligerantes. Com efeito, o *Foreign Office* deu o seu aval ao empréstimo de dois milhões de libras e condicionou o terceiro à requisição dos navios alemães e austríacos que, no início da guerra, confiantes na neutralidade portuguesa, se tinham acoitado em portos nacionais. Esta coação, tão característica dos britânicos e do hábito de se imporem pela força, constituiu a fresta por onde Afonso Costa e o Gabinete português perceberam o ponto fraco inglês. Havia que manobrar cautelosamente não só para obter o terceiro milhão de libras, mas, acima de tudo, para obrigar Londres a pedir a requisição dos navios ao abrigo da Aliança. Era a oportunidade de avançar para a guerra pela mão dos ingleses; era o tempo de mostrar que os favores, sem compensações visíveis e comprometedoras da política britânica, se acabavam. O *Foreign Office* ainda tentou emendar o erro, mas agravou-o quando fez saber em Lisboa que ou o Governo requisitava os navios ou se verificaria um boicote ao comércio nacional. Portugal requisitaria sempre os navios e iria sempre para a guerra, contudo, uma única coisa mudava: ter ou não o apoio britânico e, se o não tivesse, poderia, mais tarde,

demonstrar, com agravantes, que a beligerância tinha tido origem na arrogância inglesa. O Gabinete de Guerra britânico, tal era a necessidade dos navios, impôs ao *Foreign Office* que cedesse a qualquer condição portuguesa. Foi assim que Afonso Costa e a ala beligerante republicana começaram a vergar a soberba de Londres; o interesse nacional português, passando por uma vertical afirmação de autonomia política, impôs-se aproveitando, como até então nunca tal tinha acontecido, de uma fragilidade britânica. A declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal decorreu da forma acintosa como os navios foram ocupados no porto de Lisboa.

O Governo de “União Sagrada”

Entre os dias 9 e 15 de março, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, tiveram lugar, em Lisboa, duras negociações para formar um governo de União Sagrada. Mas de que união se poderia falar? Na verdade, olhando os factos à luz da época, só os partidos republicanos estavam em condições de nela entrar, porque os monárquicos — para além de desentendidos entre si — limitavam-se a almejar lugares no Governo para o corroer por dentro e restaurarem uma Monarquia que, até entre si, discutiam qual deveria ser. Os católicos, não formando partido político, não estavam menos desavindos que os monárquicos e só esperavam a oportunidade para destruir a mais forte alavanca que o Governo Provisório havia lançado para descolar a alienação e o obscurantismo do tecido social português: a Lei da Separação das Igrejas do Estado. E aqui talvez caiba um parêntesis a título de esclarecimento que, por não ser dado com frequência, ajuda à compreensão dos republicanos radicais: não era contra a religião pregada pela Igreja Católica Apostólica Romana que se opunham os positivistas e livres-pensadores, mas contra o clero que, servindo-se dos preceitos doutrinários, retiravam aos mais crentes e ignorantes a capacidade crítica, alienando-os social e politicamente. Fechemos o parêntesis. De um governo de amplo entendimento teriam de ficar de fora também os independentes de Machado Santos por se oporem declaradamente à beligerância. Foi desta forma que a União Sagrada só pôde contar com o apoio ativo dos evolucionistas e, sem envolvimento governamental, com o dos unionistas e dos socialistas. As circunstâncias não possibilitavam mais, e outros agrupamentos políticos serviriam somente para boicotar o objetivo político que já havia sido alcançado. Daqui para a frente tinha de se passar à concretização militar de um fim que, em última análise, era somente político.

A presidência do Ministério foi entregue a António José de Almeida, mas as pastas determinantes para a execução do projeto ficaram na mão dos democráticos: Finanças com Afonso Costa, Guerra com Norton de Matos e Negócios Estrangeiros com Augusto Soares.

Independentemente das já conhecidas medidas adotadas pelo Governo de União Sagrada há que destacar dois aspetos que julgamos capitais para se perceber todo

o desenrolar dos acontecimentos futuros: a beligerância efetiva e efetivada com o envio de tropas para o teatro de guerra europeu ia passar a condicionar toda a atividade nacional; o agravamento das condições de vida, seja do ponto de vista económico seja na perspetiva social, não resultaram da declaração de guerra, mas da drástica alteração das condições gerais que afetaram todos os Estados europeus. Pouco interessa tentar centrar em pormenores específicos nacionais a instabilidade social que, dia a pós dia, se foi fazendo sentir por todo o país, porque, por cima da explicação nacional, está uma explicação maior e mais envolvente cuja proveniência adveio do princípio sobre o qual assentou a Grande Guerra a partir do final do ano de 1914: a usura como forma de fazer reduzir a vontade do adversário combater; uma usura que começava nas primeiras linhas das trincheiras e acabava na mais profunda retaguarda. Uma usura que, na Europa, por tabela, atingiu os Estados neutros.

O simples facto de se terem mobilizado, no começo do ano de 1917, para integrarem o CEP, pouco mais de cinquenta e cinco mil homens foi, por si só, um elemento que agravou a situação nacional, porque fez escassear a mão de obra nos campos e nas cidades. As medidas de cariz militar revoltaram as organizações sindicais, que, explorando o sentimento de todas as famílias, impuseram no seio destas o temor da ida para França de um qualquer ente querido. Por isso, na perspetiva do Governo, era necessário calar a voz sindical, que soava acusadoramente, olhando a um interesse menor sem capacidade para olhar um interesse maior, ainda que muito subtil. A censura à imprensa foi instaurada e, mais tarde, também a censura postal. Forçava-se uma consonância de sentimentos coletivos, mesmo que calando-os para não dar margem a dúvidas internacionais quanto à justeza do apregoado desejo de combater os hunos por causa da barbárie que ameaçavam implantar. Está claro que, sob a máscara oferecida pela afirmação de que Portugal desejava combater para impor o direito de existência das pequenas nacionalidades, se escondia o verdadeiro direito de Portugal aliviar a tensão que a Inglaterra exercia como potência protetora. Havia — e há ainda — que saber ler nas entrelinhas o aproveitamento que entre nós se fazia das palavras de ordem que andavam na boca dos Aliados! Uma pequena e frágil nacionalidade, como a portuguesa, não podia ser esmagada pela poderosa Inglaterra.

É verdade que também para África, logo no início do Governo de União Sagrada, seguiram grandes contingentes militares para defender as fronteiras de Moçambique das investidas germânicas e, facto que não deve ser ultrapassado por esquecimento, na imprensa da época o tom de descontentamento com estas mobilizações baixou se comparado com a preparação a fazer para a ida para França. Tem explicação essa atitude. Por força de uma estranha propaganda, que ia dos jornais monárquicos aos católicos e destes aos republicanos, aceitava-se que, a usar tropas contra a Alemanha, isso deveria ser feito no continente africano e não na Europa;

as colónias eram portuguesas e a guerra nas trincheiras era de outros! Desta forma de compreender o conflito sabia Londres e não lhe era inconveniente que Portugal se perdesse no empenhamento num teatro de guerra secundário e esquecido, pois sempre se teria a desculpa diplomática de limitar a beligerância lusa a uma ação de proteção daquilo que julgava seu! Mas os democráticos, que continuavam atentos, manobraram de modo a logo de início deixar bem clara a nova posição de Portugal: Afonso Costa, em junho e julho de 1916, representou o país, em Paris, na Conferência Económica dos Aliados — onde se aprovaram medidas tendentes à livre circulação de mercadorias entre Estados, facto que beneficiava a fraca economia nacional — e em Londres — onde estabeleceu contatos sobre a forma de combinar a participação na guerra, coordenando auxílios materiais e financeiros necessários. A concentração de tropas destinadas a embarcar para França fez-se, em julho de 1916, no polígono militar de Tancos onde pouco ou quase nada existia em termos de quartéis capazes de alojar uma grande unidade com mais de vinte mil homens. Imperou a improvisação. A engenharia militar em muito pouco tempo preparou o terreno com as infraestruturas mínimas, possibilitando, do ponto de vista higiénico, haver latrinas e pontos de banho e lavanderia para os homens viverem com relativa, mas austera, comodidade em tendas de campanhas que se fabricaram de propósito para o efeito. Não se imaginava tal capacidade no Exército português, que articulou esforços com o chefe do estado-maior da Divisão de Instrução, major Roberto Batista — alma e sustentáculo organizativo do esforço em Tancos e em França — de modo a poder mostrar ao mundo e, em especial, à Grã-Bretanha que, perante uma necessidade premente, ainda existiam aptidões para honrar compromissos políticos, diplomáticos e militares. Foi por isso que a imprensa — laica e tão defensora da Lei da Separação das Igrejas do Estado — lhe chamou Milagre de Tancos.

Quando chegou agosto de 1916 já tinha forma a beligerância nacional e, nos primeiros dias do mês, no jornal *A Capital* — órgão manifestamente aliadófilo — deixava-se entrever a motivação que tinha estado na sua origem: «Em Portugal ninguém desejou a guerra. Aceitou-se esse mal como inevitável, como necessário para mantermos perante o mundo o lugar honrado a que as nossas tradições gloriosas nos dão direito» (Peres, 1954: 150). A beligerância não era desejada por ela mesma, mas por causa da manutenção de um lugar honrado perante o mundo justificando as tradições gloriosas! Mas que desonra maculava Portugal? Aquela que já referimos bastas vezes e que hoje, mais do que então, parece esquecida.

Mas a beligerância não era entendida por todos como necessária e, assim, mesmo aceitando como princípio a participação na guerra, os unionistas e os socialistas, quando podiam, geravam condições para frená-la. Foi o caso da discussão parlamentar da instituição da pena de morte na frente de combate pela prática do crime de traição. Eram manobras que ajudavam a distrair a atenção e a opinião pública do objetivo fundamental.

A linha sinuosa que dividia os cidadãos levava-os a não compreender as dificuldades que, cada vez mais, se abatiam sobre os mercados abastecedores onde a falta de géneros era já grande e os preços praticados tornava proibitivos os ainda existentes para a maior parte das bolsas. E, contudo, o Governo ia procurando atenuar a inflação com sucessivos aumentos dos funcionários do Estado repondo-lhes o poder de compra. É pelo meio desta fratura que manobram as forças da oposição. Oposição aos democráticos, que acusam de quererem levar Portugal à guerra por qualquer preço, e oposição à própria República. Contudo, parecendo-nos hoje suficientemente linear a razão do desejo de beligerância, na época muitos eram os políticos, militares e meros cidadãos comuns, que não se apercebiam da subtilidade do golpe tão necessário para ganhar capacidade de manobra autónoma num contexto altamente dominado pela Grã-Bretanha. Não percebiam que só pondo em causa a autoridade inglesa poderia Portugal, enquanto República e Estado soberano, fazer opções políticas sem ter de inquirir de Londres uma quase permissão para agir, até no plano interno!

Machado Santos, o militar da Armada que tão capaz havia sido de, antes de 5 de Outubro de 1910, mobilizar as massas populares para nelas encontrar o apoio que era difícil obter no Exército profissional e amorfo da Monarquia, pertencia ao grupo daqueles que advogava a não-beligerância e a aparente e corrosiva neutralidade, que tão conveniente era à Inglaterra e tanto mal fazia a Portugal. Foi ele quem, mesmo no cumprimento de uma punição militar, coordenou a revolta que, se vitoriosa, levaria à deposição do Governo e ao cancelamento dos primeiros embarques de tropas que já se preparavam em dezembro de 1916. A tempo foi abortado o golpe pelo governo e conseguiram controlar-se os danos de maior envergadura. Todavia, tiveram de se desmobilizar muitos oficiais por estarem envolvidos na conspiração. Isso dá-nos a ideia da falta de vontade de marchar para França.

A oficialidade militar não estava convicta das motivações da entrada na guerra, porque gozava há muito de um apazível comodismo escondido sob uma farda e uma rotina pouco preparada para a dureza das campanhas. O uniforme vestia um modo de vida tranquilo, mesmo que mal remunerado, mas socialmente respeitável e assim corria fácil a propaganda antibelicista entre uma larga faixa dos oficiais do Exército. Pelo meio dela circulavam diferentes informações desmoralizadoras e uma das que mais se fez sentir foi a monárquica. Realmente, os monárquicos, na sua grande maioria, desentendidos entre si, numa coisa pareciam estar concordantes: na discordância com a beligerância, independentemente de D. Manuel II, exilado em Londres, aconselhar a que acompanhassem a posição do governo republicano. E não o fazia com displicência, pois, estando no centro do mundo, por ele passavam todas as mais importantes informações e intrigas sobre Portugal e o destino que muitos interesses lhe procuravam dar. Mas a baixa política nacional só conseguia ver o imediato e, mesmo esse, sem objetividade e sujeito a distorções facciosas.

Não foi, de todo, uma ficção dos democráticos a pecha de serem os monárquicos germanófilos. Nem todos o seriam. Todavia, muitos alinhavam numa aliança conspirativa com os alemães expulsos de Portugal e exilados em Espanha. Viam na vitória alemã a restauração da Monarquia, mas esqueciam que esta seria reposta em benefício da Espanha e de Afonso XIII. A percepção clara dessa situação tinha-a o Serviço de Informações do Ministério da Guerra. Os relatórios sucediam-se, uns atrás dos outros, dando notícia desse entendimento espúrio. Aquilo que, durante muitos anos, depois da guerra, foi considerado mera propaganda demagógica dos democráticos está hoje em condições de demonstrar ser uma realidade inconteste. A forte influência dos monárquicos no regime ditatorial e do Estado Novo pretendeu escamotear este dado, levando-o ao esquecimento histórico. Mas os arquivos estão abertos e podem provar objetivamente a teia da conspiração.

Da revolta de dezembro de 1916 saem consequências que não agradam a muitos republicanos, pois agravou-se a perseguição e a censura. Comparou-se a ação do Governo ao da ditadura de 1908 e preconizou-se-lhe um fim semelhante; esta nova oposição, mais uma vez, mostrou incapacidade de perceber que a política interna do momento passava por todos os condicionalismos que a beligerância impunha em nome de um objetivo maior e mais digno. Este Governo e esta política, aparentemente ditatoriais corriam, afinal, em sentido contrário aos de João Franco, nesta altura recordado.

Em janeiro embarcaram para França os primeiros contingentes militares, em navios de transporte britânicos. Comandava estes homens o coronel Gomes da Costa. Era um excelente combatente, um líder militar, mas mais um que se limitava a cumprir ordens sem a total compreensão do alcance da beligerância nacional. Era politicamente ambicioso e capaz de todo o tipo de jogos que o aproximassem de quem detinha a capacidade de decisão. Assim o via o comandante do CEP, o general Tamagnini de Abreu e Silva, um outro, também disciplinado e disciplinador, mas sem percepção da importância política da força militar que estava sob as suas ordens.

O embarque das primeiras tropas quase se fez à socapa tal era o receio da opinião pública e o medo de que se verificassem rebeliões entre os militares. Do acordo com a Grã-Bretanha, estabelecido na Convenção Militar assinada poucos dias antes dos primeiros embarques, previa-se que o transporte do CEP seria feito em navios britânicos escoltados por vasos de guerra da mesma nacionalidade. Nessa altura houve descuido ou boa-fé, pois não se garantiu a continuidade do serviço inglês. Em setembro de 1917, depois de ter transportado todo o CEP, Londres recusou a cedência de mais navios de transportes e de escolta a Portugal. Ou seja, condenou ao insucesso, nesse mês, o projeto português, pois sabia das incapacidades de Lisboa para ultrapassar as suas dificuldades estruturais. A Inglaterra ia, no curto prazo, corroer a finalidade política do CEP e, para garantir o êxito do seu planeamento,

aproveitou — se é que não incentivou — o golpe de Sidónio Pais de modo a reduzir a quase nada o esforço beligerante dos democráticos.

Façamos aqui um parêntesis para dar algum relevo a um facto que é de capital importância para se perceber os meandros da relutante posição britânica quanto à participação efetiva de Portugal na guerra. Relatemos com brevidade.

A organização pensada em Lisboa para o CEP era a de uma divisão reforçada, mas, após a chegada a França, e depois de estudos feitos com oficiais de ligação britânicos, optou-se por dar, ao CEP, forma semelhante às unidades britânicas, abandonando a ideia de uma divisão reforçada para, à custa de um pequeno aumento do número de batalhões a empenhar, o transformar num corpo de exército. A proposta foi bem acolhida no Ministério da Guerra, em Lisboa, e no War Office, em Londres. Mas, decorria o mês de maio (isto é, já desfeita formalmente a União Sagrada) e, a partir deste ministério britânico, começaram a surgir as dificuldades que subiram de tom progressivamente. Era a oportunidade de, aproveitando a falência política do governo português, recuar e reduzir a pouco ou nada a intervenção de Portugal na guerra? É uma pergunta que tem de ficar sem resposta no atual estado das investigações históricas. Mas as dificuldades levantadas pelo War Office eram tais que Norton de Matos, ministro da Guerra, teve de ir a Londres aplacá-las o que conseguiu depois de duras e porfiadas negociações. Da capital inglesa seguiu para França onde visitou as tropas e se apercebeu de muitas das falhas que fragilizavam o CEP (Fraga, 2010: 304-305; 366-368).

Fechado o parêntesis, regressemos a janeiro de 1917. Na continuidade de uma tentativa do episcopado português, os católicos são estimulados no sentido de pasarem à ação política através da União Católica de onde sairá o Centro Católico Português.

Em março, aproveitaram-se os evolucionistas de um episódio parlamentar de somenos importância para apostarem na demissão do Governo. A aliança formal chegara ao fim. A continuidade da política beligerante tinha de ser assegurada. Cabia, aos democráticos esse encargo. Tinham de continuar uma política de soberania nacional no plano externo e de apostar, internamente, na acalmia possível quando tudo fazia prever um agravamento da situação económica e social.

A Continuação do Apoio

Afonso Costa formou Governo, a que presidiu, em 25 de abril de 1917. Desta vez contou somente com o apoio parlamentar dos evolucionistas. O Gabinete cairá em 10 de dezembro, por força do golpe desencadeado por Sidónio Pais.

A instabilidade social vai marcar este período e sobre os democráticos cairá a culpa da situação, o que, com verdade, corresponde ao maior erro histórico do relato desta época; o descalabro é uma importação que chega a Portugal como resultado de um terramoto que tem o epicentro nas trincheiras que atravessam a Europa desde o mar

até à fronteira com a Suíça. Basta consultar os jornais espanhóis deste ano conturbado para se perceber que a neutral vizinha atravessava uma crise tão pavorosa quanto a portuguesa! Não se pode estabelecer uma relação dos acontecimentos nacionais com a governação dos democráticos. E tão verdade isto é, que, já sob o popular e — esse sim — demagógico Governo Sidónio Pais a situação social e económica continuou a agravar-se. Mas os interesses partidários sobrepujaram-se à verdade e à sensatez, empurrando as classes mais desfavorecidas para a desordem e para a crítica fácil. O mês de maio foi fecundo em graves acontecimentos que corroeram a já debilitada popularidade dos democráticos. E a contestação chega mesmo ao seio do partido, ao grupo parlamentar que apoia Afonso Costa. Jaime Cortesão, no gozo de licença de campanha, liderava essa contestação, pedindo um governo nacional que incluísse católicos e operários. A juventude e, de certo modo, a ingenuidade daquele que virá a ser o grande historiador da Expansão Marítima impediam-no de perceber a realidade: nem o fim das hostilidades na Europa acabaria com o descalabro económico, origem de toda a desordem social. Uma nova era estava a nascer. Prolongar-se-á até 1945, ano em que, finalmente, o Velho Continente, depois de perder a preponderância política mundial, se redimensionará segundo uma escala mais consentânea com a sua capacidade produtiva e económica. Afonso Costa, depois de ouvir as críticas que lhe foram feitas, usou da palavra e, com a eloquência que lhe era peculiar, associada à sua imensa capacidade de compreensão do devir histórico, esmagou a argumentação de todos os que não observavam a realidade com sangue-frio, sensatez e, acima de tudo, com a argúcia do cirurgião que sabe onde cortar para extirpar o mal corrosivo. Venceu uma batalha dentro do seu próprio partido, mas iria, poucos meses depois, ser derrotado pela tremenda ignorância dos que, atrevidamente, julgavam solucionável uma situação que era fruto de uma causa mais geral e mais abrangente.

Entrementes, na Flandres, o CEP ia recebendo instrução militar e tomando contacto com a realidade da vida das trincheiras. O general-comandante rendia-se ao encanto da disciplina militar britânica e pretendia que os bisonhos soldados de Portugal se assemelhassem aos da velha Albion; queixava-se de que o seu chefe de estado-maior pretendia tutelar, mostrando incapacidade para compreender o cerne da razão de estar a tropa portuguesa em França. Roberto Batista — o chefe do estado-maior do CEP — lutava para marcar perante o Alto Comando Britânico uma posição independente e soberana: colaborar sim, mas sem subordinação humilhante. O confronto e a desconfiança estabeleceram-se entre o general e aquele que o devia aconselhar na tomada de decisões.

No mês de setembro, Lord Derby voltava à carga sobre Norton de Matos, com uma carta pessoal e confidencial onde, primeiro com argumentos suaves e, depois, com outros mais pesados e mesmo ofensivos para o brio castrense português, sugeria que o CEP devia ser afastado das trincheiras por causa da falta de hábito de viver o rigoroso clima de inverno da Flandres, embora, continuasse a colaborar com as

divisões britânicas segundo um esquema que engendrou e, quase no final da missão, dá a bofetada decisiva: lembrando a Guerra Peninsular, submeter ao controlo de oficiais britânicos a atuação dos oficiais portugueses (Fraga, 2010: 487-490). É claríssimo que Londres só poderia estar de posse de certos dados sobre fragilidades da oficialidade portuguesa através de duas vias informativas: o Alto Comando Britânico em França e o que de Lisboa dizia o major-general Barnardiston, adido militar aqui em serviço. Norton de Matos recusou, em poucas palavras, claras e incisivas, a oferta do ministro da Guerra britânico. A intriga à volta do CEP era tremenda, tanto em França, como em Londres e, especialmente, em Lisboa; o seu objetivo estava mais do que evidente: boicotar a todo o custo o envolvimento militar português de modo a deixar livres as mãos dos diplomatas ingleses para, na futura Conferência da Paz, talharem e retalharem o património nacional a seu belo-prazer como estava demonstrado há mais de um século. E esta atitude só prova que o CEP, mais do que uma grande unidade militar era, acima de tudo, o passaporte para a diplomacia nacional poder defender os interesses mais profundos de Portugal. Essa foi a essência da beligerância portuguesa. Todos os factos apontam para esta conclusão. E mais apontariam se coubesse no âmbito deste trabalho analisarmos a conduta de Sidónio Pais e a do adido militar britânico, general Nathaniel Barnardiston.

Em outubro desse ano de 1917, Bernardino Machado, Afonso Costa e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, foram de visita ao CEP. Ainda não cabia a defesa do setor do corpo de exército em que se havia transformado. Só cerca de um mês mais tarde estará o general Tamagnini de Abreu e Silva a comandar essa frente com doze quilómetros de comprimento. Assim, compreende-se que a pressa dos governantes nacionais em visitar o CEP se prendia com a necessidade de desfazer opiniões que sobre o empenhamento português se pudessem estar a tecer entre os comandos aliados. O Presidente da República deslocar-se à frente de batalha, mais do que dar ânimo aos combatentes, era a demonstração de que ali estava Portugal. Era a execução de uma política externa e de uma diplomacia que marcava perante a Europa e, até, perante o mundo a afirmação do envolvimento autónomo de Portugal no grande conflito. Tanto assim é que nunca foi ao teatro de guerra africano, para afirmar o nosso empenhamento nas operações, qualquer alto representante do Estado português. Lá, não era preciso!

Na frente interna a carestia de vida e a falta de alimentos aumenta a grande velocidade. Para tentar minorar a situação o Governo fez aprovar legislação que visava uma melhor distribuição dos géneros e evitar o criminoso açambarcamento, que esteve na origem de grandes fortunas que se fizeram neste período. Todavia, foi impossível manter a ordem social. A revolta germinava entre as classes mais desfavorecidas. Muito a propósito dão-se as aparições de Fátima que culminam em 13 de outubro com uma imensa manifestação de fé na zona da Cova da Iria. Na Rússia estalou a revolução soviética. A Europa estava a modificar-se ainda a guerra não chegara ao fim.

Em 19 de novembro, Afonso Costa e Augusto Soares partiram para Paris para tomarem parte numa conferência inter-Aliados e regressaram ao Porto a 6 de dezembro. No dia anterior havia começado a revolta sidonista em Lisboa. A 8 o Governo democrático claudicou. Uma nova fase da política de guerra começava em Portugal. Uma fase que ia correr ao arpejo da que definira a beligerância.

Conclusão

A beligerância portuguesa não foi, desde 1914 a 1918, pacífica nem consensual e historicamente continua a não ser.

Realmente, há entre os historiadores os que não compreendem os fundamentos que geraram a necessidade de ir para a guerra e os outros que ainda só vislumbram a entrada no conflito como meio de defender a posse das colónias. Ora, essa razão é pouca, porque houve uma outra muito mais subtil que só alguns contemporâneos a perceberam e hoje só o estudo cauteloso pode deixar transparecer, levando em conta interpretações do que não era então conveniente dizer mas se sugeria.

Foi exatamente esse o nosso objetivo: demonstrar que, desde a hora em que se ouviram os primeiros tiros, se desenvolveu um desejo de participação no conflito para conseguir fugir à subordinação humilhante em que Portugal vivia perante a Inglaterra. Mas impunha-se que os mais importantes Estados da Europa percebessem essa manobra para que, por todas as capitais, fosse aceite, não só o novo regime político mas, acima de tudo, o novo Portugal renascido com uma outra personalidade bem distinta da que o havia marcado nos últimos cem anos, desde a derrota de Napoleão Bonaparte.

Para o cumprimento do nosso objetivo, expusemos com alguma delonga os antecedentes, desde a eclosão do conflito militar até à formação do Governo de União Sagrada, pois se não o fizéssemos truncávamos a perceção do fio condutor da ação do Partido Democrático até à declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Abordámos, ainda que sumariamente, a ação daquele Governo, procurando situá-la tanto no plano interno como no internacional e militar. Julgamos que conseguimos evidenciar a manobra diplomática e castrense que apontava ao objetivo mais profundo da beligerância portuguesa. Por fim, atingido o termo do Governo de União Sagrada quando já só os democráticos ficaram a dirigir toda a política nacional, tentámos que se percebessem os passos mais importantes que foram dados para afirmar a presença portuguesa no campo de batalha, na frente ocidental. O derrube violento do Partido Democrático levado a efeito por Sidónio Pais, no golpe de dezembro de 1917, alterou por completo a política que laboriosamente se havia construído desde agosto de 1914.

Julgamos que, em jeito de conclusão, se pode dizer ter havido uma política de beligerância, construída desde a primeira fase da guerra até ao final do ano de 1917, que se norteava pela dignificação internacional de Portugal, tendo como objetivo

poder fugir à garra tutelar da Grã-Bretanha, nela participando, por total incapacidade ou inércia dos restantes agrupamentos políticos, o partido evolucionista para além dos democráticos que a gizaram; só a violência de um golpe militar, apoiado por obscuras forças e estranhas alianças, fez retornar à tutela britânica o que dela se pretendia afastar.

Referências Bibliográficas

- Fraga, Luís Alves de (1990). *Portugal e a 1.ª Grande Guerra. Os objetivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional. 1914-1916*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [tese de mestrado para a obtenção do grau de mestre em Estratégia].
- Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República: 1916 – 1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fraga, Luís Alves de (2012). “Quando um diplomata fez política por causa da guerra. O caso de João Chagas (1910-1914)”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 1, primavera 2012. Disponível em observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art6.
- Fraga, Luís Alves de (2012a). *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916* (2.ª ed.). Lisboa: EDIUAL.
- Fraga, Luís Alves de; Samara, Maria Alice (2014). *João Pereira Bastos: O Sonho de um Exército Republicano*. Lisboa: Assembleia da República.
- Peres, Damião (1954). *História de Portugal: Suplemento*. Porto: Portucalense Editora.

As Forças Armadas e a Grande Guerra

Aniceto Afonso

Coronel de Artilharia na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em História Contemporânea Portuguesa pela Faculdade de Letras de Lisboa. Foi professor de História da Academia Militar, diretor do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo da Defesa Nacional.

Resumo

A Grande Guerra deflagrou na Europa nos primeiros dias de agosto de 1914 e só terminou com a assinatura do Armistício, em 11 de novembro de 1918, com 65 milhões de homens mobilizados, oito milhões e meio de mortos, 20 milhões de feridos, milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos. Guerra da liberdade ou guerra da pátria, a verdade é que todos pensaram a guerra como uma ação rápida, fulminante, com a ideia de “passar o Natal em casa”. Resultados? A guerra não desatou o nó górdio. Também não foi a última das guerras. O mundo novo tão prometido não passou de uma grande ilusão. A Grande Guerra não foi a guerra decisiva, foi uma guerra de passagem. O que os estrategas pensaram para cinco meses durou mais de três décadas.

Portugal deixou nos campos de batalha mais de oito mil mortos e mobilizou mais de cem mil homens. As suas forças foram divididas entre as expedições para Angola e Moçambique e o Corpo Expedicionário Português para França. Para Angola seguiram cerca de 10.000, para Moçambique cerca de 18.000 e para França mais de 50.000 homens. Outros foram para as ilhas Atlânticas e ainda outros asseguraram a defesa e a segurança do território português continental, dos portos e das rotas marítimas. Foi um esforço tremendo para Portugal e para as suas Forças Armadas.

Abstract

The Armed Forces and the Great War

The Great War broke out in Europe in early August 1914 and ended with the signing of the Armistice on November 11, 1918, with 65 million men mobilized, eight and a half million dead, 20 million wounded, and thousands of prisoners and missing men. War for freedom or war for the motherland? The truth is that everyone thought the war would be quick, a fulminant action, with the idea of “spending Christmas at home”. Results? The war didn’t untie the Gordian knot and wasn’t the last war. The promised new world was nothing more than a grand illusion. The Great War was not the decisive war, it was a war of transition. What strategists thought would last five months, lasted more than three decades.

Portugal left on the battlefield more than 8,000 dead and mobilized more than a 100,000 men. Its forces were divided between Angola, Mozambique and the Portuguese Expeditionary Corps in France. To Angola were sent about 10,000, 18,000 for Mozambique, and to France more than 50,000 men. Others went to the Atlantic islands and others ensured the defense and security of the Portuguese mainland, ports and sea lanes. This was a tremendous effort made by Portugal and its Armed Forces.

Da Implantação da República ao Início da Guerra

Depois da implantação da República, os novos dirigentes portugueses sabiam que era necessário obter o reconhecimento do novo regime pelos outros governos. Mas também sabiam que esse reconhecimento dependia sobretudo da posição da Grã-Bretanha. Também outros problemas difíceis, como a ameaça espanhola e a situação nos territórios coloniais, dependiam, mais uma vez, da atitude inglesa.

Depois do 5 de Outubro, era urgente estabilizar a situação interna não permitindo um longo período de incerteza, com resistência significativa dos monárquicos. A eleição da Assembleia Constituinte, a aprovação da Constituição e as declarações de normalidade democrática e de cumprimento das normas inerentes ao relacionamento internacional, deixaram de fornecer argumentos ao adiamento do reconhecimento do novo governo português pela Grã-Bretanha.

Em menos de um ano, apesar das condições impostas pela Inglaterra e das diligências de Afonso XIII, a República Portuguesa passava ao concerto das nações, com muitos dos problemas e das incapacidades herdadas da Monarquia.

A questão do Império foi um problema de difícil solução. Qualquer medida exigia muitos capitais e largos consensos, assim como atenção ao clima internacional. A Inglaterra e a Alemanha negociavam a partilha do poder colonial, uma parte à custa dos territórios administrados por Portugal. A presença portuguesa nos seus territórios coloniais era diminuta, dispersa e, na opinião das grandes potências, insuficiente (Proença, 2009).

O crescimento do poderio alemão representou um enorme desafio para a Inglaterra, como potência dominante. Em especial em torno do desenvolvimento da sua esquadra e do alargamento das suas zonas coloniais. À medida que o poder alemão crescia, a hegemonia inglesa ia sendo posta em causa. Este enfraquecimento relativo acabou por se refletir na capacidade da Inglaterra assegurar aos seus aliados, incluindo Portugal, a proteção habitual, em especial no que se relacionava com o mar e o império colonial. Surgia assim, desde os finais do século XIX, um novo sistema de relações internacionais, que ia colocando em causa o “esplêndido isolamento” inglês e obrigando a Inglaterra a recorrer a alianças continentais, primeiro com a França e depois com a Rússia, assim como ia conferindo à Alemanha um novo papel internacional, determinada como estava a aumentar e consolidar os seus novos poderes. Ora, um pequeno país, como Portugal, devia aprender rapidamente a situar-se neste novo ambiente, o que nem sempre aconteceu com a devida oportunidade (Telo, 2010a).

Quando em 1914, num ambiente diplomático tenso, as unidades militares europeias se começaram a movimentar, Portugal pouco avançara nas suas capacidades de resistência a qualquer desafio sério – nem conseguira reformar o exército, nem construía a nova esquadra naval, nem consolidara a defesa dos seus territórios coloniais. A República, como a Monarquia, confiava a sua defesa à Inglaterra, apesar

dos sentimentos antibritânicos de muitos republicanos, silenciados pelo superior interesse da República e pelos perigos que qualquer outra atitude poderia trazer. Neste tempo de mudança internacional, Portugal não tinha capacidade para definir uma atitude autónoma. Limitou-se por isso a seguir as orientações da diplomacia inglesa, mantendo-se neutral, sem declarar a neutralidade.

Grande Guerra - A Campanha Colonial de Portugal

Depois do início da Grande Guerra, o governo português considerou que havia uma séria ameaça militar às suas colónias de Angola e Moçambique, por parte da Alemanha.

Esta potência tinha tropas nos seus territórios do Sudoeste Africano e da África Oriental Alemã, que eram vizinhos dos territórios portugueses. Nessas condições, independentemente da resolução da questão da beligerância portuguesa, o governo entendeu que devia mobilizar duas forças expedicionárias, que partiram para Angola e Moçambique no dia 11 de setembro de 1914.

Como dissemos, a partir dos finais do século XIX, as colónias portuguesas foram objeto de negociações entre a Alemanha e a Inglaterra, com o fim de satisfazer o projeto alemão de expansão colonial, em troca de uma divisão pacífica de poderes no novo sistema de relações internacionais.

O acordo anglo-alemão dizia, no seu artigo 8.º, “que se perigasse a vida ou os haveres de súbditos alemães ou ingleses, por motivo de distúrbios ou pela atitude das autoridades locais, e o Governo português não estivesse em condições de os proteger, o Governo britânico e o Governo alemão, depois de consultarem um com o outro, e depois de comunicarem ao Governo português, tomariam as medidas que entendessem necessárias para tomar a defesa dos interesses ameaçados”. Isto equivalia a dizer que Portugal dificilmente evitaria a realização das intenções alemãs, se o tratado não tivesse sido excluído por causa do início da guerra (Almada, 1946). Em 1914, Portugal ignorava o conteúdo concreto das negociações. A sua posição perante a guerra devia ser concertada com a diplomacia inglesa, mas devia ser proporcional às vantagens de ser aliado da Inglaterra, de ser um regime em vias de consolidação no concerto das Nações e de possuir um império colonial disperso e impreparado para a sua própria defesa.

E embora a ideia intervencionista no teatro europeu não tivesse apoio unânime entre os republicanos, ninguém pôs em causa a mobilização de contingentes para a defesa das colónias.

A expedição militar que se destinava a Angola era comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas, oficial que tinha sido governador do distrito da Huíla, no Sul do território. Depois do desembarque as tropas deslocaram-se para a fronteira sul, deixando claro que o inimigo era as tropas alemãs do Sudoeste Africano. A expedição tinha um efetivo total superior a 3.000 homens, incluindo cerca de mil soldados

indígenas. Depois de uma longa e penosa marcha para o interior, as tropas instalaram-se nas zonas de mais provável penetração inimiga. As instruções de Lisboa eram rigorosas e obedeciam aos imperativos da política geral adotada pelo Governo português – Portugal não estava em guerra com a Alemanha!

Foi nestas circunstâncias que a iniciativa do ataque a Naulila, no dia 18 de dezembro de 1914, pertenceu aos alemães. Após várias horas de combate, as tropas portuguesas retiraram com pesadas baixas. Contudo, também as tropas alemãs recuaram para as suas bases, pelo que o combate não teve outras consequências.

Ainda antes do final do ano, pensou o Governo em reforçar as forças expedicionárias, de forma a opor-se a novas ações das forças alemãs e levar a cabo operações contra os povos revoltados do sul da colónia. Aliás, o reforço do dispositivo português tinha-se iniciado ainda antes dos acontecimentos de Naulila, com o embarque de um batalhão de Marinha em meados de novembro, seguindo depois novos reforços que elevaram para cerca de 5.000 o número de militares presentes no Sul de Angola.

O novo Governo atribuiu o comando destas forças ao general Pereira de Eça, a quem igualmente nomeou governador-geral. Após a sua chegada a Luanda, a 21 de março de 1915, dirigiu-se para o sul, iniciando desde logo a ocupação do Baixo Cunene. Entretanto, em 9 de julho, as tropas alemãs renderam-se perante o avanço das tropas sul-africanas, cabendo às forças portuguesas, a partir desse mês, executar apenas ações contra as revoltas no interior da colónia.

Também em Moçambique as tropas coloniais eram diminutas e mal preparadas. Após o início da guerra, a vizinhança da colónia alemã da fronteira norte não oferecia dúvidas sobre os perigos que Moçambique corria, se as suas defesas não fossem melhoradas. De certa forma, era essa a missão da primeira expedição. Todavia, como não lhe foram marcados objetivos concretos, os militares limitaram-se a ocupar a margem direita do rio Rovuma, construindo algumas vias de comunicação, ligações telegráficas e instalando postos de vigilância. O comandante era o tenente-coronel Massano de Amorim, com experiência colonial. O seu efetivo rondava os 1.500 homens, que as doenças tropicais enfraqueceram significativamente. Este facto, aliás, estender-se-ia a todas as outras expedições.

Foi, entretanto, organizada uma segunda expedição, que embarcou em Lisboa na companhia do novo governador-geral, Álvaro de Castro, sendo o seu comando atribuído ao major Moura Mendes, oficial sem experiência colonial. Chegando ao Norte de Moçambique nos princípios de novembro de 1915, logo se verificou continuarem as tropas expedicionárias a apresentar os mesmos defeitos – instrução deficiente, equipamento inadequado, fraco comando e péssimo apoio de serviços de saúde.

Longos meses se passaram sem que as tropas tomassem qualquer iniciativa, praticamente paralisadas pela época das chuvas e pelas doenças. Tal situação levará Ál-

varo de Castro a afirmar que “o destacamento expedicionário de 1915 não estudou a situação militar na fronteira e não preparou a resposta a qualquer eventualidade que surgisse, a declaração de guerra encontrou-o absolutamente desprevenido na sua missão” (Afonso, 1989).

Ocorreu, entretanto, uma mudança substancial de situação, com a declaração de guerra da Alemanha, o que permitiu a Álvaro de Castro estabelecer para as forças militares objetivos concretos. Estas ações iniciaram-se com a reocupação de Quionga, no extremo Nordeste de Moçambique, levada a cabo nos primeiros dias de abril, após a guarnição alemã ter abandonado a zona. A soberania portuguesa nesta pequena faixa de terreno viria a ser reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas e restituída a Portugal, considerado seu proprietário originário e legítimo.

Depois de ocupar Quionga, Álvaro de Castro deu às tropas expedicionárias outros objetivos, como a cooperação com as tropas inglesas, com o fim de vencer as forças alemãs e conquistar uma pequena zona de território alemão, colocando em destaque a ação de Portugal junto das outras nações aliadas. Foram por isso levadas a cabo algumas operações, na tentativa de as tropas portuguesas cruzarem o rio Rovuma, com o apoio de algumas unidades da Marinha de Guerra. Mas a tentativa era demasiado custosa para as forças portuguesas, que se viram obrigadas a regressar às suas bases. Organizou-se então, em meados de 1916, a terceira expedição a Moçambique. Ela seria a mais forte de todas as expedições coloniais, integrando mais de 4.600 homens comandados pelo general Ferreira Gil. Depois da chegada ao Norte de Moçambique, a expedição retomou os objetivos anteriores. De certo modo, pode dizer-se que as maiores operações em Moçambique foram efetuadas na segunda metade de 1916. O período da ofensiva portuguesa protagonizada por estas tropas caracterizou-se pela travessia do rio Rovuma e por uma penetração em território alemão, com a tomada de Nevala. Todavia, a situação criada com o avanço das tropas portuguesas não resistiu à contraofensiva alemã, forçando o abandono dos postos conquistados, ainda antes do fim do ano.

Entretanto, iniciou-se uma grande ofensiva das tropas inglesas e belgas, a norte e a oeste da colónia alemã, que empurrou os alemães mais para sul e os obrigou a voltar os olhos “para o território português”, como recorda von Lettow-Vorbeck (1923), comandante das forças alemãs. Durante este tempo, a partir do início de 1917, outra expedição foi organizada, no compreensível desejo de evitar o avanço alemão e garantir a inviolabilidade das fronteiras da colónia. Durante a primeira parte do ano foi Álvaro de Castro que tomou pessoalmente o comando das operações militares, sendo substituído pelo coronel Sousa Rosa em meados de 1917. Perto do fim do ano, a 25 de novembro, as tropas alemãs iniciaram uma grande ofensiva em território português, com o fim de se libertarem da ofensiva inglesa, preservar as forças para futuras ações e proceder ao reequipamento em armas e

munições através de material capturado. A ação das tropas alemãs no interior de Moçambique estender-se-ia até aos finais de setembro de 1918. As tropas portuguesas, em cooperação com forças inglesas, combateram o inimigo, tanto quanto lhes foi possível, travando alguns combates de maior relevância.

Von Lettow, conduziu a guerra conforme as circunstâncias, em ordem a fixar efetivos inimigos na região, evitando que fossem utilizados em outros teatros, especialmente na Europa. Finalmente abandonou Moçambique e passou de novo à colónia alemã da África Oriental, em 28 de setembro de 1918, ficando assim o território português livre da presença de tropas inimigas.

O Armistício aproximava-se e com ele o fim da guerra, tão dolorosa e dura para os soldados portugueses, vítimas das condições de que se revestiu a sua preparação, a sua organização e o seu emprego militar.

Os contingentes militares portugueses que lutaram nos teatros da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa como em África, não estavam preparados para participar na Guerra. Careciam de instrução, de material, de armamento, de organização e de disciplina. Também careciam de apoio político e de reconhecimento do seu estatuto e da sua importância.

Neste âmbito, e porventura noutros, os republicanos não estiveram à altura das responsabilidades que assumiram e das expectativas que criaram. Também os militares, acostumados a um longo período de paz, não estavam preparados para entenderem a profundidade da mudança e para participarem na reforma do sistema militar da República.

Nas colónias, tanto em Angola como em Moçambique, a ação dos contingentes militares portugueses está repleta de incapacidades, de improvisações e de debilidades, com divisão de responsabilidade entre os dirigentes político, as autoridades administrativas e os comandos militares.

Os atos de coragem, as pequenas ações militares conduzidas com dedicação e sabedoria, que também existiram, não podem deixar na sombra o grande fracasso da ação militar da República nas várias frentes de combate em que as tropas portuguesas estiveram presentes.

A Intervenção no Teatro Europeu

Ainda antes da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, feita a 4 de agosto, o governo inglês pediu ao governo português “para se abster por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade”. De certa forma, logo aqui ficou delineada a posição de Portugal perante o conflito: não declaração da neutralidade e inteira dependência da Inglaterra quanto à alteração desta primeira atitude. Essa posição perante a guerra – nem neutral, nem beligerante – manter-se-ia até 9 de março de 1916, dia em que, a seguir ao apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses, a Alemanha declarou guerra a Portugal (Fraga, 2010).

Foram dois anos de profundas disputas internas e extensos conflitos que envolveram as forças políticas, os poderes públicos, a sociedade inteira. Polêmica que, aliás, ultrapassará a própria declaração de guerra, mantendo-se até à assinatura do armistício, e mesmo para além dele.

Os republicanos saíram destroçados deste curto período de quatro anos. Dividiram-se quanto à intervenção militar de Portugal na Europa e não estiveram de acordo acerca da forma que a participação portuguesa deveria revestir. Muitos oficiais da força armada opunham-se à guerra, principalmente ao envio de tropas para o teatro europeu.

Mas, a partir da declaração de guerra da Alemanha, as medidas de mobilização foram aceleradas, vindo a sua concretização a pôr a nu as inúmeras dificuldades estruturais – em efetivos, em armamento, em equipamentos e, acima de tudo, em quadros.

Mas, sob a égide de Norton de Matos, regressado de Angola e nomeado ministro da Guerra, constituiu-se em Tancos a Divisão já mobilizada, a fim de receber instrução adequada à sua próxima entrada em campanha. A sua instrução fez-se em cerca de três meses, sendo dada como pronta em finais de junho.

O convite oficial do Governo britânico de 15 de julho de 1916, para que Portugal tomasse parte ativa nas operações militares dos aliados ainda conheceu oposições, mas as tropas portuguesas constituintes do Corpo Expedicionário Português (CEP) iniciaram o embarque em finais de janeiro de 1917.

O efetivo total do CEP nesta primeira mobilização foi de 1.551 oficiais e 38.034 sargentos e praças. Estes números viriam a subir para mais de 50.000 embarcados, quando se constituiu a 2.^a Divisão, que permitiu completar o Corpo de Exército, com que Portugal concretizou a sua participação na frente europeia da guerra.

O CEP foi colocado em França através de sucessivos transportes marítimos entre janeiro e setembro de 1917, com desembarques no porto de Brest, e transporte em comboio até às proximidades da linha da frente.

Em França, depois de um alargado período de instrução e estágio nas linhas, foi atribuído ao CEP um setor na frente, situado na Flandres francesa, em frente da cidade de Lille, entre Armentières e Béthune. O CEP assumiu a responsabilidade total do setor português no dia 5 de novembro de 1917, sob o comando do 1.º Exército Britânico. Na opinião dos comandos ingleses era um setor bastante calmo, onde não se previa a ocorrência de grandes ações de combate, antes da próxima primavera.

O setor português era uma zona plana, tinha a forma de um quadrilátero irregular, com cerca de 12 km de trincheiras. Foi aqui que até 9 de abril de 1918, os soldados passaram por uma dura experiência de guerra, que marcou indelevelmente uma geração portuguesa.

As baixas na frente não resultavam apenas das grandes batalhas pela conquista de terreno, em que os mortos se contavam sempre pelos milhares; estavam tam-

bém associadas ao dia a dia das trincheiras, e resultavam de ataques de artilharia e morteiros, da ação de atiradores isolados, de *raids* nas linhas inimigas. As unidades portuguesas, antes do Corpo assumir em pleno o seu setor, tiveram 352 mortos em combate, entre abril e outubro de 1917.

Entretanto, em Portugal, a situação continuou a degradar-se. As dificuldades económicas agravaram-se, a escassez de subsistências continuou, tudo se conjugando para criar um clima social propício ao desenvolvimento de projetos conspirativos e violentos. Foi neste ambiente que, em 5 de dezembro de 1917, uma revolta militar saiu à rua, chefiada por Sidónio Pais. Em menos de três dias, os revoltosos conquistaram o poder e assumiram a direção política do País.

A nova situação não chegou a pôr em causa a continuação do empenhamento militar ao lado dos Aliados, tanto na Europa como em Moçambique, mas é sintomático da nova disposição dos dirigentes portugueses o facto de não se terem efetuado quaisquer rendições de efetivos.

As tropas portuguesas viram-se assim envolvidas num conflito que dificilmente compreendiam. A retaguarda era débil, as condições de emprego como força militar em operações extremamente fraca, o moral foi sempre baixo, mas no início de 1918 desceu a níveis insuportáveis. As unidades tinham falta de oficiais, a instrução tinha sido deficiente, o apoio não estava ao nível do de outras unidades do mesmo escalão. Os soldados não gozavam férias, estavam muito longe da sua terra, muitos nunca chegaram a compreender porque estavam naquela guerra.

A atividade militar na zona intensificou-se de forma gradual mas constantemente. O mês de março foi extremamente penoso para as unidades portuguesas. O número de combates em que unidades portuguesas se viram envolvidas foi muito superior ao habitual. Houve combates em 2, 7, 9, 12 e 18 de março, para além de pequenas escaramuças e contínuos bombardeamentos de artilharia.

Os comandos portugueses aperceberam-se desta situação, mas o comando britânico manteve a ideia de que o ataque principal que as forças alemãs preparavam não seria na região de Armentières. Mas em 6 de abril as tropas portuguesas receberam ordens para manterem na linha da frente apenas a 2.^a Divisão, comandada por Gomes da Costa, passando para o comando do XI Corpo de Exército britânico. Na prática porém, a extensão da linha da frente manteve-se nos 12 km anteriores, sendo retirado um batalhão. Ou seja, a frente ficou com menos densidade de forças. O tempo também foi curto para consolidar as inevitáveis mudanças táticas resultantes desta decisão unilateral do comando britânico.

Mas o pior estava para vir. As visitas a 6 e 7 de abril do comandante do XI Corpo, general Hacking, ao comando da 2.^a Divisão coincidiram com as notícias dos preparativos alemães e a constatação do nível moral e do estado físico das tropas portuguesas, o que levou o comando britânico à decisão lógica, que uma pruden-

te análise de situação já deveria ter aconselhado há bastante tempo. A 8 de abril foi dada ordem para a substituição da 2.^a Divisão por uma divisão inglesa, movimento que deveria iniciar-se a 9 de abril. Era tarde e a decisão tardia desmoronou o moral das primeiras linhas portuguesas. Se a vontade de lutar e a disposição anímica era já extremamente baixa, a perspectiva de sair da frente anulou toda a capacidade de resistência e de comando. A situação só poderia conduzir a um desastre, se o ataque se realizasse exatamente nesse dia. Foi o que aconteceu.

O ataque alemão de 9 de abril inseriu-se na sua estratégia de rotura da frente em setores estreitos, com grande superioridade de meios. Os comandos alemães sabiam que seria a última oportunidade de o conseguirem. O ataque foi bem planeado, bem preparado e executado de forma eficaz. A preparação da artilharia foi longa e intensa. Os gases de combate foram usados da forma habitual. O assalto fez-se de acordo com os princípios táticos consolidados pela longa guerra de trincheiras – preparação de fogos, ataque frontal, envolvimentos, contrabateria, ataques profundos, consolidação do terreno conquistado.

A defesa do setor português, e de certa forma dos setores vizinhos, não pôde organizar-se de forma consistente. A capacidade de combate dos portugueses estava diminuída pelas condições do terreno, pelo desequilíbrio dos meios de combate e principalmente pela disposição psicológica das tropas.

Houve resistências, mas os confrontos foram pontuais e não duraram mais que escassas horas, o tempo necessário ao avanço das tropas alemãs. Em seis horas ruiu toda a resistência das primeiras linhas; ao fim do dia estava conquistado todo o setor português e consolidada a penetração alemã. Só em Lacouture um pequeno núcleo anglo-português resistiu até ao dia seguinte.

Como “Batalha do Lys”, “9 de abril”, “La Lys – a Batalha Portuguesa” ou outro título semelhante, os combates da manhã de 9 de abril de 1918 na frente ocupada pelo CEP encontram-se descritos e analisados em múltiplos textos.

A Marinha de Guerra

Em relação à marinha de guerra, pode dizer-se que, nos anos que precederam a guerra, houve uma substancial alteração de conceitos estratégicos relacionados com a guerra no mar, e também em Portugal se assistiu ao surgimento de novas orientações, com mais ou menos reflexos no pensamento naval e na organização e meios navais.

A ideia de uma permanente aliança com a Inglaterra é constante, embora se preveja a possibilidade de a marinha inglesa ficar demasiado ocupada para poder auxiliar Portugal. Mas outras componentes não deixam de refletir-se na discussão interna, como a corrida naval, o crescente poder naval da Espanha e a transferência da esquadra britânica do Mediterrâneo para o Mar do Norte, na sequência dos acordos entre a França e a Inglaterra.

O conceito essencial evoluiu para a necessidade de uma esquadra com capacidade oceânica, à dimensão das possibilidades nacionais, que impedisse o bloqueio dos portos portugueses e assegurasse a ligação entre Lisboa e os Açores e, em consequência, a relação com as colónias.

O programa naval da República absorveu este conceito geral, embora na prática os objetivos fixados fossem impossíveis de atingir, dado o alto custo da opção. Mas o ambicioso plano republicano para a marinha de guerra acabou por ficar apenas no papel, até ao início das operações na Europa.

Contudo, alguma coisa foi mudando na Marinha Portuguesa. Tal como os programas navais de outros países, também em Portugal se pensou no papel dos contratorpedeiros que, apesar das polémicas suscitadas, começam a ser construídos no Arsenal em 1910, acabando Portugal por lançar três navios desta classe, antes da beligerância portuguesa, em 1916.

Também os submarinos viriam a fazer parte das preocupações dos responsáveis portugueses, sendo encomendada a primeira unidade a Itália, em 1910, recebida em Lisboa em 1913, com o nome de “Espadarte”. Portugal virá a receber ainda mais três submarinos em 1917, formando as quatro unidades a primeira esquadilha de submarinos portugueses, como principal elemento da defesa naval de Lisboa, a partir do início de 1918. Era, apesar de tudo, um avanço significativo.

Quando a guerra se inicia, a Marinha não está preparada para enfrentar as ameaças que se desenham. As principais preocupações, defesa dos portos contra ameaças de superfície e proteção das tropas expedicionárias para as colónias, dificilmente podiam ser asseguradas pelos meios da marinha portuguesa. Contudo, os navios existentes são utilizados para enfrentar os problemas de defesa e navegação, especialmente na proteção dos portos de Lisboa e Leixões, dos Açores e da Madeira, das comunicações, da navegação para as colónias e do apoio possível às operações em Moçambique.

Como Acabou a Guerra

Vejamos o campo de batalha. O carro de combate e os primeiros meios aéreos foram a base técnica para vencer o imobilismo das trincheiras. No que respeita aos carros de combate, tanto os modelos ingleses como os franceses combinavam, desde o início, vários elementos indispensáveis – mobilidade (motor de explosão, combustível líquido, lagartas), proteção (blindagem contra armas ligeiras) e poder de fogo (metralhadoras ou peças de tiro rápido). A organização e a tática da sua utilização foram objeto de várias experiências, nem todas com êxito. As primeiras utilizações foram feitas ainda em 1916, mas sem grandes resultados práticos. A Alemanha, por opção própria, dificuldades de produção e colhendo ensinamentos das primeiras experiências aliadas, não chegou a dar grande importância a esta nova arma.

Mas o carro estava destinado a impor-se. Faltava aplicar-lhe um conceito novo – ligeiro, veloz, com tripulação reduzida. A França foi, neste sentido, pioneira, com o Renault FT, produzido aos milhares nos últimos meses de guerra (Telo, 2010b; Gomes, 2010).

Na contraofensiva aliada que se inicia em maio de 1918, os carros vão desempenhar um papel fundamental. Os mais pesados para abrir brechas na frente, através da sua capacidade de ultrapassarem as trincheiras, e os ligeiros para efetuarem a exploração do sucesso inicial. Não sendo estas iniciativas determinantes, como atos isolados, os aliados mantiveram neste período uma constante atividade na frente, procurando iniciar um ataque logo que o anterior era detido. Desta forma puderam esgotar a capacidade de resistência alemã, cujos comandos, a partir de agosto, admitiram a necessidade de encontrar uma solução política para a guerra.

Depois de La Lys, o que restou das tropas portuguesas foi distribuído por unidades inglesas, sendo os militares utilizados, de uma forma geral, em trabalhos braçais, como a construção de trincheiras. Tanto o general Tamagnini, enquanto manteve o comando, como o general Garcia Rosado, que o substituiu a partir de agosto, procuraram junto do governo português e do governo inglês, mas também junto do comando britânico, devolver alguma dignidade ao período final da presença das tropas portuguesas na frente ocidental.

Iniciaram-se desta forma novas negociações com as autoridades britânicas, que não conduziram a qualquer resultado satisfatório. O melhor que veio a conseguir-se foi negociado com os comandos britânicos em França, para a constituição de algumas unidades de escalão batalhão e companhia, que vieram a acompanhar a grande ofensiva aliada, integradas no 5.º Exército Britânico, comandado pelo general australiano Birdwood.

Foi assim que o Exército Português, mais por iniciativa no terreno de alguns dos seus comandos do que por empenho do governo de Lisboa, conseguiu ultrapassar com um resto de dignidade as contingências da sua presença na frente europeia, vindo depois a desfilar em Paris, quando ali se comemorou a vitória, em 14 de julho de 1919.

Referências Bibliográficas

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2010). *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi.

Afonso, Aniceto (1989). “A Primeira Guerra Mundial e a Situação das Colónias Portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito”, in Luís de Albuquerque (Dir.) (1989), *Portugal no Mundo*. Lisboa: Alfa, Vol.VI, pp. 282-294.

Almada, José de (1946). *Convenções Anglo-alemãs Relativas Às Colónias Portuguesas*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa – Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Fraga, Luís Alves de (2010). “Portugal – Nem Neutralidade Nem Beligerância”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi, pp. 107-108.
- Gomes, Nuno Santa Clara (2010). “Carro de Combate – O Início de Uma Nova Era”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi, pp. 483-487.
- Lettow-Vorbeck, von (1923). *As Minhas Memórias da África Oriental*. Évora.
- Proença, Maria Cândida (2009). “A Questão Colonial”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, pp. 205-228.
- Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.) (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Telo, António José (2010a). “Em Direção À Guerra – Um Longo Caminho”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, QuidNovi, pp. 7-10.
- Telo, António José Telo (2010b), “O Fim da Guerra de Trincheiras”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, QuidNovi, pp. 479-482.

A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): Tópicos de Política e Defesa

Paulo Miguel Rodrigues

Doutor em História Contemporânea, Professor Auxiliar na Universidade da Madeira (UMA), Presidente do Centro de Competências de Artes e Humanidades e Diretor do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL/UMA).

Resumo

A Madeira, situada numa zona de interseção, crucial para os interesses britânicos e alemães, no Atlântico próximo-sul europeu e norte africano e à entrada do Mediterrâneo, despertou, desde o final do século XIX, múltiplas cobiças, que a diplomacia portuguesa, apesar de condicionada, foi conseguindo gerir e, de uma forma geral, usar a favor dos interesses globais de Portugal.

Com uma importância geoestratégica fundada e (re)criada ao longo século XIX, mas sempre sustentada nos interesses das grandes potências continentais com projeção naval e imperial, a Madeira viveu de perto o aproximar da guerra também pelo facto de nela existirem duas importantes comunidades britânica e germânica, que não se podiam manter alheadas da crise internacional.

Depois, com o envolvimento direto de Portugal e a expansão da atividade dos submarinos alemães, a ilha foi bombardeada por duas vezes: a primeira, em dezembro de 1916; a segunda em dezembro de 1917. Foi o único espaço português no hemisfério Norte a sofrer um ataque de tal dimensão, ao qual se podem ainda juntar as inúmeras vezes em que se registou ou houve apenas notícia da atividade dos submarinos no mar do arquipélago, com todas as consequências políticas e militares, que daí resultaram.

Abstract

Madeira Island during the Great War (1914-1918): Politics and Defense Topics

Madeira island, situated in a zone of intersection, near-South European and North African Atlantic and close to the entrance of the Mediterranean, was crucial to the British and German interests and aroused their attention since the late nineteenth century. In general and despite its typical constraints, the Portuguese diplomacy was successful whenever it had to deal with these intentions and concerns, using Madeira to promote Portugal's global interests.

With an established geostrategic importance, (re)created throughout the nineteenth century and always sustained in the interests of the major continental power with imperial and naval projection, Madeira lived very closely the prelude to World War, because it had two important British and German communities that could not distance themselves from the international crisis.

Then, with the military involvement of Portugal and the expansion of German submarines activities, the island was bombed twice: first, in December 1916 and later in December 1917. It was the only Portuguese possession in the northern hemisphere to suffer such an attack, added by numerous registered submarines activities in the archipelago sea, which had political and military consequences.

Introdução

Quando se comemora o primeiro centenário da Grande Guerra, num momento em que a Europa e o Atlântico atravessam um evidente período de tensão e de crise múltipla, o saber que a História permite e promove tem o dever de se impor, como um alerta para a importância do passado e da Memória, esta enquanto conceito e capacidade que é necessário exercitar, para permitir ao Homem compreender o presente, auxiliando-o na sua permanente construção do futuro.

Com este espírito, o texto que apresentamos procura, na interseção da História política da guerra e das relações internacionais, alertar para a necessidade de estudar o Atlântico e, em particular, para o espaço insular madeirense, para que possamos alcançar uma melhor compreensão da realidade portuguesa contemporânea.

Neste sentido, tendo como *pedra de toque* os dois bombardeamentos de que foi alvo a cidade do Funchal, procurámos definir os termos em que se verificou a inserção do espaço atlântico madeirense na política e nos interesses estratégicos das potências em confronto e, a vários níveis, as consequências que disso resultaram para a Ilha, ao longo das diversas fases do conflito.

Breve Síntese sobre o Espaço Atlântico Madeirense e a Conjuntura Internacional

O Atlântico foi o espaço primordial para onde se transferiram, na viragem do século, as rivalidades europeias, numa conjuntura de reajustamento das alianças. Em 1914 o valor do Oceano é a imagem dessas rivalidades, depois de a Inglaterra ter abandonado a sua política tradicional de atribuir prioridade ao Mediterrâneo. A *entente* franco-britânica reflete, aliás, isto mesmo. A afirmação da Alemanha e dos seus interesses coloniais demonstrara onde estava o novo inimigo. A corrida naval representava para a Inglaterra um grande esforço mas era, ao mesmo tempo, uma necessidade imperiosa. Para o Império britânico o domínio naval era imprescindível e havia que impedir, a todo o custo, a possibilidade da Alemanha fazer sentir a sua presença no Atlântico. Com tudo isto, os espaços portugueses ganharam uma renovada importância no contexto internacional (Telo, 1993).

Para a Inglaterra, mais do que utilizar as Ilhas Adjacentes de uma forma *positiva*, interessava evitar que fossem usadas pelo inimigo. Era uma importância *negativa*, dando continuidade a um princípio que se revelara relativamente bem-sucedido ao longo do século anterior (Rodrigues, 1999; 2008). Se os alemães as controlassem, poderiam transformá-las num forte entrave aos interesses britânicos à escala global. No essencial, os objetivos da Inglaterra foram atingidos e a esquadra alemã jamais conseguiu sair do Mar do Norte. Ultrapassadas as dificuldades iniciais, este bloqueio foi fundamental na estratégia britânica.

No caso madeirense, existem provas evidentes, em particular desde o último quartel do século XIX, tanto das intenções alemãs, como da política britânica para as contrariar (Guevara, 1997). A Ilha baseava a sua importância em três aspetos: per-

mitia o controlo de zonas específicas (da entrada no Mediterrâneo, à costa ocidental africana, de Marrocos aos Camarões, colónia alemã, passando pela costa da África Ocidental francesa, destacando-se os portos de Dakar e Agadir); servia de base para unidades de guerra ou navios mercantes; funcionava como estação de abastecimento de combustíveis (carvão e petróleo) e víveres¹.

Desde o início até ao fim do conflito naval, com o bloqueio da esquadra alemã no Mar do Norte, a preocupação do Almirantado residiu naquilo que em 1914 se poderia considerar acessório, mas depois, em duas fases e com graus de ameaça diversos, acabou por se revelar preocupante: as movimentações de unidades navais para além da zona central dos acontecimentos.

Primeiro, em relação aos vasos de guerra e aos navios mercantes artilhados que se encontravam longe de Kiel e de Wilhelmshaven ou de onde, entretanto, conseguiram escapar, navegando isolados no Atlântico e, na prática, agindo como corsários². Depois, numa segunda fase, com a aposta definitiva (e quase exclusiva), por parte da Alemanha, na guerra submarina, sem esquecer a política de viragem para o Atlântico por parte dos EUA, que no conjunto colocaram em causa, embora de diferentes formas, o predomínio naval da Inglaterra sobre um oceano que até 1917 dominara quase totalmente (Kennedy, 1976).

Entre os navios artilhados com maior atividade no Atlântico podem destacar-se o *Mowe*, o *Seeadler* e o *Wolf* (Schmalenbach, 1979). A respeito de qualquer um deles foram frequentes notícias no Funchal, sabendo-se que pelo menos dois navegaram com frequência no mar do arquipélago, o *Mowe*, durante 1916, e o *Seeadler*, em 1917³. As unidades alemãs de superfície possuíam duas grandes vantagens, mas inúmeras desvantagens: eram rápidas e retiravam benefícios dos sinais de TSE, trocados entre os britânicos, mas estavam em inferioridade numérica, faltavam-lhes bases de apoio, tinham dificuldades em reabastecer-se e não podiam comunicar sistematicamente. Estavam, portanto, quase condenadas ao fracasso e, na verdade, a partir

1 A Ilha estivera envolvida nas disputas entre a Alemanha, a França e a Inglaterra, em torno dos interesses que todas tinham na costa ocidental africana e zonas atlânticas adjacentes. Vide, por exemplo, a chamada questão dos sanatórios e a visita de D. Carlos em meados de 1901.

2 Em 1914, a Alemanha só possuía, fora da Europa, uma força que se poderia tornar preocupante: a divisão de cinco cruzadores estacionados no Extremo Oriente, na Baía de Kiauchau, concessão colonial alemã desde 1898. No Atlântico, navegavam o *Karlsruhe* (cruzador ligeiro), o *Kaiser Wilhem Der Grosse* e o *Cap Trafalgar* (convertidos em cruzadores auxiliares). Na África Oriental alemã estava o *Konigsberg* e no Extremo Oriente o *Emden* (ambos cruzadores ligeiros).

3 O *Mowe* (1914), adaptado a cruzador auxiliar em novembro de 1915, tinha quatro peças de 150 mm, uma de 105 e dois tubos de torpedos de 500 mm. Podia transportar até 500 minas e atingir 14 nós. Conseguiu regressar incólume à Alemanha; o *Seeadler* (1888), adaptado em dezembro de 1916, tinha duas peças de 105 mm e atingia os 9 nós. Foi afundado em agosto de 1917, no Pacífico, perto do Tahiti; o *Wolf* (1906), adaptado em janeiro de 1916, tinha quatro peças de 150, duas de 37 e dois tubos de torpedos de 500. Podia atingir os 13 nós.

do primeiro trimestre de 1915 deixaram de ter qualquer relevância, por terem sido anuladas ou por terem conseguido regressar à Alemanha. Em parte, foi por causa disto que durante o segundo semestre daquele ano se viveram no Atlântico os seis meses mais calmos de toda a guerra (Schmalenbach, 1979; Halpern, 1994).

No início do conflito, contra as unidades isoladas, a *Royal Navy* dispunha de uma força considerável no Atlântico, apesar de composta por navios antigos e lentos: a este, a 9.^a e a 11.^a divisões de cruzadores, cobrindo a extremidade europeia das rotas comerciais; no centro a 5.^a; e a oeste a 4.^a divisão. A opinião geral era, porém, que a guerra naval, entre esquadras, como a concebiam os estrategas, a existir, só teria lugar no Mar do Norte, noção ainda mais vincada após o desfecho da Batalha das Falklands, em dezembro de 1914 (Herwig, 1984; Halpern, 1994; Massie, 2003)⁴.

Neste quadro, durante os dois primeiros anos de guerra, as iniciativas da *Royal Navy* centraram-se, acima de tudo, no controlo da marinha mercante em trânsito para o continente europeu. De uma forma geral, o Atlântico, a sul de Gibraltar, não oferecia grande preocupação, embora exigisse, pelas razões acima expostas, uma atitude vigilante, crescente a partir de meados de 1915, quando começaram a surgir as primeiras incursões sistemáticas dos submarinos alemães em zonas afastadas das suas bases (Gibson e Prendergast, 2003; Tarrant, 1989, Koerver, 2012).

No início do século XX não existia uma *política de defesa* para as ilhas adjacentes, embora daqui não se deva deduzir a inexistência de um pensamento estratégico, mais ou menos articulado, sobre alguns aspetos da defesa insular. Aliás, pela sua situação geográfica, a Madeira estava ligada, em diferentes graus, aos três conjuntos funcionais portugueses: o continental, o atlântico e o africano. Contudo, a respeito da sua organização defensiva e da adaptação à conjuntura internacional, aquilo que se verificou foram medidas avulsas, quase sempre para responder a questões concretas, de carácter urgente.

Em 1914, na *Revista de Artilharia*, o major Eduardo Pellen (1914; 1914a; 1914b) salientou a importância do Atlântico, e das Ilhas em particular, para a marinha britânica, destacando os portos do Funchal, Horta e S. Vicente, aos quais juntava Lisboa ou Lagos, não só enquanto bases navais, mas também pela sua inserção na rede oceânica de cabos submarinos e de estações radiotelegráficas.

4 Obrigado a abandonar o Extremo Oriente, sob pressão dos japoneses, o almirante Graf von Spee procurou regressar, pelo Atlântico, à Alemanha. A Batalha das Falklands (8 de dezembro de 1914) representou o fracasso dessa intenção. Se não tivessem sido derrotados nas Falklands, era expectável que em algum momento se tornassem adversários diretos dos cruzadores ingleses estacionados no mar da Madeira. Tudo não passou de uma hipótese, representando a derrota de Von Spee não só o quão esporádicos foram os confrontos navais entre esquadras, mas também, de facto, a única vitória da marinha britânica sobre o seu adversário.

Na sua análise, Eduardo Pellen imaginava duas linhas retas: uma, na orla ocidental da Europa e de África; outra, paralela à anterior, na orla oriental da América. À esquerda da *linha europeia* estavam os Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde, Ascensão e Santa Helena. À direita da *linha americana* as Bermudas e as Antilhas (Jamaica e Barbados). Era no espaço entre estas duas linhas que se encontravam os pontos de apoio da *Royal Navy* e onde se pressuponha que se iriam desenrolar as primeiras movimentações navais.

Portugal, sem uma força naval capaz de tirar partido do posicionamento estratégico, tinha de se submeter à potência atlântica e fez disto uma opção política, com tradição no século XIX, para daí retirar dividendos múltiplos (diplomáticos, financeiros e políticos). Nesta perspetiva, a Madeira surge como um ponto central no *triângulo estratégico português*, uma base intercalar, que permitia maior flexibilização às divisões navais, e apoio logístico, num momento de novas perspetivas geoestratégicas, no culminar de um período de evolução tecnológica e de viragem gradual dos EUA para o Atlântico, que iria promover um novo paradigma (o qual, entre outras coisas, faz emergir a importância dos Açores).

Aliás, é interessante verificar que logo após a declaração de guerra e ainda antes da chegada dos britânicos, o primeiro navio armado a passar pelo porto do Funchal foi o *Newport*, da marinha dos EUA. Percebe-se também a razão para se encontrarem estacionados na baía do Funchal, no início de agosto de 1914, doze navios de guerra, pertencentes às 4.^a, 5.^a, 9.^a e 11.^a divisões de cruzadores britânicos, sob o comando do *Argonaut*, após terem passado ao largo das Canárias: sete cruzadores (*Highflyer*, *Challenger*, *Carnarvon*, *Vindictive*, *Donegal*, *Amphitrite* e *Essex*), dois couraçados (*Duncan* e *King Alfred*) e dois cruzadores-auxiliares (*Edinburgh Castle* e *Carmania*).

Eram unidades com valor relativo, mesmo em termos técnicos, se comparadas com o núcleo da *Royal Navy*, mas refletiam, na fase inicial do conflito, até pela quantidade, a cautela da Inglaterra em relação à situação na Madeira. Foram estes navios que cruzaram no mar do arquipélago até meados de 1915, quando se iniciou a sua retirada, quer pelos motivos já expostos, de reorganização das forças navais, quer devido à inesperada emergência dos submarinos⁵.

A presença naval britânica no Funchal provocou, aliás, protestos frequentes da Legação Alemã em Lisboa. Em maio de 1915, por exemplo, o embaixador reclamou contra “a utilização da Madeira como *ponto de apoio* para a marinha britânica”, manifestando-se também a sua insatisfação perante a usual “demora, por tempo superior a 24 horas, de diversos navios de guerra britânicos no Funchal” (e Horta),

5 À 9.^a pertenciam o *Argonaut* (1898), *Highflyer* (1898), *Amphitrite* (1898), *Donegal* (1902), *Vindictive* (1897) e o *Challenger* (1902). À 4.^a pertencia o *Essex* (1901); à 5.^a, o *Carnarvon* (1903) e o *Cumberland* (1902); à 6.^a o *King Alfred* (1901).

assim como o “consentimento a navios e estações inglesas, na Madeira, da utilização de antenas de telégrafo sem fios”⁶. Aliás, na *Declaração de Guerra* da Alemanha a Portugal, em março de 1916, faz-se referência ao uso da Madeira como base naval, logo no primeiro parágrafo.

De facto, pela sua posição no interior do triângulo estratégico português, a Madeira detinha, desde logo, uma função intercalar, funcionando, pelo menos até ao último trimestre de 1916, como uma estação carvoeira segura, servindo de intermediária entre a Inglaterra, as suas divisões navais e os vários destinos entre a Europa e o hemisfério sul. Daí que os primeiros anos de guerra tivessem transformado a ilha num ponto de relativa importância logística, devido às suas múltiplas funcionalidades.

Por outro lado, o conflito mundial, ao despertar os teóricos da defesa nacional, alertou para a ausência de algumas necessidades básicas, desde a inexistência de qualquer estudo atualizado sobre a defesa, até às difíceis condições daquilo a que se chamava o *porto do Funchal*, uma área que, na verdade, operacionalmente, de porto pouco ou nada tinha.

Uma Paz Preocupante (1914-1916)

Na Madeira, logo que se noticiou o conflito austro-sérvio tornou-se evidente a gravidade da situação: a Mala Real Inglesa (*Royal Mail*) suspendeu as suas carreiras; a navegação alemã (muito significativa) deixou de tocar no porto; várias casas de bordados, muitas delas alemãs, encerraram (passando, depois da guerra, para a posse de norte-americanos).

Depois, aumentaram os preços, começaram a faltar géneros e cresceu o desemprego na classe marítima. Em menos de um mês, destacaram-se os fatores de instabilidade: quebras no fornecimento de cereais, dificuldades no comércio dos vinhos e aumento dos fretes. Na imprensa, a incredulidade ultrapassou as piores expectativas, perante a notória ausência de vapores, até porque, para além do afastamento das alemãs *Norddeutscher Lloyd* e *Hamburg Amerikan Line*, mesmo entre as companhias britânicas, a única a manter as ligações foi a *Yeoward Line*, pois a *Union Castle* e a *Booth Line* interromperam-nas e/ou deixaram de tocar no porto com regularidade. De repente, tornou-se prioritário combater a queda no movimento portuário. Em novembro de 1914 foi aberto um concurso para assegurar a navegação entre Lisboa, as ilhas adjacentes, África e o Brasil. Os vapores tinham de cumprir os seguintes obrigações: tocar no Funchal nas viagens para África (uma vez/mês); garantir três viagens mensais para a Madeira e Açores; uma viagem mensal entre a Madeira e o Porto Santo; uma viagem quinzenal entre o Funchal e a costa norte.

6 Arquivo Histórico Militar (AHM), P3, M36, A7, correspondência entre o embaixador alemão em Portugal, Friedrich Rosen, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e entre este e o *Foreign Office* - 10, 22 e 31 de maio, 21 de setembro e 10 de dezembro de 1915.

A reação ao concurso foi a que se temia: não surgiu qualquer proposta e os sintomas da crise agravam-se. O turismo, já então uma importante e crescente fonte de receita, ressentiu-se, verificando-se o mesmo em relação à atividade comercial interna, em parte devido à diminuição da afluência da população rural à cidade⁷.

Em finais de abril de 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro e aproveitando o clima de agitação no país, a população manifestou-se, obrigando o exército a intervir. A situação atingiu um ponto próximo da rutura quando, passados três meses, em julho, o comércio não abriu as portas e foram assaltadas duas fábricas de moagem, obrigando o governador civil (interino), conselheiro António Jardim d'Oliveira, a chamar o comandante militar (interino), João Alfredo de Alencastre, para garantir a ordem pública.

A primeira preocupação das autoridades (e das *forças vivas*) foi a manutenção das comunicações (navais e terrestres). Isto passou quer pela existência de embarcações que garantissem as ligações, pois a cabotagem era a única forma de transportar pessoas e mercadorias, quer pela apresentação de reivindicações para a instalação da Telegrafia sem Fios (TSF). Estas solicitações não tiveram, porém, qualquer resposta do governo, o que só contribuiu para aumentar a insatisfação, ainda mais quando se soube que em Cabo Verde e em Timor se preparava a instalação de aparelhos semelhantes.

A Junta Geral tentou ultrapassar o impasse, propondo-se assegurar as despesas, mas pouco conseguiu. Verificou-se, então, uma constante do relacionamento anglo-madeirense, com tradição no século XIX: a Inglaterra, necessitando com urgência de um posto de TSF de apoio às unidades navais, providenciou a sua edificação (na Quinta de Sant'Ana). Do lado português, o melhor que se fez foi reparar a estação semafórica da Ponta do Pargo.

Ou seja, paradoxalmente, a Ilha estava segura enquanto as unidades de superfície alemãs se mantivessem ativas. Quando estas desapareceram e emergiu a ameaça dos submarinos tudo se desfez, agravando-se gradualmente os riscos, até se atingir o auge, a partir de finais de 1917, quando a Alemanha declarou de *guerra submarina* a zona onde se inseria a Madeira.

Da Entrada na Guerra à Tomada de Consciência (1.ª fase: março - dezembro 1916)

A *requisição* (apreensão) dos quatro navios alemães⁸ estacionados no porto do Funchal e as consequentes declarações de guerra, só serviram para agudizar as coisas, num momento em que o Almirantado já reduzira a sua atenção sobre a chamada *Finiesterre-Azores-Madeira Station*.

A tripulação dos navios (38 oficiais e 64 marinheiros) foi colocada no Lazareto Gonçalo Aires, aumentando-se de imediato a vigilância sobre os alemães residentes no

7 Concurso aberto entre 20/11/1914 e 4/2/1915.

8 Colnar (rebatizado Madeira), Petropolis (Porto Santo), Serayho (Machico) e Hochfeld (Desertas).

Funchal, até serem todos transferidos para Angra do Heroísmo. Os elementos da representação consular foram enviados para Lisboa em agosto, já com algum atraso em relação ao prazo estabelecido pelo governo central.

Na ilha, existiam quatro pressupostos essenciais para a realização dos processos defensivos e para a manutenção da segurança geral: 1.º garantir meios eficazes de defesa; 2.º assegurar ao máximo a manutenção do movimento portuário; 3.º possuir e gerir as subsistências e os combustíveis; 4.º impedir a influência negativa dos três elementos anteriores, na promoção da instabilidade pública e no ataque a pontos vitais.

Quanto à defesa militar propriamente dita, esta implicava a conceção de dois grandes espaços, o terrestre e o marítimo, subdivididos⁹:

- Espaço Terrestre (prioritário):
 - Costa sul (área cidadina);
 - Costa norte (com centro em São Vicente);
- Espaço Marítimo:
 - Porto e baía do Funchal;
 - Perímetro marítimo restante (em redor da ilha).

O estado das fortificações era pouco animador e no ativo só estavam as Fortalezas de São Tiago e de São Lourenço, o Castelo de São João Batista (do Pico), a Fortaleza de N.^a Sr.^a da Conceição (dita do Ilhéu) e os Fortes de N.^a Sr.^a do Amparo, de S. Francisco e do Porto Novo (este fora do perímetro urbano). Existiam ainda, referenciados, postos de vigilância, nas vilas e em locais suscetíveis de desembarque, ao longo da costa: Porto Moniz e São Jorge (a Norte), Ponta da Cruz, Machico, Santa Cruz, Reis Magos, Caniço e Ribeira Brava (a Sul). Em 1914, todavia, nenhum deles estava operacional.

Neste quadro, a Fortaleza do Ilhéu era uma exceção pois, pela sua posição, funcionava como posto de observação, comunicação e controlo avançado sobre a baía, para além de permitir a realização de fogo cruzado com as Fortalezas de São Tiago (QG, com ligação direta ao mar), o Palácio de São Lourenço (governos civil, militar e centro da administração insular) e a Bateria instalada na Quinta Vigia. O Palácio não tinha, porém, qualquer elemento de artilharia funcional, pelo que era nula a sua função defensiva.

No perímetro citadino, existiam dois pontos que convinha manter intactos: as estações de cabo submarino e telegráfica, em particular a primeira, depois da saída das unidades da 9.^a Divisão naval britânica. O problema era a geral falta de material e de apetrechos militares e a dificuldade em conseguir gerir o que existia, de forma a cobrir a máxima extensão possível do território, dando prioridade ao Funchal, com a menor despesa e a maior eficácia.

9 Ficavam de fora o Porto Santo, as Desertas e as Selvagens.

Em junho de 1915, quando pescadores oriundos do Porto Santo encontraram um depósito (de c. 900 l.) com petróleo purificado, deu-se um dos primeiros sinais públicos da atividade dos submarinos. Levantaram-se então duas hipóteses: as unidades abastecedoras (navios ou submarinos) teriam saído das Canárias, dirigindo-se para as Selvagens ou Desertas; o combustível saíra do Funchal, incógnito, em vários barcos.

Esta segunda hipótese e a do encontro nas Desertas foram de imediato postas de lado. No caso destas ilhas, devido à proximidade da Madeira e porque na época ainda manobravam na zona os navios britânicos; quanto à saída do combustível do Funchal, nenhuma das autoridades lhe deu credibilidade, mas o governador, Sebastião Correia de Herédia, solicitou que o diretor da Alfândega o informasse sobre as quantidades de gasolina e petróleo importadas desde janeiro de 1915. Por exclusão de partes, admitiu-se que os reabastecimentos estariam a decorrer no mar das Selvagens, mais perto das Canárias (a 162 milhas da Madeira), opinião que também foi partilhada pelo comandante do *HMS Argonaut*, um dos navios da *Royal Navy* que, desde agosto de 1914, se encontrava a cruzar no mar do arquipélago e que maior número de escalas fez no Funchal¹⁰.

Apesar das dificuldades, o comando militar, liderado pelo coronel João Alfredo de Alencastre, não obstante se debater com a falta de oficiais qualificados e sem receber do Ministério a ajuda que esperava - de pouco lhe servindo o ofício confidencial que remeteu para Lisboa, lamentando que a ilha estivesse “completamente desprovida de defesa”¹¹ - procurou promover a reorganização das forças terrestres, tentando formar duas baterias, uma pesada e outra de campanha, deslocando-se também para inspecionar o Porto Santo. Para esta ilha foi mesmo destacada uma força de 70 praças, do Regimento de Infantaria 27, que seguiu a bordo de um carvoeiro britânico, entretanto colocado à disposição das autoridades insulares pelo Almirantado. A força contribuía para garantir a cobertura mínima e transmitir alguma confiança aos habitantes daquela ilha, mas não teria grande relevância se fosse obrigada a entrar em ação.

De facto, os problemas eram de vária ordem e tinham origens diversas. Bastam alguns exemplos, que ultrapassam a crónica falta de munições de artilharia e infantaria e a qualidade do equipamento: a partir de março de 1916 começou a fazer-se sentir com mais acuidade a falta de petróleo (o que, apesar de tudo, contribuiu para acelerar o processo de instalação da luz elétrica em vários locais, com as despesas a serem pagas pelo comando militar); faltavam casernas para abrigar as sentinelas, em particular as que se encontravam em pontos isolados; não havia capacidade

10 *Royal Navy Log Books of the World War 1 Era*, disponível em http://www.naval-history.net/OWShips-WW1-05-HMS_Argonaut.htm [20 de junho de 2014].

11 Arquivo Histórico Militar (AHM), 3.^a D, 1.^a sec., cx. 43, pasta 13, doc. 26.

financeira para assegurar o pagamento das despesas com o aluguer dos meios de transporte civis a que, com alguma frequência, o comando tinha de se socorrer, por não os ter; por último, havia ainda a escassa autonomia e a pouca flexibilidade de ação do próprio comando, obrigado a ter de pedir informações e a esperar por instruções de Lisboa, o que se repercutia na (pouca) rapidez e, por vezes, extrema burocracia para a realização daquilo a que se pode chamar o *movimento global de defesa insular*.

O governo civil, por outro lado, tentava dar andamento a alguns dos melhoramentos projetados, em particular no campo das comunicações, promovendo a entrada em serviço permanente das estações telegráficas e semafóricas do Funchal e da Ponta de São Lourenço, alargando depois tal serviço a todas as estações existentes¹². O funcionamento destas estações era importante, não só para a comunicação com os navios que passavam ao largo, como também para a transmissão de informações no interior da ilha. O telefone era então ainda um meio de comunicação muito raro, para além de ter muitas vezes um funcionamento deficiente. Ainda assim, foi por causa do conflito que alguns deles se instalaram, mesmo sabendo-se que nem sempre - note-se - eram bem aceites pelos utentes. Por último, a respeito das comunicações, convém ter presente a utilidade dos pombos-correio sempre que os meios acima referidos não funcionavam ou eram inexistentes.

A consciência de todas estas insuficiências contribuiu para tornar ainda mais tensa a situação, agravada pela falta de géneros e pela elevada probabilidade de distúrbios. A este respeito, nem sequer a passagem do antigo cruzador francês *Surcouf* e do vapor *Stealing*, da marinha de guerra dos EUA, em julho de 1916, foram suficientes para transmitir maior segurança à população. Na verdade, desde meados daquele ano que o ambiente se deteriorara, obrigando mesmo ao envio de elementos da Infantaria 27 para diversas localidades rurais, como única forma de evitar distúrbios.

A primeira resposta concreta aos pedidos das autoridades insulares chegou a 29 de agosto, quando a canhoneira *Ibo* trouxe diverso material militar, com destaque para uma peça Krupp de 105 mm de fabrico alemão. Até então a cidade só possuía a bateria n.º 3 de Artilharia de Montanha, de 8 MP, já velha e deteriorada, instalada na Fortaleza de São Tiago¹³. Daí a necessidade de instalar ainda mais uma peça de artilharia, que se concretizou com a edificação da Bateria da Quinta Vigia, de 150 mm MK.

12 A gestão do funcionamento destas estações era variável, dependendo das notícias que circulavam a respeito da atividade dos submarinos. Assim, mesmo as ordens para serviço permanente raramente foram cumpridas, sendo, inclusive, muitas vezes retiradas, para voltarem a ser dadas passado algum tempo.

13 Arquivo Histórico Militar (AHM), 3.ª div., 1.ª sec, cx. 43, pasta 13, n.º 26.

Todavia, até o processo de instalação da Bateria na Quinta Vigia serve de exemplo das dificuldades com que se debateu o comando militar. A quinta, situada na saída oeste da cidade, no cimo de uma colina, com uma vista sobranceira à cidade e à baía, oferecia as condições ideais para assegurar o controlo das movimentações no mar e, inclusive, impedir uma (improvável) tentativa de desembarque na cidade. A verdade é que, ainda assim, os militares encontraram alguma oposição por parte do inspetor das finanças, que em outubro de 1916 exigiu que a peça fosse retirada do local onde se encontrava¹⁴. Para resolver a situação foi necessário lembrar (!!) uma ordem de 10 de março, dada logo após a entrada de Portugal no conflito, pela qual a quinta era considerada um ponto de interesse estratégico.

Assim, se tudo decorresse como planeado, à entrada do último trimestre de 1916, o Funchal passaria a dispor de três peças de artilharia, que apesar de antiquadas, permitiriam um fogo cruzado consistente. A estas peças, o comando juntava ainda 1.500 espingardas e 27.000 cartuchos. Estavam quase todos conscientes, é certo, não só de que era pouco, como também desatualizado. Só ainda não sabiam era o quanto. Por fim, quanto a forças navais, existia apenas um pequeno barco, o *Mariano de Carvalho*, levemente artilhado para patrulhamento, com uma peça de 37 mm, mas mesmo este, por coincidência, estava inoperacional em dezembro de 1916.

O Primeiro Bombardeamento (3 de dezembro de 1916)

A canhoneira *La Surprise*, em serviço de escolta, e o vapor *Dácia*, utilizado para reparar cabos submarinos, chegaram a 3 de dezembro de 1916, pelas 8h30m, ambos provenientes de Gibraltar. Desta vez, porém, a missão do *Dácia* era desviar (para Brest) o cabo alemão da América do Sul. No Funchal já se encontrava o vapor armado francês *Kanguroo*, que chegara a 24 de novembro¹⁵. Seguindo-os - ou à sua espera - estava o *U-38*, sob o comando do capitão-tenente Max Valentiner¹⁶.

14 Idem, n.º 51.

15 A canhoneira *La Surprise* (cdt. Ladonne) tinha 680 t., 900 cv, 10 peças de pequeno calibre, duas de 6,5 e 10,5 cm. Tinha uma tripulação de 90 homens e vinha de Gibraltar; o vapor *Dácia* (inglês), tinha 1856 t. e 170 cv. Estava ao serviço da *Western Telegraph C^a* e transportava 98 homens; O vapor *Kanguroo* (francês), tinha 2.793 t., 130 cv, uma tripulação de 29 homens e chegara de Bordéus.

16 Os periódicos coevos identificaram o submarino como *U-53*, comandado pelo Tenente Valentiner. Na verdade era o *U-38*, um dos submarinos alemães mais recentes, do tipo *U-31* (foram construídos 10), com 65 m., 971 t., tripulação de 35 homens, alcançando 17 nós à superfície e 10 submerso. Tinha uma peça de 105 mm, seis torpedos e podia atingir uma profundidade de 50 metros. Encontrava-se no Mediterrâneo, desde dezembro de 1915, na flotilha de submarinos estacionada na base Austríaca de Cátaro (Montenegro). A ação na Madeira valeu-lhe a condecoração, a 26 de dezembro, com a *Pour le Mérite*, então a mais alta ordem militar alemã, vulgarmente conhecida por *Blauer Max*. Valentiner (1883-1949) foi o 6.º comandante de submarinos a recebê-la. No fim da guerra, foi o 3.º no número de navios afundados. Com o *U-38* afundou 292.977 t. (136 navios). Para além da sua missão na Madeira, outras duas merecem referência:

A primeira explosão deu-se cerca de 30 minutos depois do *Dácia* e da *Surprise* terem fundeado, em frente ao cais. A canhoneira foi, por razões óbvias, a primeira a ser atingida e começou logo a submergir. A confusão que se gerou não permitiu que se tivesse percebido, de imediato, o que se estava a passar. Pelo facto da *Surprise* ter sido atingida no paiol, deduziu-se que a deflagração se devera a algum acidente. Junto à canhoneira, encontrava-se uma barca de abastecimento, da Firma Blandy, que se afundou.

O *Kanguroo*, fundeado em frente ao Mercado do Peixe, foi atingido por um segundo torpedo, cinco minutos depois, adornando para estibordo. Só após esta explosão se percebeu que era um ataque. O *U-38* passou ao largo, pela popa do *Kanguroo*, e com o seu terceiro torpedo atingiu o *Dácia*, fundeado em frente ao campo Almirante Reis, fazendo-o submergir rapidamente. Tudo se passou entre 200 e 400 metros da praia e a única resposta foram os 25 disparos, efetuados pelo *Kanguroo*, antes de adonar. Ao largo, encontrava-se uma barca dos EUA, a *Eleanor H. Percy*, e, na Pontinha, várias embarcações pequenas. Nenhuma delas foi atingida.

O objetivo do *U-38* era afundar o *Dácia* e a sua escolta. A presença, inesperada, do *Kanguroo* condicionou a abordagem, mas a sequência dos torpedeamentos comprova como tudo foi facilmente ultrapassado, com rapidez e eficácia, algo que também se deve alargar aos disparos sobre a cidade¹⁷.

A este respeito, o *U-38* também mostrou ter alvos definidos, sendo evidente que o capitão Valentiner possuía informações detalhadas sobre a sua localização. Este facto também nos ajuda a negar a ideia (que chegou a ser defendida na época), de que o submarino não teria atacado os alvos terrestres se as baterias não tivessem ripostado. Na verdade, os disparos, efetuados a quatro milhas, com uma peça de 105 mm, de tiro rápido, visaram a amarração do cabo, a central elétrica, a Bateria da Quinta Vigia e o Forte de São Tiago. Foram mais de 50 granadas, que só a distância e a agitação marítima terão impedido de atingir os alvos com maior precisão, pois em nenhum deles se registaram danos significativos.

em dezembro de 1915, foi colocado na lista de criminosos de guerra, depois de ter afundado o *SS Persia*, da P&O, no Mediterrâneo, em viagem de Londres para a Índia, sem qualquer aviso prévio, provocando a morte de 334 dos 549 passageiros; entre 27 novembro de 1917 e 15 de abril de 1918, ao comando do *U-157*, concretizou a missão mais longa de um submarino durante a Guerra: 139 dias.

17 Efetuámos a nossa primeira investigação a este respeito no âmbito de um trabalho realizado e avaliado, em 1992, na disciplina de História Contemporânea de Portugal, lecionada por António José Telo, na FLUL. Em 2009 apresentámos uma comunicação sobre o tema, num Colóquio organizado, em Lisboa, pela FCSH da UN, cujo texto foi aceite (em 2010) para ser publicado nas respetivas Atas, algo que até ao momento não sucedeu. Na *Islenha*, n.º 48, Jan-Jun. 2011, encontram-se dois textos interessantes sobre este primeiro bombardeamento, da autoria de Eberhard Axel Wilhelm e de António Fournier, que se baseiam em bibliografia do próprio Valentiner.

A resposta da artilharia terrestre, mesmo sem a qualidade pretendida, foi suficiente para afastar o submarino, obrigando-o a colocar-se numa posição de onde os disparos eram menos certos. Surpreendidas pelo ataque, as forças de defesa sofreram diversos reveses, devido à má qualidade dos apetrechos, à lentidão e ao reduzido alcance do tiro, mas também pela circunstância de se tratar de um submarino, unidade contra a qual nenhum dos artilheiros alguma vez disparara. Por outro lado, se as peças de 8 tinham um tiro pouco certo, as de 15 eram impróprias para alvos móveis. Assim, quando o submarino se colocou ao largo, a defesa tornou-se obsoleta. Aliás, foi por reconhecê-lo que o comandante Ricardo Martinho de Andrade mandou sustar o fogo, ainda procurando induzir o submarino a aproximar-se, algo que, como é óbvio, não sucedeu.

Apesar de tudo, logo que se percebeu aquilo que estava a suceder, tanto as peças de São Tiago, como as da Quinta Vigia, abriram fogo, disparando 18 vezes as primeiras e 34 as segundas. Na quinta, uma das peças explodiu, ficando fora de serviço e provocando alguns feridos¹⁸. Ambas as baterias se queixaram do mau funcionamento das culatras e do rebentamento de muitas granadas à boca dos obuses. A causa era simples: as munições estavam já carregadas havia alguns anos e, para além disso, encontravam-se expostas à humidade, pois o paiol no Forte de São Tiago ficava quase paredes-meias com o mar.

Convém também esclarecer que a peça Krupp, desembarcada em agosto, ainda não tinha sido montada, por falta de financiamento. Devido a este atraso, que se evidenciou ainda mais devido ao bombardeamento, verificou-se uma acesa polémica entre os capitães de artilharia e do porto. O assunto chegou aos periódicos e a peça acabou por ser montada ainda em dezembro de 1916¹⁹.

Cumprida a missão, o *U-38* rumou para Leste, tendo sido visto na Ponta de São Lourenço, quando seguia em direção ao Porto Santo. A operação durou cerca de duas horas, cifrou-se na morte de 34 tripulantes da *Surprise*, de cinco carregadores de carvão e um empregado da firma Blandy. Em terra, os feridos (dois praças e um sargento) resultaram do incidente que referimos com uma das peças da Quinta Vigia.

Os prejuízos nos edifícios não foram significativos e apenas a estação do cabo poderia ter sido gravemente atingida, se não tivesse sido protegida por uma casa alta, que ficava à sua frente, onde embateu um dos projéteis.

18 Arquivo Histórico Militar (AHM), 3.^a div., 1.^a secção - O Relatório do capitão do porto, Sales Henriques, de 7 dezembro 1916, atribui o incidente à imperícia e precipitação dos artilheiros. As conhecidas disputas e desentendimentos do seu autor com o capitão de artilharia devem impor alguma reserva na análise do documento.

19 Arquivo Histórico Militar (AHM), 3.^a div., 1.^a secção - Relatório dos acontecimentos apresentado pelo capitão Ricardo Martinho de Andrade, comandante do batalhão n.º 3 de artilharia de montanha, a 11 janeiro 1917.

Da Insegurança ao Fim do Conflito (2.ª fase: 1917-1918)

Uma das consequências do bombardeamento foi a alteração da atitude do governo central, perante os pedidos de Funchal. Não se tratou de uma mudança substancial, mas representou uma nova disposição, perante aquele que era então o primeiro ataque contra os interesses portugueses no hemisfério norte. A primeira iniciativa foi pressionar o governo britânico, apresentando duas hipóteses:

- 1) Os britânicos responsabilizar-se-iam, *de facto*, pelas ilhas (como ficara definido), mas impondo-se uma declaração formal, “para que o governo português não pudesse ser acusado de incúria”;
- 2) A defesa seria feita em parceria, mas Portugal só aceitava colaborar se o Almirantado cedesse pelo menos seis (!) *destroyers*.

A segunda hipótese era irreal e a primeira difícil de se concretizar. Manuel Teixeira Gomes, então embaixador em Londres, ainda tentou interceder junto do *Foreign Office*, mas sem êxito, para o que também terá contribuído, mesmo que de forma diminuta, uma crise ministerial no seio do governo britânico²⁰.

Por outro lado, é preciso ter presente que aos pedidos de defesa naval para as ilhas adjacentes se juntavam as necessidades de resguardar a costa portuguesa, para a qual também existiam solicitações pendentes. A este respeito, o esforço de Teixeira Gomes teve o seu epílogo a 3 de fevereiro de 1917, quando recebeu do *Foreign Office* uma nota inequívoca, assinada por Arthur Balfour²¹: não havia qualquer hipótese da *Royal Navy* disponibilizar quaisquer navios auxiliares, acrescentando-se que os cruzadores britânicos tinham sido retirados do mar da Madeira exatamente por causa da ameaça a que ali estavam sujeitos, agravada pela total inexistência de defesas antissubmarinas na baía do Funchal. Ou seja, enquanto esta situação se mantivesse, o regresso dos navios britânicos não era viável. De positivo, Balfour só acrescentou que “one of HM’s submarines will however, occasionally operate in those waters against enemy vessels”.

A situação, assim explicada, colocava a Madeira numa posição muito desfavorável. Desde Londres, Teixeira Gomes chegou mesmo a acusar o embaixador britânico em Lisboa de se revelar “inteiramente desaperecebido (*sic*) do descontentamento do governo português, parecendo até que a sua situação melhora, quanto pior o governo inglês nos trata”.

20 Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE), Arquivo da Legação Portuguesa em Londres (ALPL), cx. 97, Ofício de Teixeira Gomes, 8 fevereiro 1917.

21 Arthur James Balfour (1848-1930): futuro Conde Balfour (1922), membro do Partido Conservador, antigo primeiro-ministro britânico (1902-1905) e primeiro Lorde do Almirantado (1915-1916), era então ministro dos Negócios Estrangeiros (função que assumiu na sequência da crise governamental de dezembro 1916 e na qual se manteve até 1919). Não fazia parte do *War Cabinet* e foi muitas vezes deixado fora dos trabalhos do governo. Em novembro de 1917 ficou conhecido por ter dado nome à ‘Declaração de Balfour’, pela qual o governo britânico apoiou a criação de um Estado judaico na Palestina (ocupada pelo Império Otomano).

Acrescente-se que a este respeito só em 1918 é que surgiram novos dados, quando o embaixador dos EUA em Lisboa, Thomas Birch, deu a conhecer que o seu governo estava disposto a enviar para a Madeira um navio de guerra e a artilharia necessária para a defesa do porto. Esta manifestação de intenções, dada a conhecer quando decorriam as negociações tripartidas entre Lisboa, Londres e Washington, sobre a disposição das forças aliadas no Atlântico, obrigou o governo português a consultar o *Foreign Office*. A proposta não teve qualquer desenvolvimento imediato, mas deixou indicadores quanto ao futuro próximo.

Na Madeira o descontentamento refletiu-se de diversas formas e foi expresso por vários setores, desde o surgimento de uma intitulada *Comissão Patriótica de Proteção e Defesa dos Interesses Madeirenses*, até ao envio de uma carta à Assembleia da República, encabeçada por membros da família Blandy. Os resultados destas iniciativas foram irrelevantes e mesmo a lancha *Ceres*, oferecida pela Junta Agrícola da Madeira, ainda no mês de dezembro de 1916, não era suficiente para garantir a segurança.

Efeito diverso tiveram as exigências para a nomeação de um oficial mais enérgico para o comando militar e aquelas no sentido de existir uma maior abertura na negociação de apoios junto dos EUA²². Foi neste contexto, aliás, que se verificou a substituição das chefias militares, sendo nomeado, interinamente, o major de infantaria João Maria Ferraz, que logo decidiu distribuir dois batalhões da Infantaria n.º 27 pelos concelhos rurais, para alargar a área de vigilância, reservando um para a defesa da cidade. A principal inovação na defesa terrestre acabou por ser a entrada em funcionamento da peça Krupp, que chegara no ano anterior, que foi instalada no sítio das Neves, a leste da cidade, e com a qual a cobertura da baía melhorou substancialmente.

Na prática, no que diz respeito à defesa, os três primeiros meses de 1917 foram os mais profícuos de todo o conflito. O que não impediu situações caricatas, como foi o caso dos telegramas urgentes que o diretor dos correios impediu que fossem enviados sem antes serem pagos a pronto²³.

22 As queixas contra o comando resultavam de uma alegada ineficácia no uso dos meios de defesa existentes; apontavam inexperiência na hierarquia militar e deficiente gestão dos recursos (um dos argumentos também usados pelo próprio Ministério da Guerra); e criticam o que consideravam a ausência de um centro de comando e decisão efetivo.

23 As limitações continuaram a ser muitas: os postos de vigilância não possuíam binóculos de longo alcance, algo que até no Arsenal não era fácil encontrar; a construção dos novos postos, de vigia e artilharia, imponha uma rede telefónica, que não existia; só a artilharia podia treinar e, mesmo assim, com algumas limitações. A infantaria não o fazia, por falta de munições, existindo muitos casos de recrutas que tinham efetuado a instrução sem nunca terem disparado. Os cálculos apresentados pelo Exército para o bom funcionamento da infantaria eram de 500 tiros/espingarda. A capacidade das forças na Madeira não ultrapassava os 40.

O governo decidiu, entretanto, remeter para a Madeira uma antiga Bateria de seis peças de 9 cm, o que permitiu criar um novo batalhão de artilharia e, pela primeira vez, também se começaram a fazer exercícios de tiro²⁴. Estavam assim reunidas doze peças: as seis acima indicadas, mais uma de 8, quatro de 15 e uma de 10,5. Mas a quantidade não nos deve induzir em erro: eram todas antiquadas e nenhuma de tiro rápido.

Em fevereiro de 1917 o novo comandante militar, o coronel de artilharia José de Sousa da Rosa Júnior, apresentou uma análise lúcida da situação, em forma de relatório, através do qual procurou dar a conhecer, para Lisboa, a situação no comando e as linhas orientadoras da sua intervenção.

A respeito das tropas, manteve a disposição adotada após o bombardeamento, embora destacando para a costa norte três diligências (de 30 praças), que baseou no Porto da Cruz, no Porto Moniz e em Ponta Delgada. Uma quarta foi enviada para o Porto Santo. O Funchal e zonas limítrofes ficaram a cargo do 1.º Batalhão e de duas companhias do 2.º (a 5.ª e a 6.ª), sendo as forças restantes (do 2.º e 3.º batalhões) distribuídas pela ilha.

Numa conceção mais abrangente, a ilha foi dividida em seis zonas, sem contar com a cidadina, com sedes na Calheta, Porto Moniz, Ponta Delgada, Santana, Machico e Ribeira Brava, em cada uma das quais se pretendia criar uma companhia armada. Quando (ou se) isto se concretizasse e com a formação de pelotões, Rosa Júnior acreditava que estaria finalmente criado “um cordão de vigilância em toda a costa”. A falta de oficiais e de material condicionou estas ideias, razão pela qual o plano nunca chegou a concretizar-se na extensão planeada.

As alterações mais relevantes verificaram-se na defesa naval, pois em 1917 foram artilhados dois vapores - o *Dekade I* e o *Mariano de Carvalho* - ambos com uma peça de 65 mm, com a missão de patrulhar a costa. Prepararam-se também outros dois, o *Beira* e o *Cory*, que deviam estar prontos para entrar em ação. O primeiro recebeu uma peça de 65 e o segundo uma de 37. Todos estes barcos, exceto o *Mariano de Carvalho*, foram cedidos por casas comerciais e a eles ainda se juntou a barca *Santelmo*, da Empresa Cabrestante.

Na prática, passou a ser possível organizar, pela primeira vez desde o início da guerra, uma espécie de defesa naval, com meios capazes de incomodar um submarino que tentasse aproximar-se, isto apesar da falta de munições que se começou a sentir²⁵.

24 O material foi transportado nos vapores *São Miguel* e *Pedro Nunes*, este último artilhado. Tratava-se de um canhão de 90 mm, de fabrico francês, já obsoleto, desenvolvido no final dos anos 70 do século XIX. Apesar da idade, também foi usado pela França até ao fim da Guerra.

25 As peças de 65 pertenciam à canhoneira *La Surprise* e foram cedidas pelo governo francês, após diligências do agente consular no Funchal, Paul Labordère, que ainda tentou, sem êxito, fazer o mesmo com as de 100. Esta recusa causou alguma tensão nos meios militares, em particular

Mas apesar dos esforços, continuaram a ser múltiplas as insuficiências. A falta de estradas e o frequente mau estado em que se encontravam os caminhos, dificultando a circulação, acabavam por tornar inacessíveis alguns pontos estratégicos. Esta era uma das maiores contrariedades, uma das questões irresolúveis. Daí que as ligações e os transportes marítimos, apesar do receio e dos riscos inerentes, tivessem continuado a ser o único meio para conseguir ligar o perímetro insular e, a partir deste, chegar ao interior da ilha.

Por outro lado, em meados de 1917, era possível encontrar oficiais das forças armadas a garantir, a título pessoal, alguns dos pagamentos correntes, pelo facto de desde julho do ano anterior o governo não os conseguir assegurar. Depois, a burocracia era tal, que para dar seguimento a uma reconhecida necessidade de alterar a posição de uma peça de artilharia, podia ser necessário esperar meses por uma autorização de Lisboa²⁶.

A isto juntava-se a inquietação pública, que alguns acontecimentos e notícias promoviam: as repetidas informações sobre a proximidade de submarinos; a chegada ao Funchal (a 17 de junho) dos naufragos de um vapor grego, atacado a 80 milhas; o avistamento de um submarino na costa norte, ao largo de São Vicente; e, por último, as notícias do ataque efetuado pelo *U-155* em Ponta Delgada (4 julho) e, nesse mesmo dia, pelas 22h00, o ataque a um submarino alemão feito pelas embarcações usadas no patrulhamento, o que de imediato colocou de prevenção todas as forças²⁷.

O Segundo Bombardeamento (12 de dezembro de 1917)

O segundo bombardeamento, a 12 de dezembro, foi substancialmente diferente do primeiro. Começou mais cedo, pelas 6h20, e visou apenas alvos terrestres. A ação só demorou 30 minutos e o *U-156*, sob o comando do capitão-tenente Konrad Gansser, usou peças de calibre 120 e 150 mm de tiro rápido²⁸.

porque passados sete meses as peças continuavam armazenadas, sem qualquer uso. O *Cory* pertencia à firma com o mesmo nome e o *Dekade I* à Blandy.

26 O Comando quis montar as peças de 15 em plataformas móveis, para aumentar a sua eficácia. Para isso, teve de pedir autorização em março de 1917. Passados cinco meses continuava sem obter resposta.

27 Verificaram-se distúrbios em Câmara de Lobos, Porto Moniz, Ponta do Sol e Funchal. Os jornais *O Progresso* e *A Verdade* foram suspensos.

28 O *U-156* era um submarino novo, da classe *U-151*, entregue à *Kaiserliche Marine* em abril de 1917. Originalmente foi um dos sete submarinos da classe *Deutschland*, concebidos para a realizar a travessia e o transporte de mercadorias entre a Alemanha e os EUA. Foi depois transformado para realizar ações militares de longo alcance. Fazia parte do grupo dos cinco maiores submarinos alemães (*U-Kreuzers*). Desapareceu em setembro de 1918, possivelmente alvo de uma mina. Afundou 44 navios e esteve envolvido no ataque a Nova Orleães (Massachusetts, EUA), em meados de 1918.

O submarino foi pela primeira vez avistado em frente ao Forte de São Tiago, por pescadores, a duas léguas de distância de terra. Dado o alerta, ainda assim quando o *Dekade I* iniciou a perseguição já o submarino efetuara entre 40 a 50 disparos. Depois, vindo de Oeste, surgiu o *Mariano de Carvalho*, que começou a ripostar a 700 m. Esta ação concertada contribuiu para que o submarino se afastasse.

As baterias (Quinta Vigia, das Neves e São Tiago) não participaram no confronto, justificando-se o comandante militar, mais tarde, com a distância a que se encontrava o submarino e pela proximidade a que dele estavam os vapores portugueses. A conhecida imprecisão de tiro e a escuridão que ainda se verificava, também contribuíram para aquela opção.

Na cidade, os alvos foram o cabo submarino, a estação telegráfica, o Convento de Santa Clara, o Palácio de São Lourenço, as plataformas de artilharia e o Forte de São Tiago. Apesar de tudo, nenhum dos alvos foi seriamente danificado e as consequências mais graves foram a morte de cinco civis, os vários feridos e o pânico generalizado. O ataque ao convento explica-se pelo facto de contígua a ele haver uma área reservada ao exército, o que mais uma vez confirma a existência de informadores. Aliás, desde então aumentaram as suspeitas de que os submarinos alemães estariam a receber alguns abastecimentos (de géneros alimentares) a partir da ilha. Logo após o bombardeamento, foi proibida a iluminação noturna, o que se manteve até ao fim da guerra, e foi nomeado um novo governador civil, Carlos José Barata Pinto Feio. Em Lisboa, nomeou-se uma comissão com o objetivo de apresentar uma proposta para a remodelação da defesa das ilhas. Entretanto, chegou ao Funchal uma companhia de artilharia de guarnição.

Contudo, um pouco à semelhança do que sucedera em 1916, a maior consequência do segundo bombardeamento foi ter apressado o pedido de ajuda aos EUA, por intermédio do agente consular na Madeira, Humberto dos Passos Freitas, que solicitou ao chefe da Divisão naval norte-americana, estacionada nos Açores, o envio de um *destroyer*, para a defesa do porto. O pedido não foi atendido de imediato, mas passados dois meses foi destacada uma canhoneira da marinha Norte-Americana para patrulhar as águas madeirenses. Firmou-se depois um acordo, para o estacionamento da referida unidade no Funchal, “a fim de levantar o espírito da população”. Ao mesmo tempo, solicitou-se ao governo de Lisboa a presença de um caça-minas²⁹.

Estava delineada a aproximação da Madeira aos EUA e com ela a construção de um novo paradigma militar, que representava o início do fim da multissecular inserção do arquipélago na esfera de influência britânica. Depois, em tempo de crise, regressou, como já sucedera no passado, a aposta no aumento da produção da cana sacarina e, com o fim da guerra, o desenvolvimento da indústria turística. Por último,

²⁹ *Diário da Madeira*, 15 dezembro 1917, pp. 1-2.

com a(s) crise(s), regressou o debate em torno da ideia e da questão da autonomia insular, que se iria prolongar pela década de vinte.

Conclusão

Em diversas perspetivas, a Grande Guerra ao representar o *fim do século XIX* e, neste sentido, ao significar também o último passo para o término da hegemonia naval britânica sobre o Atlântico, refletiu no espaço insular madeirense tal dualidade: por um lado, começou por conceder à Madeira, desde o início do século XX, uma importância estratégica que se sustentava, de uma forma geral, mesmo que com algumas adaptações, naqueles que tinham sido os princípios e interesses do *Foreign Office* desde as Guerras Napoleónicas; por outro, impôs, com o seu decorrer, as necessárias atualizações, que os novos interesses internacionais e o concomitante desenvolvimento do pensamento estratégico, assim como a evolução do armamento e das unidades de combate naval impuseram.

A guerra, para além de ter confirmado a situação periclitante em que se encontrava a defesa insular e de ter feito emergir, a níveis até então desconhecidos, o sentimento de insegurança, para além da(s) crise(s) que provocou, do político, ao social, passando pelo económico, pelo financeiro e até pelo industrial, sempre com repercussões graves naquilo que então se chamavam os *interesses madeirenses*, revelou também um sentimento - permita-se-nos - de *orfandade*, que ainda durante o conflito, mas acima de tudo, depois dele, no início dos anos vinte, fez reacender as reivindicações autonomistas. Mas esta já é outra História.

Referências Bibliográficas

- Fournier, António (2011). “Max Valentiner e a Síndrome de von Richthofen”. *Isleha* n.º 48, pp. 121-32.
- Gibson, R. H. (1932). *Histoire de la Guerre Sous-marine 1914-1918*. Paris: Payot.
- Gibson, R. H. e Prendergast, Maurice (2003 [1931]). *The German Submarine War 1914-1918*. Annapolis: US Naval Institute Press.
- Guevara, Guisela (1997). *As Relações Luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: a Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*. Lisboa: Colibri.
- Kennedy, Paul (1976). *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. NY: Charles Scribner’s Sons.
- Koerver, Hans Joachim (ed.) (2012). *German Submarine Warfare 1914-1918 in the Eyes of British Intelligence - Selected Sources from the British National Archives* (2nd ed.). London: Kew.
- Halpern, Paul G. (1994). *A Naval History of World War I*. Annapolis: U.S. Naval Institute.

- Herwig, Holger H. (1987). *'Luxury' Fleet. The Imperial German Navy, 1888-1918*. London: The Ashfield Press.
- Massie, Robert K. (2003). *Castles of Steel: Britain, Germany, and the Winning of the Great War at Sea*. London: Random House.
- Pellen, Eduardo (1914). "A defesa dos pontos de apoio estratégicos do Atlântico", *Revista de Artilharia* n.º 122, agosto, pp. 79-87.
- Pellen, Eduardo (1914a). "A defesa dos pontos de apoio estratégicos do Atlântico", *Revista de Artilharia* n.º 123, setembro, pp. 156-169.
- Pellen, Eduardo (1914b). "A defesa dos pontos de apoio estratégicos do Atlântico", *Revista de Artilharia* n.º 124, outubro, pp. 202-214.
- Schmalenbach, Paul (1979). *German Raiders: A History of Auxiliary Cruisers of the German Navy, 1895-1945*. Annapolis: U. S. Naval Institute Press.
- Rodrigues, Paulo Miguel (1999). *A Madeira durante as Guerras Napoleónicas*. Funchal: CEHA.
- Rodrigues, Paulo Miguel (2008). *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*. Funchal: CEHA.
- Tarrant, V. E. (1989). *The U-Boat Offensive 1914-1945*. New York: Sterling.
- Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico 1898/1948*. Lisboa: Asa.
- Wilhelm, Eberhard Axel (1990). "As Casas Alemãs de Bordados entre 1880 e 1916 e a Família Schnitzer". *Isleña* n.º 7, pp. 52-60.
- Wilhelm, Eberhard Axel (2011). "O Ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal, em 1916". *Isleña* n.º 48, pp. 97-120.

“Método, Autoridade e Sangue-Frio”: o Pragmatismo Médico no Corpo Expedicionário Português

Francisco M. Araújo

Mestre em História da Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto com um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Resumo

Aquando das partidas dos contingentes do Corpo Expedicionário Português para a frente ocidental da Grande Guerra em inícios de 1917, o aquartelamento de parte dos soldados nos porões dos navios, lado a lado com os animais e os víveres, foi a materialização para muitos do adágio “carne para canhão”. Porém, ninguém poderia compreender ainda o alcance das implicações desta participação portuguesa ou as condições sub-humanas que os soldados estavam prestes a enfrentar no conflito.

Através do original testemunho documental de quatro oficiais médicos sobre a sua experiência nesses serviços de saúde, sintetiza-se o retrato de um quotidiano de inquietação e letargia sobre a operacionalidade militar e o estado físico e psicológico das tropas na sua capacidade de combate. A pertinência das suas notas e sugestões revelam antetempo muitas das críticas depois tecidas relativas ao papel marginal na intervenção e diplomacia político-militar portuguesa no panorama mundial.

Abstract

“Method, Authority and Cold Blood”: Medical Pragmatism in the “Corpo Expedicionário Português”

When soldiers of the “Corpo Expedicionário Português” departed to the western front of the Great War, in early 1917, no-one could predict the real implications of our country’s involvement or the dreadful conditions waiting for them in the trenches.

Through the analysis of testimonies made by medical officers between 1918-1919 and recalling their observations and memories while serving on their national health services, we are provided with a remarkable representation of a ruthless daily routine among the troops.

This article reveals many of the weaknesses and criticism about this Portuguese intervention, prior to those made since the 1920’s, revealing a certain marginal role of Portugal in the conflict and the issuing geopolitical games which led to the peace negotiations.

Introdução

“Em política internacional, não havendo força militar em que apoiar-se e escasseando a força da opinião que a sustenta, a melhor orientação é a dos conchavos diplomáticos e aqui realizam-se verdadeiros milagres” (Guerra, 1996: 111). Estas palavras de fevereiro de 1917 de Álvaro de Figueroa, conde de Romanones e chefe do governo de Afonso XIII de Espanha, ao embaixador delegado no Vaticano, o marquês Wenceslao Ramírez de Villaurrutia, corroboravam os motivos para a posição de neutralidade espanhola perante a Grande Guerra no cenário das negociações diplomáticas entre as forças em confronto. Sensivelmente por essa data, desembarcavam as tropas da primeira divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França rumo aos campos de batalha na Flandres, tomada a posição pública oficial do nosso país como beligerante junto das nações aliadas no ano anterior. O antagonismo entre ambos os países ibéricos era sintomático no que respeitava às relações internacionais, principalmente no contexto europeu de uma guerra que durava já há dois anos, naturalmente derivado das especificidades das conjunturas políticas nacionais. Os espanhóis sempre se mantiveram neutrais no jogo da Primeira Guerra Mundial muito pela linhagem familiar da sua monarquia com parte dos regimes envolvidos, ainda que durante o governo do conde de Romanones se tenha mostrado algo favorável às pretensões do Reino Unido e da França, o que evitaria as possíveis ameaças sobre o colonialismo no norte de África e o controlo do espaço mediterrânico pelo expansionismo alemão, sem nunca se chegar a um corte formal nos contactos políticos com o kaiser Guilherme II.

Os portugueses balançaram entre o aval e a rejeição do intervencionismo militar, tanto pela divisão política e social na jovem República, como pelos condicionalismos impostos pela velha aliada inglesa, até as alterações nas colónias africanas e a apreensão dos navios com a bandeira alemã acabarem por justificar formalmente a entrada nessa guerra, camuflando outros motivos igualmente válidos independentemente das incertezas no seu desfecho. Basta para isso recordar a declaração do Congresso de República Portuguesa, de 7 de agosto de 1914, dias após a série de declarações de guerra anunciadas entre os países hostis no respeito pelas alianças diplomáticas acordadas, asseverando o cumprimento dos deveres formais junto do Reino Unido, secundada pela espontaneidade dos movimentos populares em diversos pontos do país pela causa aliada, adversos aos intentos imperialistas e militaristas dos alemães e austro-húngaros, durante a partida de cidadãos estrangeiros convocados para servirem nos seus exércitos e a fuga espontânea de vários jovens estudantes para se alistarem nas tropas francesas. Lembremos também o decreto de 18 de agosto do Ministério das Colónias de envio de expedições militares para Angola e Moçambique, a fim de guarnecer os postos de fronteiras com o Sudoeste africano alemão e a África Oriental alemã, nos quais os ataques pontuais alemães foram encarados como atitude ignóbil pelo governo português e a resposta militar

de então entendida como um problema isolado de parte a parte, situação que agravou gradualmente a cissão na vida política sobre o papel de Portugal na contenda mundial, na adesão plena defendida pelos democráticos e parte dos evolucionistas, a restrição ao território africano dos unionistas ou a neutralidade dos monárquicos e católicos, instabilidade que veio a despoletar posteriormente os movimentos sublevadores de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais. Tão mais caricato pela pseudo-neutralidade sugerida pelos ingleses entre 1914 e 1916, outro fator desestruturante para os nossos governos republicanos ao não se tomar um partido formal em nome da aliança luso-britânica, ciente das implicações que essa participação teria na sua própria organização militar e nos muitos custos financeiros envolvidos de armamento, munições e logística no suporte desse contingente humano (Ramos, 1994; Fraga, 2001).

Se a legitimidade dessas dúvidas era um ponto assente perante um país pouco desenvolvido e economicamente dependente do exterior, manifestado subtilmente no Tratado de Comércio e Navegação Luso-Britânico, de 12 de agosto de 1914, o sentimento nacional de cumprimento do dever e da honra não podia deixar de considerar este limbo diplomático uma flagrante ingerência inglesa sobre os assuntos externos portugueses. Assim, na qualidade de agente de apoio às operações marítimas e comerciais inglesas, a orientação dos democráticos no poder em novo governo de Afonso Costa foi precisamente de uma dualidade nas estratégias diplomáticas: garantir que fosse a Alemanha a declarar a guerra e que tal se devesse na sequência de um pedido inglês para a intervenção, como sucedeu com o episódio de confisco dos navios alemães nos portos nacionais, a 23 de fevereiro de 1916, revestido em falaciosos causídicos de direito internacional.

A declaração de estado de guerra da Alemanha a Portugal, em comunicado de 9 de março desse ano, ilustrava o real caráter pró-aliado que caracterizara a ação da Primeira República desde o início das hostilidades, ao seriar os atos contrários à neutralidade na Europa e em África e a campanha difamatória contra as autoridades e o povo alemão. O ministério democrático-evolucionista da “União Sagrada” pôde finalmente congregiar todas as diligências para a entrada na Grande Guerra (Lopes, 2010). Esta admissão possibilitava, portanto, um protagonismo além-fronteiras há muito ansiado pelo regime republicano, que ao ser admitido como beligerante reforçava o seu reconhecimento junto dos restantes países, conquistando um futuro papel concludente nas discussões internacionais do mundo pós-guerra, ao mesmo tempo que se defendia o império colonial dos interesses expansionistas alemães e até ingleses e, facto comumente omissivo, a não totalmente renunciada pretensão espanhola de usurpar o poder no país vizinho “porque não lhe convinha a vizinhança de uma República anárquica” (Sá, 1993: 185).

A par do envio das expedições militares africanas, que viriam a perfazer um total de cinco campanhas coloniais até 1918, os restantes meses desse ano de 1916 foram

dedicados à organização do CEP, pelas mãos dos generais Norton de Matos e Tamagnini de Abreu e Silva, enfrentando dificuldades de monta pela improvisação recorrente. Contudo, esse “milagre de Tancos” estava muito longe de assegurar uma preparação militar coincidente com os novos métodos de luta revolucionários nas linhas europeias, senão mesmo com equipamento e armamento rudimentares para esse teatro de operações que a debilidade económica nacional ditava. O embaraço na partida das comitivas dos soldados portugueses para as trincheiras na Flandres em alguns dos barcos dos aliados, ao longo dos primeiros meses de 1917, acarretou logo esse prenúncio preocupante do planeamento de transporte para a França, alimentando a crescente relutância da sociedade portuguesa perante o esforço de guerra que potencializara a degeneração das condições de vida interna. O ditame do ainda coronel Gomes da Costa em 1915 parecia não ter sido de todo resolvido nesse interregno até à sua partida como general da primeira brigada do CEP: “o que, porém, o exército sabe, e muito bem, é que não dispõe de meios para se bater com honra, porque não possui preparação alguma, não possui armamento, nem munições, nem material, nem uniformes, nem calçado!” (Allegro, 1988: 24). Paradoxo tão mais contrastante quando, nas suas reflexões decorrida uma década, em comparação com as excursões coloniais não só criticava os governos por nunca prestarem a merecida atenção aos conselhos e requerimentos das chefias militares, como o desaire das mesmas pela péssima organização e logísticas disponibilizadas e cujos erros poderiam ter sido ensinamentos valiosos aproveitados na direção do CEP (Costa, 1925).

A Mobilização dos Médicos Portugueses para a Grande Guerra

Outro dos grandes défices das Forças Armadas portuguesas da época era a falta de quadros de oficiais militares na generalidade dos seus ramos, principalmente sentido em algumas áreas mais técnicas como a Medicina, a Farmácia ou a Engenharia, obrigando ao recrutamento de milicianos para completar as suas fileiras. Nomeadamente os estudantes ou profissionais da primeira das especialidades científicas foram um alvo principal das convocatórias, conquanto muitos clínicos e até professores universitários se tenham oferecido voluntariamente para acompanhar as comitivas militares no teatro da guerra africana e europeia, como foi o caso do Prof. Dr. António Joaquim de Sousa Júnior, eminente epidemiologista da Universidade do Porto, nomeado major e chefe dos serviços de saúde do CEP.

Entre a muita legislação oficial promulgada de março a setembro de 1916 de mobilização da classe médica, bem como de outros profissionais liberais com habilitações académicas superiores ou universitárias, devem destacar-se a convocação dos licenciados como oficiais milicianos¹ e do seu treino militar compulsivo para os

1 Decreto n.º 2 285, de 20 de março.

jovens entre os 20 e os 30 anos de idade considerados aptos para o serviço no exército². Aos finalistas de Medicina e Medicina Veterinária a convocatória compulsiva como alferes médicos se aprovados nos seus cursos³, a celeridade da sua instrução militar em diferentes organismos públicos⁴ e a mobilização entre as tropas no ativo até completarem os 30 anos⁵.

Se era notória a importância dos profissionais de saúde nas divisões militares para prestarem o apoio médico, clínico e cirúrgico aos soldados feridos e também no dia-a-dia das agendas da tropa, protegendo as vidas humanas e patenteando o apoio da República perante homens em missão patriótica, a premência de todo o processo para integrarmos as forças aliadas também comportou nesta formação militar lacunas pouco abonatórias sobre a real capacidade interventiva de Portugal, desde logo por não existir uma escola preparatória própria para os oficiais milicianos médicos e veterinários, ao contrário de outras escolas específicas de serviços do Exército como as de armamentos ou observação e patrulhas, permitindo-se que a sua instrução pudesse ser ministrada em qualquer das divisões de instrução mobilizadas ao invés dos hospitais militares de 1.^a classe, onde teriam uma componente bem mais rigorosa sobre procedimentos médicos, bacteriológicos e higienistas em contexto de guerra.

Por outro lado, apostando nos finalistas aprovados desses cursos superiores para tais patentes militares milicianas, mais facilmente recrutados em virtude dos decretos com força de lei, era determinado que os mesmos não poderiam ascender a mais do que a patente de coronel. Em correlação com uma experiência essencialmente académica, julgava-se até que a passagem pela vida militar beneficiaria as suas aptidões para o exercício da Medicina enquanto campo excecional de análise e experimentação clínicas, sobretudo, no caso dos alunos dos antigos planos de estudos das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto sujeitos à defesa de uma dissertação final para requerer o título profissional, forçados a suspender essa última etapa no percurso de concessão do diploma universitário em prol do dever nacional, quase sempre cumprida em teses sintéticas por motivos de ordem pessoal, familiar e político-social (Araújo, 2014).

Estas monografias académicas de final de curso defendidas perante um júri académico nada eram mais do que o antigo “Ato Grande” desse sistema de ensino superior oitocentista específico, um conjunto de provas finais que envolviam a discussão de um tema médico-cirúrgico original tratado pelo aluno e das proposições para cada uma das quinze cadeiras do curso, um imperativo que fora revogado

2 Decreto n.º 2 367, de 4 de maio.

3 Decreto n.º 2 384, de 12 de maio.

4 Decreto n.º 2 502, de 13 de julho.

5 Decreto n.º 3 199, de 30 de setembro.

para os alunos que ingressaram no curso das novas Faculdades de Medicina desde 1911. Daí se entende o descontentamento da maioria destes médicos finalistas ao contestarem o nexa e o valor de tal formalidade transitória, lamentando o pouco apreço dos governantes por insistirem no seu cumprimento em vez da equivalência com o novo *curricula*, depois de uma luta inglória nas trincheiras com muitas provas dadas no exercício legal da clínica médica.

Precisamente, neste âmbito documental encontram-se quatro teses de médicos milicianos⁶ integrados nas divisões do CEP e defendidas na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, estudos ainda inéditos na sua apreciação global, testemunhos preciosos pela cambiante de um discurso científico com as memórias individuais das vivências da Grande Guerra. Talvez pela sua visão de milicianos mobilizados compulsivamente, teceram perspectivas bastante assertivas relativas à organização do sistema de saúde português no Exército, à atitude e comportamento das suas autoridades máximas e dos soldados na Flandres e os pontos de comparação com as outras potências em guerra.

Ao se facultar este diferente olhar sobre a participação nacional na Primeira Guerra Mundial logo entre 1918 e 1919, a mais importante expedição militar do país no plano internacional do século XX, em muitos pontos traçaram precocemente um retrato da real capacidade bélica e da coordenação político-militar pouco coerente de Portugal nesse devir histórico. Nos seus escritos emerge como uma certa convergência transversal o pragmatismo médico, afinal, a melhor arma possível nas suas condutas face à desorganização e exiguidade das condições no serviço de saúde para o cumprimento do “Juramento de Hipócrates”.

Reminiscências Científicas e Pessoais de Oficiais Médicos no CEP

Na estadia do CEP na frente europeia, entre fevereiro de 1917 e julho de 1919, a circunscrição de cuidados de saúde contabilizou um total de 1927 oficiais militares e milicianos, representando cerca de 3,5% do universo total do exército nacional aí em serviço (Ferreira, 2012: 164). O segmento dos médicos prestava funções em diferentes locais conforme as necessidades do planeamento militar, quer nas linhas de combate junto das seis brigadas de infantaria e ambulâncias, quer nos serviços centrais dos hospitais de sangue e de base, secção de higiene e bacteriologia, estação de evacuação e nos depósitos de convalescentes e de material sanitário. Até à malograda Batalha de La Lys, de 9 de abril de 1918, as duas divisões militares ocuparam quatro setores das trincheiras aliadas na Flandres francesa, momento a partir do qual a redução do contingente português passou aos serviços de retaguarda inserido nas forças britânicas até ao armistício de 11 de novembro de 1918.

6 Aníbal Cardoso de Freitas, Carlos da Costa Frias, Carlos de Sousa Leite e Alfredo Barata da Rocha.

O alferes médico Aníbal Cardoso de Freitas (1890-1934), destacado para o regimento do batalhão de infantaria n.º 8 de Braga e combatente no ataque em La Lys, prestou funções como médico até à ordem de retirada em 1918, defendendo ainda nesse ano a preleção *Tratamento dos Feridos de Guerra nos Postos de Socorro*. Na sua composição sobre os cuidados médicos nos Postos de Socorros Avançados das linhas das trincheiras aborda três capítulos principais⁷, algo contrafeito na realização da prova académica como alude no prólogo porque “parece que o Estado, que nos reconhecia competência para tratar dos oficiais e soldados a quem era devida uma assistência inteligente e carinhosa, não teria razões para restringir essa já reconhecida competência” (Freitas, 1918: 18).

Da experiência de sete meses nos postos de socorros do CEP, primeiro dos locais de auxílio aos soldados feridos e gaseados, deixa um relato minucioso sobre a sua estrutura e funcionamento⁸ e o papel do pessoal médico nos diferentes momentos de guerra. As demoras na substituição do pessoal de saúde e na reposição dos materiais utilizados, desde as macas, aparelhos de imobilização, mantas, medicamentos e outro equipamento médico-hospitalar, limitavam muitos dos tratamentos recomendados e prescreviam uma evacuação rápida.

Os médicos zelavam pela distribuição das tarefas entre as suas ordenanças subalternas de cabos enfermeiros e maqueiros e os exames de diagnóstico primários aos feridos, aconselhando-se a adoção de uma figura metódica, autoritária e muito sangue-frio para lidar com um cenário frequentemente desumano. O fator rapidez era o mais importante a respeitar em qualquer uma das metodologias clínicas para se evitar o congestionamento dos postos de socorro, deste modo, os seus esforços centravam-se em observações gerais, curativos das feridas e a sempiterna vacina do tétano, que tanto poderia ser registada nos cartões de diagnósticos como na frente ou na mão a tinta vermelha um “T” para não ser readministrada nos hospitais gerais. Igualmente da sua responsabilidade era lembrar aos soldados as instruções para a aplicação dos pensos individuais que consigo transportavam e os procedimentos higiénicos e clínicos em caso de ferimentos ou suspeita de moléstias e surtos epidémicos.

Todavia, nem sempre os soldados eram muito zelosos no cumprimento dos conselhos médicos, correndo riscos desnecessários exacerbados pelas próprias condições de vida quotidiana e dos embates contra o inimigo: a terra conspurcada pela lama, as

7 Posto de socorros, tratamento dos feridos de guerra nos postos de socorros e feridos de gases.

8 Geralmente postos hemecilindros couraçados situados em zonas camufladas e subterrâneas com duas entradas distintas, facilitando a circulação rápida dos feridos da frente de luta para as ambulâncias. A maioria dos existentes no setor português somente possuíam um ponto de acesso, tornando-os demasiado vulneráveis aos bombardeamentos, ataques com gás e deslizamentos de terras para a proteção e segurança das equipas médicas e dos utentes.

dejeções e os mortos, os projéteis das armas arrastando vírus e bactérias infecciosos, os uniformes raramente lavados e os estados debilitados pelo esgotamento físico e moral. O médico oliveirense avaliava que a maioria dos ferimentos e traumas eram resultantes das explosões e estilhaços das granadas, mas a grande surpresa mortífera desta guerra fora a novidade dos gases tóxicos por esse mesmo método, com graves danos nos sistemas respiratório, circulatório, gástrico e nervoso. “A defesa contra os gases, através das máscaras antigas, de que todos os soldados são portadores, veio atenuar muito os efeitos mortíferos” (Freitas, 1918: 49), em paralelo com a ingestão das ampolas de amónia distribuídas em pequenas caixas, o que não impedia a regularidade de aparecimento de gaseados nos postos e de simulações entre os soldados, quiçá tácita para conseguir o período de descanso obrigatório de 24 horas.

O recrudescimento do tifo entre os soldados da Grande Guerra e a sua propagação entre as populações civis europeias foi o tema escolhido por Carlos Ferreira de Sousa Leite e Costa (1894-1984) em *As Injeções Intravenosas de Peptona no Typho Exantemático* de 1919, classificada talvez erroneamente como uma tese de doutoramento ao justificá-la para conclusão do curso médico-cirúrgico. Natural da Ribeira de Pena e colocado no 3.º grupo de Companhias de Saúde em França, como primeiro alferes médico miliciano sendo promovido a tenente médico, procurou articular essa sua experiência *in loco* com o surto de tifo exantemático na cidade do Porto que provocara várias vítimas. Suportado nos estudos epidemiológicos militares sobre a peptona como fármaco profilático contra essa doença bacteriana, uma substância proteica com propriedades anti-infecciosas, anticoagulantes e anti-hemorrágicas, a monografia divide-se em oito partes⁹.

De todos assume maior relevância o primeiro capítulo no qual procura fazer uma reconstituição histórica na disseminação desta epidemia específica, tanto no plano interno quanto no europeu, até à deflagração mundial de 1914-1918 e posterior irradiação pelo continente europeu no pós-guerra. Não obstante as estatísticas oficiais dos países aliados e da *entente* permanecerem em aberto, o número de mortos pelo tifo teria sido inferior ao dos conflitos precedentes, extremamente dependentes do rigor da profilaxia sanitária no exército e junto da população civil. Enquanto “os ingleses tiveram um número muito reduzido de baixas, talvez devido às medidas prophylaticas e higienicas que empregaram nos seus exércitos, como sempre costumam fazer” (Leite, 1919: 4), na sua ótica algo excessivas para um asseio complicado de monitorizar nas trincheiras, os alemães e os austro-húngaros contabilizaram uma maior mortandade por um certo desleixo na sua prevenção, incluindo os reputados médicos Georg Jochmann (1874-1915) e Stanislaus von Prowazek (1875-1915) responsáveis por grandes avanços científicos no domínio do tifo epidémico.

9 História do tifo exantemático, sintomatologia, anatomia patológica, diagnóstico, prognóstico, etiologia, tratamento e a peptona no tratamento do tifo.

Aquiescida entre a classe médica a convicção do piolho como principal agente de transmissão da bactéria *rickettsia prowazekii*, tornava-se fundamental a eliminação desse parasita pela promoção de cuidados higiênicos eficazes como o despiolhamento e a desparasitação dos doentes e das suas casas, os banhos regulares, a lavagem frequente das roupas, a quarentena hospitalar aos primeiros sinais de infeção ou os resultados satisfatórios dos tratamentos com a peptona no encurtamento do ciclo da doença. Quanto aos soldados do CEP revelava-se algo inexequível impedir o seu contágio devido ao desapego pelos hábitos de higiene pessoal desde o barbear ao lavar-se que comprometia o recurso da pulverização cutânea com pós vegetais e químicos, como os pequenos sacos utilizados nas fardas e animais pelos *Tommies* e pelos *Poilus*¹⁰. O próprio fardamento das nossas tropas não afugentava os piolhos que se reproduziam muito favoravelmente em tecidos de lã, principal material de confeção dos capotes dos “lanzudos” ou “serranos”, alguns recobertos em pelo de ovelha meramente tosquiado!

Neste sentido concorre outra dissertação inaugural de 1919, *Sanidade Militar: Profilaxia Epidémica & Higiene de Campanha - Notas do CEP*, do oficial médico miliciano português Carlos Cincinato da Costa Frias (1887-1968). Em cumprimento do serviço militar na patente de alferes e ascendendo a tenente médico miliciano, gozado o descanso após os acontecimentos desse abril de 1918, quase de imediato seria desconvocado pela notícia do falecimento do progenitor, o Dr. Roberto Frias da Faculdade de Medicina do Porto. Essas raízes familiares em Goa e um domínio fluente da língua inglesa ditaram a escolha para *sanitary staff officer* do serviço de saúde do Primeiro Exército Britânico, mediando na qualidade de agente de informação sanitária o relacionamento institucional com o equivalente organismo do CEP, para constatar o evidente atraso da sanitariedade militar nacional.

O acesso privilegiado a fontes documentais na estadia em França como estatísticas, instruções militares, relatórios de campanhas, regulamentos oficiais e outras notas foram transpostos em duas partes principais num conjunto de oito capítulos, o primeiro mais direcionado para a comparação do serviço sanitário entre os exércitos britânico e português, o segundo para a logística higienista e profilática a observar em contexto de guerra. Uma vez mais as avaliações das taxas de mortalidade nos diferentes regimentos militares mostravam uma maior propensão das doenças epidémicas por contraste aos ferimentos como causa de morte¹¹, reivindicando a criação de um serviço sanitário e profilático modelar no Exército para evitar as doenças infetocontagiosas e os perigos do seu caráter epidémico.

10 Termos que designam respetivamente os soldados ingleses e franceses da Primeira Guerra Mundial. (N. E.).

11 Nomeadamente a disenteria, a meningite cérebrospinal, o paludismo, o tifo exantemático, a peste bubónica ou a recém-descoberta febre das trincheiras.

Tomando o exemplo britânico como o mais irrepreensível de Sanitariedade e Higiene Militar, uma organização largamente equipada e com técnicos especializados, assistia-se a uma fiscalização rígida na observação das regras mais básicas de higiene e segurança ou na definição dos regimes de alimentação e de limpeza, embora os generais comandantes-chefes portugueses pouco mais pudessem fazer do que procurar seguir essas recomendações, visto a escassez de fundos e bens de todas as qualidades que espaçadamente eram expedidos de Portugal. Por exemplo, a instituição de uma secção de higiene com um serviço de bacteriologia em cada uma das duas divisões do CEP não teve grande sucesso diante “os melhores esforços dos oficiais médicos daquela secção, com pessoal reduzido e com peias de vária ordem na aquisição do material respetivo e, muito principalmente, com o absoluto desdém do soldado português pelas práticas higiénicas” (Frias, 1919: 58).

Sem jamais colocar em causa os valores de lealdade, companheirismo e valentia das brigadas nacionais e dos seus elementos, a sua resistência aos cuidados de asseio e higiene derivado de meios familiares pouco sensíveis a tal dificultava todo o trabalho dos médicos-sanitários, já que “era costume português, quando chegámos a França, lançar para o chão a água gordurosa, da mesma forma que nas nossas aldeias onde tudo é lançado para a rua” (Frias, 1919: 116). Aliás, esse maioritário desprezo individual era sustentado pelo triste reflexo das circunstâncias nas trincheiras e do pouco zelo das autoridades do nosso Exército, tendo os médicos de insistir nas explicações recorrentes sobre os perigos envolvidos e ao frequente empréstimo de apetrechos e produtos pelas outras potências aliadas. Fardas e calçado de péssima qualidade e permeáveis à água, lama e todo o tipo de sujidade, roupa interior que não lhes era fornecida exceto a entregue aquando da partida; quartéis, casernas, balneários e cozinhas em número insuficiente e esporadicamente sujeitos a limpeza, além das rações alimentares pouco diversificadas e cada vez mais racionadas com géneros desusados à dieta mediterrânica: chás, leite, compotas, bolachas e o detestável *corned beef* enlatado.

De todos, o testemunho mais emotivo das memórias da Primeira Guerra Mundial será o de Alfredo Barata da Rocha (1891-1956), outro portuense mobilizado para os serviços de saúde do CEP como alferes médico miliciano e depois usufruindo da patente de tenente, ferido por duas ocasiões nessas campanhas que lhe granjearam a elevação a capitão miliciano, medalhas da Vitória e Cruz de Guerra e o grau de oficial da Ordem de Santiago da Espada. Na monografia *Gases Tóxicos (Notas da Guerra)* de 1919, dedicada aos seus companheiros na investida de La Lys e a todos os soldados periclitados nos territórios africano e francês, selecionou esse tema de que fora ele próprio vítima e que desdobra em duas partes de seis capítulos¹², tendo

12 História, tipos de gases tóxicos, sintomatologia, efeitos anatómico-patológicos, tratamento e profilaxia.

como base da sua exposição os diagnósticos clínicos dos gaseados que atendera nos Postos de Socorros da guerra e alguns que continuara a acompanhar como clínico na sua cidade natal.

Ora, aos gases tóxicos enquanto elemento tático explorado logo em meados de 1914, que como refere se utilizados massivamente pelos alemães com o índice de sucesso registado poderiam ter conduzido a um outro desfecho da guerra, se devia um aumento drástico do número de feridos e doentes com consequências a curto e longo prazo debilitando perigosamente os contingentes militares. As intoxicações por substâncias químicas como o cloro, o fosgênio, sulfureto de dicloroetilo, brometo de benzilo, ácido sulfídrico, hidrogênio fosforado ou arseniado provocavam sérios distúrbios aos níveis fisiológico e anatômico, muitas vezes fatais, e o aparecimento de máscaras veio dar uma resposta parcial face à multiplicidade de gases utilizados, estimulando constantes aperfeiçoamentos técnicos contra essa arma terrível ao longo do conflito.

Aquando da chegada das brigadas portuguesas foram transmitidas as principais recomendações contra os ataques de gás por granadas e informados os soldados da conduta a seguir durante esses avanços, aprendendo a identificar os agentes tóxicos pelas suas cores, cheiros e movimentação no terreno, uma vez mais auxiliados pelas forças britânicas que chegaram a ceder as máscaras antigás, antídotos e medicamentos oportunos que não tinham sido planeados de forma adequada. “Devemos notar que os Hospitais da Base do CEP, situados numa região húmida, com variantes desagradáveis de temperatura, falhavam em qualidades climatéricas convenientes ao tratamento dos intoxicados apresentando a forma pulmonar” (Rocha, 1919: 124-125). Não só esse clima insalubre se revelara prejudicial aos soldados gaseados, como não havia um serviço anatomopatológico apropriado para as biópsias e autópsias e se tinha até rejeitado os aconselháveis tratamentos com oxigênio nos Postos de Socorros. As equipas de saúde nacionais tentavam então acompanhar os avanços dos regulamentos médicos dos países aliados e improvisar tratamentos e métodos de defesa antigás: exames visuais e auscultação dos pulmões, terapêuticas de defesa genéricas, sangrias, regurgitação, manobras auxiliares de respiração, estratagemas psicológicos e emocionais para aquietar os pacientes e prescrição do repouso na base de retaguarda, que a falta de homens nas linhas da frente nem sempre tolerava por muitos dias. O tratamento geral para os sintomas de intoxicação química aplicado por todos, era o emprego dos “estímulos excitantes: irritação das narinas, aspersões de água fria, ingestão de algumas colheres de rum, cognac ou vinho do Porto, injeção de toni-cardíacos, etc.” (Rocha, 1919: 102); mas uma preocupação comum subsistia quanto ao número de soldados que não era possível diagnosticar pelas recorrentes pequenas quantidades de gases inalados, expandindo gradualmente para outras doenças como tuberculose, paludismo ou doenças hepáticas que ameaçavam a sua integridade física.

Um Epílogo dos Médicos Militares: o CEP como Elo Fraco da Participação de Portugal na Grande Guerra?

O memorando português à Conferência de Paz em inícios de 1919 apresentava como saldo da participação portuguesa na Grande Guerra um total de cerca de 35.000 mortos e feridos nas expedições militares europeia e africana, especificamente sobre o CEP os números de 14.623 baixas nas brigadas divisionárias e 6.411 prisioneiros em campos do inimigo. Pelas notas estatísticas do tenente-médico Dr. António Barradas, apresentadas num congresso em Madrid em abril do mesmo ano, dos 150.000 soldados mobilizados na globalidade, o conflito europeu apresentaria 1.800 óbitos com 340 por doenças e o remanescente pelas sequelas das metralhadoras e gases tóxicos. Acrescendo-se os gastos públicos com as despesas de guerra a inflacionar o *déficit* financeiro e o descontentamento entre a sociedade nacional, a Primeira República enfrentava as vozes críticas dos que sempre tinha defendido que o país deveria ter colaborado nos seus compromissos diplomáticos, mas não a combater no terreno em suposta igualdade com os demais intervenientes.

Uma breve consulta dos relatórios militares trocados entre as autoridades aliadas deixam transparecer alguns dos pontos críticos da operacionalidade militar portuguesa na frente de combate: inferioridade técnica e de armamentos, preparação militar precária, falta de elementos para os quadros militares, dificuldades de transporte e falhas constantes no envio de mantimentos e de reforços humanos. Outra das preocupações britânicas era a da adaptabilidade dos soldados portugueses do CEP aos rigores do clima mais agreste do norte, especialmente durante a época invernal, com o alto índice de precipitação, a geada e queda de neve e as baixas temperaturas a aumentar o risco de enfermidades em contingentes que não eram facilmente substituídos.

Considerando, de resto, as apreciações dos médicos milicianos abordados, se houvesse um serviço de saúde militar minimamente organizado e equipado no CEP, em articulação com os préstimos da Cruz Vermelha Portuguesa e da Cruzada das Mulheres Portuguesas, o retrato teria sido inevitavelmente diferente ao nível do boletim clínico das tropas e das perdas humanas assinaladas. Afinal, em demasiadas ocasiões durante a presença em França, o desamparo em que os nossos soldados viviam o seu quotidiano tinha de refletir-se na sua capacidade de combate, onde homens adoentados, debilitados e fracos não aguentavam os rigores de uma guerra revolucionária como fora esta de 1914-1918 (Gilbert, 2004; Marques, 2008).

O aumento do desalento e da apatia entre as unidades portuguesas no desenrolar das operações militares, em conexão com o seu visível esgotamento físico e moral nos muitos meses nas trincheiras, acabariam por validar os planos militares da sua integração no corpo do exército britânico no pós-La Lys, situação que a inflexão política da “República Nova” de Sidónio Pais, de confusão governativa e retrocesso no apoio à causa da guerra, só veio agudizar mais a desmoralização das tropas e as suas queixas de abandono pela pátria. A suspensão do envio de novos contingentes

militares, os oficiais de licença em Portugal que não receberam ordem de regresso e cujo prazo fora prorrogado para os 20 dias, os praças que perderam o direito à licença de campanha no país, os equipamentos, víveres e demais material que deixou de ser expedido para França, desprestigiaria a posição internacional do CEP e da própria nação.

Singularmente, esta classe médica terá sido das primeiras a denunciar as limitações e privações da intervenção do Exército português, antecipando as posteriores críticas das autoridades políticas e militares dos anos vindouros, menos coagidas pela sua jurisdição na condição de milicianos para efetuar tal exame de valor cumprido o serviço militar. O planeamento desajustado e a desorganização logística que descrevem nestes fragmentos do vivido sintetizam a fragilidade interna no panorama mundial, um país pobre e atrasado industrialmente que se comprometeu nas hostilidades incapaz de lhes resistir sem a ajuda dos principais aliados, uma dependência face ao exterior simultaneamente económica, científica e tecnológica. Os elogios britânicos e franceses à ação bélica do CEP não descuravam um certo posicionamento subalterno com que fora perspetivado e auxiliado, numa manifesta falta de orientação dos seus superiores e de provisionamento dos itens essenciais pelo poder central.

As dissertações inaugurais disso oferecem exemplos relevantes ao nível dos cuidados de saúde e de sanitários ou das condições de vida nas trincheiras e na retaguarda, começando pela deficiente instrução militar dos soldados, onde a inexistência de escolas de instrução sanitária embargava a mensagem dos procedimentos de higiene e profiláticos para circundar o alastramento das epidemias, temas pouco aflorados durante a recruta que os tornavam pouco sensíveis aos apelos médicos, agravados pelas suas próprias experiências de vida e de educação familiar em que a higiene pessoal era algo supérfluo e motivo de galhofa entre si. Os pormenores de transporte, aquartelamento, armamento, fardamento, alimentação e outros mantimentos fortaleciam tais calamidades e a miséria entre os batalhões de infantaria que defrontavam as maiores adversidades, idealizados em pressupostos erróneos e precipitados, que quando revistos tardavam em se implementar pela escassez de fundos ou dos apoios necessários das altas patentes no comando.

No domínio médico-clínico também escasseavam os meios e recursos mais prementes para a salvaguarda da dignidade, bem-estar e consciência dos doentes e feridos: carência de material sanitário e medicamentos, falhas nos serviços de ambulância e de transporte de feridos, uma secção de higiene e bacteriologia desaproveitada e postos de socorros e hospitais nem sempre condignos. As dotações para estas secções ao serem reduzidas para prestação dos cuidados mínimos impediam os desenvolvimentos das análises clínicas e laboratoriais e das experimentações científicas, numa época de extraordinária evolução da Medicina com a descoberta de novos tratamentos e fármacos, estimulando o tradicional “desenrascanço” português e o pragmatismo forçado dos médicos no cumprimento do seu dever profissional.

Infelizmente, mesmo que as suas sugestões de melhoramento tivessem um sentido utilitário para revigorar e renovar o exército, a receptividade era quase nula pois “se algum oficial se interessa por estes assuntos encontra uma série de obstáculos, que em geral o obrigam a desistir. Para tudo há a eterna desculpa de que não há verba e no entanto diariamente vemos gastar avultadas quantias em assuntos de menor importância” (Frias, 1919: 74). Ou até a presumível pressão sobre as equipas médicas para se confinarem aos prazos mínimos na passagem das guias de descanso por doença ou exposição aos gases tóxicos, num desrespeito pelas contra-indicações clínicas face aos estados físicos e psicológicos dos homens, que já se revezavam com muito desgaste e fadiga nas rendições pela disputa da “terra de ninguém”.

Estes ecos, em Portugal, arrolavam-se às acusações de incompetência na direção dos oficiais em França, nas jocosas referências aos soldados do CEP partindo como “carne para canhão” e acolhidos no regresso em fria receção, mitigando a sua importância estratégica entre os companheiros de armas depois do omnipresente desastre da Batalha de La Lys, altura em que a subordinação das tropas ao comando militar britânico permitiu, por fim, resolver muitos desses detalhes aviltantes e de inferioridade das nossas tropas, também na ciência médica com o sublinhar da sua excelência e a partilha generosa desses conhecimentos entre os clínicos para melhor servir os combatentes e até a população civil.

Nos acordos diplomáticos resultantes das negociações pela paz mundial, a nossa posição geopolítica periférica e a intervenção prostrada do CEP foram entraves salientes ao reconhecimento das reivindicações da delegação portuguesa entre os vencedores, contornadas de forma não totalmente desinteressada com o apoio britânico, pelos serviços prestados e prejuízos sofridos no cenário da Grande Guerra (Ferreira, 1992; Hobsbawm, 1996). A Primeira República obteve a soberania sobre os seus territórios coloniais e o direito ao seu quinhão das indemnizações de guerra, constando até entre os membros fundadores da Sociedade das Nações, mas uma equação ficaria por determinar quanto aos sacrifícios das vidas sacrificadas com a inserção dos mutilados e gaseados entre o seu tecido social, um dilema preconizado por estes médicos milicianos relativamente ao número oficial de 66 óbitos destes últimos, uma estatística que não poderia corresponder à verdade da fria realidade dos soldados nas trincheiras, sobretudo em tão pequeno intervalo temporal entre os sobreviventes. “Criámos a convicção de que muitos soldados marcados com o diagnóstico ‘tuberculose’ eram não tuberculosos, mas indivíduos intoxicados pelos gases” (Rocha, 1919: 169-170). Essa e outras doenças que podiam ser imputadas diretamente aos efeitos secundários dos ataques com gases com sequelas limitadoras para retornar à sua vida antes da guerra, a par do grau de incapacidade orgânica, motora, sensorial e intelectual que muitos indivíduos desenvolveram ao longo dos anos, foram um legado funesto que jamais lhes pôde ser reparado.

Referências Bibliográficas

- Allegro, José Luciano Sollari (1988). *Para a História da Monarquia do Norte*. Amadora: Bertrand.
- Araújo, Francisco Miguel (2014). *Médicos Milicianos Portugueses nos Palcos da Grande Guerra*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/11877>, data de acesso 29/06/14.
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2010). *História do Porto: Desafios à República, Cidade Inconformada e Rebelde*. Matosinhos: QuidNovi.
- Costa, Manuel Gomes (1925). *A Guerra nas Colónias 1914-1918*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil.
- Ferreira, Jorge Eurico Gonçalves de Sousa (2012). *A Missão e a Ação dos Enfermeiros Militares Portugueses: da Guerra da Restauração à Grande Guerra*. Disponível em repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12371/1/Tese.pdf, data de acesso 29/06/14.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência da Paz: Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal.
- Fraga, Luís Alves de (2001). *O Fim da Ambiguidade: a Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*. Lisboa: Universitária.
- Freitas, Aníbal Cardoso de (1918). *Tratamento dos Feridos de Guerra nos Postos de Socorro*. Porto: Tip. da Enciclopédia Portuguesa.
- Frias, Carlos Cincinato da Costa (1919). *Sanidade Militar: Profilaxia Epidémica & Higiene de Campanha - Notas do CEP*. Porto: Tip. da Enciclopédia Portuguesa.
- Gilbert, Martin (2004). *The First World War: A Complete History*. Florida: Owl Books.
- Guerra, Rui Moreira de Sá e (1996). "A Justificada Intervenção de Portugal na Grande Guerra". *O Tripeiro*, Série Nova, ano XV, pp. 110-112.
- Hobsbawm, Eric (1996). *A Era dos Extremos: a História do Século XX (1914-1991)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Leite, Carlos Ferreira de Sousa (1919). *As Injeções Intravenosas de Peptona no Typho Exanthematico*. Porto: Tip. da Oficina de S. José.
- Marques, Isabel Pestana (2008). *Das Trincheiras, com Saudade: a Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martins, Álvaro (1936). *As Tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza.
- Ramos, Rui (1994). "As Guerras da República (1911-1917)" em José Mattoso (dir.), *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rocha, Alfredo Barata da (1919). *Gases Tóxicos (Notas da Guerra)*. Porto: Tip. da Enciclopédia Portuguesa.
- Sá, José Maria Almeida Correia de e José Luís de Almeida (ed.) (1993). *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio* (2.ª edição). Lisboa: Edições Ática.

Teixeira, Nuno Severiano (1998). *L'Entrée du Portugal dans la Grande Guerre: Objectifs Nationaux et Stratégies Politiques*. Paris: Institut de Stratégie Comparée.

Anexo 1

Fotografias para o Estudo das Máscaras Antigas Utilizadas na Grande Guerra de 1914-1918



Máscara Francesa n.º 1



Máscara Francesa n.º 2



Máscara Alemã



*Máscara Inglesa n.º 1
(capuz)*



*Máscara Inglesa n.º 2
(respirador de caixa)*

Deste conjunto de máscaras antigas, o segundo dos modelos do Exército britânico era considerado o melhor e mais eficaz contra os gases tóxicos pelas suas características técnicas (Rocha, 1919: 137-152).

O Debate Historiográfico sobre a Grande Guerra de 1914-1918

António Paulo Duarte

Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Bruno Cardoso Reis

Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Assessor do Instituto da Defesa Nacional

Resumo

A Grande Guerra ainda não terminou. O impacto deste conflito foi de tal modo profundo na História da Europa que os seus efeitos ainda hoje influenciam a evolução do continente. O mesmo se poderá dizer para a Ásia e o Médio Oriente (onde as ondas do acordo Sykes-Picot ainda hoje alimentam os seus conflitos). Este impacto explica em boa medida que o primeiro centenário da sua eclosão tenha marcado de forma evidente o debate académico e público na Europa durante o ano de 2014.

Este artigo procura levantar o véu do profuso debate académico em torno da Grande Guerra, no mundo anglo-saxónico, em França e em Portugal. A primeira parte dissecar o debate anglo-saxónico e francês quanto à Grande Guerra, a sua origem e sua evolução. A segunda, lida com o debate português, focado em torno das razões da beligerância nacional.

Abstract

The Historiographical Debate over the Great War (1914-1918)

The Great War has not ended, yet. The impact of this conflict was so profound in the history of Europe that its consequences still impact the continent's evolution. We could argue the same concerning Asia and the Middle East, where the Sykes-Picot agreement still fuel conflicts.

This article aims at lifting the veil of the profuse academic debate surrounding the Great War, in the Anglo-Saxon world, in France, and in Portugal. The first part dissects the Anglo-Saxon and French debate over the Great War, its origins and evolution. The second part deals with the Portuguese debate, focusing on the origins of national belligerence.

Introdução

Pareceu-nos ser útil - a título de introdução a este dossiê temático da revista *Nação e Defesa* - introduzir uma discussão em traços gerais da evolução da historiografia sobre a Primeira Grande Guerra.

Dividimos a nossa análise em duas seções principais. A primeira é dedicada a traçar genericamente a evolução do que se escreveu sobre a Primeira Guerra Mundial com algum impacto internacional, procurando prestar particular atenção ao inglês, como a principal língua de uso académico corrente, mas também a obras traduzidas para português. A segunda secção do texto procura sistematizar os textos historiográficos sobre Portugal e a Grande Guerra (1914-1918). Evidentemente que esta última tarefa pode ser realizada de forma mais completa do que a primeira. Embora em nenhum dos casos se pretenda ou se possa prometer ser exaustivo, pela enorme abundância de material publicado sobre a Primeira Guerra Mundial, agravado pela relativa falta de dados integrados e sistematizadas no caso das publicações em português, que só lenta e parcialmente se tem vindo a colmatar¹. Para tornar mais fácil de gerir este campo muito vasto iremos centrar a nossa atenção sobre textos que nos pareceram poder contribuir mais para oferecer uma visão de conjunto sobre a Primeira Guerra Mundial, se se quiser uma visão mais ao nível estratégico do conflito.

Este artigo visa dar ao leitor uma sistematização em língua portuguesa do desenvolvimento dos estudos sobre a Grande Guerra no longo prazo e em anos mais recentes. É também propósito deste texto que o leitor possa observar o que une e o que separa a leitura que se faz da Grande Guerra em geral, daquele que é especificamente feita sobre a experiência portuguesa desse conflito. Estamos aqui a introduzir a dimensão da história comparada com a riqueza de ensinamentos que apode aportar ao conhecimento do devir humano.

Portugal teve uma experiência, que parecendo *sui generis*, nomeadamente pelo conflito interno entre republicanos favoráveis à beligerância e à intervenção no principal teatro de guerra, não deixa de ter similitudes com outras pequenas e médias potências como a Grécia ou a Itália.

É também por isso que interessa comparar a história geral da grande guerra com a história particular de Portugal na Grande Guerra. As pequenas potências do siste-

1 É o caso do portal respeitante às bibliotecas militares da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/DocumentosHist%C3%B3ricos.aspx>. E do portal da Biblioteca Nacional de Portugal sobre o tema, disponível em <http://purl.pt/index/IGuerraMundial/PT/index.html>. Sendo que ambos os portais têm publicações quer portuguesas quer estrangeiras e estão longe de conseguir acompanhar publicações mais recentes. Há ainda a questão das publicações noutros países de língua portuguesa como o Brasil.

ma internacional não são meros recetáculos da ação das grandes potências, mesmo que tenham uma capacidade de influência mais limitada,

Os Estudos Internacionais Sobre a Grande Guerra

São muitos os livros publicados nas mais diversas línguas sobre a Primeira Grande Guerra, embora com grandes oscilações nacionais, desde logo entre beligerantes e não-beligerantes, e entre os primeiros, entre britânicos e franceses, para quem a Primeira Guerra Mundial foi tão ou mais importante (nomeadamente em número de baixas) do que a Segunda Guerra Mundial e os demais países envolvidos. Em todo o caso se nos concentrarmos apenas numa das principais bases de dados centrada em livros e artigos académicos em inglês como a JSTOR obtemos 30.000 resultados; no sítio francês Persée temos quase 22.000 resultados². Uma busca no Google Scholar, portanto limitada a publicações de cariz mais académico, resulta ainda assim três milhões e meio de referências!³ Se juntarmos a isto obras com relevância para a história, mas não propriamente de análise historiográfica, como sejam memórias, o resultado seria ainda mais expressivo. E o número de publicações está certamente a aumentar como resultado do centenário do conflito 1914-1918.

Esta enorme montanha de publicações reflete bem o forte impacto traumático e revolucionário da Primeira Grande Guerra no século que se seguiu. Ele foi evidente na paisagem e no mapa político europeu, e na vida de milhões de europeus, mas também afetou direta ou indiretamente muitos milhões de africanos – nomeadamente em Moçambique –, de asiáticos – turcos, árabes, indianos, chineses, japoneses, ilhéus do Pacífico – e de habitantes das Américas. A Primeira Guerra Mundial teve um impacto revolucionário não só na própria condução da guerra, basta pensar no desenvolvimento enorme da aviação militar ou dos submarinos que acrescentaram dimensões inteiramente novas aos conflitos, mas também em múltiplas outras áreas, desde a política – com a alargamento do direito de voto e o surgimento dos primeiros regimes comunista e fascista – até à forma como a morte em combate era recordada coletivamente – a consagração do carácter heroico da morte de qualquer soldado como forma de lidar com a democratização política e os mais de 9 milhões de mortos e mais 20 milhões de mutilados, gaseados e outros feridos. A Grande Guerra foi o parto doloroso do século XX, o evento fundador daquela que

2 Veja-se sobre estas indicações o JSTOR (*Journal Storage*), página disponível em <http://www.jstor.org/action/doBasicSearch?Query=%22First+World+War%22&acc=on&wc=on&fc=offhttp>, consultado em 19 de setembro de 2014, e o sítio Persée (*Portail de Revues Scientifiques,...*), disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/search/?_Prescripts_Search_alterSearchQuery=udAND&_Prescripts_Search_selectedTypes=article&_Prescripts_Search_runnedQuery.

3 Google Scholar disponível em http://scholar.google.pt/scholar?q=first+world+war&hl=en&as_sdt=0,5. Consultado em 18 de setembro de 2014.

terá sido a centúria mais sangrenta da história da humanidade⁴. Todavia, também é a fonte de onde brotou uma cultura de segurança e dissuasão, com as suas organizações internacionais votadas ao humanitarismo e à paz (Mulligan, 2014).

Por outro lado, e em termos mais especificamente da escrita da história pode argumentar-se que o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial provavelmente marcou o apogeu da história diplomática, pelo menos em termos da sua influência política. Os líderes políticos e militares durante a Primeira Guerra tinham uma imprensa e um eleitorado de massas (cada vez mais alfabetizado) perante o qual se tinha de justificar a condução da guerra. O resultado foi que a guerra de 1914-1918 tem sido debatida neste último século muito em termos da questão da “culpa” pelo conflito. Quem, que estadistas ou militares, que país ou bloco de países, que processo ou processos foram responsáveis pelos milhões de mortos e feridos e pelas catástrofes políticas e económicas que ela veio inaugurar? Esta tem sido a pergunta que, de forma mais ou menos explícita e quase inevitável, tem animado um debate recorrente e frequentemente explosivo.

Esta ideia de culpa pela guerra levou a que ainda durante e logo a seguir à Primeira Guerra Mundial houvesse uma verdadeira “guerra dos documentos” que mobilizou alguns historiadores diplomáticos dos países beligerantes. Embora nem todos tenham caído na armadilha do nacionalismo - um exemplo notável é a análise equilibrada de Luigi Albertini (2005), cuja obra acabada de publicar em 1942 é ainda hoje muito citada - o facto de que assim foi com alguns de grande visibilidade em nada ajudou à credibilidade académica deste campo de estudo no seio da comunidade científica após a Segunda Guerra Mundial. A manifestação mais visível desta guerra documental passou pela publicação de múltiplos volumes reunindo um enorme massa de correspondência diplomática, mais ou menos cuidadosamente selecionada e, em diversos casos, censurada. Mas não, note-se, documentação militar, o que só por si era uma limitação muito importante para o seu valor como base de análise. A Alemanha foi pioneira neste esforço, ainda na década de 1920, e criou mesmo um departamento específico no ministério dos negócios estrangeiros para combater o famoso art.º 231 do Tratado de Paz de Versailes de 1919 que lhe atribuía a culpa pela guerra.

Surgiu também após 1918 uma avalanche de memórias dos protagonistas. Como resultado desta massa de documentação a ideia de que apenas a Alemanha e os seus aliados tinham sido culpados pelo desencadear do conflito ficou seriamente abalada. Emergiu um consenso relativo em torno da ideia de responsabilidade múltiplas numa guerra acidental, resultante de uma escalada em espiral e de decisores políticos incapazes de controlar eficazmente os respetivos chefes militares.

4 Um excelente exemplo disso, infelizmente ainda não traduzido para português é a obra de David Reynolds (2014). Veja-se também Niall Ferguson (2007).

Este relativo consenso sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e prosperou na fase inicial da Guerra Fria. A obra da historiadora Barbara Tuchman (1962), *The Guns of August: The Outbreak of World War I*, galardoada com o prémio Pulitzer, incarnou esse paradigma de forma muito influente num período em que o receio de uma escalada acidental pudesse levar a uma nova Guerra Mundial ia de par com o terror derivado de se poder desta forma desencadear acidentalmente um confronto nuclear. Esta é hoje uma obra datada - muita documentação e muitas obras importantes não estavam ainda disponíveis - mas continua a ser muito legível e a ser reeditada. É também provavelmente o único livro de história que, certo ou errado, pode ter a pretensão de ter salvado o Mundo, influenciando o Presidente Kennedy dos EUA no sentido de uma gestão prudente da crise dos mísseis de Cuba, em 1962, que passou pela rejeição das opções mais belicistas e pela recusa da pressão para atacar preventivamente os soviéticos. O Presidente Kennedy terá declarado ao seu irmão Jack: "Eu não vou seguir um caminho que leve alguém a escrever um livro sobre esta crise chamado *Os Mísseis de Outubro*" (Gavin, 2014: 320).

Precisamente no início da década de 1960, porém, o debate historiográfico, ressurgiu, pondo em causa o relativo consenso anterior. Foi assim muito por causa e em torno da obra de Fritz Fischer, o primeiro historiador alemão que defendeu corajosamente que era possível ver nos objetivos estratégicos alemães da Primeira Guerra Mundial uma prefiguração e um antecedente direto dos do regime nazi na Segunda Guerra Mundial. Ou seja, também já a Primeira Guerra Mundial teria sido resultado de um objetivo alemão de expansão, no quadro da chamada *Weltpolitik* ou estratégia global, visando criar um vasto império na Europa Central (*Mitteleuropa*), e mesmo na África Central (*Mittelfrika*), como núcleo de uma hegemonia mundial germânica (Fischer, 1968; 1975), o que levou, aliás, a que os alemães fossem dos primeiros a designar o conflito de 1914-1918 como *Weltkrieg* (i.e. Guerra Mundial). Fischer continua a ser uma figura muito discutida e discutível. A sua aproximação entre o *Kaiserreich* (1870-1918) e o *III Reich* (1933-1945) é criticada por ter, por vezes, levado demasiado longe a comparação, não distinguindo objetivos expansionistas nazis que levaram à guerra e outros que surgiram no curso da sua radicalização, ou menos ainda, que os objetivos da Alemanha eram mais imperialistas do que de outras grandes potências ou tiveram mais importância na crise que levou à Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, a importância que Fischer deu à dimensão não-convencional da Primeira Guerra Mundial, à promoção da subversão de regimes inimigos merece atualmente uma atenção renovada (Jenkins, 2013).

Cabe ainda sublinhar que o próprio tipo de abordagem de Fischer à Primeira Guerra Mundial, muito atento às determinantes políticas internas das decisões estratégicas – de gestão nacionalista populista das massas –, se tem revelado muito influente⁵.

5 Com ecos tão variados como as obra de Jack Snyder (1991) e Nuno Severiano Teixeira (1996).

O que é sobretudo importante sublinhar do ponto de vista da evolução da historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial é que o peso da tendência, ora para culpar, ora para desculpar a Alemanha, resultou no facto de uma parte importante da história da Primeira Guerra Mundial estar dominada pelo que Samuel Williamson (2014: 30-62) designou de "paradigma alemão". Ou seja, os grandes debates históricos com maior impacto internacional sobre a Grande Guerra têm sido demasiado centrados sobre os protagonistas, as instituições, os objetivos, a geopolítica, as ações e os documentos do Império Alemão.

Muito ligada a este tema da culpa está a questão da validade da guerra, de saber se, em última análise e apesar dos sacrifícios, esta guerra fez sentido em termos de um objetivo estratégico supremo. Naturalmente as respostas variam de país para país, como veremos no caso de Portugal, mas talvez o exemplo extremo de um debate particularmente animado seja a Grã-Bretanha, onde é mais credível defender a ideia da entrada na Primeira Guerra Mundial como uma opção. Dois exemplos do grande impacto recorrente deste tema até hoje são: Niall Ferguson (2000), *The Pity of War: Explaining World War I*, que considera que a decisão do governo de Londres de entrar na guerra foi um erro trágico e estratégico, pelo seu custo em vidas e por ter minado as bases, nomeadamente financeiras, do predomínio global britânico; e Max Hastings (2014a; 2014b), autor de *Catastrophe*, que, pelo contrário, argumenta que apesar do seu custo catastrófico, a Primeira Guerra Mundial foi determinante para defender o interesse vital britânico em evitar a hegemonia alemã no continente europeu logo a partir de 1918.

Há uma outra divisão fundamental quando se procura organizar genericamente os estudos sobre a Primeira Guerra Mundial e outros conflitos. Temos, por um lado, os *intencionalistas* que valorizam sobretudo as decisões de determinados protagonistas - seja o kaiser Guilherme II, seja o chefe da diplomacia britânica Sir Edward Grey, seja o presidente Poincaré, ou o czar Nicolau II, seja outros protagonistas, nomeadamente militares, generais como Moltke, Joffre ou Haig. E temos, por outro lado, os *estruturalistas* que, pelo contrário, desvalorizam o peso dos indivíduos e das suas intenções, e consideram que o fundamental é ter em conta os elementos sistémicos que tornavam cada vez mais provável um conflito global, um confronto que seria extremamente mortífero ao colocar em confronto massas de milhões de soldados e tecnologia industrial, apontando para fatores como: espiral armamentista, dilemas de segurança, sistema bipolar de blocos rígidos de alianças, militarização da gestão de crises, nacionalismo massificado demagógicamente, industrialização, etc.

Os historiadores, nomeadamente autores de obras recentes como Macmillan ou Clark, apesar das diferenças entre eles, tendem a preferir teses mais intencionalistas e a olhar para a origem da guerra como consequências de contingências. Mas também há historiadores influentes, como Paul Schroeder ou David Stevenson, mais sensíveis à dimensão estruturalista, embora mesmo eles tendam a avisar contra excessos

de determinismo estruturalista (Stevenson, 1997; 2011). Já entre os especialistas na área de Relações Internacionais é mais forte a visão estruturalista, por tenderem a ligar os estudos histórico desta crise crucial a uma abordagem mais centrada nas *causas* do mesmo no sistema internacional. Uma tendência atual importante parece ir no sentido de procurar uma síntese entre historiadores e cientistas políticas entre elementos estruturais e contingentes, entre causas de longo e médio prazo, e catalisadores de curto prazo (Vasquez, 2011a; Levy e Vasquez, 2014).

Embora nos centremos, neste texto, mais nas abordagens de historiadores, entre os exemplos recentes mais interessantes da abordagem mais estrutural está um artigo de John Vasquez, com uma série de coautores, em que procura demonstrar estatisticamente que houve uma aceleração no número de crises internacionais a partir de 1900, uma densificação da rede de alianças e uma multiplicação dos conflitos territoriais armados, ou seja, verificou-se uma militarização crescente da resposta às crises internacionais. A conclusão mais interessante desse estudo de Vasquez (2011b) é a de que olhando para o cruzamento de alianças e conflitos territoriais, o Império Austro-Húngaro dos Habsburgos estava numa posição central, pelo que um conflito armado envolvendo Viena tinha uma probabilidade mais elevada de contagiar todo o sistema internacional a partir do seu centro que estava na Europa. O ponto realmente interessante é que a Sérvia parecia estar ciente disso, e ter visto numa guerra europeia uma inevitabilidade se não mesmo uma oportunidade.

Muito mais se poderia dizer sobre a evolução genérica recente da historiografia internacional sobre a Primeira Guerra Mundial. O tal não seria simplesmente resultado de acumulação e repetição, mas também de uma tendência com várias décadas para uma crescente variedade de formas de estudar a Primeira Guerra Mundial e consequentemente uma enorme diversidade temática dos estudos que lhes são dedicados. Esta tendência é por vezes associada à chamada escola dos *Annales*, a qual apesar de surgir associado a uma marginalização da história militar e diplomática, não pôde ignorar a Primeira Guerra Mundial, que era demasiado importante em múltiplas dimensões para poder ser reduzida a um mero evento bélico passageiro. Podemos referir a título de exemplo desta multiplicação de estudos sobre a Grande Guerra: a dimensão económica e social, desde a avaliação do impacto económico do bloqueio naval aliado e da guerra submarina alemã até a mudanças no relacionamento entre Estado, empresas e sindicatos, passando pelo papel, nas origens da Grande Depressão, dos empréstimos de guerra e da obrigação alemã de pagar reparações aos vencedores; a dimensão cultural do conflito, da propaganda (música, cartazes) até ao papel das instituições religiosas e ao desenvolvimento dos rituais da memória em torno do Soldado Desconhecido; a dimensão do género, desde a aceleração na mudança dos papéis das mulheres em lugares ocupados pelos homens mobilizados em massa, até ao impacto da guerra no feminismo e nas visões sobre a masculinidade; a dimensão médica, e nomeadamente o desafio dos mutila-

dos, dos gaseados e dos psicologicamente afetados e o papel da guerra no desenvolvimento de novas práticas médicas; a dimensão tecnológica, com o desenvolvimento dos carros ou aviões de combate e a importância do petróleo em tudo isso; e a vida cotidiana na retaguarda e nas trincheiras. Esta é apenas uma breve amostra das múltiplas perspectivas que têm sido exploradas a respeito da Primeira Guerra Mundial. Esta diversidade de perspectivas, sendo altamente enriquecedora, coloca um desafio importante a qualquer tentativa de síntese que procure relacionar todas estas dimensões de forma significativa numa visão mais completa e englobante da Primeira Guerra Mundial⁶.

Iremos, no entanto, para terminar, aprofundar duas novidades em duas abordagens da Primeira Guerra Mundial que têm sido particularmente dinâmicas e nos parecem especialmente interessantes do ponto da nossa análise: a global/colonial, e a mais propriamente estratégica.

Se as obras de Margaret Macmillan ou de Max Hastings, apesar da qualidade da escrita, não trazem grandes novidades, continuando a centrar-se nas grandes potências do costume, já *Os Sonâmbulos: Como a Europa Entrou em Guerra em 1914* de Christopher Clark (2014) é exemplar do questionamento do paradigma dominante pós-Fischer, pelo alargamento do foco da análise para além da Alemanha, olhando com uma atenção mais crítica para as políticas externas também frequentemente agressivas, revisionistas e expansionistas da Rússia, da França, mas também da Itália ou da própria Sérvia, assim como para as perigosas ambiguidades britânicas. Outro caso exemplar desse esforço de revisionismo é o de Sean McMeekin (2011) que centra a sua atenção no expansionismo russo, apoiado diplomaticamente e financeiramente pela França, visando o controlo de Istambul/Constantinopla e alimentando as ambições de uma série de Estados eslavos, que a Rússia ambicionava tornar seus satélites nos Balcãs, como a Sérvia.

Curiosamente, e em contraste com esta crítica da ideia da responsabilidade principal da Alemanha no início da guerra, relativamente ao próprio decurso da guerra e em particular ao tratamento dos civis manifesta-se uma forte tendência para defender com base em documentação sólida, inclusive alemã, aquilo que durante muito tempo foi visto como simples propaganda: os massacres e abusos das tropas alemãs em território ocupado, nomeadamente na Bélgica.

O debate tem sido também animado no cruzamento das Relações Internacionais com desenvolvimentos mais recentes na historiografia sobre a Primeira Guerra Mundial. Nomeadamente voltando-se a questionar a prevalência da crença numa guerra rápida e a caracterização deste conflito como resultante de um culto da ofensiva pelas principais chefias militares de ambos os blocos, levando quer a uma pre-

6 Esforços nesse sentido são por exemplo volumes como: Hew Strachan (2001); John Horne (2010); S. Audoin-Rouzeau e J.-J. Becker (2012); Jay Winter (2014).

ferência por uma guerra preventiva - intimamente ligada à ideia de uma guerra de transição hegemónica - que conduziria quase inevitavelmente a um conflito, quer a uma insistência em ofensivas com tremendos custos humanos quando devia ser evidente a sua inutilidade⁷. Kier Lieber refere uma série de estudos históricos recentes para negar que assim seja. Jack Snyder responde, em defesa da sua tese do culto da ofensiva, argumentando que apesar de muitos responsáveis militares perceberem que poderiam vir a enfrentar uma guerra prolongada e extraordinariamente custosa, isso apenas os tornou ainda mais determinados a procurar ofensivas massivas e rápidas, para evitar esse impasse, ou então a procurar recuperar a iniciativa abrindo novas frentes, o que geralmente implicava envolver pequenas ou médias potências no conflito (Snyder e Lieber, 2008).

Outra tendência importante da história recente da Primeira Guerra Mundial é a sua *globalização*, bem ilustrada pela obra de Erez Manela. Ela passa por olhar para além dos limites tradicionais da guerra, quer em termos cronológicos, quer, sobretudo, em termos geográficos, dando-lhe uma perspetiva verdadeiramente mais global. Esta visão recupera uma cronologia longa da Grande Guerra que a faz recuar pelo menos até à ofensiva italiana contra a Líbia otomana em 1911 e avançar até à paz com a nova Turquia, em Lausanne em 1923, e que é frequente em muitas obras sobre o tema, que inclusive o fazem até períodos anteriores e nalguns casos avançam até à Segunda Guerra Mundial – com base na ideia de uma nova Guerra dos Trinta Anos reunindo os conflitos de 1914-1918 e 1939-1945. Mas sobretudo o que Manela e outros fazem é dar grande importância à dimensão extraeuropeia e ao impacto global de longo prazo da Grande Guerra. É assim nomeadamente com a sua obra *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism* de 2007, em que Manela procurou mostrar como o discurso do Presidente Wilson dos EUA de legitimação da intervenção norte-americana nesta guerra, vista do lado de lá do Atlântico como essencialmente europeia em termos de defesa da democracia e da autodeterminação dos povos, criou - ainda que de forma involuntária e indesejável para este sulista racista - expectativas de libertação do imperialismo, essencialmente europeu, desde o Egito até à Coreia, passando pela Índia e pela China, e que estiveram na origem de movimentos nacionalistas ainda frágeis mas que se viriam a revelar duradoiros. A noção de uma guerra verdadeiramente mundial é central no livro de 2014, e logo traduzido para português como *Impérios em Guerra*, em que o papel do império colonial português é analisado por Filipe Ribeiro de Menezes. Esta atenção a impérios mais periféricos mas de grande importância em certos aspetos e teatros do conflito é de sublinhar. Infelizmente não terá sido, por alguma razão, possível a incluir o império belga. Ora a Bélgica era a segunda maior potência militar em África

7 Os textos clássicos relativamente a estes temas estão reunidos em: E. Miller, S. M. Lynn-Jones e S. Van Evera (1991).

em número de tropas, logo a seguir à França, com 22.000 homens da *Force Publique* do Congo belga; sendo que este último se tornara o alvo principal dos planos expansionistas coloniais alemães surgidos durante a guerra; e as forças sob comando belga foram fundamentais na campanha de ocupação da África Oriental alemã – Burundi, Ruanda, Tanzânia (Manela, 2009; Gerwarth e Manela, 2014).

Estas tendências e visões podem ser tão interessantes quanto contraditórias entre si. Se, por exemplo, para John Vasquez, o fundamental para explicar o caráter global da guerra, é reconhecer que a Europa era o coração do sistema internacional, e foi o facto de os conflitos periféricos se aproximarem cada vez desse núcleo europeu que se tornou perigoso. Já para Erez Manela o que importa é olhar para a guerra numa perspetiva menos centrada na Europa.

Um segundo tema a suscitar grande atenção tem a ver com o fim da guerra em 1918. Desde logo na sua dimensão militar, o que explica que o impasse tenha sido quebrado? E é a este respeito que também se tem afirmado uma tendência muito forte para, se não para negar totalmente mas pelo menos qualificar fortemente, a imagem tradicional da Primeira Guerra Mundial em termos de soldados heroicos levados ao matadouro por generais incompetentes – “*army of lions led by donkeys*”⁸. A ideia do imobilismo e da incapacidade de evolução a nível militar tem sido substituída pela ideia de que depois de uma fase inicial houve uma real evolução tática, operacional e estratégica, nomeadamente da parte dos britânicos e franceses, que foi decisiva na vitória em 1918⁹.

Interessa-nos sobretudo salientar como este esforço de análise tem levado ao sublinhar da importância das falhas ao nível da dimensão de grande estratégia ou estratégia total durante a Primeira Guerra Mundial. A extrema descoordenação dos vários Estados europeus, o caos decisório ao nível político e militar das Grandes Potências é um tema central na explicação de Christopher Clark relativamente às origens da guerra, mas também ajuda a explicar que se tenha prolongado tanto. Só gradualmente foi emergindo uma capacidade de gestão coordenada das múltiplas dimensões da guerra. Paradoxalmente desde cedo a Primeira Guerra Mundial foi uma guerra total – termo cunhado por Clemenceau – mas só muito tardiamente foi efetivamente conduzida como tal e com maior sucesso do lado dos Aliados. Esta terá sido precisamente uma mudança vital que contribuiu significativamente para explicar o triunfo Aliado (Strachan, 2010: 35-48) como estudos mais recentes centrados sobre o caso britânico e norte-americano vêm mostrar (Lambert, 2012; Sheffield, 2014).

8 A afirmação mais influente deste ponto de vista é, significativamente, de um populista, não de um historiador Alan Clark (1991).

9 Uma obra fundamental neste debate é o estudo recém-reeditado de Gary Sheffield (2014). Ver também sobre 1918 David Stevenson (2011).

Para terminar esta parte pareceu-nos ser de apontar um dos melhores exemplos de como a história da Primeira Guerra Mundial é um campo dinâmico e cheio de surpresas. Se havia aspeto da Primeira Guerra Mundial em relação ao qual nada de novo se esperava, citado como um facto central no conflito em todos os manuais escolares, era o Plano Schlieffen para por a França rapidamente fora de uma conflagração europeia. Ora na última década tem-se verificado um debate animado sobre se afinal ele existiu ou não (Mombauer, 2005; Zuber, 2010).

O que é interessante notar do ponto de vista de análise estratégica é que este debate ajuda a perceber a complexidade de algo aparentemente simples - a natureza do planeamento militar. Geralmente um estado-maior tem vários planos de contingência e a sua existência não implica necessariamente uma decisão de executar um determinado plano ou a eficaz implementação dos preparativos necessário para a boa implementação dos mesmos. Claro está que um plano que foi realmente implementado ganha um estatuto diferente, mas é necessário analisar cuidadosamente se era já assim quando ele foi originalmente concebido, ou era apenas um plano ou ideia de manobra entre outras.

Depois existem as próprias histórias nacionais da Primeira Guerra Mundial, evidentemente, um nível de análise também fundamental para permitir aprofundar, a nível de cada Estado, as múltiplas questões aqui levantadas. O que é importante é que isso não seja feito de costas voltadas à dimensão comparativa, por exemplo relativamente à maior ou menor polarização relativamente à entrada na guerra por pequenas e médias potências, um debate central na discussão do tema em Portugal, mas que também se colocou, embora de formas diversas na Bélgica, na Grécia, na Roménia, na Bulgária, nos EUA, no Brasil, na Itália ou no Japão. Daí se ter tornado cada vez mais insistente a ideia da necessidade de uma história comparativa, global e transnacional, se se levar realmente a sério a Grande Guerra de 1914-1914 como uma guerra mundial.

A Historiografia Portuguesa e a Beligerância de Portugal na Grande Guerra

O historiador Pedro Aires Oliveira afirma em obra recente que a pesquisa e investigação sobre a beligerância portuguesa na Grande Guerra se centra hoje no "primado da política interna", conceção que não se refere só a posição de Portugal, mas afeta, de uma forma ou outra, a maioria dos países que se envolveram na ingente conflagração (Oliveira, 2011: 185). Todavia, acentuada esta afirmação, não deixa este autor de reconhecer a montante a relevância do contexto externo da República como elemento adicional ao "primado da política interna", nomeadamente no que se refere à ambiguidade de atitude da Grã-Bretanha para com o novo regime, no que se refere quer ao postergado processo de reconhecimento oficial deste e na sua aproximação à Espanha, esta por seu turno, desperta pela crise interna de Portugal, para tentações de absorção definitiva do vizinho ibérico (Oliveira, 2011: 190-193).

Eis as duas linhas, que com maior ou menor tensão ou inter-relação, como se verá subsequentemente, orientam hodiernamente a investigação da política de beligerância de Portugal na Grande Guerra: o primado da política interna e a crise da aliança luso-britânica.

O estudo historiográfico contemporâneo sobre a Grande Guerra tem em Nuno Severiano Teixeira (1996), *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, o seu momento precursor. Não só este texto rompia com o longo silêncio de algumas décadas em redor da participação portuguesa na Grande Guerra, como questionava os discursos que em redor desta se tinham estabelecido desde a década de 1920. Para o autor, a entrada de Portugal na Grande Guerra fora a consequência de uma estratégia política, movida pelo Partido Republicano Português, conhecido também como "Democrático", para através de uma beligerância bem-sucedida e ativa ao lado da Grã-Bretanha, o tradicional aliado de Portugal, cimentar internamente e externamente a legitimidade da República, e na República, da facção política orbitando em redor de Afonso Costa. Seguindo uma linha teórica proposta nomeadamente por Arno Mayer, Nuno Severiano Teixeira argumentava que a instabilidade interna era um excitante para uma maior intervenção externa e para a beligerância.

Os estudos sobre Portugal e a Grande Guerra avolumaram-se a partir de meados dos anos 90 do século XX, correspondendo também a um cada vez maior interesse da historiografia portuguesa pela História contemporânea do país.

O interesse sobre a Grande Guerra, em Portugal, declinara acentuadamente a partir de meados da década de 30, praticamente nada se publicando de grande impacto na historiografia entre o fim dessa década e o início dos anos 90 do século XX. A seguir à Grande Guerra, uma profusão de volumes tratava de participação nacional na primeira conflagração mundial. Na sua imensa maioria eram obras memorialísticas, algumas disfarçadas de estudos mais académicos ou estratégicos, em geral feitas por participantes nos acontecimentos narrados e dissecados, mas a que não faltava, quantas das vezes, o ajuste de contas com o que se tornara, na ótica dos autores, uma desastrosa, humilhante e vergonhosa experiência bélica nacional. Exemplos sintomáticos destes tipos de estudo são os dois volumes publicados pelo futuro comandante do golpe de 28 de maio de 1926, o General Gomes da Costa (1927?), *A Grande Batalha do CEP* e *A Guerras nas Colónias* (Costa, 1925), textos em que amiudadamente, o autor não deixa de zurzir sobre a incompetência dos políticos e de evidenciar a desastrosa atuação da República na conflagração mundial. A importância maior destas obras foi o seu impacto político no final da Primeira República.

A despeito de elaborada, em geral, por antigos combatentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) e das campanhas de África da Grande Guerra, escapa a esta sanha a mais importante obra sobre a história da participação portuguesa efetuada

nestas décadas, *Portugal na Grande Guerra*, em 2 Volumes (Martins, 1935), obra coordenada pelo General Ferreira Martins, e que pese a sua natural tendência para uma justificação da intervenção, muito ideologicamente republicana, edificou-se sobre uma mais sólida base historiográfica. A estes volumes acresce-se o texto de Hernâni Cidade (1935), "Portugal na Grande Guerra: 1914-1918", inserido na *História de Portugal*, VIII Volume, dirigida por Damião Peres e completa-se basicamente a malha de estudos de cariz historiográfico feitos sobre a beligerância portuguesa entre 1914 e 1918 nas décadas seguintes de 20 e 30. Incomparavelmente pouco quando confrontado com as largas dezenas de volumes de memórias e estudos memorialísticos dos participantes portugueses na conflagração.

O longo silêncio que se prolonga a partir da década de 40 até aos anos 90 do século XX requer ainda os seus historiadores. O contar da heroicidade dos portugueses na Grande Guerra, exemplarmente exibido no desequilibrado duelo entre o Caçador-Minas Augusto Castilho e um submarino alemão, serviam ideologicamente, e por paradoxal que pareça, o nacionalismo do republicanismo histórico mas também do Estado Novo e assegurava o silenciamento historiográfico sobre um período altamente controverso da História Contemporânea de Portugal. A evolução da historiografia nacional, nas décadas de 60 e 70 do século XX, centrada no estudo das forças sociais e económicas profundas, por sua vez, desvalorizava o estudo político e militar da Grande Guerra, preferindo concentrar-se, logo após o 25 de Abril de 1974, na questão social que fraturou indelevelmente a I República. É o caso de uma obra de juventude do historiador António José Telo (1977), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*.

O estudo de Nuno Severiano Teixeira é assim a ponta de lança de uma nova leitura historiográfica da Grande Guerra em Portugal, e a despeito de não ser uma área de profusa investigação, na última década e meia, os estudos sobre Portugal e a Grande Guerra multiplicaram-se. Ele expressa igualmente uma nova perspectiva historiográfica de estudar e compreender a guerra, para lá daquilo a que a escola dos *Annales* denominara de "história-batalha" centrada fundamentalmente no estudo político e estratégico-militar das campanhas bélicas. A "Nova História Militar" procura efetuar uma leitura ampliada e abrangente do objeto guerra introduzindo na sua compreensão novos fenómenos políticos, com uma leitura estrategicamente alargada. Esta nova leitura dos fenómenos marciais corresponde assim a um novo entendimento do facto estratégico, e introduz as dimensões económicas, sociais, culturais, psicológicas, no estudo da natureza da guerra, numa perspectiva de compreensão do total histórico e da totalidade do Homem (Teixeira, 1988).

Na verdade, nos anos 80 do século passado, alguns textos historiográficos de autores estrangeiros tinham já trabalhado e analisado a participação portuguesa na Grande Guerra. Hipólito de la Torre Gómez (1980) estudara as relações ibéricas no início do século XX e numa das suas obras, em particular *Na Encruzilhada da Grande*

Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919. Esta obra notava, não só a postura distinta de Portugal e da Espanha em relação à contenda, com uma forte corrente beligerante em Portugal, sem correspondência em Espanha, onde a política de neutralidade era aprovada genericamente por todas as forças políticas, pese a germanofilia de alguns setores mais conservadores que julgavam que o apoio à Alemanha poderia corresponder ao sonho da unidade ibérica, em contraponto à garantia absoluta de diferenciação entre os dois países que os intervencionistas portugueses julgavam ganhar com a sua ativa participação na grande conflagração mundial. Em outra área de estudos, outro autor, na decorrência da sua investigação, apresentava igualmente um trabalho inovador de investigação sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. René Pélissier (1986), na *História das Campanhas de Angola, Resistência e Revoltas, 1849-1941* e na *História de Moçambique, Formação e Oposição, 1854-1918*, (Pélissier, 1988: II Vol., 343-442), estudava a ocupação portuguesa de África no século XIX e no início do século XX, e no desenrolar do seu trabalho estudaria com detalhe a participação portuguesa na Grande Guerra no teatro de guerra africano. Os mitos da heroicidade desabavam face a uma força militar nacional completamente impreparada, em termos táticos, operacionais e logísticos, para efetuar uma campanha militar contra adversários europeus, mesmo no terreno africano. Ambos os trabalhos catapultavam a investigação histórica nacional para uma visão distinta e completamente diferente da leitura clássica que os participantes da Grande Guerra nacionais tinham feito da beligerância portuguesa entre 1914 e 1918.

A obra *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra, 1916-1918* (Meneses, 2000), evidenciava que uma sociedade dividida quanto ao projeto nacional a prosseguir, era uma sociedade fendida quanto a eventuais objetivos de guerra, evoluindo entre a beligerância ou a neutralidade durante a grande contenda mundial. A famosa União Sagrada, modelada pela que em França unira todas as forças políticas em face da invasão alemã, não conseguiu sequer unir em redor de si todos os partidos republicanos – era composta apenas pelo Partido Republicano Português de Afonso Costa e pelo Partido Evolucionista de António José de Almeida, cada vez mais circunspecto dessa união. Essa unidade fraquejava pela inexistência de um consenso político nacional em torno dos grandes objetivos da estratégia nacional, dividia irremediavelmente os próprios partidos políticos republicanos, para não falar do arco político muito amplo de forças políticas hostis à I República.

Há quem considera que a base do problema está no facto grande propósito nacional da beligerância ser impossível de indicar oficialmente e defender publicamente. Luís Alves Fraga (2010), *Do Intervencionismo ao Sidonismo, os Dois segmentos da Política de Guerra da 1.ª República (1916-1918)*, considera que o propósito da corrente beligerante, que tinha em Afonso da Costa e João Chagas dois dos seus mais destacados líderes, visava a mais lata autonomia e alargamento da margem de independência de Portugal no contexto internacional e face à Grã-Bretanha, o que só

podia ser alcançado com uma intervenção bélica robusta no teatro de guerra mais importante e relevante da guerra, a Flandres em França, cuja aliança se procurava para contrabalançar a britânica. O grande problema com este objetivo era, não de ser difícil de afirmar publicamente por isso hostilizar a Grã-Bretanha, mas ser irrealista, visto que a França quer durante a guerra, quer depois, estaria logicamente interessado em consolidar a sua aliança com Londres e nada faria que a pudesse colocar em causa. O sucesso da intervenção medida numa participação robusta e de grande visibilidade permitiria pôr Portugal e a sua República numa posição de maior paralelismo estratégico e político com a Grã-Bretanha, aumentando a liberdade e a margem de manobra internacional do país e mitigando acentuadamente a dependência e o sentimento de Estado subordinado face a outra nação. Claro que o problema com este objetivo estratégico era que devido à falta de efetivas capacidades militares para o fazer, Portugal ficou mais dependente do que nunca da Grã-Bretanha, desde logo para garantir o funcionamento e abastecimento do CEP. Rui Ramos (2008) em *A Revolução Republicana de 1910 e a Política Externa Portuguesa* considera igualmente que o propósito externo do intervencionismo era o de assegurar, para Portugal, uma posição de aliado face ao parceiro mais poderoso da velha aliança anglo-lusa, e em simultâneo garantir uma legitimação externa e interna para a República Portuguesa, acossada como estava por pressões internas e externas até 1914 e "esfomeada de legitimidade". Mas como Luís Alves Fraga (2010: 133-135) observa, com o envio de expedições militares para África, em 1915, o exército tinha esgotado praticamente todo o efetivo disponível em tempo de paz para as operações militares, pouco mais de 10.000 homens no ativo. A vontade e o objetivo estavam, efetivamente, muito longe de corresponder aos recursos disponíveis. António Telo (1987; 1991; 1996), retornando ao estudo da situação de Portugal e da sua participação na Primeira Guerra Mundial, e desenvolvendo uma metodologia já testada nos seus trabalhos sobre a Segunda Guerra Mundial e a participação de Portugal na Aliança Atlântica nos anos de 1950, viu na beligerância nacional uma resposta por parte dos radicais republicanos, agregados em torno do denominado "Partido Democrático", para resolverem por atacado uma série de dilemas com que se confrontava o seu poder na I República: a sua "legitimidade interna", acossada por variados inimigos endógenos, desde os anarquistas, passando pelos republicanos moderados, aos católicos e monárquicos; a sua "legitimidade externa", ameaçada pelo pouco reconhecimento que a Grã-Bretanha votava à República e pela Espanha, que ciente do valor que adquirira para a velha aliada de Portugal e para a França, e em geral, para a Entente, sentia-se muito tentada a resolver definitivamente a fratura ibérica (Telo, 2010: 299-301).

A Historiografia olha para um país, à época, politicamente e profundamente dividido no que toca à sua leitura do presente e do futuro. Maria Alice Samara (2002), *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais* observa como a posição

dos setores operários, então anarquistas fundamentalmente, era profundamente hostil à qualquer beligerância, vista como uma guerra de interesses capitalistas. A guerra ajudará a reforçar a fratura entre o republicanismo e o movimento operário, que vira com agrado e apoiara na instauração da República, e que irá, na tessitura crítica da situação interna e da intervenção, afastar-se progressivamente dos republicanos num contexto de acrescida crispação social e política. A rutura entre o movimento operário e o republicanismo, reforçada pelo contexto económico da guerra, não só facilitou a liberdade de ação dos grupos conservadores, como acentuou a antinomização da sociedade portuguesa e a incapacidade de um algum consenso em redor da beligerância.

Essas divisões sobre o trajeto de Portugal na conflagração são observáveis, mesmo dentro do campo republicano, como demonstra Noémia Malva de Novais (2006), *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)* na leitura que faz da ação e do combate em prol da beligerância que este importante político republicano teve de travar, dentro do seu próprio espaço político, para impulsionar a beligerância do país, e Nunes Miguel Ramalho (2001), *Sidónio Pais, Diplomata e Conspirador (1912-1917)*, ao descrever a posição de Sidónio Pais em relação à beligerância, vista a partir de Berlim.

As enormes dificuldades engendradas pelas debilidades económicas e sociais estruturais de Portugal, acrescidas pelas densas divisões políticas, tornaram ainda mais complexa e difícil a mobilização militar nacional para a guerra. As inúmeras e inultrapassáveis dificuldades da economia de guerra portuguesa foram escalpelizadas por Ana Paula Pires (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial, a República e a Economia de Guerra*. A dura situação do CEP e as suas deficiências estruturais foram estudadas por Isabel Pestana Marques (2008), *Das Trincheiras com Saudade, a Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. A despeito de toda a estranheza com que a maioria dos militares portugueses observou a realidade física, social e militar da Flandres, e de todas as dificuldades logísticas, o enquadramento britânico terá assegurado ao CEP um certo respaldo logístico que tornou a campanha mais sustentável. O efeito das dificuldades por que o CEP passou e o seu impacto na denominada pelos portugueses Batalha de La Lys foi objeto da investigação de Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão (2001), *La Lys, 1918, os Soldados Desconhecidos*.

Pelo contrário, deixado aos recursos nacionais, e na senda da obra pioneira de René Pélissier, a Grande Guerra em Moçambique estudada por Marco Fortunato Arrifes (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, e por Ricardo Marques (2012), *Os Fantasmas do Rovuma, A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*, foi uma muito grave e dolorosa experiência para todos os soldados do exército português e uma humilhante operação para as armas portuguesas, dada a impreparação logística, a falta de planeamento

organizacional adequado, a inexistência de serviços médicos necessários e a fraca ou quase inexistente instrução tática e operacional que deixou as forças combatentes à mercê do clima e do muito bem preparado inimigo, os Askaris alemães da Tanganica, comandados por um dos mais brilhantes generais da Grande Guerra, o invicto Lettow-Vorbeck.

O esforço de guerra e as inúmeras dificuldades por que a Grande Guerra fez passar o país e a beligerância de Portugal evidenciaram-se quase completamente inúteis no fim da contenda, não trazendo a paz a esperada compensação política e económica esperada pelos propugnadores do intervencionismo. Os desapontamentos da Conferência de Paz foram, ainda que introdutoriamente, estudados por José Me-deiros Ferreira (1992), *Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919*.

A leitura que os portugueses fazem do que é identidade de Portugal e da sua posição externa não tem sido objeto de estudos específicos. Cabe a Aniceto Afonso (2008) em *A Grande Guerra, Angola, Moçambique, Flandres, 1914-1918*, uma primeira síntese contemporânea, contanto, mais em forma de divulgação que de sistematização sobre a participação portuguesa na Grande Guerra.

Na realidade, o grande debate na historiografia portuguesa relativamente à Grande Guerra centra-se na questão do intervencionismo. Mesmo os autores que trabalharam temas mais específicos, têm como horizonte a questão de como um pequeno país, com recursos económicos e militares extraordinariamente frágeis se abalançou e forcejou para ser beligerante na mais terrível das contendas que até então tinham acontecido à humanidade. Esse ato "extraordinariamente absurdo", à luz da leitura contemporânea, tem sido igualmente objeto de análises relevantes por vários importantes historiadores nacionais.

Mas hoje, a historiografia parece igualmente trilhar novos caminhos, procurando entender de uma forma mais ampla e lata, e total, a realidade de Portugal durante a Grande Guerra e seus efeitos na leitura que os portugueses fizeram do conflito e de si próprios durante e no rescaldo da conflagração. Esta busca de uma renovada leitura pode ser observada na exposição "Portugal na Grande Guerra, 100 Anos da Grande Guerra", na Assembleia da República, de 8 de outubro a 29 de novembro de 2014, em que para além das temáticas clássicas de análise "entre a neutralidade e a beligerância" e a "guerra nas colónias portuguesas de África", "Portugal em guerra: na Europa e no Atlântico", "nas trincheiras", surgem outros de cariz bem diferente e com olhares muito distintos com que habitualmente se estuda os conflitos bélicos: "o corpo e a doença, a medicina portuguesa durante a Grande Guerra", "as artes durante a grande guerra: compromisso e rebeldia" e "ecos e lembranças da Grande Guerra - a memória portuguesa do conflito".

Em Portugal, como pela Europa em geral, a evocação de um dos mais brutais conflitos da história está a marcar uma acentuação do debate historiográfico e académico em torno dessa conflagração, assim como uma renovação teórica e concetual

em redor do que ele foi e representou para o devir da Europa e da humanidade. Esta guerra, diz Maria Fernanda Rollo (2014: 6), "de tal forma foi avassaladora na intensidade que a todos impôs e nas transformações que provocou, que desde logo observadores coevos, pelo menos os mais lúcidos ou sensíveis, perceberam o impacto que se adivinhava vir a alcançar". Ondas essas que ainda hoje não deixaram de galgar as terras da Europa, de a moldar, de a reconfigurar.

Conclusão

O centenário estimulou o estudo sobre a Grande Guerra na Europa e em Portugal. É certo que os debates académicos sobre a Grande Guerra nunca deixaram de existir, como não podia deixar de ser, dadas as dimensões apocalípticas do embate bélico de 1914-1918 e seus efeitos. Há, mesmo, quem fale de uma guerra dos trinta anos, que abarca a primeira e a segunda guerra mundial num todo. O debate europeu sobre as origens da guerra tem vindo a descartar a origem germânica do conflito – austro-húngaro e a alemã – para se concentrar nas dinâmicas interligadas do sistema internacional como fator decisivo no empurrão que conduz a Europa ao conflito. As ciências sociais também ampliaram os objetos de estudo, mesmo aqueles que mais de perto tocam com as questões estratégicas, nomeadamente com uma leitura mais estruturalistas e sistêmica das causas e da evolução da guerra, assim como com um interesse alargado, nomeadamente para os conflitos imperiais periféricos e seus efeitos – às vezes bem devastadores e de dimensões paralelas ou mais terríficas do que o que sucedeu no espaço europeu –, até hoje, ainda, muito desprezados pela historiografia mais clássica.

Em Portugal, a historiografia renovou desde os anos 1990 a leitura que se tinha da beligerância portuguesa na Grande Guerra. Com os motivos mais profundos escondidos por décadas sob a capa da defesa das colónias, hoje, essa leitura remete para um entrelaçar de dinâmicas e de propósitos de caráter interno e externo que mutuamente se reforçavam. Interessa aqui valorizar estes estudos, pelo que revelam da autonomia e do impacto das pequenas potências num sistema internacional que parece, mas só parece, dominado por grandes potentados. A Grande Guerra demonstra que há mais atores relevantes e com objetivos próprios para lá dos grandes poderes que julgam dominar o orbe.

Ora, apesar da abundância da literatura sobre a Primeira Guerra Mundial, algo que continua a faltar é um real reconhecimento ou até conhecimento do papel das pequenas e médias potências nas origens e dinâmicas da Primeira Guerra Mundial. Isso acontece não só com Portugal, mas também com países tão importantes no conflito como a Sérvia ou a Bélgica (Cornwall, 2007; De Schaepdrijver, 2010). Uma forma particularmente interessante de cruzar o debate nacional e internacional sobre a Primeira Guerra, contribuindo para alargar a forma como as Relações Internacionais olham para o conflito, é analisar portanto o caso de Portugal na perspectiva

do papel e dos desafios enfrentados pelas pequenas e médias potências no quadro de uma grande guerra. Nomeadamente relativamente à questão central da difusão da guerra e da decisão de nela intervir por parte de uma série de potências, que como Jack Levy e John Vasquez (2014) reconhecem num volume recente é uma das falhas importantes na literatura sobre o tema.

Se António Telo (1993: 63-65) mostrou a importância geoestratégica do Atlântico português no contexto do conflito, este facto parece ter sido ignorado pela literatura internacional sobre o conflito mundial. E a exceção que confirma a regra – por ter sido publicado também em francês – é o livro de Nuno Severiano Teixeira, mas o próprio prefaciador francês desta obra sublinha a ignorância sobre o tema da participação portuguesa na guerra entre os historiadores estrangeiros da Grande Guerra (Becker, 1996: 15-17).

Ora Portugal mostra bem a importância de ignorar a autonomia das pequenas potências, nomeadamente na sua vontade de entrarem no conflito com objetivos e meios próprios - pois embora formalmente tenha sido a Alemanha a declarar guerra em 1916, o governo português esperava essa reação e tinha-se concertado com o governo britânico precisamente com esse objetivo. Portugal mostra que mesmo um Estado enfraquecido não é simples objeto do sistema internacional dominado pelas grandes potências mas podem lidar com elas ativamente em função de uma estratégia própria. Por outro lado, a importância das ilhas e das possessões coloniais portuguesas, alerta mais uma vez para a necessidade de para realmente se alargar e globalizar o estudo da Primeira Guerra Mundial implica dar muito maior atenção ao papel de pequenas potência na Europa, mas com grandes impérios em África, e às tropas, localizações (bases ou comunicações) e recursos estratégicos que podiam disponibilizar em momentos chave da Primeira Guerra Mundial.

Referências Bibliográficas

- Afonso, Aniceto (2008). *A Grande Guerra, Angola, Moçambique, Flandres, 1914-1918*. Lisboa: Quidnovi.
- Albertini, Luigi (2005 [1942-1943]). *The Origins of the War of 1914*. (S/1): Enigma Books (3 Vols).
- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Audoin-Rouzeau, S. e Becker, Jean-Jacques (eds.) (2012). *Encyclopédie de la Grande Guerre*. Paris: Perrin Tempus.
- Cidade, Hernâni (1935). "Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918", in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 7.º Vol., pp. 491-522.

- Clark, Alan (1991). *The Donkeys*. London: Vintage.
- Clark, Christopher (2014): *Os Sonâmbulos: Como a Europa Entrou em Guerra em 1914*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Cornwall, Mark (2007). "Introduction", in Andrej Mitrovic, *Serbia's Great War 1914-1918*. London: C. Hurst & Co, pp. vii-xvi.
- Costa, Gomes da (192?). *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Costa, Gomes da (1925). *Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil.
- De Schaepdrijver, Sophie (2010). "Belgium", in John Horne (ed.), *A Companion to World War I*. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 386-402.
- Ferguson, Niall (2000). *The Pity of War: Explaining World War I*. New York: Basic Books.
- Ferguson, Niall (2007). *War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*. London: Penguin.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência de Paz: Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal.
- Fischer, Fritz (1968 [1961]). *Germany's Aims in the First World War*. New York: Norton.
- Fischer, Fritz (1975 [1968]). *War of Illusions: German Policies from 1911 to 1914*. New York: Norton.
- Fraga, Luís Alves de (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra da 1.ª República (1916-1918)*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Gavin, Francis (2014). "History, Security Studies and the July Crisis". *Journal of Strategic Studies*, Vol. 37, No 2.
- Gerwarth, Robert e Manela, Erez (eds.) (2014). *Impérios em Guerra: 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote.
- Hastings, Max (2014a). *Catástrofe 1914: A Europa Vai à Guerra*. Amadora: Vogais.
- Hastings, Max et al. (2014b). "Britain Should Not Have Fought in the First World War", *Intelligence Squared*. Disponível em <http://www.intelligencesquared.com/events/britain-first-world-war/>. [Consultado em 18 de setembro de 2014].
- Henriques, Mendo Castro e Leitão, António Rosas (2001). *La Lys, 1918: Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Prefácio.
- Horne, John (ed.) (2010). *Companion to World War I*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Jenkins, Jennifer (2013). "Fritz Fischer's 'Programme for Revolution': Implications for a Global History of Germany in the First World War". *Journal of Contemporary History*, Vol. 48 No. 2, pp. 397-417.
- Levy, Jack S. e John A. Vasquez (eds.) (2014). *The Outbreak of the First World War: Structure, Politics, and Decision-Making*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Manela, Erez (2007). *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: OUP.
- Marques, Isabel Pestana (2008). *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Marques, Ricardo (2012). *Os Fantasmas do Rovuma: A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Martins, Ferreira (coord.) (1935). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática (2 Vols).
- McMeekin, Sean (2011). *The Russian Origins of the First World War*. Cambridge MA: The Belknap Press.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2000). *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Miller, E., S. L. Lynn-Jones, e S. Van Evera (eds.) (1991). *Military Strategy and the Origins of the First World War: An International Security Reader*. Princeton: PUP.
- Mombauer, Annika (2005). "Of War Plans and War Guilt: the Debate Surrounding the Schlieffen Plan". *Journal of Strategic Studies*, Vol. 28, No. 5, pp. 857-885.
- Mulligan, William (2014). *The Great War for Peace*. New Haven: Yale University Press.
- Novais, Noémia Malva de (2006). *João Chagas, A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, Pedro Aires (2011). "A República e a Guerra", in Luciano Amaral (org.) *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, pp. 185-225.
- Pélissier, René (1986). *História das Campanhas de Angola: Resistências e Revoltas (1854-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa (2 Vols).
- Pélissier, René (1988). *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa (2 Vols).
- Pires, Ana Paula (2011). *Portugal e a I Guerra Mundial, a República e a Economia de Guerra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ramalho, Nunes Miguel (2001). *Sidónio Pais, Diplomata e Conspirador (1912-1917)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Ramos, Rui (2008). "A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa", in João Marques de Almeida e Rui Ramos (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos, pp. 55-94.
- Reynolds, David (2014). *The Long Shadow: The Legacies of the Great War in the Twentieth Century*. London: W.W. Norton.
- Rollo, Maria Fernanda (2014). "O Mundo é de Quem Não Sente". *Jornal de Letras, Artes e Ideias* n.º 1145, p. 6.

- Samara, Maria Alice (2002). *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Sheffield, Gary (2014). *Forgotten Victory: The First World War: Myths and Realities*. (S/1). Endeavour Press.
- Snyder, Jack (1991). *Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition*. Ithaca: Cornell UP.
- Snyder, Jack e Keir Lieber (2008). "Correspondence: Defensive Realism and the 'New' History of World War I". *International Security*, Vol. 33, No. 1, pp. 174-194.
- Stevenson, David (1997). "Militarization and Diplomacy in Europe before 1914". *International Security*, Vol. 22, No. 1, pp. 125-161.
- Stevenson, David (2011). "From Balkan Conflict to Global Conflict: the Spread of the First World War 1914-1918", *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No.2, pp. 169-182.
- Stevenson, David (2011). *With Our Backs to the Wall: Victory and Defeat in 1918*. Cambridge MA: The Belknap Press.
- Strachan, Hew (ed.) (2001). *The Oxford Illustrated History of the First World War*. Oxford: OUP.
- Strachan, Hew (2010). "The War Experience: Command, Strategy, and Tactics, 1914-1918", in John Horne, *A Companion to World War One*. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 35-48.
- Torre Gómez, Hipólito de La (1980). *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, António José (1977). *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro.
- Telo, António José (1987). *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Telo, António José (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial, 1941-1945*. Lisboa: veja (2 Vols).
- Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Porto: Asa.
- Telo, António José (1996). *Portugal e a NATO: O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Telo, António José (2010 e 2011). *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença (2 Vols).
- Teixeira, Nuno Severiano (1988). "A História Política na Historiografia Contemporânea". *Ler História* n.º 13.
- Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Tuchman, Barbara (1962). *The Guns of August: The Outbreak of World War I*. New York: Macmillan.

- Vasquez, John A. *et al.* (2011a), "Forum on the Spread of War 1914-1917: a Dialogue between Political Scientists and Historians". *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No. 2, pp. 139-141.
- Vasquez, John A. *et al.* (2011b), "The Conflict Space of Cataclysm: The International System and the Spread of the War 1914-1917". *Foreign Policy Analysis*, Vol. 7, No. 2, pp. 143-168.
- Vicent-Smith, John (1975). *As Relações Luso-Britânicas, 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Williamson, Samuel (2014). "July 1914 Revisited and Revised: the Erosion of the German Paradigm", in Jack S. Levy and John A. Vasquez (eds.) (2014). *The Outbreak of the First World War: Structure, Politics, and Decision-Making*. Cambridge: Cambridge University Press., pp. 30-62.
- Winter, Jay (ed.) (2014). *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: CUP (3 vols).
- Zuber, Terence (2010). "The Schlieffen Plan's 'Ghost Divisions' March Again: a reply to Terence Holmes". *War in History*, Vol. 17 No. 4, November, pp. 512-525.

Portugal e a Marinha na Primeira Grande Guerra

João Ventura Cruz

Mestre em Ciências Militares Navais, ramo de Marinha. Atualmente presta serviço no Instituto Hidrográfico.

Resumo

No final do século XIX, Portugal era alvo de diversas transformações ao nível político, financeiro e económico-social decorrentes da grave crise internacional que se fazia sentir. Internamente, o *Ultimatum* de 1890 levou o governo português a renovar as suas orientações estratégicas passando a adotar modelos económicos mais protecionistas, vocacionados para o mercado interno e para o Império colonial.

Em 1916, a frágil posição portuguesa no plano internacional levou o país a iniciar a sua intervenção na Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de reforçar a sua reputação perante os restantes países e garantir o reconhecimento necessário para manter as suas colónias.

O papel da Armada no conflito consistiu principalmente em assegurar a defesa dos portos e garantir a segurança das forças expedicionárias enviadas para as colónias.

O presente artigo pretende analisar com mais detalhe a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial com enfoque para o papel desempenhado pela Marinha de Guerra.

Abstract

Portugal and its Navy in the Great War

By the end of the 19th century Portugal was subjected to political, financial and socio-economic reforms as a result of the severe international crisis. Domestically, the Ultimatum of 1890 led the government to renew its strategic orientations, adopting new economic models directed to the Portuguese market and the colonial empire.

Sixteen years later, in 1916, Portugal's fragile international position led the country to join the 1st World War, with the objective of reinforce its reputation towards other countries and assure the necessary recognition to maintain its colonies.

Portuguese Navy participation in the war consisted mainly on assuring the ports defence and guaranteeing the safety of the expeditionary forces sent to the colonies. The article analyses the Portuguese participation in the 1st World War, focusing on the role played by its Navy.

“Portugal viveu, sempre, um equilíbrio geopolítico instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima.” (Teixeira, 2000: 61). Esta frase de Nuno Severiano Teixeira elucida a opção estratégica adotada por Portugal ao longo da sua história. Houve sempre uma tentativa de equilibrar os interesses a nível peninsular e os interesses extrapeninsulares, bem como as relações com as potências marítimas, permanecendo, contudo, os interesses coloniais tacitamente definidos como prioridade do Estado, sensivelmente, até ao último quartel do século XX.

Durante grande parte do século XIX, a política externa portuguesa foi fortemente marcada pela aliança com a Inglaterra. Neste período a Inglaterra assumiu-se como principal potência a nível europeu, e a sua hegemonia sobre o Estado português ficou a dever-se, principalmente, ao papel de resistência que as forças inglesas vão desempenhar perante as invasões francesas, e aos tratados então assinados entre ambas as partes (Inglaterra e Portugal).

Em 1871, a unificação da Alemanha vai motivar uma importante alteração no papel da Inglaterra como potência hegemónica na Europa. Nunca perdendo, ainda assim, este estatuto de hegemonia, a Inglaterra viu muita da política externa portuguesa revelar-se aos germânicos, abalando fortemente a posição hegemónica que dispunha perante o lado luso. Esta situação acentuou-se no momento em que se verificaram os primeiros “conflitos de interesse” coloniais com Inglaterra. Foi com o decorrer destes conflitos que a Inglaterra avançou para o *Ultimatum* em 1890¹.

Portugal passaria a regular as suas relações internacionais através de duas grandes vertentes: uma vertente orientada para a aliança com Inglaterra e outra virada para o seu império colonial africano.

No que diz respeito à sua situação interna, o país atravessava um período de transformações a nível político, financeiro e económico-social. A todas estas mudanças atribuiu-se o nome de Regeneração² e Fontismo³.

1 Com o surgir da Alemanha como potência europeia, Portugal desprende-se do forte aperto da hegemonia inglesa. Com base nesse facto, foi desenvolvido um projeto colonial designado “África Meridional Portuguesa”, que pretendia unir Angola a Moçambique, sendo o célebre “mapa cor-de-rosa” a representação cartográfica desse projeto. Este último contrariava as pretensões do Império Inglês, que pretendia unir verticalmente, o Cairo à Cidade do Cabo. Todos estes fatores culminaram em 11 de janeiro de 1890, com o *Ultimatum*, através do qual, Londres exigia que todas as forças portuguesas fossem retiradas da zona de interesse inglês, caso contrário dar-se-ia o corte das relações diplomáticas.

2 Movimento político com o objetivo de consolidar as finanças do Estado e garantir uma mudança na estrutura social e económica.

3 Implementado por Fontes Pereira de Melo, consiste na adaptação gradual à declinação da hegemonia inglesa sobre Portugal, que se refletiu especialmente no aumento da intensidade do comércio intercontinental e na adoção de modelos económicos mais protecionistas.

“Em 1890-1893 é o fim. O *Ultimatum* põe em causa o posicionamento tradicional de Portugal e leva a uma perda da credibilidade não só do Governo, que em grande medida o provoca, mas do próprio regime.” (Telo, 1994: 63).

O Estado da Nação

Face à crise generalizada que se verificou em 1890 a nível internacional, que consistiu, internamente, na depreciação da moeda, falência de diversos bancos e aumento da dívida pública acompanhada da instabilidade governamental, seria implementado um novo modelo económico bastante mais protecionista que duraria até ao início do *Estado Novo*. Como tal, a indústria passaria a encarar o mercado interno e o Império como prioridade, subalternizando a competitividade a nível internacional.

Tais modificações no país também viriam a ter consequências nas Forças Armadas, em particular, na Armada. De 1890 em diante, foram surgindo sucessivos estudos com o objetivo de reestruturar uma Marinha caracterizada pelo perigoso atraso na sua tecnologia e considerável pobreza em meios, comparativamente a outros países.

“O último quartel do século XIX é marcado, quanto ao poder naval, por duas transições: em termos técnicos, pelo arranque da segunda revolução industrial; em termos estratégicos, pelo desgaste da hegemonia global da *Royal Navy*, com o desenvolvimento de marinhas de segunda e terceira ordem, tendendo algumas a tornar-se de primeira.” (Telo, 1999: 133).

A segunda revolução industrial trouxe como consequência a disponibilidade de matérias-primas mais baratas, nomeadamente o aço, que proporcionaram a construção de navios e armamento com importantes evoluções. Podem assinalar-se as seguintes mudanças:

- Explosivos mais potentes e com menor emissão de fumos, fruto do desenvolvimento da indústria química;
- Aplicação da eletricidade aos navios com a incorporação de diversos geradores a bordo;
- Telegrafia sem fios, que veio revolucionar os métodos de coordenação da atividade naval, isto é, comando e controlo, na medida que esta possibilitava pela primeira vez a comunicação com navios a milhares de quilómetros de distância da sua base;
- Máquinas de tripla expansão mais potentes;
- Surgimentos das primeiras turbinas e motores de explosão;
- Novidades no armamento, mais precisamente no aparecimento dos primeiros torpedos, peças de revólver de tiro rápido, e peças de grandes calibres entre outros.

Todas estas descobertas, somadas a muitas mais que se foram verificando, provocaram enormes reformas nas Marinhas de todo o Mundo, nomeadamente, as então embarcações e navios de propulsão mista, a vela e a vapor, com construção de madeira e ferro, foram supridas por navios construídos inteiramente em aço, com sistemas de propulsão revolucionários e eficazes e com uma característica na execução do tiro inédita: a possibilidade de o realizar além horizonte. De todas as classes de navios construídas na época, as que mais se destacaram foram as plataformas com capacidade de lançar torpedos. Potências como a Inglaterra ou a França construíram várias classes de navios com capacidades notáveis que atingiam grandes velocidades (Telo, 1999).

Como consequência, muitos países que não representavam grandes potências marítimas adotaram esta teoria, a de criar uma Marinha em torno da esquadra de torpedeiros, particularmente a Marinha Portuguesa, que devido à existência da congénere espanhola, mais poderosa, pretendia igualar a sua capacidade.

No entanto, as principais transformações não se verificaram apenas nas características dos navios. António José Telo refere “um outro campo onde a revolução técnica é especialmente importante, e que muito interessa a Portugal, é a defesa de costa.” (Telo, 1999: 134-135).⁴

Foi também neste período que se realizaram os primeiros ensaios com submarino, que exigiu o empenho da tecnologia desenvolvida no campo da eletricidade e baterias. Em síntese, o trabalho desenvolvido nesta vertente, é realizado por países que enfrentavam adversários com maiores capacidades. Esses países caracterizavam-se por serem visionários e idealistas, encarando os submarinos como um meio de enfrentar Marinhas mais poderosas (Telo, 1999). Em Portugal, a especificidade de adquirir capacidade submarina não havia sido explorada, e apesar do conceito ainda não ser bem encarado pelos responsáveis militares e políticos, um grupo de engenheiros, representados pelo primeiro-tenente Fontes Pereira de Melo, olhava para o submarino como uma arma com bastante utilidade operacional.

O Programa de 1890

Como referido anteriormente, a Inglaterra surgia como a maior potência naval a nível mundial. Vários países encontravam-se em fase de desenvolvimento, como a

4 Foram os EUA os principais impulsionadores desta doutrina. Com ampla experiência devido à guerra civil, desenvolvem navios especializados bem como monitores. Mas são países como a Suécia, Holanda, Dinamarca que influenciam Portugal a adotar o conceito dos monitores couraçados de defesa de costa, introduzidos em primeiro lugar nos EUA, transformando-os em pequenos couraçados com esporão, com possibilidade de operar no oceano, mas desenvolvidos com vista à defesa de portos e barras dos rios.

Espanha, Áustria ou a Itália, e outros apresentavam determinados índices de progresso que chegavam a ameaçar a hegemonia inglesa, como era o caso da Alemanha e posteriormente os EUA, que no início do século XX atingem um patamar mais elevado que a Inglaterra a todos os níveis. No tocante às unidades navais, na década de 1890, a Inglaterra possuía cerca de 30% do total mundial, a França cerca de 16%, países como a Alemanha ou a Itália cerca de 10% e a Espanha entre outros com percentagens entre 2 e 5%. Portugal possuía um total de navios de guerra que correspondiam a menos de 1% do total (Telo, 1999) revelando uma imagem de fraqueza relativa em relação a muitos países.

Como tal, a Armada portuguesa reclamava desesperadamente por uma reestruturação, reestruturação essa que se viria a verificar no programa elaborado por Jacinto Cândido da Silva. Em traços gerais, o programa de construções navais foi aprovado pela lei de 21 de maio de 1896. Neste programa foi prevista uma quantia muito modesta⁵ (Telo, 1999) e insuficiente quando se pretendia levar a cabo uma completa modernização da Armada. Assim, este programa foi encarado como uma ação de emergência para fazer frente à deficiência de navios capazes de exercer funções em alto mar.

O grande destaque deste programa é a construção de cinco cruzadores e a recuperação de um outro navio que vem a sofrer transformações (Telo, 1999)⁶. Parte destes cruzadores não se adaptava a operar nos mares de interesse europeu, não sendo também os navios ideais para operar em águas tropicais, excetuando o *D. Carlos I*. Também são remodeladas no Arsenal várias das velhas canhoneiras. Todo este emprego atribuído ao Arsenal de Lisboa advém da sua tentativa de modernização tendo sido contratada uma equipa francesa que alterou profundamente a estrutura do Arsenal e modernizou equipamentos e métodos de trabalho, nomeadamente no ensino da construção naval. Desta forma, o Arsenal consegue produzir de forma mais rentável e eficiente, quer nos programas de construção ou de reparação.

Refira-se, desde já, que não é possível enquadrar nenhum pensamento estratégico no plano de Jacinto Cândido, sendo esta a grande lacuna verificada. Este plano não é suficientemente claro. A Armada portuguesa aparentava ser uma marinha relativamente poderosa com armamento moderno, boa mobilidade, construção robusta e versátil o suficiente de modo a que se pudesse aplicar os novos avanços da tecnologia como a luz elétrica, telegrafia sem fios ou os torpedos. Ostentávamos uma grande capacidade de combate oceânico.

5 Cerca de 2.800 contos para reestruturar a Marinha.

6 Os cruzadores são encomendados a vários países: um em Itália (*Adamastor*), um em Inglaterra (*D. Carlos*), dois em França (*S. Gabriel* e *S. Rafael*) e um no Arsenal de Lisboa (*Rainha D. Amélia*). O navio recuperado foi o cruzador *Vasco da Gama*.

O esforço português passaria a centrar-se nas campanhas de pacificação⁷. As unidades navais eram atribuídas às várias colónias, onde intervinham com o objetivo de garantir a soberania do Estado perante diversas tentativas de revolta por parte dos povos nativos, garantindo a ocupação do território. Também atuavam nas zonas de grande pressão internacional, nomeadamente perante as nações europeias com interesses diversos no território africano. Com a mudança das ações de pacificação para o Exército, a Armada passa para segundo plano. Esta ocorrência permite à Marinha planejar uma mudança de grande importância, designadamente a transição dos interesses coloniais para interesses que visam o quadro europeu e peninsular (Teixeira, 2000) que se verificou entre 1896 e 1914. Do ponto de vista financeiro, entre 1897 e 1902, é realizado um esforço com o intuito de renovar a esquadra, que se traduz na vinda dos cruzadores para Portugal. Globalmente o investimento efetuado com a defesa permanece constante, e apenas se dá uma alteração nas percentagens de verbas atribuídas a cada um dos ramos, tornando-se o investimento na Armada superior a 60%. Inclusivamente, neste período, é criada a Liga Naval Portuguesa⁸, onde são realizadas inúmeras conferências, cujo tema central é um balanço sobre a situação em que a Armada se encontrava e o estabelecimento de planos que visavam a sua recuperação (Valentim, 2004). Os principais relatores das conferências eram jovens oficiais de Marinha defensores das teses de A. Thayer Mahan a que António Telo apelidou de *mahanistas* (Telo, 1999).

Todavia, neste período, a Marinha vai perder o estatuto de uma força bem adaptada às ações no seu império colonial, para um estatuto de uma Marinha mal preparada para enfrentar as exigências no *velho* continente que antecedem a Primeira Guerra Mundial. Vai ser notória uma grande discrepância no bom desempenho de pequenas forças, habitualmente a operar nos domínios ultramarinos em conflitos “assimétricos”, enfrentando povos que desconheciam o progresso tecnológico e industrial, com a dificuldade de dirigir grandes forças num conflito extremamente complexo contra países com navios de primeira linha.

7 Ações exercidas por Portugal nas suas colónias, com o objetivo de estabelecer a ordem, garantirem a soberania sobre os territórios e gerir a pressão exercida pelas potências europeias que permaneciam em África com interesses elevados que incluíam muita riqueza gerada nas colónias nacionais. Os meios navais eram empregues tanto no mar como nos rios e desempenharam um papel imprescindível, nomeadamente na questão da elaboração do célebre mapa cor-de-rosa. A ação da Marinha perdeu alguma relevância, quando as operações passaram a decorrer para o interior do continente africano, passando o exército a desempenhar um papel mais preponderante.

8 A Liga Naval Portuguesa é criada em 1901 e tem como principal objetivo a remodelação da Marinha Portuguesa, procurando, através da elaboração de vários planos e conferências, apresentar soluções para essa problemática.

A Marinha na Guerra

“No início da primeira guerra mundial era esta a situação internacional da República portuguesa: ameaçada no continente pela Espanha, ameaçada nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e à Alemanha na questão colonial.” (Teixeira, 2000: 74).

Estes fatores referidos por Severiano Teixeira são, de facto, determinantes para a decisão política que ditou a participação de Portugal na Primeira Grande Guerra. Para além destes problemas estratégicos, Maria Carrilho referiu ainda que Portugal aderiu a este conflito como consequência do julgamento de diversos setores republicanos, bastante influentes na política nacional, que viam a participação na guerra como uma oportunidade para Portugal obter alguma reputação entre os restantes países e alcançar assim o reconhecimento necessário para manter as suas colónias (Carrilho, 1985).

É essa possibilidade, de perder as colónias, que se afigura como razão essencial para a participação portuguesa no conflito. Estas representavam um fator estratégico e económico muito valioso para as potências europeias e como tal eram utilizadas “como mecanismo de compensação e moeda de troca na ‘balança do poder’ do equilíbrio europeu.” (Teixeira, 2000: 74)

O entusiasmo que a entrada na guerra proporcionava aos decisores políticos, fê-los desvalorizar totalmente a vontade da população, ignorando as suas preocupações. O esforço de propaganda realizado demonstrou-se insuficiente para esclarecer a população, confiando unicamente no patriotismo do povo português ao deparar-se com as suas colónias ameaçadas. Desta forma, a insatisfação e preocupação sentida não foi lobrigada pelo Governo, o que se veio a repercutir mais tarde.

A entrada de Portugal na guerra de 1914-1918, conforme referido, resume-se a duas teorias defendidas pela historiografia portuguesa. Uma delas, a mais relevante, é a de proteção do domínio sobre as colónias. A outra teoria baseia-se na rivalidade peninsular, visto que, ao entrar na guerra, Portugal asseguraria um lugar nas relações internacionais e europeias, afastando o perigo espanhol através da consolidação da aliança com Inglaterra e do enfraquecimento das relações anglo-espanholas.

É possível considerar ainda uma terceira tese, a nível da política interna com o objetivo de consolidar o regime republicano e a sua legitimidade democrática.

Oficialmente, Portugal iniciou a sua intervenção na guerra ao lado dos Aliados, e sob o signo da aliança inglesa, a 10 de março de 1916. Neste dia, no Congresso da República, na presença do Presidente da República, membros do Governo e do corpo diplomático entre outros, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Augusto Soares fez a leitura da declaração de guerra escrita pelo Ministro da Alemanha em Lisboa. Considera-se a principal causa para esta declaração de guerra oficial, a apreensão dos navios alemães e a substituição da sua bandeira pela bandeira por-

tuguesa com a flâmula de guerra, junto com o disparo de munições de salva pelo navio-almirante, o cruzador *Vasco da Gama* (Inso, 2006). A participação portuguesa na guerra, apesar de aprovada em sessão do Congresso desde 1914, pelo Governo da *União Sagrada* presidido por Afonso Costa, não reuniu as condições mínimas de planeamento e preparação necessárias. Este facto refletiu-se não só nas forças no terreno mas também no plano interno.

O país viveu tempos difíceis nesses anos. A nível económico o conflito mundial provoca grandes mudanças. Até 1918, no que respeita ao comércio externo, as importações caíram para cerca de um quarto das realizadas em 1913 e as exportações diminuem para metade do normal também em 1918 (Telo, 1994).

As implicações são óbvias: o custo dos produtos agrícolas sofre sucessivos aumentos à medida que as importações caem, bem como a capacidade financeira dos agricultores, que preferem deixar terrenos incultos e vender os seus produtos no mercado negro, ao invés de os vender aos preços tabelados. O custo de vida em Portugal sobe cerca de 80 por cento em 1918 (Telo, 1994).

Porém, em dezembro de 1917, com o início do governo de Sidónio Pais⁹, o setor agrícola sofre algumas melhorias, tendo sido criado o Ministério da Agricultura e, em consequência, uma série de ações foram adotadas por essa pasta; o setor agrícola sentiu-se mais protegido. Com a chegada da guerra económica, entre 1916-1917, e a declaração como inimigos a determinadas empresas, é exercido pelos Aliados o controlo da produção mundial. O ministro americano em Portugal considera que em 1917 “as condições de vida em Portugal, que até agora não tinham sido fortemente afetadas pela guerra, atingem um estado sério e podem tornar-se críticas a curto prazo. O país está ameaçado pela fome.”¹⁰

Estes efeitos, juntamente com a insatisfação vivida devido à participação do país na guerra, levam a um período de movimentos populares e surtos grevistas, juntamente com as graves situações de assaltos e roubos. Mais uma vez é Sidónio Pais quem consegue conter estes movimentos.

No setor da Indústria sentem-se os efeitos contrários. Apesar da falta de matérias-primas, maquinaria e sobresselentes, a produção nacional de carvão sofre um aumento e as fábricas praticamente obsoletas ultrapassam os seus problemas contrariamente às fábricas modernas.

⁹ Em contestação ao Governo Democrático Republicano, a partir de 5 de dezembro até 8 do mesmo mês de 1917, e após de três dias de confrontos, nos quais a participação civil foi preponderante, a Junta Militar Revolucionária presidida por Sidónio Pais, assumiu o poder no país exonerando o Governo da União Sagrada e destituindo o então Presidente da República Bernardino Machado. Para obter mais informação, nomeadamente a nível das implicações na organização das Forças Militares (Ribeiro, 2004: 129-130).

¹⁰ Comunicação do ministro americano Birch ao State Department. NA. 853.50. (Telo, 1994).

Na generalidade, a guerra revela-se desastrosa para o país e provoca indubitáveis transfigurações na sociedade. Para Portugal e para a Europa este conflito constituiu uma “brutal porta de entrada no século XX.” (Telo, 1994: 87).

A participação militar, através de um Corpo Expedicionário do Exército não favoreceu os problemas internos referidos. O envio de forças terrestres para o campo de batalha revelou-se precipitado. Foram enviados, ao todo, para França 56.493 homens, morreram em combate 2.091, ficaram feridos ou incapazes para o serviço 12.508 e foram feitos 6.678 prisioneiros (Marques e Sousa, 2003). A forma como os preparativos para a guerra decorreram, foi o começo de uma série de fracas ações que tinham em vista a introdução do Corpo Expedicionário Português no campo de batalha. A precipitação deveu-se muito à vontade de querer fomentar as relações internacionais, demonstrar aos outros países europeus que Portugal possuía capacidade para combater junto das forças Aliadas e a urgência em assegurar o referido domínio sobre as colónias. Apesar de ter sido solicitado ao governo português somente peças de artilharia, o Governo julgou necessário enviar essas peças juntamente com a sua guarnição e posteriormente uma força capaz de participar nas ações beligerantes. Contudo, a preparação física dos soldados enviados não era a mais adequada, o seu equipamento insuficiente para as exigências do campo de batalha, bem como a sua moral muito baixa.

O golpe que instaurou a ditadura de Sidónio Pais - que se havia declarado como antagonista à beligerância voluntária de Portugal - e as ofensivas alemãs que se fizeram sentir a partir de 1917 e que culminaram com uma grande ofensiva em abril de 1918, que resultaram na batalha de La Lys, infligiram um duro golpe ao diminuto e mal preparado contingente português, cansado e incapaz de enfrentar a máquina de guerra alemã. Após as ofensivas alemãs, o destrozado Corpo Expedicionário Português foi desmembrado ficando provisoriamente inoperacional. Foi infligida uma grande derrota aos soldados portugueses presentes na Flandres.

A participação da Marinha na Primeira Grande Guerra, à semelhança dos restantes setores do nosso país e do Exército em particular, não era encarada de forma sulfurosa pelas multidões. A inexequibilidade dos programas navais posteriores ao de Jacinto Cândido é causa da preparação deficiente que a Marinha se deparava ao entrar na guerra e garantir possibilidades de sucesso. Não existiam navios suficientes, nem a tecnologia adequada, bem como equipamentos de reserva, bases e estaleiros capazes de responder às exigências da estratégia beligerante fundada numa retaguarda industrial evoluída. A Marinha apenas possuía três unidades modernas, dois contratorpedeiros e o submersível *Espadarte*. Ainda se podia contar com as quatro canhoneiras mais recentes do Arsenal e os velhos cruzadores derivados do programa “Jacinto Cândido”.

O próprio Pereira da Silva questiona: “Era com esta Armada – se tal nome merece! – que nós devíamos fazer a polícia dos nossos mares, proteger as nossas linhas

de comunicação e garantir a segurança dos comboios de tropas que partiam para França!” (Silva, 1919: 149).

À falta de meios, somava-se o apedeutismo das táticas de guerra que os novos meios proporcionavam, o submarino e os dirigíveis ou aviões, foram também determinantes no decurso da guerra.

Quem, no seio da Marinha, demonstrou categórico apoio à entrada portuguesa nas forças beligerantes, foi o comandante Leote do Rêgo. Foi esta distinta figura que se assumiu como o principal piloto do esforço naval durante o conflito. Correia do Inso adjectivou os métodos de Leote do Rêgo como “verdadeiro milagre de organização” que “rompia com a rotina dos processos burocráticos, sempre que as circunstâncias o exigiam.” (Inso, 2006: 15). “Leote do Rêgo marcou, pois, por forma indelével, a sua personalidade na Marinha, onde foi a alma da guerra.” (Inso, 2006: 17).

Inicialmente a Armada possuía duas preocupações proeminentes: garantir a proteção dos portos nacionais das ameaças de superfície e sustentar a segurança das forças expedicionárias enviadas para as colónias africanas, logo no início da guerra. A primeira medida tomada para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, foi a criação da Divisão Naval de Defesa e Instrução, que teve como seu Comandante Superior o capitão-de-fragata Leote do Rêgo e navio-almirante o cruzador *Vasco da Gama*. A Divisão era constituída inicialmente pelos seguintes navios: cruzadores *Vasco da Gama*, *Almirante Reis*, e *Adamastor*; contratorpedeiros *Guadiana* e *Douro*; torpedeiros N.º 1 e N.º 2; submarino *Espadarte* e vapor *Lidador*. Posteriormente foi destacado o *Adamastor* para missões no Ultramar e foi incluído o *S. Gabriel*. Com o decorrer da guerra mais navios foram integrados, nomeadamente navios mercantes, sendo alguns armados no Arsenal e alguns navios alemães entretanto apreendidos. No entanto a atividade da guerra não se limitou apenas à criação desta Divisão e abrangeu todos os complexos serviços da Marinha sob a Majoria General da Armada. A Divisão Naval acabou extinta após o golpe protagonizado por Sidónio Pais, e Leote do Rêgo exilado (Inso, 2006).

Apesar da mobilização exercida na organização e da tentativa de adequação dos meios às funções previstas na reorganização da Armada para a guerra, concluiu-se inicialmente que esta, à imagem do país, não estava devidamente apta para a guerra e para os difíceis cenários enfrentados nas missões. A preparação da Marinha em face da ameaça de superfície foi inglória visto que o bloqueio inglês no Mar do Norte se mostrou eficaz. Assim os alemães utilizaram os seus submarinos, a par dos dirigíveis e aviões, o que se tornou um imprevisto para Portugal e uma contrariedade, dado que a Marinha não possuía, nem capacidade, nem meios para combater esta ameaça.

Outra grande contrariedade está igualmente presente nas operações no cenário ultramarino. O esforço logístico necessário era declaradamente superior ao das Cam-

panhas de Pacificação. As primeiras derrotas logo surgiram. As características exigidas aos navios para a realização destas missões, não foram concretizadas, o que causou imensas baixas derivadas da falta de condições sanitárias e de transporte.

Doravante, a participação da Marinha Portuguesa foi realizada sobretudo em conjunto com a Inglaterra. Vários acordos foram obtidos garantindo a proteção inglesa, enquanto os britânicos contavam com a disponibilidade portuguesa para a realização de operações necessárias e posse das respetivas contrapartidas.

Um dos objetivos definidos pelo governo para a Marinha, era a defesa do continente e dos seus portos. Adicionalmente à criação da Divisão Naval que tinha esse propósito, foram requisitados e modificados diversos navios de pesca, iates, navios de cabotagem e gasolinas, conferindo-lhes funções de patrulha e rocega de minas. Também foram adaptados os navios alemães apreendidos, que vieram a ser utilizados especialmente em Moçambique. Estes draga-minas estavam sob a orientação do primeiro-tenente Jaime de Sousa, formado em Inglaterra nesta área¹¹. Simultaneamente, a Marinha desempenhava um papel importantíssimo no transporte do Corpo Expedicionário para a Flandres e no auxílio a Inglaterra em funções idênticas.

Também foi criada a Aeronáutica Naval por Sacadura Cabral, composta por hidroaviões que asseguravam essencialmente o reconhecimento das zonas de campos de minas e deteção de submarinos inimigos. Posteriormente foram aumentados mais aparelhos que facultaram um reconhecimento mais extenso.

Diversas ações, como a colocação de linhas de redes, o reforço das defesas fixas e montagem de uma linha de minas para a defesa da barra de Lisboa, são algumas medidas que foram, em complementaridade levadas a cabo pela Marinha.

Entre as preocupações estratégicas, foi dada grande importância à defesa do porto de Leixões. Consistia numa réplica simplificada do Porto de Lisboa, constituída pelos seguintes sistemas: “redes antitorpedo “Bullivan” nos ancoradouros, baterias em terra apoiadas por holofotes e um sistema de vigilância ligado por telefone, flotilha de barcos-patrulha formada por vapores requisitados armados de cargas de profundidade e peças de 47 mm, serviço de rocega assegurado pelos vapores Açor e Maria Vitória, salvamento de naufragos e rebocadores.” (Telo, 1999: 265).

Numa fase posterior seriam criadas defesas na costa algarvia e portos secundários no continente. De um modo geral, o trabalho realizado no continente foi exí-

11 Esta foi uma das compensações obtidas por Portugal com a beligerância: a possibilidade de enviar militares para obter formação em Inglaterra em matérias pouco exploradas em Portugal ou mesmo desconhecidas, mas que se tornaram vitais devido à estratégia alemã durante a guerra, como o caso da guerra de minas, que os alemães muito exploravam. Temos o exemplo do cargueiro norueguês a transportar trigo, que sucumbiu após ter ativado uma mina na barra do Rio Tejo, colocada por um submarino germânico.

mio apesar da improvisação constante. A Armada partiu do zero em termos de defesa costeira, para a edificação de uma indispensável e vital defesa dos portos continentais.

A preocupação com a defesa de costa não abrangia só Portugal continental mas também as suas ilhas. A ilha da Madeira possuía apenas três patrulhas de pequenas dimensões ao serviço do arquipélago. O porto do Funchal ficaria extremamente desprotegido, acrescentando ainda o facto de não terem sido montadas quaisquer redes antitorpedo. Desta forma, em 1916 um submarino alemão, o U-83, ataca o Funchal, torpedeando três navios, e afasta-se calmamente submerso, emergindo depois para bombardear a cidade.

A contestação portuguesa fez-se prontamente junto da Inglaterra, que mediante o acordo com Portugal, era responsável por assegurar a defesa das ilhas nacionais. Após negociações os ingleses acordaram em reforçar o contingente naval no Atlântico com seis cruzadores e navios auxiliares, utilizando Cabo Verde como base.

Todavia a atualização das defesas em terra, e montagem de sistemas antitorpedo nas ilhas não foi cumprida, o que resultou na desvalorização de Cabo Verde como porto de abrigo e a ameaça permanente face à guerra submarina opositora.

Os Açores, que devido ao seu posicionamento geográfico, representam uma mais-valia estratégica, não tiveram o peso desejado para que o país tivesse um papel mais ativo nas operações navais Atlânticas, devido à ausência de defesas eficazes, o que culminou com a perda do navio caça-minas *Augusto Castilho* artilhado com uma pequena peça, numa desigual batalha contra um cruzador submarino, U-139, armado com peças de 150 mm. Esta falta de proteção desencoraja os Aliados a utilizar as ilhas portuguesas como pontos estratégicos relegando Portugal para um plano irrelevante durante a guerra (Telo, 1999).

Outro grande esforço realizado pelo país foi em prol do seu império colonial. Grandes expedições são enviadas para Angola e Moçambique, possuindo a Marinha o principal papel no transporte do Corpo Expedicionário. Além de escoltar este transporte intercontinental, a Marinha assegurava ainda a salvaguarda do sistema logístico local. Adicionalmente, a Armada apoiava diretamente as operações com a atribuição de colunas, forças terrestres e apoio dos navios.

No dia 11 de novembro de 1918, o Armistício põe oficialmente fim à guerra. O conflito causou mais de 19 milhões de mortos e deixou a Europa numa situação económica debilitada. A sustentabilidade financeira de muitos países é assegurada pelos Estados Unidos.

A Marinha Portuguesa, com poucos meios, e a sentir uma urgente necessidade de modernização, entrara num conflito mundial de grandes dimensões, não deixando, destemidamente, de levar por diante as missões para as quais fora chamada.

Portugal e a Marinha no Pós-guerra

Em Portugal, finda a Primeira Grande Guerra, a situação era grave. Apesar dos objetivos de manutenção da integridade do Império terem sido alcançados, o estado social e económico do país era preocupante e o governo de Sidónio Pais não consegue alterar a situação. Com o assassinio deste Presidente a agitação social aumentou.

Portugal delineou uma estratégia a nível da política externa que consistiu no esforço para garantir que as dívidas de guerra lhe eram perdoadas e para obter direito a reparações e indemnizações por parte das potências derrotadas. Na verdade, o auxílio financeiro foi concedido pela velha aliada, a Inglaterra, com o envio de uma remessa de libras pelo governo de Londres.

Fazendo um balanço da participação da Armada na guerra, vemos que a nível militar, foi o único ramo que atingiu com sucesso os seus objetivos e apresentou uma quantidade muito reduzida de baixas em comparação com o exército, que apesar de tudo, enfrentou no campo de batalha as forças inimigas, em condições mais deficientes que a Armada. A Marinha viu criado um sistema de defesa costeira inexistente e o seu contingente foi reforçado, destacando-se a chegada de três submarinos em 1917 e a respetiva criação da primeira esquadrilha em 1918.

Porém a importância que Portugal alcançaria no seio dos Aliados poderia ter sido bastante mais proeminente. A grande vantagem do posicionamento geográfico das ilhas poderia ter constituído uma vantagem para Portugal, e ter impulsionado o concretizar de um dos grandes objetivos de participação na guerra: o surgimento como elemento estratégico influente no planeamento e decisões no contexto internacional. Para tal facto exortou Pereira da Silva, ao invocar que com a exequibilidade do plano naval por ele proposto em 1911, o desfecho teria sido distinto e “não teríamos assistido ao espectáculo pouco edificante de vêmos uma grande parte dos transportes com as nossas tropas comboiados por contratorpedeiros ingleses, quando era à marinha portuguesa que deveria pertencer esse serviço, nem tão pouco a polícia dos nossos mares e a defesa marítima de alguns dos nossos portos do continente e ilhas adjacentes confiada a outra marinha, que não fôsse a nacional, porque tais funções cometidas a marinhas estrangeiras nas nossas próprias águas, representam sempre uma diminuição de soberania.” (Silva, 1919: 157).

É com este pensamento que a Marinha portuguesa se depara no pós-guerra. Em adição aos artigos de Pereira da Silva, que são um exercício em relação à Corporação, verifica-se o crescimento naval de países como os EUA e o Japão, que elaboram programas navais com proporções nunca antes vistas, principalmente o caso americano que, com a concretização do seus programas, tende a ultrapassar o poderio naval britânico. Estas construções navais massivas vieram a ser postas em causa pelo tratado de Washington em 1922, onde se definiu o fim da corrida naval por não ser plausível pelos destroçados países europeus. Esta tranquilidade, num fu-

turo próximo, não seria conservada por muitos mais anos, relançando a corrida ao armamento naval.

Por estas razões, o plano naval proposto por Pereira da Silva antes da guerra não se desvanece com o *terminus* do conflito, antes pelo contrário. O fim da grande conflagração é visto como uma excelente oportunidade para consolidar a ideia de renovação de esquadra, graças ao bom desempenho da Marinha na guerra e da importância que fora sentida no seu decorrer, uma armada bem constituída e apetrechada.

Resultado dessas ideias, foi a elaboração de um plano chamado *A Nossa Marinha em Consequência do Próximo Estado de Paz* (Telo, 1999), onde se refletiu sobretudo as ilações retiradas da beligerância. Este programa baseava-se na sua essência no plano naval de 1916, estando por detrás de ambos, um dos grandes pensadores navais da Marinha no século XX – Fernando Augusto Pereira da Silva.

Os anos que se seguem refletem a vontade de modernizar a Marinha e estabelecer uma linha de pensamento uniforme quanto à estratégia naval. As principais vozes destas pretensões são, precisamente, Pereira da Silva e Botelho de Sousa.

Este último Oficial de Marinha revela-se preponderante nas ambições de Portugal em ficar com alguns navios alemães aprisionados pela Inglaterra, que procedia à sua destruição, com o objetivo de não satisfazer a pretensão de Portugal, o que também era ambicionado por outros países Aliados.

Após a Conferência de Paz, estas pretensões portuguesas não foram correspondidas conforme o pedido, sendo apenas atribuídos seis torpedeiros oceânicos austríacos, construídos entre 1914 e 1916. Estes eram navios de 244 t *standard*, que podiam atingir 28 nós e que se afiguraram como os primeiros navios propulsionados a combustível líquido da Armada.

A nível de prioridades, Portugal não altera as suas opções estratégicas. Continua a declarar como principal objetivo de política externa o seu projeto colonial.

O percurso nacional durante a década de vinte não se afigurou fácil. Sucessivas revoltas, assassínios, atentados e consecutivos governos ameaçavam o regime Republicano, que a 28 de maio de 1926 foi deposto, com uma revolta que pôs termo à Primeira República e instaurou a Ditadura Nacional, transformada em Estado Novo a partir de 1933 com o plebiscito e aprovação da Constituição. A Armada foi secundarizada pelo Exército a 28 de maio 1926. Com meios antiquados, constituía os seus “navios de ponta” a esquadilha de submersíveis. Esta situação não se poderia manter por muito mais tempo. Não é de admirar por isso, a concretização do Programa de Magalhães Correia anos depois, em 1930, que não será mais do que uma forte tentativa para fazer renascer a envelhecida Marinha de Guerra Portuguesa no século XX.

Referências Bibliográficas

- Carrilho, Maria (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Inso, Jaime Correia do (2006). *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Marques, A. H. de Oliveira e Fernando de Sousa (2003). *Nova História de Portugal: Da Monarquia para a República* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença.
- Ribeiro, António Silva (2004). *Organização Superior de Defesa Nacional: Uma visão estratégica 1640-2004*. Lisboa: Prefácio.
- Silva, Fernando Augusto Pereira da (1911). “Os Ensinamentos Navais da Grande Conflagração Mundial e a Nossa Ação Marítima”. *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. L, n.º 11, pp. 149.
- Telo, António José (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Telo, António José (1999). *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974* (Tomo I). Lisboa: Academia de Marinha.
- Teixeira, Nuno Severiano (2000). *A Política Externa Portuguesa, 1890-1986*. Madrid: Ediciones Sequitur, pp. 61-92.
- Valentim, Carlos (2004). “O Plano Naval de Nunes Ribeiro”. *Atas do XIII Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Arquivo:

Biblioteca Central da Marinha

Extra Dossîe

Breve Análise de Elementos Geopolíticos e de Geoestratégia nas Constituições Portuguesas de 1933 e 1976

Fernando Costa

Doutorando em Ciências Sociais vertente Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política (ISCSP), investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL)

Resumo

As duas últimas Constituições da República Portuguesa contêm, no seu articulado, elementos de natureza geopolítica e geoestratégica que evidenciam o momento histórico, político e social em que foram redigidas mas também, por outro lado, definem as opções feitas por Portugal para o seu enquadramento internacional. Este artigo analisa-as.

Abstract

Brief Analysis of Geopolitical and Geostrategic Elements in the Portuguese Fundamental Law of 1933 and 1976

The last two Portuguese Fundamental Laws contain elements not only of geopolitical and geostrategic thinking demonstrative of the historical, political and social moments during which they were written, but they also define the choices made by Portugal in the international system. This article analyses them.

Introdução

Quisemos abordar, neste artigo, os elementos geopolíticos e geoestratégicos que, eventualmente, estejam presentes nas Constituições portuguesas de 1933 e 1976, e será, portanto, esse o nosso objeto de estudo. A nossa hipótese de trabalho é a que, estes elementos estão presentes nas duas Constituições referidas, embora com objetivos diferentes. Teoricamente procuraremos enquadrar as nossas hipóteses nos paradigmas vigentes da Geopolítica mas com especial ênfase na designada “Geopolítica Crítica”, de que iremos falar seguidamente, com um pouco mais de pormenor. Assim, a nossa metodologia será especialmente apoiada na utilizada por essa “Escola Crítica”, dando-se, por isso, ênfase à interpretação dos textos estudados num óbvio paradigma qualitativo. Realçamos, no entanto, que não nos alongaremos no enquadramento sociopolítico-económico que os elementos geopolíticos e geoestratégicos, eventualmente presentes nas Constituições, possam traduzir, mas tão-só pretendemos fazer notar a sua presença.

Percurso da “Geopolítica e da Geoestratégia”: Uma Viagem Relâmpago

Começamos por fazer uma brevíssima incursão no terreno dos conceitos já que isso nos parece de crucial importância para o enquadramento do tema aqui abordado. Os conceitos não são estáticos e a sua evolução muito nos ajuda a perceber toda a problemática envolvida situando-nos no tempo e no espaço onde eles se criam e desenvolvem.

Ora, com o estudo das ligações entre território, povo e Estado, Friedrich Ratzel é considerado, com a sua “Geografia Política” no original alemão *Politische Geographie* de 1897, o “inaugurador” da Geopolítica, sem nunca, porém, a designar como tal. No entanto a apologia justificativa da posição política alemã, na sua procura de “espaço vital”, aparecia como *leitmotiv* deste estudo parecendo torná-lo demasiado “engajado” para poder cumprir as premissas de cientificidade.

O termo “Geopolítica” é pela primeira vez usado pelo sueco Rudolf Kjellén que o define como o estudo das características físicas dum Estado, comparativamente a outros, com as correspondentes implicações políticas. Karl Haushofer irá voltar ao conceito de “espaço vital” como núcleo de análise, colocando-se ao serviço da ideologia nazi, ou pelo menos, sendo disso acusado, sobretudo depois da sua obra de 1934 *Der Nationalsozialistische Gedanke In Der Welt* que poderá ter uma tradução em português como “O pensamento nacional-socialista no mundo”.

Entretanto, e posteriormente noutros países, outros investigadores como Robert Gilpin ou Halford MacKinder abordavam o tema com outros “acentos tónicos”. O primeiro também num “processo justificativo”, desta vez da América, com o seu conceito de *mistress of the world* na sua “utopia” da primazia do Estado-nação; e no caso de MacKinder, com a sua abordagem dos “equilíbrios de forças em constante movimento”, traziam novos contributos para a Geopolítica. Importante referir o

francês Albert Demangeon que “fecha” a Geopolítica na “caixa do engajamento” só lhe reconhecendo valor científico como “Geografia Política”.

Já nos anos 70 do século XX, outro francês, Yves Lacoste, faz ressurgir a questão da Geopolítica. Mas aqui “lida” através dos conceitos de “hegemonia” de Gramsci e de “antipolítica” de George Konrad, dando origem à “anti Geopolítica” como forte alerta para a instrumentalização da geografia para interesses muito específicos e particulares.

Também do mesmo conceito de “hegemonia” de Gramsci mas sobretudo do “pós-estruturalismo” de Michel Foucault, com os seus conceitos interrelacionais de poder, conhecimento e discurso, Gerard Toal, investigador irlandês conhecido pelo nome com grafia irlandesa de Gearóid Ó Tuathail conceptualiza, nos anos 90, a “Geopolítica Crítica” também chamada “geocrítica”. Para este autor, a Geopolítica é uma “narração discursiva” e como tal tem que ser interpretada e localizada no tempo e no espaço. A Geopolítica está sujeita, desta forma, à intervenção hermenêutica, e como diz Paul Ricoeur (1991: 228) “quem diz, diz-se”. É aqui que radica, para Tuathail, a desvalorização das metodologias quantitativas e a desconfiança na racionalidade como exclusivo método de análise.

Tuathail (1996: 126) afirma mesmo que “(...) a geografia é acerca do poder. Não é um produto da Natureza mas da História”. Derivada desta postura analítica, é curiosa a sua interpretação dos “mapas” que o autor não vê como estruturas bidimensionais mas sim como um “tecido” no sentido de “trama” e de “rede”.

Heitor Romana (2012) realça, em Tuathail, as quatro dimensões de análise Geopolítica que este autor identifica: a cultura geopolítica, a imaginação geopolítica, a tradição geopolítica e o discurso geopolítico. No seguimento desta análise Heitor Romana, define os fatores que determinam esta análise. Teremos assim: a “conjuntura”, entendida como relação entre factos e circunstâncias; o “contexto” definido como as circunstâncias que “espartilham” uma determinada ocorrência; o *chronos* nas suas vertentes de tempo ontológico e histórico; e o *topos*, percebido como “espaço” onde os fenómenos ocorrem e decorrem (*Idem*). Está assim definida a “paleta de cores” que vai determinar o “quadro” da análise Geopolítica.

Abel Cabral Couto (1980) dirá que “tradicionalmente a Estratégia preocupava-se, essencialmente, com a melhor forma de preparar e travar uma guerra” (*Idem*:118) mas que atualmente a conceptualização da “Estratégia” ganhou abrangência e complexificou-se (*Idem*). O estudo das relações entre Estratégia e Política assume-se assim como da maior importância. Não havendo dúvidas, para este autor, que em “qualquer decisão política podem intervir considerações de ordem estratégica” (*Idem*: 122), não deveremos esquecer que a “Política é uma doutrina dos ‘fins’ e a Estratégia dos ‘meios’” (*Idem*: 123). Caberá à política definir a estratégia a seguir para a prossecução dos objetivos traçados por aquela. Pezarat Correia (2002) dirá mesmo que só, com propriedade, se poderá falar de Estratégia quando os objeti-

vos a atingir tenham sido antecipadamente definidos pela política. Também André Beaufre (1985) define “estratégia total” como a arte de empregar qualquer tipo de força para atingir os fins determinados pela política.

Para Henry Mintzberg (2003) a estratégia é um processo que, assentando em determinados procedimentos, nos permite pensar o futuro, dando-nos ferramentas decisórias no presente. No entanto o conceito de “estratégia” ainda é muito “plástico” podendo estabelecer-se em diversos níveis, dos mais locais aos mais globais, e em diversas áreas, desde a guerra à economia. Se é consensual que autores como Clausewitz e Sun Tzu são incontornáveis quando se fala de estratégia, nem por isso a operacionalização do conceito está completamente estabelecida.

No documento de análise (Baquer, 2010) publicado pelo Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos, datado de agosto de 2010, a estratégia é definida simplesmente como a arte de “trabalhar corretamente” (*Idem*: 2) face a um conjunto de vontades antagónicas. A estratégia não se confunde assim com a “tática” nem com a “política” porque medeia as duas, procurando estudar e aplicar, racionalmente, os diversos meios que pretendem atingir determinada finalidade. O mesmo documento refere a “decisão” como objeto da estratégia, a “lógica da ação proposta ou desenvolvida” como a sua forma e, como objetivo, a “arte de resolver vitoriosamente” o contacto com a oposição.

Já em artigo publicado na *Nação e Defesa* em 1996, Raúl François Martins tinha estabelecido as fronteiras entre os conceitos de “estratégia”, “geopolítica” e “geoestratégia”. Para este autor a geoestratégia tem a ver com as relações entre problemas estratégicos e fatores geográficos, sendo que a estratégia atende mais aos detalhes da cena operacional. “O estrategista vê os acidentes geográficos como condicionantes e o geoestrategista como centro de análise para cumprir objetivos e fatores de Poder” (Martins, 1996: 36). De realçar que Raúl François Martins observa a geopolítica como um estudo político diacrónico com as lentes da geografia.

Tal como o referido por Miguel Alonso Baquer (2010), também concordamos que o prefixo “geo” colocado nas expressões “estratégia” e “política” lhes dá uma dimensão mais global e universal e, portanto, que nos faz olhar para estes conceitos numa forma mais holística.

É assim num âmbito hermenêutico, que iremos abordar, ainda que com a brevidade que as características deste trabalho impõem, os elementos geopolíticos e geoestratégicos nas Constituições portuguesas de 1933 e 1976. Decerto que esta finalidade interpretativa exigiria, se seguíssemos o quadro apontado por Heitor Romana e referido atrás, uma pré-análise detalhada e mesmo exaustiva de todos os fatores que envolveram a redação das Constituições referidas. Como, neste âmbito, isso não será possível, vamos limitar-nos a fazer um breve “levantamento”, deixando para outros ou para outros trabalhos, esse enquadramento de “Geopolítica Crítica” no tema agora afluído.

Elementos de Geopolítica e Geoestratégia na Constituição de 1933

A Constituição portuguesa de 1933 foi publicada no Diário do Governo em 22 de fevereiro, plebiscitada em 19 de março e entrou em vigor, após nova publicação no Jornal Oficial, em 11 de abril de 1933. Contemporaneamente era republicado, mas sem o preâmbulo, na mesma data, o Ato Colonial que já tinha sido publicado em 1930.

Ao lermos esta Constituição, e note-se que para o presente estudo utilizámos sempre, tanto para a Constituição de 1933 como para a Constituição de 1976, e para todas as suas “Revisões” e ainda para o Ato Colonial, a publicação de Jorge Miranda (2004), reparamos como primeiro elemento geopolítico o seu artigo inaugural. A definição de “território de Portugal”, da Europa à Oceânia é redigida assim:

“O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

1º- Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;

2º- Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;

3º- Na África Oriental: Moçambique;

4º- Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respetivas dependências;

5º- Na Oceânia: Timor e suas dependências.

§ único- A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.”

Aliás, e em relação ao “parágrafo único” atrás transcrito, vem expresso no n.º 9 do Artigo 91.º desta Constituição, que uma das atribuições da Assembleia Nacional é definir os limites dos territórios da Nação. Não é assim “fechada” a hipótese de redefinição de fronteiras.

No Artigo 4.º são “balizadas” as relações internacionais do Estado português. É redigido assim:

“A Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

§ único- Portugal preconiza a arbitragem, como meio de dirimir os litígios internacionais.”

Portanto, fica assumido que a limitação da soberania portuguesa só deriva do direito internacional, e tem como objetivo declarado a “missão”, de, no plano internacional, colaborar para a paz e progresso.

A responsabilidade da direção das relações externas é no n.º 8 do Artigo 81.º, atribuída como competência, ao Presidente da República mas, tal qual o artigo seguinte define, com necessidade de referenda pelo ministro ou ministros competentes ou por todo o governo.

O Ato Colonial, no seu Artigo 3.º denomina “colónias” os domínios ultramarinos portugueses e designa o seu conjunto por “Império Colonial Português”. Na Lei N.º 2084 de 11 de junho de 1951 com o caráter de Revisão Constitucional, as “colónias” passarão a designar-se “províncias”, por força do seu Artigo 134.º, mantendo-se com esta designação mesmo após as outras Leis de Revisão. Forçoso será realçar o Artigo 2.º do Ato Colonial quando atribui à nação portuguesa o “desígnio histórico” de possuir e colonizar territórios ultramarinos. Vejamos o articulado desse Artigo 2.º do Ato Colonial:

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.

Ficava então bem expressa a posição portuguesa. Atribuía-se assim, a si mesma uma “missão”, um desígnio, um objetivo. E a fundamentação desse desiderato funda-se na sua “essência orgânica” e na sua “função histórica”. E que “destino” é esse? Colonizar e civilizar com a superioridade moral que lhe advém do “Padroado do Oriente”.

A este propósito recordamos o conceito de “destino manifesto” introduzido por John O’Sullivan num ensaio publicado, em 1857, na revista *Democratic Review* onde o autor atribui aos EUA a missão divina de expandir a experiência de governação desse país por todo o continente americano. Mais tarde Friedrich Ratzel analisa este conceito, mas utilizou com mais ênfase, a “tese da fronteira” de Frederick Turner, onde a “fronteira” é vista como definidora do “caráter” americano e como desafio para propagar a civilização. Assim a fronteira americana não é, ao contrário da europeia, marcadora de Estados mas sim o limite da civilização. Certo é que Ratzel vai ser reinterpretado e os conceitos de “destino manifesto” e “tese da fronteira” vão, de alguma forma, fundir-se na teoria do “espaço vital”, *Lebensraum*, tão cara ao nazismo. A superioridade, que está implícita nestas teorias, está ainda muito presente, embora com outras facetas, em certos discursos políticos e determinadas realizações. A título de exemplo, Colin Powell, no discurso de lançamento da ALCA (Área de Comércio Livre das Américas) disse que o objetivo da organização era garantir que as empresas norte americanas tivessem o controlo dum território definido pelo Pólo Ártico a norte e a Antártida a sul. Parece-nos ser este conceito de “destino manifesto”, conferido por uma superioridade, étnica, religiosa, moral ou filosófica que está também de certa forma presente no referido Artigo 2.º do Ato Colonial e que irá definir muitos dos objetivos políticos do Estado Novo e moldar a estratégia a utilizar para alcançar aqueles objetivos. O “conceito estratégico nacional” de então confunde-se assim com a “missão colonizadora”.

Fica então claro que a Constituição de 1933, e o Ato Colonial que lhe está apenas, define como prioridade máxima a defesa dos territórios “extracontinentais”, a

manutenção do “Império”. Poderemos referir, embora não seja aqui o local para o desenvolver, que quase toda a política externa portuguesa se orienta para a proteção das “colónias”, sua sustentação e advocação da legitimidade da sua posse. A posição portuguesa no mundo assume-se como “universalista” porque “presente” nos “quatro cantos do Mundo”, como então era habitual dizer-se, e não porque “aberta” à diversidade das especificidades desses sítios. Esta postura de “superioridade moral” em relação “ao outro”, ao “estranho”, enquadra-se na visão política, filosófica e até pretensamente científica dalgumas “correntes de pensamento” da época e que chegaram nas suas vias mais radicais aos totalitarismos que todos conhecemos. No entanto a fundamentação desta superioridade moral, dada pelo Padroado do Oriente, procura legitimar a posição, por um lado e, “adoça-a” com a Doutrina da Igreja, por outro.

Relembramos aqui que o “Padroado” foi um tratado estabelecido entre a Santa Sé e os reis de Portugal e Espanha. Em Portugal foi assinado no século XVI por D. João III. Instituiu que a evangelização era organizada por estes reinados podendo os monarcas escolher os bispos e padres para esta tarefa com ratificação posterior da Igreja. Quando a I República faz sair a Lei da “Separação do Estado e das Igrejas” em 1911 esta não se aplicou ao padroado dos territórios ultramarinos que se passou então a designar “Padroado Português do Oriente” (Souza, 2008). Ratificado em 1928 pelo Papa Pio X, só depois do Concílio Vaticano II em 1965 e com as novas formas de evangelização da Igreja perante o mundo é que o Padroado deixa de ter significado, mantendo-se no entanto na diocese de Macau praticamente até ao fim da administração portuguesa em 1999. É portanto como força legitimadora duma posição política que o Padroado é “chamado” à Constituição. Aliás, as alianças políticas com a Santa Sé a par das estabelecidas com a Inglaterra foram, historicamente, uma “força legitimante” do Estado português e das suas posições internacionais (Cruz, 1998).

A defesa do “Império Colonial” português é colocada, assim, no centro da visão geopolítica e estratégica das autoridades portuguesas da época. E quase toda a política externa e diplomacia portuguesa é posta ao serviço deste objetivo. Em 20 de setembro de 1935, numa “Nota” distribuída à imprensa, Salazar (1945: 83) escreverá: “Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela Natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas...é por isso que é do nosso interesse desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico”.

Neste âmbito faz todo o sentido perceber os contornos da adesão de Portugal à NATO em abril de 1944. Sabemos que a questão não foi fácil para Salazar (Teixeira, 1995). Portugal não pertencia ainda à ONU, cuja Carta os documentos fundadores da NATO referiam, e não tinha uma democracia parlamentar (Teixeira, 1995). Mas, apesar das pressões contra a adesão da Espanha e as reticências de Salazar, Portugal

era com os Açores, uma peça fundamental para a estratégia da NATO (Ferreira, 1990). Era assim por razões geopolíticas e geoestratégicas, pragmática e realisticamente, que Portugal era convidado. E aceitava para ganhar preponderância ibérica (Nogueira, 1986), por razões morais e ideológicas de defesa contra o comunismo (*Idem*) e para legitimação no quadro internacional (Teixeira, 1995). Certo é que, como membro fundador da Aliança Atlântica, Portugal via o seu caráter atlantista reforçado e a sua presença no mundo mais legitimada, tanto que só seria “importunado” pelos EUA quanto ao seu colonialismo já só na “Era Kennedy”.

Desde 1946 que Portugal pedia anualmente a adesão como membro da ONU vendo sempre a sua pretensão vetada pela URSS. Só em 1955, e dentro dum conjunto de países que tinham tido sempre o veto da URSS e que tinham sido alvo duma negociação entre as duas superpotências da época, Portugal adere formalmente. Salazar temia esta adesão, nomeadamente pelo explícito apoio à autodeterminação dos povos que a Carta da ONU preconizava (Magalhães, 1996). As manobras dos diplomatas portugueses na defesa do colonialismo português, sobretudo num fórum onde cada vez mais se fazia sentir o “peso” dos países saídos, há pouco tempo, do domínio colonial, foram sempre muito exigentes mas o triângulo “Guerra Fria-Base das Lajes-NATO” travaram muito do isolamento português na comunidade internacional. De qualquer forma o discreto apoio de países como os EUA, a França e a Inglaterra, sobretudo depois de 1961, início da Guerra Colonial, empenhados no “xadrez” estratégico de “Guerra Fria” e a exposição dos argumentos dos diplomatas portugueses quanto às especificidades do império português, foram contrariando a posição cada vez mais hostil da Assembleia Geral da ONU. Mas, mais uma vez, se notava a subordinação da estratégia portuguesa à “defesa do Império” erigido como “valor máximo”.

Também nas instituições económicas internacionais se manifestava esta preponderância de defesa da política colonial portuguesa. Nas décadas de 40 e 50 do século XX Portugal aderiu à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) que tinha como objetivo a liberalização mundial de comércio e à União Europeia de Pagamentos que liberalizava os pagamentos internacionais. Em 1960 adere à EFTA e nos anos seguintes ao GATT, FMI e Banco Mundial. Parecia ser um reposicionamento na cena mundial mas nem por isso as posições portuguesas quanto ao colonialismo mudavam. Aliás, a preferência pela adesão à EFTA em prejuízo da adesão à CEE é apontada por alguns autores (Ramos, 2010) como sendo baseada na menor exigência dos fatores de integração da EFTA, ao mesmo tempo que acompanhava o parceiro comercial histórico, a Inglaterra (Cunha, 1992). De qualquer forma a adesão à EFTA não punha em causa a autonomia económica e política, sobretudo nas relações com as colónias, nem o desiderato de substituição das importações que Portugal seguia nesse momento como política económica (*Idem*). Entrando num espaço económico de economias avançadas

mais do que a CEE era na altura, Portugal conseguiu, porém, acordos específicos que tinham em conta o atraso da sua economia. No entanto convém não esquecer que nesse momento os países da CEE representavam já 1/4 das exportações portuguesas (Álvares, 1986) e que Portugal iria estabelecer em 1972 um Acordo de Comércio Livre com a CEE reconhecendo a cada vez maior importância e dependência destes parceiros.

Parece-nos assim que o “elemento geopolítico e estratégico” mais marcante da Constituição de 1933 é a afirmação do pendor colonialista do Estado português com o objetivo de conservação do império. A envolvente externa da política e economia mundiais foram ao longo das décadas 40, 50 e 60 do século XX dificultando a defesa deste objetivo. No entanto, o pragmatismo com que o Estado português foi resolvendo as dificuldades que lhe foram colocadas ajudou a protelar uma situação que na década de 70 do século passado vir-se-ia a tornar insustentável interna e externamente. Este pragmatismo de que falamos já era bem expresso durante a Segunda Guerra Mundial em que a proximidade ideológica do governo português com as Potências do Eixo era “aligeirada” com as facilidades logísticas fornecidas às potências aliadas (Palmeira, 2006).

Esta “finura realista” que Salazar evidenciou nos posicionamentos de Portugal nos fóruns internacionais tinha como base uma procura incessante de apoio às suas teses coloniais, ou pelo menos a “não hostilidade” a elas, e a consequente conservação do império. Movimentando-se através dos interesses antagónicos dum mundo que “saltou” do horror de duas guerras para outra dita “Fria”, foi-se servindo das posições geográficas estratégicas geopoliticamente, dispersas por todo o mundo, algumas em regiões muito “sensíveis”, dos territórios sob administração portuguesa e muito valiosas para o confronto dos dois blocos militares dominantes. O Estado português foi assim capitalizando interesses práticos num cenário geopolítico fragmentado e dominado pela *realpolitik*, e foi conseguindo a sobrevivência, mesmo que moribunda, daquilo que a Constituição chamava de Colónias ou de Províncias e que o regime sublinhava como Império.

Elementos de Geopolítica e Geoestratégia na Constituição de 1976

O *Programa do Movimento das Forças Armadas* (Fontes, 2007) considerava no seu ponto 8 do capítulo B que a solução para a guerra colonial era política e não militar, e que era necessária uma política ultramarina que levasse à paz. A Lei 7/74 vem esclarecer este texto afirmando explicitamente:

“ARTIGO 1.º

O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

ARTIGO 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933”.

Estava encerrado o “Ciclo Imperial Português”. A universalidade portuguesa teria que, se fosse considerada importante, ser afirmada de outra forma e utilizando outros meios.

A Constituição de 2 de abril de 1976 define o território de Portugal no seu Artigo 5.º, desta forma:

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e Madeira.
2. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo de rectificação de fronteiras.
3. A lei define a extensão e limite das águas territoriais e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.
4. O território de Macau, sob administração portuguesa, rege-se por estatuto adequado à sua situação especial.”

Ficava clara a especificidade do território de Macau, colocado como situação especial do ex-império e a necessidade de salvaguardar, desde logo, a questão da “plataforma continental” e “zona marítima de influência”. Mas o mais “gritante”, do ponto de vista da geopolítica, era a redução enorme do território português: mais de 90% em espaço e 60% em população.

A nova Constituição dedicava o seu Artigo 7.º às Relações Internacionais onde se afirmava o direito dos povos à autodeterminação e à independência (n.º 1 do Artigo 7.º) e a condenação de todas as “formas de imperialismo (...) a dissolução dos blocos político-militares (...) com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos” (no n.º 2 do Artigo 7.º). Além disso no n.º 3 do mesmo artigo afirma a necessidade de manter “(...) laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa”. No artigo seguinte afirma ainda a incorporação dos princípios de direito internacional na sua ordem jurídica interna. Tínhamos então, a par de elementos frásicos próprios duma Constituição que afirmava a “transição para o socialismo” (Artigo 2.º) como objetivo, a afirmação inequívoca da necessidade duma relação especial com as ex-colónias. Note-se que este Artigo 7.º, depois das Revisões Constitucionais a que foi sujeito tem hoje uma redação diferente, não só pela necessidade de articulação com a legislação europeia em que se afirma o empenhamento na “identidade europeia” para reforço do progresso económico, da democracia e da paz (n.º 5 do Artigo 7.º), mas também a manifestar outros caminhos ideológicos. No entanto a par desta reafirmação de integração no espaço europeu continua, no n.º 4, a defender “os laços

privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa”. Quer-se dizer que parecem definidos os dois eixos geoestratégicos na nova condição geopolítica de Portugal: A Europa e os Países de Língua Oficial Portuguesa.

Na realidade Portugal, hoje, tem uma superfície de 88.994 km² no continente e 3.126 km² nas ilhas (Leal, 2007), sendo o 11.º país da UE em área, equivalente à Hungria, seis vezes mais pequeno que a França, três vezes maior que a Bélgica e com um único “vizinho”, a Espanha, que é três vezes maior (*Idem*) e com quem possui 1.215 km de fronteira terrestre. No continente tem 848 Km de costa marítima. De considerar que segundo Orlando Ribeiro (1987: 43), Portugal “ocupa uma posição privilegiada na Fachada Atlântica da Península Ibérica, graças às regiões Autónomas, situadas em pleno Atlântico, e à faixa contínua de maior significado demográfico e económico existente no sudoeste europeu”. Também, e segundo João Leal (2007) “consagra uma posição central em relação ao Atlântico e aos corredores marítimos e aéreos, com ênfase no controlo das rotas intercontinentais que ligam a Europa á África e à América do Sul, bem como o Atlântico Norte ao Mediterrâneo”.

Açores, Madeira e continente representam assim, os vértices dum triângulo que é normalmente designado por “Triângulo Estratégico Português” (*Idem*), numa zona do mundo que detém um tráfego marítimo de enorme importância e com uma “posição” estratégica fundamental para os conceitos de defesa avançada dos EUA que, no entanto, parecem ultimamente estar a mudar e a deslocar-se para o Pacífico Sul. Fundamental é considerar que, a par da sua dimensão reduzida, Portugal possui a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da UE com cerca de 1.700.000 Km², 18 vezes superior à sua extensão terrestre e como curiosidade diga-se, que só a ZEE dos Açores é superior em dez vezes ao território do Continente (*Idem*).

Parece-nos importante afirmar que a democracia chancelada pela Constituição de 1976, fechando “o ciclo imperial português”, permitiu a Portugal afirmar-se de “pleno direito” no plano internacional, nomeadamente na participação ativa nos diversos fóruns internacionais, e visivelmente percebida na adesão à Comunidade Europeia e no empenhamento na constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP.

Adriano Moreira (2008) afirmaria que a adesão à Europa, fazendo parte da “necessidade histórica e permanente de o Estado Português ter um apoio externo” era “uma adesão sem outra escolha” (*Idem*: 305) dada a sua “visível tendência” (*Idem*: 306) para um “Estado exíguo, isto é, sem capacidades para responder às finalidades clássicas da soberania” (*Idem*: 308). Daí, também para este autor, a importância da “maritimidade na estrutura da identidade portuguesa” (*Idem*: 319).

Será talvez importante introduzir aqui a questão dos “pequenos Estados” e do seu poder, já que a seguir à descolonização Portugal, viu, como já referimos, a sua dimensão física reduzida em grande escala. Perentório foi o José Adelino Maltez (2013) quando num programa radiofónico afirmou que “Portugal não é um país

pequeno". Aliás, Políbio Valente de Almeida (1990) já afirmara que "Estado pequeno" não era sinónimo de "pequeno poder" ao declarar que "a nossa época veio tornar muito clara esta situação pelo aparecimento de uma grande quantidade de Estados de reduzido poder mas nem por isso deixam de ter influência no comportamento do sistema internacional, alterando regras do jogo que eram dadas como imutáveis" (*Idem*: 9). Sem dúvida que, sobretudo no "teatro operacional" da "Guerra Fria", o protagonismo dos pequenos Estados deixou de ser proporcional à sua dimensão e ao seu poderio militar. A capacidade de mediação e de utilização de "pequenas vantagens específicas" deram relevância ao seu "papel" na cena internacional. Como diz Alan Chong (2007: 7) "*smallness is a tactical concept that can be diplomatically exploited, and yet remains under-researched except by a handful of observers*". A análise deste *soft power* é, então, importante para se perceber a geopolítica e as relações geoestratégicas da cena internacional atual. A utilização do *soft power* não é exclusividade dos pequenos Estados mas também é "gerido" pelas grandes potências, em doses mais ou menos equilibradas, com um poder mais *hard*. No entanto este "poder suave" passou a ser uma "arma" importante e, por vezes, quase única, no "arsenal" dos países que, pela sua dimensão, demografia ou outros fatores, não tenham hipóteses de se afirmar através dos argumentos do *hard power*. Para Joseph S. Nye Jr. (2012: 106) as "fontes" deste "poder suave" são "(...) três recursos básicos: a sua cultura (em locais onde se torne atraente para os outros), os seus valores políticos (quando são defendidos a nível doméstico e externo) e as suas políticas externas (quando os outros as veem como sendo legítimas e tendo autoridade moral)". Estamos, evidentemente, no domínio da "Geopolítica Crítica" que então se percebe bem mais como metodologia do que "corpo teorizador" da geopolítica, na medida em que enfatiza a perceção e a interpretação como método de análise. Esta ideia de *soft power* de Joseph Nye articula-se muito bem, a nosso ver, com a de *structural power* de Susan Strange (1996) na medida em que este é definido como a capacidade de definir "agendas", isto é de colocar na "discussão política" internacional os assuntos que traduzem a cada vez maior interdependência do "Sistema Internacional", já não só dos Estados, de qualquer dimensão, mas de todos os atores da globalização.

Cremos, desta forma, como Adelino Maltez, que o Portugal atual não é um "país pequeno", ou poderá não ser um "país pequeno", se souber posicionar-se na cena internacional como um ator interventivo, fazendo valer as suas características específicas.

Achamos conveniente referir aqui a noção de "cultura estratégica" na medida em que ela remete para mitos, crenças e ideias partilhadas que são muito do que constitui uma nação qualquer e que com mais propriedade se aplicará a uma nação de oito séculos. Este conceito de "cultura estratégica" alimentado por fatores tão diversificados como "o clima, a história, as instituições políticas e as relações cívico-

-militares" (Lantis, 2009: 42) é determinante para a percepção de inimigos ou aliados e para perceber que soluções e respostas são aceites ou rejeitadas pela comunidade, porque se alicerça numa "coleção de preferências e valores comuns" (Kartchner, 2009). Urge, assim, operacionalizar o conceito de "cultura estratégica" no contexto português, sendo isso talvez, que possa definir com acuidade as diversas opções que o nosso futuro geopolítico e geoestratégico necessita.

Obviamente que, neste ângulo de abordagem, não poderíamos deixar de ter uma brevíssima palavra sobre a Língua Portuguesa. A língua comum é sem dúvida um fator importantíssimo de união permitindo que povos diferentes segundo variados aspetos, comuniquem de forma mais fácil; e embora a mesma língua não resolva todos os problemas de comunicação, é um código comum de partilha. Segundo o Observatório da Língua Portuguesa o português é a 4.^a língua mais falado do mundo, pluricultural e pluricontinental; este facto será um dado importante do "poder suave" de que falávamos e impulsor da universalidade deste mundo complexo em que vivemos.

Não será, então, despropositado dizer-se, parafraseando o "Triângulo Estratégico Português" e utilizando o conceito de "espaço geopolítico imaginário", alicerçado numa "geografia imaginária" porque "percebida", e portanto com algum "grau de irracionalidade", referida por Heitor Romana (2012), que a base geopolítica para definição da geoestratégia portuguesa assenta num outro triângulo: Portugal, a Europa e os países da CPLP. Claro está que este triângulo, "paira" sobre o "imenso mar", realidade sempre presente no imaginário coletivo dos portugueses e logo fazendo parte integrante dessa geografia que, com propriedade pode ser apelidada de "imaginária".

Conclusões

Como corolário da nossa hipótese de estudo inicial, parece-nos assim, lícito afirmar que as duas últimas constituições portuguesas contêm elementos de ordem geopolítica e geoestratégica bem identificáveis. Pensamos que esses elementos constitucionais deverão, em futuros trabalhos, ser relacionados topológica e cronologicamente, com as condições sociopolíticas e económicas que lhes deram origem.

Na Constituição de 1933, a conservação do "Império Colonial", mesmo contra o pensamento político vigente internacionalmente, era o "acento tónico" do articulado constitucional quanto à "posição" de Portugal no mundo. Desse facto dependeu um conjunto de atuações internas e externas, protagonizadas pelo Estado Novo.

Na Constituição portuguesa de 1976, é saliente, sobretudo depois da Revisão de 1982, a ênfase colocada na Europa e nos Países de Língua Oficial Portuguesa, sem ser esquecido o mar como fator económico preponderante e meio de ligação ao mundo. A drástica redução territorial e populacional por via da descolonização colocou Portugal face à sua "pequenez" não significando isso, necessariamente, o seu

“desaparecimento” como “voz importante” da cena internacional e da articulação do “Sistema Político Internacional”. Aliás, a sua inserção na “vida democrática” internacional promoveu-o aos diversos fóruns internacionais onde poderá “fazer-se ouvir” de pleno direito.

Dentro duma lógica de abordagem do domínio da “Geopolítica Crítica”, poderemos dizer que a perceção da “identidade” é fundamental como “pano de fundo” para uma compreensão ampla da posição geopolítica de qualquer comunidade. Terminaremos por isso citando José Gil (2009: 58): “Curiosamente, a crise planetária veio pôr a nu as aporias com que se debate a consciência identitária de uma pequena nação que conta pouco ou nada na economia global. As aporias, de resto, fazem parte da nossa identidade, sempre em crise. Identidade que se define, pois, pela crise identitária e que se supera por uma nova tensão crítica, ao afirmar uma hiperidentidade face à falha que a crise revela. E assim surge uma nova aporia (...)”.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Polfio Valente (1990). *Do Poder do Pequeno Estado. Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: ISCSP.
- Bisio, Tom (2010). *Strategy and Change*. USA: Outskirtspress.
- Booth, Ken and Cox, Michael (ed.) (1999). *The Interregnum. Controversies in World Politics 1989-1999*. Cambridge: University Press.
- Álvares, Pedro (1986). *Portugal na CEE*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Barrento, Martins (2010). *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.
- Beaufre, André (1985). *Introduction à la Stratégie*. Paris. Economica.
- Cameron, Rondo (2004). *História Económica do Mundo* (2.^a ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Chong, Alan (2007). *The Foreign Policy Potential of “Small State Soft Power”*. Department of Political Science, National University of Singapore. Disponível em: <http://eisa-net.org/be-bruga/eisa/files/events/turin/Chong-ALAN%20CHONG%202007%20The%20Foreign%20Policy%20Potential%20of%20Small%20State%20Soft%20Power.pdf>.
- Correia, Pedro de Pezarat (2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Coimbra: Quarteto Editora (2 Vol.).
- Couto, Abel Cabral (1980). “Relações entre a Estratégia e a Política”. *Nação e Defesa* n° 21, Outubro-Dezembro. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, pp. 112-127.
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia* (2 Vols.). Lisboa: IAEM.
- Cruz, Manuel Braga (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Ed. Bizâncio.

- Cunha, Luís Pedro (1992). “A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias e as Relações Comerciais com os Países Terceiros”. *Gestão e Desenvolvimento* n.º 1, pp. 87-115.
- Ferreira, José Medeiros (1981). *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*. Lisboa: INCM.
- Ferreira, José Medeiros (1990). “Os Açores nas Duas Guerras Mundiais”. *Política Internacional* n.º 1, pp. 5-17.
- Fontes, José (2007). *Legislação de Direito Constitucional* (4.ª edição). Coimbra: Almedina.
- Garrido, Álvaro (2010). *O Estado Novo Português e a Institucionalização da “Economia Nacional Corporativa”*. Imprensa da Universidade Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/3588>.
- Gil, José (2009). *Em Busca da Identidade: O Desnorte*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Habermas, Jürgen (2012). *Um Ensaio Sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Heuser, Beatrice (2010). *The Transformation of Strategy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baquer, Miguel Alonso (2010). *Estrategia, Geoestrategia, Geopolítica*. Documento de Análisis del IIEE N° 08/2010, Ministerio de Defensa, pp. 34. Disponível em http://www.ihee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2010/DIEEEA08-2010EstrategiaGeoestrategiaGeopolitica.pdf.
- Kartchner, Kerry M. (2009). “Strategic Culture and WMD Decision Making”, in Jeannie L. Johnson, Kerry M. Kartchner e Jeffrey A. Larsen (ed.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights into Comparative National Security Policymaking*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 55-67.
- Lacoste, Yves (1988). *A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer A Guerra* (18.ª ed.). Campinas: Papirus.
- Lacoste, Yves (2006). *A Geopolítica do Mediterrâneo*. Lisboa: Edições 70.
- Lantis, Jeffrey S. (2009). “Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism”, in Jeannie L. Johnson, Kerry M. Kartchner e Jeffrey A. Larsen (ed.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights Into Comparative National Security Policymaking*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp.33-52.
- Lara, António C. de A. de Sousa (1987). *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP.
- Leal, João Luís Rodrigues (2007). “Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação”. *Revista Militar* n.º 2463, pp. 825-875. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=193>.
- Magalhães, José Calvet (1996). *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: IIEE.
- Maltez, Adelino (2013). “As Mudanças no Governo”. *TSF Rádio Notícias* [Programa Rádio], Fórum TSF, 31 de janeiro, 09:06. Disponível em: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=3026358&tag=F%F3rum%20TSF.

- Martins, Raúl François (1996). "Geopolítica e Geoestratégia: o Que São e Para Que Servem". *Nação e Defesa* n° 78, pp. 21-78.
- Mintzberg, Henry e James Quinn (2003). *The Strategy Process: Concepts, Context and Cases*. Harlow, UK: Pearson Education.
- Miranda, Jorge (2004). *As Constituições Portuguesas: De 1822 ao Texto Actual da Constituição* (5.ª ed.) Lisboa: Livraria Petrony.
- Moreira, Adriano (1979). *Ciência Política*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Moreira, Adriano (2008). "Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade", in Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos (coord.), *Portugal, Percursos da Interculturalidade: Desafios à Identidade* (Volume IV). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp. 291-338.
- Nye Jr, Joseph S. (2012). *O Futuro do Poder*. Maia: Temas e Debates/Circulo de Leitores.
- Nogueira, Alberto Franco (1986). *Salazar IV - O Ataque 1945-1958*. Coimbra: Livraria Civilização.
- Observatório da Língua Portuguesa (S/d.). [website] Disponível em <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>.
- Oliveira, Pedro Aires (2002). "Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo", in Fernando Martins (coord.), *Política Externa e Política de Defesa em Portugal: Do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Évora, CIDEHUS, pp. 93-122.
- Palmeira, José (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Ramos, Rui (coord.) (2010). *História de Portugal* (3.ª ed.). Lisboa: Esfera dos Livros.
- Ribeiro, António Silva (2010). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, Orlando (1987). *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico* (5.ª ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Ricoeur, Paul (1991). *Do Texto à Acção*. Lisboa: Rés.
- Romana, Heitor Barras (2012). "Para uma Análise Geopolítica". *Revista Globo* n°1, Outubro-Dezembro, pp. 22-25.
- Salazar, Oliveira (1945). *Discursos e Notas Políticas. Volume II, 1935-37* (2.ª ed.). Coimbra: Editora Coimbra.
- Santos, Loureiro dos (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio. Reflexões Sobre Estratégia II*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Santos, Loureiro dos (2003). *A Idade Imperial. A Nova Era - Reflexões Sobre Estratégia III*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Snyder, Jack (1984). *The Ideology of Offensive: Military Decision Making and the Disasters of 1914*. New York: Cornell University Press.
- Snyder, Jack (2004). "One World, Rival Theories". *Foreign Policy* n° 145, ABI/INFORM Global, pp. 52-62.

Sousa, Jorge Pais (2011). *O Fascismo Catedrático de Salazar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Souza, Teotónio R. (2008). "O Padroado Português do Oriente Visto da Índia -Instrumentalização Política da Religião". *Revista Lusófona de Ciências das Religiões* n.º 13/14, pp. 413-430.

Strange, Susan (1996). *Retreat of State. The Diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Teixeira, Nuno Severiano (1995). "Portugal e a NATO: 1949-1989". *Análise Social* n.º 33, pp. 803-818.

Tuathail, Ó Gearóid (1996). *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. London: Routledge.

O Conceito de Estratégia no Âmbito da Segurança e Defesa Nacional: Abordagem ao Caso Alemão

Marisa Fernandes

Licenciada e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda em Ciências Sociais – especialidade de Estudos Estratégicos - no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Resumo

Este breve ensaio pretende constituir-se como uma reflexão sobre a interação existente entre os conceitos de Estratégia, Segurança Nacional e Defesa Nacional, abordando o caso da Alemanha no pós-Guerra Fria e em particular a *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien* (Diretrizes da Política de Defesa) de 2011.

Abstract

National Security and Defense and the Concept of Strategy: the German Case

This short essay is a reflection on the interplay between the concepts of Strategy, National Security and National Defence, through the analysis of Germany in the post-Cold War, particularly its 2011 Defence Policy Guidelines.

Introdução: Estratégia, Segurança Nacional e Defesa Nacional

Esta reflexão assenta em fontes primárias e secundárias no que respeita às abordagens de alguns autores relativamente à política de segurança alemã, de que podemos destacar desde logo a apresentada pelo ex-adido de defesa da embaixada da Alemanha em Portugal, Joerg-Harald Mandt, em 2011, na Revista *Segurança e Defesa*.

Em essência, aquilo que pretendemos é contribuir para uma maior clarificação do que é a estratégia e de que modo é que esta auxilia a política na prossecução de um dos seus objetivos prioritários - garantir a segurança nacional -, qual o papel efetivo da defesa nacional neste contexto e qual a aplicação prática que estes dois conceitos têm na Alemanha do pós-Guerra Fria.

No que respeita à palavra estratégia convém referir, antes de mais, que dada a sua utilização “em múltiplas atividades e variados sentidos”, a mesma tem vindo a ser adulterada e “perdeu o seu significado original”. Originalmente, trata-se de uma palavra “nobre”, utilizada pela *intelligentsia* para assuntos secretos e envoltos em algum secretismo, e, talvez, também por isso, o seu significado preciso seja pouco conhecido e até misterioso, o que torna atrativa a sua utilização. Barrento (2010: 96-97) considera mesmo existir uma democratização da palavra quando se refere à generalização do emprego desta, a que a dinâmica da própria língua acaba por não ser alheia. Aliás, esta dinâmica faz com que a palavra estratégia – à semelhança de outras como a política, por exemplo – se distancie do seu significado inicial como resultado da sua utilização frequente. Por ser supostamente moderna e rica de conteúdos, estar relacionada com o poder e altos níveis de decisão, ter sido apropriada por saberes modernos como o da gestão, e ainda porque permite transmitir ideias para as quais não é fácil encontrar palavras que a descrevam.

Na linguagem corrente, a estratégia é pensada como “algo que sucede a um nível elevado; há uma conceção, um estudo, um planeamento; procura-se uma solução, um remédio para atingir um fim; há obstáculos, dificuldades, oposição, uma dialética, uma vontade contrária; é necessário agir, há caminhos para (...), meios para (...), formas de (...); e há que contrariar, iludir, lutar, vencer”. Daí que, resumindo todos estes significados, Barrento (2010: 98-99) apresente a seguinte definição: “a estratégia passa-se a um nível elevado, pressupõe uma fase conceptual para se atingir um determinado fim e, apesar da resistência ou oposição que se encontre, há linhas de ação (formas de proceder) para se ter sucesso (ganhar, vencer)”.

Couto (1988: 209) define-a como “ciência ou arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que sustentem, ou podem sustentar, a hostilidade de uma outra vontade política”. De igual modo, numa definição mais recente e na qual nos focaremos mais detalhadamente, para Ribeiro (2009: 22-23), a estratégia apresenta-se como “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado

meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo”.

Por um lado, a estratégia é uma ciência porque dispõe de um objeto de estudo próprio, passível de investigação e análise, recorrendo a instrumentos teóricos (perspetivas) e práticas (técnicas) independentes a um método de investigação e análise explicativo dos fenómenos estratégicos quanto à sua essência, causalidade e efeitos. Em particular os instrumentos podem ser próprios ou emprestados de outras áreas das Ciências Sociais, de que se destaca a Ciência Política como a principal, especialmente a partir do século XVIII (Ribeiro, 2009: 23).

Mas, por outro lado, a estratégia constitui de igual modo uma arte, pelo que Sun Tzu (2006: 108) sugere a necessidade de se ser criativo e versátil quando refere, “Assim, tal como a água não mantém uma forma constante, também na guerra não existem condições constantes”; Clausewitz (1997: 40-59), por sua vez, salienta o “talento do general” para enfrentar os quatro elementos que caracterizam a atmosfera da guerra: o perigo, o esforço físico, a incerteza e a oportunidade. Na visão de Charnay (1990) o estratega é “um selecionador de conduta, um detentor de decisão” que condiciona o sucesso da ação estratégica. A seleção adequada dos estrategas completos ou mestres na arte da estratégia, por serem capazes de desempenhar as funções de líder estratégico – exerce o comando, inspirando outros a pensar e a agir estrategicamente –, de praticante estratégico – formula, operacionaliza e executa a estratégia –, de teórico estratégico – estuda, desenvolve, ensina e divulga a estratégia –, é uma das tarefas mais complexas e fundamentais para se concretizarem os objetivos nacionais. Em síntese, a estratégia “é uma atividade criativa assente em bases científicas” (Ribeiro, 2009: 29-31).

“Edificar, dispor e empregar” demonstra a necessidade de elaboração de planos de ação estratégica, que ao serem detentores de uma função coordenadora, permitem reduzir o erro na tomada de decisões sucessivas. Contudo, à medida que se projetam no futuro estes planos são cada vez menos objetivos, especialmente, dada a existência de reações contrárias e acontecimentos gerais afetados pela incerteza. Neste contexto, é de referir a importância da estratégia nacional, como um exemplo de plano de ação estratégica, composta pela estratégia genética – relaciona-se com a invenção ou obtenção de novos meios a colocar à disposição da estratégia operacional –, pela estratégia estrutural – permite analisar e encontrar vulnerabilidades e potencialidades, eliminando as primeiras e reforçando as últimas, assim como o “general hábil” de Sun Tzu (2006: 101) que no ataque é “aquele cujo adversário não sabe o que defender; e é hábil na defesa aquele cujo adversário não sabe o que atacar” – e pela estratégia operacional – responsável pela garantia da utilização dos meios –, essenciais para a elaboração de uma estratégia de sucesso (Ribeiro, 2009: 32- 4).

Os “meios de coação, meio e tempo” permitem controlar os fatores de decisão em contexto de imprevisibilidade. Entendendo-se por meios de coação – pois para Charnay (1990: 76) “*La stratégie est donc l’art de la coercion et de l’anticoercition, de la*

*persuasion e du forcement, du respect et de la violation*¹ – “todos aqueles, de qualquer natureza, que podem ser aplicados em esforços estratégicos substanciais e prolongados, de forma a influenciar as ações do contrário com previsibilidade, garantindo assim a materialização dos objetivos nacionais”. O meio pode dizer respeito à geografia, à história, à natureza do regime político, à economia, à tecnologia, entre outros, sendo de ter em atenção que à medida que este muda, a nossa estratégia deve igualmente adaptar-se a esta mudança. Já o tempo é composto pelo momento – que traduz de um modo global a realidade política, económica, psicossocial e militar –, pela duração – definidora do período de tempo – e pelo ritmo – caracterizado pela variação de intensidade e de velocidade –, tratando-se de um elemento estruturante que a estratégia também deve ter em atenção (Ribeiro, 2009: 34-37).

São características da estratégia que se evidenciam como fundamentais para o cumprimento da função política do Estado:

- 1) A materialização dos objetivos fixados pela política, cabendo à estratégia o papel de estudar e estabelecer o caminho a seguir, as ações a realizar com os meios de coação, no meio e no tempo disponíveis. A estratégia é subsidiária da política que a orienta², sendo de lembrar Beauffre (2004: 37) que considera que a finalidade da estratégia consiste em “atingir os objetivos fixados pela política, utilizando, o melhor possível, os meios de que dispõe”, podendo estes objetivos ser ofensivos – caso envolvam a conquista ou a aceitação destas ou daquelas condições –, defensivos – verificando-se, assim, a proteção do território ou de certos interesses – ou simplesmente visar o *statu quo* político. Variando em função dos meios, do espaço e do tempo, a estratégia tem um caráter transitório e flexível, estando condicionada pela evolução conjuntural de problemáticas e de eventualidades, ao passo que a política, apresenta uma maior persistência e continuidade, dado o facto de se encontrar focalizada nos objetivos nacionais permanentes, como a garantia da segurança, por exemplo (Ribeiro, 2009: 39-41);
- 2) A superação de problemas, o que consiste em conseguir uma evolução da situação no sentido desejado, vencendo e contornando obstáculos, mesmo que tal possa implicar a destruição ou domínio de populações, o comando ou controlo de espaços; a instabilidade ou a transformação de poderes nacionais;

1 Tradução da autora: “A estratégia é a arte da coerção e da anticoerção, da persuasão e do inevitável, do respeito e da violação”.

2 E não o contrário. Liddell Hart (2011: 407) recorda que “quando eclodiram guerras, a política foi frequentemente governada pelo objetivo militar (...) como um fim em si mesmo”. E tal verificou-se na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), perdendo-se de vista a relação entre o objeto (a política) e o objetivo militar (a estratégia).

- 3) E a exploração de eventualidades – pretende-se uma evolução da situação no sentido desejado, aproveitando oportunidades fruto do acaso, utilizando apoios e afastando neutralidades que podem dificultar a ação;
- 4) Em ambiente de desacordo, pois sem vontades contrárias e opostas, manifestas, não existe estratégia. Pressupõe-se a existência de um outro ou de vários outros, com vontades diferentes, o que permite a existência de uma dialética que se exprime através de ações e reações que se inter-relacionam e condicionam mutuamente (Fernandes e Abreu, 2004: 224; Ribeiro, 2009: 42).

Inspirando-nos em Caetano (1996, *apud* Ribeiro, 2009: 47-48) podemos definir esta função do Estado como tendo como objetivo direto e imediato a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral mediante a livre escolha dos rumos ou soluções preferíveis.

É no contexto da conservação da sociedade política que se centra o objeto da estratégia de defesa militar. Sendo que esta conservação se encontra diretamente associada à noção de segurança nacional (fim último ou teleológico estatal), constituindo-se como condição essencial à preservação da identidade e à sobrevivência do Estado, e garantindo a sua independência e integridade nacional.

A Segurança Nacional Como um Fim a Atingir

De acordo com Charles-Philippe David (2001, *apud* Ribeiro, 2009: 55), a segurança nacional corresponde a “uma condição, um estado, um valor a atingir, de cariz relativo e resultante de uma reflexão, destinado a mobilizar esforços de Defesa Nacional, em função da probabilidade de ocorrência das ameaças admitidas” – reais, que exigem uma resposta material, podendo implicar o uso da força, ou percecionadas, a que se deverá responder com ações psicológicas – “e da sua periculosidade (ator contrário), da urgência e do valor que está em jogo (bem a proteger) e do grau de cobertura a alcançar”. A segurança nacional é o fim a atingir tendo a defesa nacional como meio ou modo, mas é também um fenómeno psicológico, na medida em que “exprime a sensação de salvaguarda, a noção de proteção ou a tranquilidade das instituições ou das pessoas, em resultado da perceção da efetiva carência de ameaças relativamente à materialização de interesses nacionais, quando não existem, porque não se desenvolveram, ou porque foram anuladas”.

Neste sentido, importa referir a composição da segurança nacional, enquanto valor relativo, de acordo com três níveis de proteção: em primeiro lugar, temos a segurança desejável, que corresponde ao nível de proteção ideal a alcançar, traduzindo a medida que se pretende neutralizar os atores com uma vontade oposta à nossa; em segundo lugar, encontramos a segurança possível, resultante da “comparação global dos atores contrários, com as possibilidades e meios próprios para proteger adequadamente os interesses nacionais”; e, por último, a segurança efetiva, consistindo no nível de proteção atual e existente de facto (Ribeiro, 2009: 53-54).

A respeito dos riscos, que podem ser entendidos como algo inesperado e desestruturante, Nogueira (2005: 19) esclarece que “risco é, num certo sentido, uma ação não diretamente intencional e eventualmente sem carácter intrinsecamente hostil (contrariamente aos termos que caracteriza a ameaça na estratégia), provinda de um ator interno ou externo não necessariamente estratégico (...). Pode influenciar o carácter estratégico de decisões e ações estratégicas de um qualquer ator estratégico, uma vez que adquire carácter estratégico quando relacionado com esse fator que influencia”.

A diferença remanescente entre a segurança efetiva e a segurança desejável traduz um risco dito de residual, que se baseia na probabilidade e periculosidade de uma perda potencial, possível se concretizada uma ameaça. Caso este risco seja inaceitável, pode ser reduzido atuando sobre a sua cobertura consoante se disponham meios para o efeito, ou diminuindo o leque dos interesses a proteger, de forma a proporcional àqueles interesses que ainda permanecem à mercê de “apoio” uma segurança necessária. O risco assumido resulta do acréscimo do risco residual com o risco aceitável.

Já no concernente à definição de ameaça, e lembrando Nogueira (2005: 73), esta poderá ser definida como “um acto ofensivo, uma antecâmara da agressão, portanto uma realidade estratégica sem ser ainda guerra, que não desaparece quando a guerra é efetivada”. A ameaça é estruturalmente complexa, dispondo de grande mobilidade e possuindo um carácter transnacional e difuso (Ribeiro, 2009: 50).

A Defesa Nacional como Meio a Utilizar

No que respeita à defesa nacional podemos defini-la como “o conjunto de atos que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual, latente ou concretizada, que afete os interesses nacionais”. Ou seja, a defesa apenas se desencadeia como oposição à existência de uma ameaça ou perigo. Um risco materializado constitui um perigo, sendo que quando existe a materialização desse mesmo perigo causando um dano, estamos perante uma ameaça (Ribeiro, 2009: 55, 58-59).

Trata-se, assim, de um meio, uma atividade que tem como objetivo principal garantir a segurança nacional – que deve saber o que é, para quem e porque é ela necessária, pois sem esta compreensão acerca da segurança, a defesa nacional não tem fim nem razão –, devendo ser analisada em função daqueles que são os interesses do Estado, resultantes dos seus objetivos nacionais (Ribeiro, 2009: 55). Daí podermos encarar a defesa nacional como uma estratégia integral, ou usando a terminologia de Couto (1988: 228-229) como uma estratégia total, em que a sua função consiste na concretização dos fins da ação estratégica ao mais alto nível – o nível nacional –, à luz dos objetivos políticos, auxiliando a política a definir a missão estratégica própria e dando missões aos vários domínios de ação, combinando as diversas estratégias gerais. A esta compete a unificação de todo o sistema estratégico. E, por isso,

a defesa nacional corresponde a um “patamar instrumental do Poder, expressão de potencial e de capacidade” (Correia, 2003: 83).

Enquanto conceito, e em conformidade com Correia, (2003. 82), a defesa nacional tem sido objeto de várias transformações ao longo dos anos, a partir das quais podemos estabelecer quatro grandes fases na sua evolução: uma que corresponde ao período inicial em que quando nos referíamos à defesa nacional, referíamos-nos a um conceito restrito, em que esta se confundia com a defesa militar (conceito tradicional); outra que surgiu entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que a defesa nacional se tornou um conceito amplo ao assumir contornos de coordenação interdisciplinar – a área militar constituía apenas uma das áreas; e, por fim, na fase atual, a defesa nacional corresponde a um conceito integrado, em que as várias áreas se encontram integradas em sistema. A última fase corresponde a uma tendência que se está a tornar num traço marcante e que consiste em ultrapassar a esfera da defesa nacional e passar à esfera da segurança nacional, aspeto que desenvolveremos seguidamente.

Uma Confusão de Terminologias: A Transformação do Conceito de Segurança Nacional

As recentes transformações vão, como referido, no sentido de eliminar a distinção/diferença existente entre aquilo que pertence ao domínio da defesa nacional e aquilo que pertence ao da segurança nacional. Esta, por sua vez, tem vindo a assumir crescentemente um carácter instrumental, sobrepondo-se e englobando também a defesa nacional – no seu regresso ao âmbito tradicional da defesa nacional enquanto defesa militar.

Na origem destas transformações encontra-se a globalização, um processo cuja origem nem sempre consensual parece remontar ao período dos descobrimentos marítimos portugueses – ao século XV-XVI – e, mais concretamente, com as primeiras expedições, impulsionadas pelo Infante D. Henrique, que os portugueses fizeram no Atlântico e que culminariam numa fase inicial com a conquista de Ceuta em 1415 – e à revolução mercantil –, seguindo-se a revolução industrial e, posteriormente, a revolução tecnológica nos transportes e nas comunicações que, reduzindo as noções de espaço³ e de tempo, colocou o mundo em estreita interdependência e é uma das responsáveis pela crise do Estado westefaliano ao permitir a erosão dos conceitos de soberania e de independência nacional, assim como o surgimento de um conjunto de novos interesses que se sobrepõem aos interesses nacionais, tais como: os direitos humanos e a paz, defendidos pela ONU; a solidariedade e a

3 No espaço, as fronteiras nacionais são cada vez mais fluidas e diluídas. Não existindo fronteira precisa entre o que é do domínio da segurança interna e o que é do domínio da segurança externa. As ameaças são transnacionais e, em virtude disso, implicam respostas integradas.

segurança, no âmbito de organizações de cariz regional como o caso da NATO; as questões populacionais estudadas pela demografia; as preocupações ambientais da ecologia, a saúde e a marginalidade; e/ou ainda o direito de asilo, de objeção de consciência e de migração, entendidos como interesses individuais.

Interesses que fazem parte de um conceito igualmente novo, abrangente e liberal de segurança humana, atribuindo-se maior importância aos aspetos sociais – tal como refere Fernandes (2002: 169) “Sem segurança societal não há bem-estar de indivíduos e populações; sem bem-estar de indivíduos e populações não há Estados estáveis; e sem Estados estáveis não há estabilidade no sistema internacional” –, económicos – daí que o encontro de soluções cooperativas e dialogantes nas trocas comerciais seja fundamental –, culturais e ambientais – atualmente, pressupõe-se uma reavaliação combinada dos moldes em que se tem vindo a processar todo o desenvolvimento das sociedades desde a revolução industrial já que o crescimento económico influi diretamente com o esgotamento dos recursos e a degradação do ambiente, associados a uma crescente pressão demográfica e a progressivos fluxos migratórios – e, menor, a componente polemológica da segurança defendida pela corrente realista e assente nas relações de poder (Correia, 2004: 82-83).

A Alemanha no pós-Guerra Fria: Uma Análise à *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien* de 2011

A Alemanha não possui um conceito estratégico fixado por escrito, no qual se encontrem formulados os seus interesses nacionais (Mandt, 2011: 78), mas analisando *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien* da Alemanha, divulgadas pelo Bundesministerium der Verteidigung a 26 de maio de 2011, e que até agora permanecem como as diretrizes atuais, podemos tirar algumas conclusões relacionadas com a forma como os conceitos de segurança e defesa são articulados com a cultura e política da Alemanha do pós-Guerra Fria.

E no pós-Guerra Fria, convém desde logo destacar a importância da implosão da União Soviética, que após a constituição da Trizona⁴ em julho de 1948 e a divisão da Alemanha em República Federal e em República Democrática no final dos anos 40 do século passado, passaria a figurar como a grande ameaça que o espaço europeu enfrentava. E tal verificava-se na medida em que a União Soviética procurava impor o seu sistema ideológico, político, económico e social no espaço europeu, colocando em risco a segurança dos Estados que nesse mesmo espaço se encontra-

4 Antes disso, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, convém referir que a Alemanha viu a sua soberania ocupada e distribuída em conformidade com quatro zonas de ocupação que foram criadas e distribuídas entre si pela Grã-Bretanha, a França, os EUA e a União Soviética (Vilarinho, 1975: 55-59), em conformidade com o que ficou consignado, a 5 de junho de 1945, na Declaração de Berlin.

vam e, sobretudo, estando a ocupar a zona leste da Alemanha, a República Democrática da Alemanha. Daí se ter verificado a criação da NATO, em 1949, constituída como uma organização regional de defesa, entre os EUA, a Grã-Bretanha, a França, os países do *Benelux* (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, a Noruega e Portugal (Opitz, 1998: 364 e 366; Patrício, 2007: 167; Römer, 1980: 40 e 50; Schulze, 2005: 246-247).

Por outro lado, com a reunificação da Alemanha como resultado da queda do Muro de Berlin em 1989 (Fullbrook: 243-249; Gaddis, 2007: 246-251; Taylor, 2007: 503-504), a Alemanha passou então a ser uma só, a República Federal da Alemanha, e a ameaça soviética desapareceu, sendo que nos últimos anos se tem assistido mesmo a uma melhoria das relações com a Rússia, em conformidade, com o que era defendido pela Escola Alemã de Karl Haushofer (1869-1946) que, inspirada na visão de Halford Mackinder (1861-1947), defendia uma aliança entre a Alemanha e a então URSS, de forma a constituir-se um grande poder continental entre ambas e dominar o *Heartland*, como verificamos anteriormente em Fernandes (2009: 105).

Efetivamente, de acordo com *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien*, é improvável a concretização de uma ameaça militar direta ao território da Alemanha, sobretudo no pós-Guerra Fria, o que justifica a afirmação de Richard von Weizsäcker (2000, *apud* Sarotte, 2001: 16) segundo a qual pela primeira vez na história a Alemanha encontra-se rodeada por aliados e parceiros de integração, não enfrentando qualquer tipo de ameaça no seu território proveniente dos seus vizinhos, o que constitui uma situação nova. Especialmente, se recuarmos no tempo para além da Guerra Fria, no mínimo até ao século XIX – ao geógrafo político alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que viria a ser fundamental, depois, no desenvolvimento da Escola Geopolítica Alemã do período entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Ratzel defendia que a Alemanha se sentia ameaçada – “*la position médiane est toujours très menacée; elle ne possède pas de frontières naturelles, ce qui lui confère généralement quelque chose d’incertain et de fluctuant.(...) La position médiane est généralement aussi une position close, du fait que l’État central se trouve pressé de tous côtés (...)*”⁵ (Ratzel, 1988, *apud* Fernandes, 2011: 270-271) – a Oeste pela França e a Leste pela Rússia, naquela que julgava ser uma insuficiente dimensão, constituindo-se como um enclave na Europa Central.

Por conseguinte, na atualidade, “*Deutschlands Platz in der Welt wird wesentlich bestimmt von unseren Interessen als starker Nation in der Mitte Europas und unserer internationalen Verantwortung für Frieden und Freiheit (...). Deutschland nimmt als gestaltendes Mitglied der internationalen Staatengemeinschaft seine Interessen wahr und setzt*

5 Tradução da autora: “a posição mediana está sempre muito ameaçada; não possui fronteiras naturais, o que lhe confere geralmente qualquer coisa de incerto e flutuante. (...) A posição mediana é geralmente também uma posição fechada, o que faz com que o Estado central se sinta pressionado de todos os lados (...)”.

*sich aktiv für eine bessere und sichere Welt ein. Wir wollen als starker Partner in einem vereinten Europa dem Frieden der Welt dienen*⁶. A segurança, para a Alemanha, não se encontra definida apenas em termos do seu espaço nacional, pois em conformidade com o artigo 24.º da sua *Grundgesetz*⁷ a Alemanha aceita limitar os seus direitos de soberania em nome do sistema de segurança coletiva mútua a que pode aderir, o que significa defender tanto a sua segurança no território do seu Estado como em regiões geograficamente distantes. Os desenvolvimentos em regiões situadas na periferia da Europa e fora do espaço europeu de segurança e estabilidade poderão ter um impacto imediato na segurança da Alemanha, dado o facto de o mundo ser globalizado.

Hoje, as ameaças e os riscos existentes são essencialmente transnacionais, destacando-se: o terrorismo internacional, a criminalidade organizada, as armas de destruição em massa, os desastres naturais e climatéricos, os fluxos migratórios – destaque-se, por exemplo, a imigração clandestina –, a escassez ou a falta de recursos naturais e matérias-primas, as pandemias e epidemias, entre outros.

Assim, estamos perante um complexo e multifacetado conceito de segurança, que é acima de tudo, como refere Mandt (2011: 75), um conceito abrangente. Trata-se de um conceito de tal modo amplo que recordamos a definição de Couto (1988: 70-71), por considerarmos que ilustra de forma nítida a interpretação que a Alemanha faz acerca da segurança: “um conjunto de interesses, que podem ir desde a garantia de acesso a matérias-primas essenciais, até à protecção de investimentos e de cidadãos nacionais no estrangeiro, desde cinturas de segurança a zonas de influência ou neutralizadas, desde o controlo do nível da capacidade militar de adversários potenciais e vizinhos, até à uniformidade dos regimes e sistemas políticos, etc.”.

Relativamente às ameaças e aos riscos referidos, ao serem entendidos como transnacionais, exigem de igual modo uma resposta coordenada. Daí a Alemanha referir-se à segurança sempre como algo cooperativo e combinado, o que é corroborado por Mandt (2011: 76-77), ao referir que a “Segurança Global só é possível hoje no âmbito da cooperação multinacional”, motivo pelo qual a política externa e de segurança da Alemanha se encontra assente na NATO que, por sua vez, se encontra associada ao desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). A PESD funciona, por conseguinte, como um complemento da aliança transatlântica.

6 Tradução da autora: “O lugar da Alemanha no mundo é caracterizado acima de tudo pelos nossos interesses enquanto nação no centro da Europa e pela nossa responsabilidade internacional na paz e na liberdade. (...). Enquanto membro ativo da comunidade internacional, a Alemanha persegue os seus interesses e esforça-se ativamente por um mundo melhor e mais seguro. Estamos comprometidos a servir a paz mundial na qualidade de um parceiro forte numa Europa unida”.

7 Constituição. Na elaboração desta os alemães contaram com o apoio dos EUA. *Deutscher Bundestag* [Parlamento Federal] (2010). *Grundgesetz*. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80201000.pdf>.

Podemos igualmente verificar, que se atribui uma maior importância aos interesses que apresentámos como liberais da segurança, concentrados por essência nas questões socioeconómicas, culturais e ambientais. A segurança é, conseqüentemente, multidimensional e tem um enfoque especial na pessoa humana, seguindo a tendência enunciada anteriormente, embora continue a contemplar também a segurança na sua vertente tradicional, a segurança estatocêntrica – que tem como objeto o emprego da força militar nas relações internacionais, e como objetivo a redução da insegurança –, o que lhe permite operacionalidade por comunidades de segurança, concretizadas em organizações intergovernamentais (Fernandes, 2002: 173). Neste contexto, *“Deutschlands sicherheitspolitische Ziele und Interessen erfordern zu ihrer Verfolgung das Zusammenwirken mit seinen Partnern. Die Vereinten Nationen, die NATO und die Europäische Union sind der internationale Rahmen, in dem sich unsere Sicherheits- und Verteidigungspolitik vollzieht”*⁸. E, mais adiante, com o objetivo de reforçar a ideia de que a segurança é entendida como comum para a Alemanha exigindo cooperação e integração, é referido o seguinte: *“Einsätze der Bundeswehr im Ausland werden grundsätzlich gemeinsam mit Verbündeten und Partnern im Rahmen von VN, NATO und EU geplant und durchgeführt”*⁹. Faz-se, pois, o seguimento do que se encontra no artigo V¹⁰ do Tratado da NATO e, em conformidade, do disposto nos artigos¹¹ 51.º e 52.º da Carta das Nações Unidas. O que inclui a obrigação da Ale-

8 Tradução da autora: “Os objetivos e os interesses da Alemanha em termos de segurança só poderão ser levados a cabo em cooperação com os seus parceiros. A ONU, a NATO e a UE constituem o quadro internacional da nossa política de segurança e defesa”.

9 Tradução da autora: “Regra geral, as missões das Forças Armadas no exterior são planeadas e conduzidas em cooperação com os aliados e parceiros existentes no interior da ONU, da NATO e da UE”.

10 De acordo com o qual: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais”. Disponível em: http://www.fed.uec.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm. Consultado a 1 de fevereiro de 2012.

11 Artigo 51.º: “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e

manha tomar parte na prevenção de conflitos e nas medidas de gestão e contenção de crises – ocupando, estas, uma segunda constante na política para a segurança na Alemanha (Mandt, 2011: 75), assim como um objetivo primordial – realizadas sob os auspícios destas duas organizações, dado o seu comprometimento no que à proteção dos direitos humanos e dos princípios da democracia diz respeito (Sartotte, 2001: 74-75). Mandt (2011: 75) acrescenta ainda que “ a política preventiva de segurança alemã tem, em primeira linha, como objetivo iniciativas políticas e diplomáticas, medidas de caráter económico, na área da política de desenvolvimento, do domínio dos Estados de direito, de cariz humanitário e social, mas contendo também a utilização de meios e de poder militar”.

Ao passar a atuar na prevenção dos conflitos, a segurança assume-se para a Alemanha como muito mais utópica – do que a defesa que é a forma de oposição a um perigo ou a uma ameaça efetivos –, pois é seu objetivo “manter fora de qualquer risco, perigo ou ameaça as pessoas ou os bens objeto da segurança” (Ribeiro, 2009: 59), pelo que os seus objetivos de segurança dispostos em *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien* são: a segurança e proteção dos cidadãos alemães; a integridade territorial e a soberania da Alemanha e dos seus aliados; e o cumprimento das suas responsabilidades internacionais.

Quanto à utilização dos termos segurança e defesa, ao longo do documento em análise, destaca-se a centralidade do conceito de segurança. O termo *Sicherheit*¹² surge muito mais vezes ao longo do texto do que o termo *Verteidigung*¹³, porventura devido à conotação e associação da defesa como defesa militar, sendo utilizado

não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.”

Artigo 52.º: “1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organizações regionais destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou organizações regionais e suas atividades sejam compatíveis com os objetivos e princípios das Nações Unidas.

2. Os membros das Nações Unidas que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais organizações empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e organizações regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança.
3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou organizações regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instâncias do próprio Conselho de Segurança.

4. Este artigo não prejudica de modo algum a aplicação dos artigos 34.º e 35.º. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>. Consultado a 1 de fevereiro de 2012.

12 Segurança.

13 Defesa.

sobretudo, e talvez mesmo só, quando é feita referência ao orçamento das *Bundeswehr* e à atuação da Alemanha no quadro da NATO. Deste modo, acreditamos poder existir algum complexo, uma vez que, se a defesa nacional é associada a defesa militar, a Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial é quanto à defesa uma “bela adormecida”¹⁴, para recuperarmos o termo de Shlaes (1991: xi), constituindo o ano de 1945 a “hora zero”, o momento em que a “história” da Alemanha terminou e a sua divisão, bem como o desaparecimento do Estado da Prússia e do seu importante exército, “*a formidable force whose victories abroad succeeded*”¹⁵ (Shlaes, 1991: 43), se verificou. Assim, e adotando esta perspetiva, se justifica o caso dos líderes da Alemanha optarem tanto quanto possível pela continuidade, no que respeita à crescente redução do orçamento alocado à defesa (Sarotte, 2001: 31). Um orçamento que, a continuar reduzido, poderá ser um obstáculo, dada a necessidade de reestruturar as *Bundeswehr*, isto é, alterar estruturas, alargar capacidades e renovar o equipamento, para que as *Bundeswehr* possam atuar no quadro da NATO e da UE, organizações que integram, como parceiras (Mandt, 2011: 77).

Um outro facto que aqui poderá justificar a prevalência do termo *Sicherheit* poderá dever-se ao facto da segurança nacional ser hoje um conceito amplo e instrumental que acaba também por englobar a segurança nacional. Neste sentido, convém recordar o seguimento (continuado) da Alemanha em relação à perspetiva anglo-saxónica, cuja influência é notória na Alemanha¹⁶ como resultado da sua história recente de presença em espaço nacional no pós-Segunda Guerra Mundial e do seu papel no esforço de reestruturação política, económica e social da Alemanha, presente inclusivamente na *Grundgesetz*, promulgada a 23 de maio de 1949, que assenta nos princípios: do liberalismo – até porque existe a ideia de que a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais não teriam ocorrido se a Alemanha tivesse sido uma democracia liberal. Szabo (1990: 159) defende que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi em grande medida um resultado da *Weltpolitik*¹⁷ baseada na tentativa da elite prussiana, que se encontrava em declínio, preservar a sua posição

14 Expressão também usada por Shlaes (1991: xi), referindo-se ao modo como os alemães se definem para os visitantes desde o fim da Segunda Guerra Mundial e antes da implosão da União Soviética que os forçou a acordar.

15 Tradução da autora: “uma força formidável cujas vitórias se sucediam umas às outras”.

16 Neste sentido, são de referir as palavras de Karsten Voigt, uma das figuras mais antigas da política externa pertencente ao Sozialdemokratische Partei Deutschlands, Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), contando que em resposta a um pedido americano, um inglês responde “sim” em público e depois, em privado, acrescenta “sim, mas...”. Um francês responde em público “não” e em privado “não, mas...”. Um alemão, todavia, responde “sim” em público, “sim” em privado, e só depois no regresso a casa é que se queixa do quão arrogantes são os americanos (Sarotte, 2001: 15).

17 Política mundial.

política usando o nacionalismo como sinónimo de integração social, do federalismo, embora esta já fosse uma tendência marcadamente germânica sobretudo se nos recordarmos da excessiva fragmentação que caracterizou o espaço germânico desde o século XVII até à sua unificação verificada após o termo da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e do parlamentarismo.

Com efeito, se a segurança é global e abrangente ao visar a eventualidade da ocorrência de riscos no interior e no exterior do espaço nacional, a defesa nacional passa apenas a visar as ameaças que ocorram no interior do espaço nacional. E, neste sentido, será de referir o aparecimento frequente da expressão *Sicherheitspolitik*¹⁸ em vez de política destinada à ou para a segurança, encarando a segurança como sendo simultaneamente um meio e um fim a atingir.

Conclusão

Após o estudo do caso prático de aplicação dos conceitos de Segurança e Defesa Nacional na Alemanha do pós-Guerra Fria, ao analisar *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien* (2011), verificámos que a Alemanha constitui um exemplo nítido da crescente utilização do conceito de segurança nacional em detrimento do conceito de defesa nacional, mesmo quando o conceito de Segurança é utilizado para referir a defesa propriamente dita.

Em termos espaciais e de conteúdo, a segurança nacional, um dos objetivos da política, é um conceito abrangente – abarca o seu espaço nacional e o espaço nacional dos seus aliados –, multinacional – na medida em que essa garantia da segurança deverá ser sempre feita no quadro das organizações de que a Alemanha faz parte, como sejam a NATO ou a UE ou ainda a ONU – e preventiva – podendo a Alemanha atuar sempre que os direitos humanos, os valores democráticos, e demais novos interesses estejam em causa, de forma a garantir a segurança dos alemães, dos aliados, e da pessoa humana no geral.

A história recente da Alemanha, sobretudo desde o pós-Segunda Guerra Mundial, e após a Guerra Fria assume-se como um ponto-chave para a compreensão da segurança e da defesa nacional serem como são e terem a aplicação que têm atualmente para este Estado localizado no centro do espaço europeu.

Adicionalmente, e de futuro, poderão esperar-se três tendências de evolução: uma crescente intervenção – prioritariamente não armada, através da via do diálogo, e neste sentido, é de salientar que a Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial recorre com frequência à diplomacia económica e cultural como um meio para manifestar o seu poder e influência – da Alemanha no quadro das organizações internacionais de que faz parte, nomeadamente UE, NATO e ONU, adquirindo no interior destas e no exterior, em paralelo com os Estados que delas fazem parte uma cres-

¹⁸ Política de Segurança.

cente influência em virtude da sua reconhecida capacidade económico-financeira e tecnológica na Europa, mas também no mundo, que facilite uma atuação conjunta, multinacional e preventiva sempre que os seus interesses estejam ameaçados. Sejam estes interesses económico-financeiros e sociais, relacionados com as relações comerciais que a Alemanha mantém pelo mundo, interesses culturais como sejam o caso de uma ameaça às populações alemãs espalhadas pelo mundo, às populações dos seus aliados ou dos Estados com que mantenha relações históricas - caso do Brasil, por exemplo -, sem que esteja excluída a preocupação com a Segurança da pessoa humana no geral e respetivos direitos, e interesses ambientais.

Um outro cenário possível consiste numa crescente intervenção da Alemanha, independente e autónoma dado o seu considerável poder económico-financeiro e tecnológico, sendo que este primeiro tem vindo a ser manifesto e essencial na condução e gestão da crise económico-financeira existente na Zona Euro, o que se reflete igualmente na sua relação com Portugal, separada das organizações internacionais de que faz parte. Mantendo-se como Estado parte das mesmas, a tendência seria a de agir, ainda assim, por si. E tal verificar-se-ia, uma vez mais, sempre que estivessem em causa os seus interesses económico-financeiros e sociais, culturais e ambientais.

Por fim, um último cenário poderá assentar no peso da memória e da culpa histórica, fruto de duas Grandes Guerras Totais e do Holocausto, para a Alemanha, fazendo com que, apesar do seu poder económico-financeiro, a Alemanha não tome qualquer iniciativa nem dentro das organizações internacionais de que faz parte e muito menos fora das mesmas. E sempre que atuar para garantir a segurança, fá-lo-á seguindo os seus aliados, como consequência dos compromissos assumidos com a reunificação.

Referências Bibliográficas

- Barrento, A. (2010). *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Bundesministerium der Verteidigung (2011). *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien*. Disponível em: [http://www.bmvg.de/resource/resource/MzEzNTM4MmUzMzMzMmUzMzMTM1MzMzYzTM2MzEzMDMwMzAzMDMwMzAzMDY3NmY2ODMyNzU3O-TY4NjlyMDIwMjAyMDIw/Verteidigungspolitische%20Richtlinien%20\(27.05.11\).pdf](http://www.bmvg.de/resource/resource/MzEzNTM4MmUzMzMzMmUzMzMTM1MzMzYzTM2MzEzMDMwMzAzMDMwMzAzMDY3NmY2ODMyNzU3O-TY4NjlyMDIwMjAyMDIw/Verteidigungspolitische%20Richtlinien%20(27.05.11).pdf).
- Charnay, J. (1990). *Critique de la Stratégie*. Paris: L'Herne.
- Clausewitz, C. (1997). *On War*. London: Wordsworth Classics of Literature.
- Correia, P. (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* (Vol. 1). Coimbra: Quarteto.

- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Deutscher Bundestag (2010). *Grundgesetz*. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80201000.pdf>. Data de acesso 1/2/2012.
- Fernandes, J. (2002). *A Segurança da Europa Ocidental: Uma Arquitetura Euro-Atlântica Multidimensional*. Lisboa: FCG/FCT.
- Fernandes, A. e F. Abreu (2004). *Pensar a Estratégia. Do Político-Militar ao Empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, M. (2009). *O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Fernandes, M. (2011). “O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais”. *Nação e Defesa*, n.º 129, pp. 263-287.
- Fulbrook, M. (2008). *A Concise History of Germany*. Cambridge: University Press.
- Gaddis, John Lewis (2007). *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.
- Hart, L. B. (2011). *Estratégia*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Mackinder, H. (1904). “The Geographical Pivot of History”. *The Geographical Journal* (XXIII), pp. 421-437.
- Mackinder, H. (1943). “The Round World and the Winning of the Peace”. *Foreign Affairs*, (XXI-4), pp. 595-605.
- Mandt, J. (2011). “As Condições Gerais da Política de Segurança da República Federal da Alemanha”. *Segurança e Defesa* n.º19, pp. 73-78.
- Nogueira, J. (coord.) (2005). *Pensar a Segurança e a Defesa*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Opitz, A. (coord.) (1998). *Sociedade e Cultura Alemãs*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Patrício, R. (2007). *As Relações em Eixo Franco-Alemãs e as Relações em Eixo Argentino-Brasileiras. Gênese dos Processos de Integração*. Lisboa: ISCSP.
- Ratzel, F. (1988 [1897]). *Géographie Politique*. Paris: Economica.
- Ribeiro, A. (2009). *Teoria Geral da Estratégia. O Essencial ao Processo Estratégico*. Coimbra: Alameda.
- Römer, K. (1980). *A Alemanha dos Nossos Dias*. Bonn: Lexikothek Verlag.
- Sarotte, M. (2001). *German Military Reform and European Security*. New York: The International Institute for Strategic Studies.
- Schulze, Hagen (2005). *Breve Historia de Alemanha*. Madrid: Alianza Editorial
- Shlaes, A. (1991). *Germany: The Empire Within*. London: Farrar Straus & Giroux.
- Szabo, S. (1990). *The Changing Politics of German Security*. London: Pinter Publishers.

Taylor, Frederick (2007). *O Muro de Berlim. 13 de Agosto de 1961 - 9 de Novembro de 1989*. Lisboa: Tinta da China.

Tzu, S. (2006). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Edições Silabo.

Vilarinho, M. (1975). *Anatomia da Alemanha*. Lisboa: Minerva.

Segurança: Técnica ou Ética? O Caso das Empresas Militares

Jorge Silva Paulo

Capitão de Mar-e-Guerra (na reserva).

Resumo

Este artigo visa mostrar que há técnica e ética no emprego de empresas militares privadas. A segurança satisfaz critérios de eficácia, eficiência e economia, e uma ideia de bem e mal, mais rica ou mais pobre. Os Estados têm escassez de recursos para as solicitações estratégicas de defesa nas fronteiras de segurança; mas as pessoas querem que se faça algo para resolver as desgraças que vêm nas televisões. Perante isto, está em curso uma divisão do trabalho estratégico que em geral atribui às Forças Armadas nacionais a defesa do santuário e a empresas privadas a paz lá longe. Uma boa razão moral a favor deste modelo é a eficiência na afetação de recursos, dado que as empresas militares são mais ágeis e menos dispendiosas do que as FA. Mas há ainda algum caminho a percorrer sobre a regulação das empresas militares.

Abstract

Security: Technique or Ethic? The Case of Private Military Contractors

This paper aims to show that the deployment of private military companies is technical and ethical. Security fulfills effectiveness, efficiency and economy criteria, and an idea of good and evil, richer or poorer. States are short of resources concerning the strategic demands of defense over security frontiers, but people want something done to solve the misery they see on television.

It is argued that a division of the strategic work is under way that, in broad terms, allocates the mission of defense of the sanctuary to the nation's armed forces and peacekeeping missions far away to private firms. A good moral reason for this division is economic efficiency, because private military contractors are more agile and cheaper than the armed forces. However there is still some way to go in regulating the private security sector.

Introdução

“Segurança: técnica ou ética?” A resposta tem de ser “ambas”: a segurança, como quer que se defina, realiza-se por critérios técnicos – eficácia, eficiência e economia –, e por uma noção de bem e de mal. Existe sempre um código moral, por mais simples que seja, a presidir às decisões humanas. As questões de segurança podem ser técnicas, mas têm sempre fundamentos e impacto éticos. Este artigo visa propor uma resposta àquela pergunta, aplicada às empresas militares privadas, com uma análise multidisciplinar.

A maioria dos Estados sofre de duradoura escassez de recursos financeiros e de pessoas para realizar operações militares; por isso, é preciso aumentar a eficiência na sua afetação. As sociedades modernas têm cada vez mais fins, objetivos e tarefas a que afetar os seus recursos, gerando uma intensa competição sobre eles, finitos e, por consequência, escassos. A competição por recursos escassos não é novidade, nem nas funções básicas do Estado – veja-se o “dilema da manteiga e dos canhões”. A falta de ameaças que sentem as populações de países ricos torna a situação mais aguda e incentiva a procura de novas soluções. A privatização da violência legítima, que se constata no recurso pelos governos a empresas privadas de segurança e militares, visa responder à situação pelo lado técnico: produz-se a segurança fora do Estado, mas a responsabilidade pela sua provisão mantém-se no Estado. Resolveu-se a vertente técnica; e a ética? O atual debate é confuso, porque desvaloriza a História e cruza análises pragmáticas, com preconceitos e dogmatismos ideológicos. O Estado só tem o monopólio da violência legítima há poucos séculos; antes, a provisão privada era a norma. Se esta situação estava na base dum atraso civilizacional das sociedades em que ocorria, ou se esta privatização pode ser causa de desagregação do Estado hoje, são questões importantes, mas que o debate corrente nem sempre valoriza.

O artigo começa por definir os conceitos usados, fase essencial num domínio onde demasiadas vezes as palavras têm significados muito diversos. Subsequentemente, analisa-se a recente mudança que trouxe a inovação histórica das empresas militares. E discutem-se as interpretações e posições sobre a segurança privada, em especial no domínio militar, e fundamenta-se a resposta à pergunta no título. Nas considerações finais sugerem-se alguns aspetos para investigação futura e resumem-se os tópicos fundamentais da análise feita no corpo do trabalho.

Conceitos Fundamentais

As palavras segurança e ética usam-se demasiadas vezes nos discursos mediáticos e corrente com pouco rigor e até em oposição: a segurança, nociva desumana; a ética, simpática e humana (Den Boer, Kolthoff, 2010: 11). O domínio da ética e da moral é a conduta humana; como diria Aristóteles, ninguém é ético para si mesmo;

somos éticos em relação aos outros. E ocupa-se da regulação dessa conduta: “Nem tudo o que se pode fisicamente fazer se pode eticamente fazer” (Moreira, 1999: 31). A segurança, um problema das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, não é alheia à ética e à moral.

Ética, Moral e Moralidade

Ética e moral têm significados variados no discurso corrente; muitas vezes, são sinónimos (Kolthoff, 2010: 39-41). Adoto a seguinte definição de ética ou filosofia moral: a ética é o corpo do saber que se ocupa de estudar o bem e o mal na conduta humana e as suas justificações (Warren, 1996: 7/3). Tem natureza positiva e descritiva: o observador cinge-se a juízos caracterizadores ou factuais (ser); inibe-se de emitir posições normativas (dever ser) através de juízos avaliadores (Blaug, 1994: 176) ou morais (MacIntyre, 2001: 26). As ferramentas de análise da ética são a observação empírica e o raciocínio lógico. As dicotomias caracterizador/avaliador e descritivo/normativo, não são pacíficas entre quem estuda a ética, mas são úteis para esta análise.

A moral é muitas vezes definida como a ciência dos costumes, no sentido em que os regula e dirige; é a ciência dos costumes tais quais devem ser. Assim, adoto a seguinte definição: a moral é um conjunto de regras de conduta impostas às pessoas e fundadas sobre critérios de distinção do bem e do mal. (Ribeiro, Silva, 1963: 461). Tem natureza normativa e prescritiva (dever ser). Por isso, imoral significa o que viola as normas morais; e amoral é o que não obedece a normas morais (Mora, 1977: 270-271). As fontes das regras e códigos morais são a religião, os grupos sociais e o indivíduo. Só em casos patológicos é que as pessoas não têm uma noção do bem e do mal para guiar as suas condutas.

A moral distingue-se da lei: esta obriga; a moral persuade e opera pela reflexão individual. Mas a lei tem quase sempre uma moralidade e um código moral subjacentes (Kolthoff, 2010: 41).

Moralidades são as doutrinas éticas. Têm uma natureza prescritiva, como a moral, e têm um carácter geral e abstrato. É indispensável conhecê-las, pois elas, sozinhas ou alguma combinação delas, guiam a conduta das pessoas e instituições, que também as revela.

Na cultura ocidental, há quatro grandes doutrinas éticas ou moralidades (com variantes).

O relativismo moral. Afirma que a verdade é relativa aos indivíduos, ideia já popularizada na máxima “o homem é a medida de todas as coisas”, de Protágoras: todas as condutas e juízos têm igual valor ético e moral, pelo facto de terem origem em pessoas, por definição iguais. Muitos relativistas não são totalmente coerentes e valorizam umas moralidades (em geral, as suas ou dos seus grupos) e desprezam outras (Clément *et al.*, 1999: 330).

A teoria do dever, deontologia ou ética da convicção. Defende que o valor moral duma ação está no motivo da sua realização, que deve ser baseado no dever e não no interesse próprio (Weber, 2000: 89). Kant, quem mais aprofundou esta doutrina, disse que “se a razão nos foi dada como faculdade (...) que deve exercer influência sobre a vontade, então o seu verdadeiro destino será produzir uma vontade, não só boa quicá como meio para outra intenção, mas uma vontade boa em si mesma” (Kant, 1995: 25). E definiu dever, como “a necessidade de uma ação por respeito à lei; (...) uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina” (Kant, 1995: 30-31). Kant sublinha dois pontos: a incontornável liberdade e autonomia moral da pessoa, que não é um meio, mas um fim em si mesma, porque a razão a torna independente da natureza; e que só tem valor moral, fazer quando se é livre de não fazer (Kant, 1995: 68 e 101). A deontologia é a doutrina indicada nas situações em que o processo é crucial no resultado, por este ser imprevisível ou longínquo.

O consequencialismo ou ética da responsabilidade. Defende que o valor moral das ações se avalia a partir das suas consequências (Weber, 2000: 89). O utilitarismo é uma das variantes, uma evolução iluminista sobre outra variante, o hedonismo de Epicuro (Clément *et al.*, 1999: 386). Para o utilitarismo, a utilidade é o único critério da moralidade: uma ação é boa na medida em que aumenta o bem-estar do maior número de indivíduos, o que se realiza maximizando o bem-estar ou minimizando o mal-estar da maioria¹ (Clément *et al.*, 1999: 386). O utilitarismo é um dos pilares filosóficos da economia de mercado, pois visa maximizar o bem-estar, ou minimizar o mal-estar, de um grupo. A busca do maior bem para o maior número exige uma contabilidade complexa: como se compara o bem e o mal sentido por cada pessoa? Como se evita a chantagem? Na prática, o utilitarismo e a deontologia combinaram-se, no utilitarismo de normas, para o qual há um conjunto de normas limitadoras e orientadoras das ações que devem produzir uma maximização da utilidade em situações semelhantes².

E por último, as doutrinas das virtudes, de que as virtudes aristotélicas são o exemplo mais sólido. Têm raízes nos filósofos da Antiguidade Clássica, sobretudo em Aristóteles, Zenão e Séneca. Tomás de Aquino ancora a moralidade católica em Aristóteles, assim como as doutrinas éticas, em ressurgimento, que ligam a felicidade

1 Princípio da Máxima Utilidade de John Stuart Mill.

2 É necessário colocar balizas, teóricas ou práticas, ao cálculo utilitarista sem as quais este podia causar muito mal a muitas pessoas, ainda que em nome do bem, da felicidade ou bem-estar. Por exemplo, concluir que há vidas humanas dispensáveis, segundo um balanço de custos e benefícios; ou a defesa das ditaduras ou das economias planificadas, na base de que os ditadores ou decisores do Estado sabem mais do que toda a nação o que será melhor para esta (Raz: 1986, p. 267).

de ao caráter, e o apreciam sobre só normas ou só consequências. “A virtude é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso, e o outro por defeito (...) mas a respeito do melhor e do bem é um extremo. (...) o justo meio consiste em fazer o que se deve, quando se deve, nas devidas circunstâncias, em relação às pessoas, às quais se deve, para o fim devido e como é devido” (Aristóteles, 2000: 31). Virtude é uma disposição refletida e voluntária que visa praticar o bem e evitar o mal (Clément *et al.*, 1999: 394). Para alcançar a virtude, é preciso primeiro determinar quais são os extremos, os vícios, de cada situação, para depois encontrar o meio-termo. Atuar com integridade ou virtuosamente é atuar desde uma inclinação formada pelo cultivo das virtudes (MacIntyre, 2001: 189). “O bem humano resulta ser a atividade da alma de acordo com a virtude, e se existem várias virtudes, segundo as melhores e mais completas. (...) e isto ao longo de toda uma vida” (Aristóteles, 2000: 12). Aristóteles distinguiu quatro virtudes principais:

- 1) A justiça. Situa-se entre a abdicação de si próprio e prejudicar os outros: “entre todas as virtudes unicamente a justiça é um bem para os outros; referindo-se ao outro, ela realiza aquilo que é vantajoso para o outro” (Aristóteles, 2000: 31).
- 2) A coragem. Situa-se entre os vícios da cobardia e da temeridade.
- 3) A sabedoria. Situa-se entre a ignorância e a vaidade diletante e apoia-se na prudência: é a virtude da inteligência prática, de saber como aplicar princípios gerais a situações particulares (MacIntyre, 2001: 74).
- 4) A temperança. Situa-se entre os vícios da insensibilidade e da licenciosidade.

As pessoas virtuosas empenham-se em desenvolver atitudes e traços de personalidade que as predispõem a atuar de modo moralmente correto em todas as circunstâncias, guiadas pela sua sabedoria prática (Warren, 1996: 7/9-10). As reflexões intelectuais e morais exigem esforço e ocupam tempo, que têm usos alternativos, os quais poderão proporcionar prazeres que muitos julgam recompensar mais no curto prazo: “Há três especialmente relevantes tipos de vida: a das massas, a vida política, e a vida de contemplação; (...) As massas, as mais rudes, veem-na como prazer e (...) parecem escravizadas ao escolher racionalmente uma vida apropriada apenas para gado; mas merecem consideração (...). Pessoas sofisticadas, homens de ação, veem a felicidade como honra (...). (...) A vida de ganhar dinheiro é uma vida que as pessoas, de certa forma, são forçadas a levar, e a riqueza (...) é apenas útil, para obter qualquer outra coisa.” (Aristóteles, 2000: 5-7).

Técnica

A técnica é o conjunto de procedimentos que visam obter um determinado resultado, definido com rigor. Centra-se em como fazer; mas não de qualquer modo: fazer,

sim, mas fazer bem feito. “Bem” é comum à ética e à técnica, mas os sentidos são diversos; fazer “bem feito” obedece aos critérios específicos de cada ofício ou atividade, que se subsumem a três grandes tipos, comuns, por vezes designados por E³:

- 1) A eficácia. Avalia em que extensão os objetivos definidos foram atingidos.
- 2) A eficiência. Compara o valor dos resultados com o dos recursos atribuídos à atividade.
- 3) A economia. Avalia se foram afetados recursos acima do mínimo necessário para o efeito.

Com os elementos anteriores, é possível concluir que pode haver, e há, especialistas técnicos, e até de ética (enquanto ciência positiva), mas é duvidoso que haja especialistas morais.

Segurança

Ameaças, Poder e Segurança

As pessoas têm uma necessidade básica e individual de segurança³, como de água, abrigo e alimentos (somam-se as de alto nível, como afiliação e realização); mas podem viver e realizar-se com pouca segurança e mesmo com alguma insegurança. É mais provável sentir insegurança do que segurança. A segurança requer paz e passa pela ausência de obstáculos e ameaças à realização das necessidades e fins das pessoas e dos grupos: “*The discussion is about the freedom from threat.*” (Buzan, 1991: 18). É mais do que ausência do uso da força. E requer poder para enfrentar as ameaças e superar os obstáculos; numa equação, o poder é o produto da vontade pelas capacidades $P=V \times C$, onde P é o poder, V é a vontade ou intenção (subjéctiva) e C é o somatório das capacidades (Cline, 1980: 22-23).

As ameaças são situações potencialmente causadoras de danos e custos, por impedirem as pessoas de extrair, contra as suas expectativas e vontade, benefícios da realização de determinadas ações ou usufruto de determinados bens. Os impedimentos podem ser naturais ou criados por outras pessoas ou grupos; a dimensão da ambição e poder, próprios e alheios, são decisivos na génese da ameaça e, depois, na dinâmica da rivalidade e do conflito: quem não tem objetivos ambiciosos, ou tem pouco poder para os realizar, não constitui grande ameaça, nem provocará um grande conflito. Os custos revelam-se em sofrimento de pessoas e grupos e, no limite, na sobrevivência: “*security is about survival*” (Buzan et al., 1998: 21). Assim definida, a ameaça constitui justificação bastante para lançar mão de todos os meios disponíveis, incluindo a coerção, para a eliminar. Para alguns, o fim, por estar em causa uma situação-limite, justificará todos os custos. Mas por mais absoluta que

3 Salvo quando a compreensão do texto o exija, passa a usar-se indistintamente o termo “segurança”, sem distinguir os âmbitos interno (“segurança interna”) e externo (“defesa”).

pareça a questão, a segurança coloca-se sempre em termos relativos: *“How much is needed for defence more than it is needed for other purposes?”* (Hitch, McKean, 1960: 48). A insegurança é moralmente má: torna as pessoas desconfiadas e mais sensíveis à incerteza; por isso, tendem a isolar-se e evitam interagir e comunicar; isso cria um ciclo vicioso nocivo para o desenvolvimento humano, o qual só se realiza nas comunidades: *“Na comunidade os membros estão unidos apesar de tudo quanto os separa; na (sociedade) permanecem separados apesar de tudo quanto fazem para se unir”* (Caetano, 2003: 2). A linguagem é um elemento constitutivo das pessoas: distingue-as dos outros seres vivos; aproxima-as entre si; e é um elemento crucial através do qual se manifesta o desenvolvimento humano: *“Nadie llega a convertirse en humano si está solo: nos hacemos humanos los unos a los otros.”* (Savater, 1999: 193). É possível defender que há ameaças que não se observam (mesmo que não existam); mas por não se verem ameaças não se pode concluir que inexistem⁴. Com falta de confiança, as pessoas reservam-se e podem reagir a conflitos desproporcionalmente; isso aumenta a insegurança, e pode formar uma espiral. As percepções, que resultam da interação dos valores, das crenças e da informação, e a confiança são fatores subjetivos e perenes nas relações interpessoais; e são cruciais na política interna e nas relações internacionais (Jervis, 1976: 13-19). Por isso, as pessoas e as instituições, (eventualmente) cientes da (escassa) informação disponível, visando minimizar as incertezas, os equívocos, os preconceitos e os enviesamentos que as impedem de tomar decisões perfeitas, adotam soluções pragmáticas, por exemplo, seguindo aliados; mas *“No formula will eliminate misperceptions or reveal what image is correct”* (Jervis, 1976: 409).

Segurança como Bem Público

A segurança é um bem em sentido ético (é apreciado) e técnico (é produzido). Para produzir a segurança é necessário obter e consumir recursos (que não se podem confundir com o bem em si) e isso obriga a atender à ciência económica, que considera a segurança um bem público. Estes têm as propriedades de não-rivalidade ou indivisibilidade e não-exclusão, que criam o problema da boleia e justificam a provisão pelo Estado (Barbosa, 1997: 8-12; 28). Dado que são os cidadãos de um Estado que procuram e beneficiam da segurança devem ser eles a suportá-la, o que fazem pelos impostos e, quando existe, pelo recrutamento militar obrigatório, ou conscrição; se não pagarem a sua segurança, muito dificilmente alguém a pagará por eles. Para obter segurança, as comunidades criaram os seguintes instrumentos de uso da força: *“One – let us call them ‘soldiers’ (Forças Armadas - FA) – is directed against*

4 Embora os assaltados sejam uma minoria, e poucas pessoas conheçam ladrões, a maioria tranca as suas portas, pois acha que, se não o fizer, acabará por ser assaltada; ponto notado por Tucídides e Hobbes (1968, p. 187).

*other armed forces with the object of defeating them. The action of the other – let us call them ‘police’ (Forças e Serviços de Segurança⁵ - FSS) – sets out to maintain or re-establish the required degree of law and public order within an existing political entity, typically a state. Victory, which has no necessary moral connotation, is the object of one force; the bringing to justice of offenders against the law, which does have a moral connotation, is the object of the other.” (Hobsbawn, 2007: 22). As FA nacionais estão vocacionadas para defender o respetivo Estado de ameaças externas, o que as obriga a ser capazes de dissuadir, resistir e retaliar, até aos mais altos níveis de intensidade da violência; militar “significa o treino para o uso da força máxima numa dada organização social” (Matos, 2008: 91). Ou ainda: “(...) *military force can be used to hurt. In addition to taking and protecting things of value it can destroy value. In addition to weakening an enemy militarily it can cause an enemy plain suffering (...)*” (Schelling, 1966: 2).*

A ciência económica admite que a mais eficiente afetação de recursos (sempre escassos) pode passar por separar a provisão e a produção. A obtenção de segurança tem uma dimensão ética, pois está em causa a autoridade e o uso da força; e tem vertentes ideológicas, simbólicas e culturais. Reconhecem-se as seguintes cinco dimensões da segurança e ameaças (Buzan *et al.*, 1998 : 21-23):

- A segurança do Estado, orientada para a defesa do território face a ameaças externas; é a função por excelência das FA, também conhecida por segurança militar. Hoje, as FA, e até as FSS, são mandadas atuar nas fronteiras de segurança (Moreira, 2000: 319), bem mais distantes, pelo menos na mente dos cidadãos, do que as fronteiras físicas e políticas do Estado.
- A segurança do sistema político, centrada na liberdade de ação dos órgãos do poder político e na ordem pública. É uma atribuição típica das FSS, embora as FA possam apoiar as FSS⁶.

5 Inclui as polícias tradicionais, as polícias de fronteiras e outras polícias especializadas.

6 Os modelos de coordenação ou de apoio variam com os países. Em Portugal a segurança interna cabe às FSS, e a defesa nacional (ou segurança face a ameaças externas) às FA. A intervenção das FA na segurança interna está prevista no âmbito dos estados de sítio e de emergência; fora destes, compete aos governos decidir em que termos as FA apoiam as FSS. De acordo com o n.º 1 do art.º 48.º da Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 1-B/2009) “Compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a articulação operacional, para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º.”; o art.º 35.º da Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008) explicita que “as Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional”; e o n.º 1 e) do art.º 4.º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009) destaca ainda que as FA podem “cooperar com as forças e serviços de segurança, tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”.

- A segurança de grupos com identidade própria, como minorias religiosas ou etnias em estados multiétnicos; e no limite, de cada pessoa (segurança humana), pois é um fim em si mesma e tem identidade própria. É uma atribuição interna e típica das FSS. O conceito de *Responsibility to Protect*, que visa garantir a segurança humana no mundo, através da intervenção externa, podendo violar a soberania, abriu um potencial de emprego das FA de um Estado noutro qualquer, diluindo todas as fronteiras (ICISS, 2001; Held, McGrew, 2007: 60).
- A segurança ambiental, que visa manter a biodiversidade e os equilíbrios ecológicos; é uma atribuição típica das autoridades ambientais, e das FSS; mas não custa admitir que a *Responsibility to Protect* e o emprego de FA venham a estender-se a ataques ambientais.
- A segurança do sistema económico, na economia de mercado, a concorrência obriga as empresas a nascer, viver e morrer; por isso, a segurança consegue-se pela fiabilidade do abastecimento às entidades vitais à sobrevivência do Estado e ao bem-estar das pessoas. É uma atribuição típica de autoridades especializadas no sector, e nas FSS.

Estado e Segurança

Desde Westphalia (1648) que o Estado-nação é a solução institucional favorita para resolver o problema da segurança das pessoas e das comunidades: agregando-se, as pessoas podem explorar a divisão do trabalho e a especialização, produzir mais e melhor, viver mais seguras, e aumentar o seu bem-estar: “*Unacceptable chaos becomes the motive for sacrificing freedom in order to improve levels of security, and in the process, government and the state are born.*” (Buzan, 1991: 38). O instrumento legal para produzir segurança e resolver o problema da boleia é a autoridade (poder formal ou legítimo), cuja eficácia reclama o monopólio da violência legítima: “(...) *une entreprise politique de caractère institutionnel lorsque et tant que sa direction administrative revendique avec succès, dans l’application des règlements, le monopole de la contrainte physique légitime.*” (Weber, 1995: 97). O atributo da legitimidade é crucial, pois o uso da força está ao alcance de qualquer pessoa; é irrealista ambicionar o seu monopólio (Wendt, 1999: 204; Held, McGrew, 2007: 58, 198). Os governos decidem como providenciar e produzir segurança, enquanto as pessoas aceitam sujeitar-se à autoridade para a obterem.

Os Estados não reconhecem autoridade política superior à sua, nem interna nem externamente (governo mundial, federal ou unitário), que lhes imponha a lei e a ordem, e monopolize a violência legítima; são soberanos e o sistema é a anarquia: “*Anarchy is a self-help system in which political entities are responsible for their own survival*” (Buzan, 1987: 6). “Na anarquia, a segurança é o fim mais importante. Apenas se a sobrevivência for assegurada é que os estados podem com segurança procurar outros objetivos como a tranquilidade, o lucro e o poder” (Waltz, 2002: 175).

As FA e as FSS, e por consequência o Estado, podem ser usados de modo que sejam sentidos como uma ameaça ilegítima. Logo, o Estado pode ser, em simultâneo, causa de segurança (pelo uso da força benigno e pela legitimidade que a comunidade lhe reconhece) e ameaça e insegurança (se usados contra as pessoas e grupos que é suposto defender); há aqui um dilema: *“While the state provides some security to the individual, it can only do so by imposing threats”* (Buzan, 1991: 50); e ainda: *“The state is a major source of both threats to and security for individuals. Individuals provide much of the reason for, and some of the limits to, the security-seeking activities of the state.”* (Buzan, 1991: 35-37). Dito isto, a hierarquia de prioridades deve ser clara: a segurança ou defesa nacional (cujos corolários são a integridade territorial e a liberdade de ação política) é anterior à segurança interna, ou outra, incluindo a humana: *“Although individual security does represent a distinct and important level of analysis, it is essentially subordinate to the higher-level political structures of state and international system. Because this is so, national and international security cannot be reduced to individual security”* (Buzan, 1991: 54).

Militares Nacionais: Solução Racional para a Defesa

As FA nacionais concretizam o modelo de provisão e produção pelo Estado do bem público-segurança face a ameaças externas (defesa nacional ou segurança externa), com integração vertical (unidade de produção e de direção: quem produz está hierarquicamente subordinado a quem dirige, dentro da mesma organização). É um modelo que se foi construindo, é racional e é económico. Por isso, é quase universal entre os Estados soberanos.

Profissionalização

Depois de a guerra ter começado pelo combate corpo a corpo, no qual era essencial a bravura e a capacidade físicas, a necessidade de empregar muitos combatentes, com funções específicas, nas operações militares, exigiu a divisão do trabalho, para explorar economias de escala e vantagens comparativas (Krugman, Obstfeld, 1997: 13-35) da especialização, e levou à profissionalização (Rapoport, 1974: 21) dos combatentes (parcial, se houver conscritos). Acrescem, por um lado, as necessidades de formação, que a evolução tecnológica vem exigindo; e, por outro, de coordenação e comando, para reunir grandes números de pessoas, aprofundar técnicas e aumentar a eficácia e a eficiência das atividades bélicas (operações militares).

Necessidade de Integração Vertical

A profissionalização, a coordenação e o comando foram apontando a integração vertical em alternativa à prestação descentralizada de serviços individuais, a norma nas empresas. A aquisição no mercado de produtos acabados (*off-the-shelf*) ou caso-a-caso por contratualização (*outsourcing* ou *contracting-out*) obriga a realizar

contratos que acarretam custos de transação – custos de colocação ou obtenção dos produtos no mercado (Coase, 1960: 6) – e custos de agência – custos de acompanhamento, inspeção e solução de conflitos sobre os contratos. A eficiência na afetação de recursos determina que, para serem adequados, os contratos têm de ser completos – explicitar com clareza os resultados a obter, que controles e limites a observar, e os prêmios e penalidades; terão de ser, por isso, muitíssimo pormenorizados – e têm de ser à medida do cliente – específicos para cada missão, não sendo viável explorar economias de escala que possam advir da uniformidade de missões ou de contratos – porque as operações militares são:

- 1) Específicas. As operações militares são únicas e irrepetíveis, pois dependem da interação com outra entidade autónoma, num único trinómio espaço-tempo-inimigo, e cujo desfecho é sempre impossível de prever com certeza.
- 2) Complexas. Está em causa a aplicação da violência sobre pessoas; a proporcionalidade e as exceções têm de ser previstas, e todas elas são sensíveis às circunstâncias e às culturas.
- 3) Superiormente valiosas. Está em causa a sobrevivência duma comunidade. Mas também o eventual prestador arrisca a sua vida; não há muitas pessoas com essa disponibilidade, pois a morte torna inútil a remuneração terrena esperada por quem luta por outros. Além disso, quem procura está vulnerável, e aceitará pagar muito, em território e riquezas naturais, ou perda de autonomia política.

A maior parte dos custos de transação da contratação externa de operações militares dever-se-á à negociação de contratos. Esta envolverá discussões entre as partes, complexas, difíceis e longas. É de prever que os custos de transação totais excedam a soma dos custos individuais dos contratos em separado, porque as organizações que os têm de negociar e fiscalizar são mais complexas e mais difíceis de coordenar, logo mais caras, devido à “Lei dos Grandes Números” (Barbosa, 1997: 31-41). O mesmo sucede com os custos de agência totais, devido ao risco moral, ou *moral hazard* (Mateus, Mateus, 2002: 655), na forma de oportunismo pós-contratual: os contratantes podem vir a assumir uma postura covarde, para aumentar a duração do contrato (Machiavelli, 1996: 77). Por isso, embora a concorrência entre fornecedores (se existir) possa limitar os preços, os custos de agência podem não baixar: com as operações em curso e o contrato em execução é difícil mudar de fornecedor. Para que este não abuse dessa vantagem é preciso fiscalizar apertadamente as suas atividades, o que tem elevados custos. Todos os custos da produção descentralizada de operações comparam-se com os custos da produção interna, sobre um período longo.

Por tudo isto, é muito oneroso e difícil, se for viável, conceber previamente bons contratos. E mesmo que se concebam, a fiscalização pouco se distingue da realização das operações pelo cliente-contratante, que é o que este visa evitar.

Forças Armadas Nacionais

Para baixar os custos de transação e de agência há que reduzir o número de contratos: só um contrato com só um fornecedor (*prime contractor*), que será responsável por subcontratar e integrar os vários serviços especializados: “(...) *although production could be carried out in a completely decentralized way by means of contracts between individuals, the fact that it costs something to enter into these transactions means that (organizations) will emerge to organize what would otherwise be market transactions whenever their costs were less than the costs of carrying out the transactions through the market. The limit to the size of the (organization) is set where its costs of organizing a transaction become equal to the cost of carrying it out through the market.*” (Coase, 1960: 6). Quando, como na defesa, existem ativos humanos específicos, valores superiores e incerteza, são vitais a unidade e o poder de direção – faculdade, inerente às funções de chefia, de o superior dar ordens e instruções, em matéria de serviço, ao subalterno (Amaral, 2000: 641-642). A maior qualificação das pessoas pode permitir realizar atividades mais complexas e com maior autonomia; mas tem sempre de existir quem centralize as informações, considere os impactos das atividades, atualize os objetivos, reduza a incerteza de quem executa e assuma a responsabilidade pelos resultados, perante o nível superior de decisão e, em última análise, perante o povo: “*Precisely because there will be so much ambiguity, so much flexibility, so many variations, far more clarity will be needed in respect to mission, values and strategy; in balancing long-range and short-range goals; in defining results. Above all, absolute clarity will be needed as to who makes ultimate decisions and who is in command in a crisis.*” (Drucker, 1997: 4).

Como se mostrou, deve custar mais (em sentido lato) remunerar terceiros pela produção da sua defesa do que ter FA nacionais (profissionais; ou profissionais e conscritos); por isso, a maioria dos Estados concluem que a provisão da defesa nacional, pública e por nacionais, é mais económica. Ou seja, a produção descentralizada e gerida por contratos caso a caso não é a forma mais racional nem económica de obter segurança externa – exceto, cada vez mais, enquanto aos bens materiais e alguns serviços intermédios.

Este modelo foi sendo adotado e sedimentou-se com o patriotismo ou nacionalismo, que emergiu da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688) e, sobretudo, da Revolução Francesa (1789), e que as Guerras Napoleónicas difundiram (1793-1814), ao politizar e difundir causas entre as populações (Herz, 1951: 68). Daí emergiu o direito e o dever de todos e cada um dos cidadãos de defender a sua pátria, a sua nação, o seu Estado, o seu bem-comum; é a nação em armas, que assenta no recrutamento obrigatório e na exclusão de estrangeiros das suas FA, pois ante ameaças à segurança de um país – ou santuário – devem ser, por direito e por dever, os respetivos cidadãos a tratar da sua defesa. Com a nação em armas passou a poder recrutar-se em massa, com baixo custo para os governos – paga-se menos aos cons-

critos do que aos profissionais, gasta-se menos com uma lei a impor a conscrição do que a colocar as FA em competição no mercado de emprego, e reduz-se a incerteza –, viabilizando o modelo das FA nacionais: “Above all, because the French soldier was not a product of many years of arduous training designed to inhibit his natural reactions, he was more expendable. Bonaparte’s armies could be continually and quickly replenished. Bonaparte was defeated when the patriotic fervour of other populaces was awakened and turned against him, (...)” (Rapoport, 1974: 218). E serviu bem as necessidades e os objetivos das guerras do século XX (Primeira e Segunda Guerras Mundiais e Guerra Fria) e da guerra total em geral, na qual todos os cidadãos, e não só os militares, devem combater pela pátria.

Numa democracia representativa, o povo, de quem deriva a legitimidade para a atuação das FA, como entidade unitária nacional, delega nos órgãos de soberania a responsabilidade e o poder de as organizar e dirigir, para que elas o defendam de ameaças externas e lhe deem segurança. É raro, mas não inédito, que um governo confie a segurança à produção externa ou descentralizada.

Limites das Forças Armadas Nacionais

Apesar de constituírem uma solução racional para um problema perene, as FA nacionais têm limites, em parte porque o problema mudou. Assim, o fim da Guerra Fria instalou em quase todos os países ricos a sensação de ausência de ameaças que justifiquem elevadas despesas com, ou até a existência de, FA; por isso, é fraca a vontade de as empenhar em missões expedicionárias, onerosas e muito arriscadas. Acrescem os seguintes factos:

- 1) A eficácia e a eficiência das FA dependem de sistemas sofisticados e de pessoal treinado e muito especializado, difíceis (e dispendiosos) de mobilizar para fora do território nacional; e têm usos alternativos (como escolas e hospitais) que muitos preferem.
- 2) As FA estão hoje muito dependentes de bens e serviços adquiridos no mercado, por vezes externo, alguns dos quais são críticos para cumprir as suas missões (como os combustíveis, as armas e os alimentos), o que as torna também parcialmente vulneráveis.
- 3) A conscrição tem sido abandonada quando parecem afastados cenários de guerra total (Hobsbawn, 2007: 29, 40-41, 93-94); ela custa à sociedade, que precisa de muitos jovens produtivos e a pagar impostos (Warner, Asch, 1995: 373-379; Paulo, 2003); os povos não aceitam recorrer à nação em armas, sem ser por uma ameaça existencial, que só se concebe em casos especiais (por exemplo, Israel).
- 4) Estão tipicamente vocacionadas e treinadas para destruir e ocupar espaços, mas não para o diálogo nem a recolha de provas, muitas vezes essenciais nas modernas missões de paz.

Polícias Nacionais: Solução Racional para a Criminalidade

Os debates sobre ética e técnica e sobre a privatização da segurança estão mais desenvolvidos na segurança interna. De resto, muitas empresas militares também prestam serviços de segurança interna e vice-versa; assim, é artificial a separação dos dois mercados. Por estas razões, num estudo sobre empresas militares, é conveniente atender ao que se passa na segurança interna, e que lições dela se podem extrair, apesar das significativas diferenças entre segurança interna e externa.

A natureza da segurança interna é descentralizada, e isso distingue-a da defesa. Há dimensões coletivas na ordem pública, mas a segurança interna tem mormente a ver com todos e cada um dos cidadãos e a sua propriedade: “(...) *the state alone is not, and cannot be, responsible for preventing and controlling crime. Everyone has to recognize that they have their own responsibility in reducing crime opportunities and increasing informal control; (...)*” (Van Buuren, 2010: 174). A segurança interna não é um bem público comparável à defesa: o uso da força contra as pessoas e a propriedade é fácil ou mais fácil do que contra o Estado (Jones, Newburn, 2002: 133-134; Claassen, 2009); assim, o esforço individual para cuidar da sua segurança, incluindo pelo recurso a privados, sempre foi maior (Van Buuren, 2010: 167-177). Na segurança interna, a questão sempre esteve em definir as condições em que é legítimo (e tolerável) o – eventualmente necessário e, crucialmente, apenas às FSS legalmente confiado – uso da força, ou a dissuasão, por ameaça do seu uso (Loader, Walker, 2001). Mas se a segurança privada pode ser mais eficaz, ela pode criar mais insegurança: “(...) *the police were not established to catch scoundrels and put down riots – which citizens may be able to do more quickly and efficiently themselves – but rather for the fear of abuse of power, arbitrariness, disproportionality, bias, discrimination, and conflict of interest. (...) society originally set up organized police and justice systems not to catch criminals and reduce crime but to do so less emotionally, less prejudicially, more decently, and with fewer vested interests than citizens.*” (Kolthoff, 2010: 42).

Por isso, enquanto as FA nacionais são o modelo quase universal para a defesa, na segurança interna domina a diversidade de modelos organizativos em distintos Estados que, em comum, pouco mais têm do que a autoridade do Estado, o recrutamento só entre os seus nacionais, e uma grande presença e diversidade de privados em funções de segurança, articulados ou não com as polícias: “(*Policing*) *is no longer carried out exclusively by governments. Indeed, it is an open question as to whether governments are even the primary providers. Gradually, almost imperceptibly, policing has been ‘multilateralized’: a host of nongovernmental groups have assumed responsibility for their own protection, and a host of nongovernmental agencies have undertaken to provide security services.*” (Bayley e Shearing, 1996: 585; 2001: 1). Em quase todos os países há firmas privadas a proteger infraestruturas e o comércio, a proteger pessoas e a transportar valores; situação que é aceite há muito.

Muitas vezes, estas empresas articulam-se com as polícias, com interdependência, sendo a autoridade (quase) substituída por modelos inovadores de governação em rede. Na defesa também há uma evolução para uma governação em rede, como se verá.

Uso da Força no Exterior por Privados

Falar em segurança por privados significa para muitos a transformação da segurança numa mercadoria que é transacionada em mercados; é em parte assim: este mercado atingiu em 2006 um montante de receitas de US\$100 mil milhões; estima-se que tenham sido US\$160 mil milhões em 2010, com crescimentos de 8% por ano; mas nem tudo envolve o uso da força (Spear, 2006: 11; Van Buuren, 2010: 165-168).

Alternativas às Forças Armadas Nacionais

Hoje, há duas exceções à produção da defesa por FA nacionais:

1) A subcontratação a um Estado estrangeiro ou islandização e as alianças militares. Nestes casos, um Estado, sem perder a sua soberania, contrata com, ou alia-se a, outro/s Estado/s com valores civilizacionais e culturais afins, que assegurem uma relação boa e duradoura.

2) A produção por privados, incluindo mercenários e empresas militares.

Nos dois os casos, a provisão pública foi separada da produção privada, pois, neste contexto, um estrangeiro não visa os fins comuns e gerais do Estado beneficiário. Esta separação era a norma antes de Westphalia, e não é consensual (Silverstein, 1997; Wrigley, 1999; Markusen, 2003; Leander, 2002; ICIJ, 2002a; ICIJ, 2002b; Held, McGrew, 2007; Kowalski, 2009; Pattison, 2010; Prado, 2010). A separação pode dever-se, por exemplo, à desagregação das FA, e a só haver privados para pacificar espaços onde governos estrangeiros não queiram intervir; ou ainda, cada vez mais frequente e típico de Estados ricos, por falta de militares para determinadas missões nas fronteiras de segurança, bem longe das fronteiras físicas, porque as suas populações não acham que existam ameaças diretas e, assim, não se justifica gastar dinheiro ou perder vidas dos seus concidadãos nessas missões.

Mercenários

Um mercenário é uma pessoa que se ocupa de atividades bélicas, por contrato remunerado (por exemplo, na exploração de minas) fora do seu Estado; é um *free lancer ad-hoc* (Chatterjee, 1997; Douglas, 1999: 175-200; Cilliers, Fraser, 1999; Chapleau, 2006: 7). O recurso a mercenários para fazer a guerra era a norma desde o Antigo Egipto até Westphalia (Schelling, 1966; Fawcett, 1999; Davis, 2000; Singer, 2003). São famosos a Guarda Suíça e os *condottiere* das Repúblicas Italianas contemporâneas de Machiavelli⁷.

7 O direito internacional não considera mercenários os *Gurkha* nepaleses e os estrangeiros das le-

O seu recente mau nome deve-se sobretudo às ações de alguns mercenários, nos anos 1960-70, de apoio a ditaduras e contra a autodeterminação de povos, e até contra as FA dos seus países; destacaram-se o irlandês Mad Mike Hoare, o belga Christian Tavernier, o francês Bob Denard, e vários sérvios em guerras civis e golpes de estado em África (Ballesteros, 1998; Davis, 2000: 182; Kelly, 2000b; O'Brien, 2002: 3-8; The Economist, 2002). O fim da Guerra Fria trouxe a profissionalização das FA e reduções de centenas de milhares de militares, sobretudo no leste europeu; muitos tornaram-se mercenários ou integraram empresas de segurança ou militares.

Importa recordar que Machiavelli defendeu o modelo de FA nacionais no século XVI: "(...) um principado ou uma república devem ter as suas milícias próprias; que, num principado, o príncipe deve dirigir as milícias em pessoa e exercer o cargo de comandante; e nas repúblicas, um cidadão (...)" (Machiavelli, 1996: 78). E criticou a produção privada da guerra, pelos custos (o treino e manutenção eram caros e fraca coleta de impostos) e porque os mercenários não lhe mereciam confiança, concluindo: "Não há nada melhor para conservar – se se quer conservar – uma cidade acostumada a viver livre do que fazer com que seja governada pelos seus próprios cidadãos." E acrescentou: "As (tropas) mercenárias e auxiliares (aliados) são inúteis e perigosas; e o príncipe cujo governo descansa em soldados mercenários não estará nunca seguro nem tranquilo, porque estão desunidos, porque são ambiciosos, desleais, valentes entre os amigos, mas cobardes quando se encontram frente aos inimigos; por que não têm disciplina (...); (...) não têm outro amor nem outro motivo que os leve à batalha que o pagamento do príncipe, o qual, pelo seu lado, não é suficiente para que desejem morrer por ele." E mais à frente: "Estas tropas (dos aliados) podem ser úteis e boas para os seus senhores, mas para quem as chama são quase sempre funestas; posto que, se perdem, ficam derrotados, e se ganham, ficam seus prisioneiros. (...) Conclui-se daqui que todo aquele que não queira vencer não tem mais do que servir-se dessas tropas, muitíssimo mais perigosas do que as mercenárias, porque estão perfeitamente unidas e obedecem cegamente aos seus chefes (...). Por isso, todo o príncipe prudente (...) preferiu perder com as suas (tropas) a vencer com as outras (aliadas) considerando que não é vitória verdadeira a que se obtém com armas alheias." (Machiavelli, 1996: 54-83).

Importa também considerar os relatórios de Enrique Ballesteros, (1998, 1999, 2000 e 2001), relator especial da ONU para a questão da "utilização de mercenários como meio de violar os direitos do Homem e de impedir o direito dos povos à sua autodeterminação", que veio a mudar de posição (Ballesteros, 2003). Em 2005, a Comissão da ONU para os Direitos Humanos concluiu o mandato de Ballesteros e criou um Grupo de Trabalho sobre Empresas de Segurança Privadas, composto por cinco

giões francesa ou espanhola: são membros das FA, respetivamente, do Reino Unido, da França e da Espanha; e são legionários, isto é, não são conscritos, são voluntários e profissionais.

especialistas independentes, um por cada “região geopolítica”, com um mandato de três anos, presidido por José Luís Gomez del Prado (2008).

Empresas Militares

A maior diferença entre mercenários e empresas militares (*private military companies* PMC⁸ ou *private military firms*) é que os mercenários são *free lancers* que se associam para executar um contrato, desfazendo-se o grupo no fim, sem responsabilização; as PMC são empresas, sem duração pré-definida (*ongoing concern*) e, se reguladas, podem ser responsabilizadas: “(...) *customary international law banning the use of mercenaries should not apply to security companies that are hired by legitimate governments or by internationally recognized movements of national liberation for either training or combat support. (...) Security companies cannot be considered ‘mercenaries’ because their activities have not challenged the sovereignty of states or the right of populations to self-determination. Instead, security companies have restricted their contracts solely to work for legitimate regimes or organizations. The laws banning mercenaries do not apply to these companies when they are employed in such a capacity.*” (Zarate, 1998: 81).

As PMC respondem a uma procura mais vasta do que os mercenários, pois oferecem soluções mais completas: há Estados que as contratam em vez das FA nacionais, em determinadas missões além da segurança externa, dentro ou fora do seu território, disponham de FA nacionais ou não: “(...) *the security companies market has developed because there is a need for such services in the world. Security companies provide valuable services in restoring order and preventing internal conflicts from becoming international in scope in countries often ignored by the rest of the world.*” (Zarate, 1998: 152). Até a Comissão Europeia está a financiar estudos sobre os mercados da segurança, a qual designou de “mercadoria” (ESRIF, 2009; Van Buuren, 2010: 166; ECORYS, 2011). As PMC e os mercados de segurança, interna e externa, são uma realidade antiga e em crescimento, com bastante suporte de literatura mediática, técnica e científica: “(...) *An overall global pattern is emerging, one of growing reliance by individuals, corporations, states, and international organizations on military services supplied not just by public institutions but also by the non-sovereign private market. (...) The emergence of a privatized military industry may well represent the new business face of warfare.*” (Singer, 2003: 1⁹).

-
- 8 Também se chamam *Private Military and Security Companies* (PMSC). Distinguem-se das *Private Security Companies* (PSC) que se dedicam só à segurança interna. Muitas PMC e PSC têm alargado o seu âmbito de atuação, combinando ações internas e externas, pelo que PMSC dá uma ideia mais rigorosa da sua natureza.
- 9 No mesmo sentido, ver: Micklethwait, 1982; Isenberg, 1997; Harker, 1998; Keegan, 1998; Shearer, 1998; Zarate, 1998; Brauer, 1999; Isenberg, 1999; Fabricius, 2000; Forsyth, 2000; Isenberg, 2000; Lilly, 2000b; Marguin, 2000; Mbogo, 2000; Schulhofer-Wohl, 2000; M. dos Santos, 2001; Creehan, 2002; HC, 2002; Selber, Jobarteh. 2002; Smith, 2002; Ballesteros, 2003; Bourge, 2003; Fidler, Catán, 2003; Sidos, 2003.

A procura de serviços privados (incluindo militares do próprio país que deixaram o serviço ativo) pelos Estados visa satisfazer tarefas de fraca ou moderada intensidade do uso da força, como as seguintes, ou alguma combinação delas:

- 1) A defesa perante agressão externa ou de um governo legítimo, quando as FA nacionais não estão capazes de o fazer. Foi o caso do contrato de Angola com a *Executive Outcomes* (Deen, 1997; HC, 2002: 8; Hasham, 2003) e do contrato da Papua-Nova Guiné com a *Sandline International* (Spicer, 1999; Mbogo, 2001), para derrotar forças insurretas: “UN intervention in Angola cost \$1 million a day –\$365 million in one year– and achieved absolutely nothing. The South African PMC, Executive Outcomes, charged the Angola government \$80 million over two years and got UNITA to the conference table, putting an end to the war in a matter of months.” (Spicer, 1999: 23). E ainda: “Executive Outcome’s total fee for the nineteen months it was in Sierra Leone was \$35 million against more than \$600m for the current number of troops (of ECOMOG).” (Shearer, 2001).
- 2) A pacificação de conflitos externos, onde os Estados pacificadores:
 - a) Demorariam demasiado a colocar as FA nacionais prontas a atuar no terreno.
 - b) Querem uma intervenção discreta (Zarate, 1998: 75) sem ver as suas FA ou o seu Estado diretamente envolvidos (Adams, 1999: 115; Singer, 2003: 231), talvez por os objetivos desejados não darem boa imagem.
 - c) Onde se julgue que as FA podem ser vistas como ameaça e não haja FSS suficientes. A desproporção do emprego de militares pode induzir um dilema de segurança local: os locais podem sentir que as FA, pelas suas capacidades e por serem estrangeiros, são ocupantes e uma ameaça, e podem reagir contra elas (Bronson, 2002).
 - d) Não querem sofrer baixas militares: “The world’s political leaders are afraid of political or military involvement in the world’s endemic conflicts because they don’t want the body bags coming home as in Vietnam or, more recently, Somalia, or because they don’t want to take risks or to be blamed if matters go awry, or, rather less creditably, because they simply want to be popular and garner votes at home.” (Spicer, 1999: 16).
 - e) Querem gastar menos do que gastariam com as suas FA. A preparação, a mobilização, o apoio logístico tornam as FA muito capital-intensivas e, por isso, muito onerosas em missões de fraca e média intensidade de violência.
- 3) Prevenir a erupção da violência entre partes em conflito, onde eles pareçam iminentes. Não custa demonstrar que é economicamente mais eficiente e socialmente menos polémico resolver um conflito antes de ele deflagrar (Brown, Rosecrance, 1999: 221-226).
- 4) A conceção e criação de organismos militares.

- 5) A formação e o treino de operações militares. Por exemplo, o apoio dado pelos EUA no treino das FA croatas foi canalizado através da empresa *Military Professional Resources Incorporated* (MPRI) (Kelly, 2000a).
- 6) Missões humanitárias (por exemplo, a proteção de comboios de alimentos ou de pessoal em risco) em Estados falhados (Barber, 1999: 36; Gaultier *et al.*, 2001; IA, 2001a; IA, 2001b; Vaux *et al.*, 2001: 11-29).

As PMC também servem clientes particulares, em missões privadas e de apoio humanitário: “*Virtually every major international aid organization now employs its own shadow professionals to organize security and logistics. While the advertising and fund-raising pitch may focus on the noble, neutral, and peaceful efforts of the aid groups in zones of conflict, the reality on the ground is much different. (...) In Somalia, Rwanda, the Sudan, Ethiopia, and numerous other African states, aid organizations must hire armed guards to defend them both while out in the communities and in their base camps.*” (Davis, 2000: 179-180; Leander, 2003: 4). Ou para garantir a segurança de trabalhadores e instalações de exploração mineira e de petróleo (Lilly, 2000a; Singer, 2001; O’Brien, 2002: 8).

Têm sido criadas várias PMC para satisfazer esta procura diversificada (Fawcett *ed.*, 1999; Avant, 2001; Berndtsson, 2001: 11-13; Brooks, 2002b: 3; Avant, 2005); muitas articulam-se com os Estados e a interdependência sugere a formação duma rede, como quase agências públicas, como já ocorre com FSS e empresas de segurança (Zarate, 1998: 116).

Aponta-se falta de regulação, interna e internacional, e defende-se que as PMC devem ser integradas num mercado legal (Lewis, 1998; Lilly, 1998; Sheppard, 1998; SI, 1998a; SI, 1998b; Zarate, 1998; Adams, 1999; Brooks, 2002a; Brooks, 2002b; Lilly, 2002; Smith, 2002; Krahnemann, 2003). Muitos defendem que as PMC, bem reguladas respondem a um problema sentido por muitos Estados (Zarate, 1998: 146; Davis, 2000: 182-188; Cummins, 2002:7-8). O reconhecimento da existência e utilidade das PMC revela-se através de:

- 1) O *Montreux Document*¹⁰ é um regime internacional (Krasner, 1982: 1) criado por iniciativa conjunta da Suíça e da Cruz Vermelha, hoje assinado por 38 Estados; nele se descreve o Direito Internacional Humanitário que se aplica às PMC, no contexto de conflitos armados; inclui uma lista de boas práticas, que visam apoiar os Estados a cumprir as suas obrigações à luz do direito internacional no direito interno.

10 *Montreux Document on Pertinent International Legal Obligations and Good Practices for States Related to Operations of Private Military and Security Companies during Armed Conflict*, assinado por 17 Estados em 17-Set-2008. Ver http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/icrc_002_0996.pdf.

2) O *International Code of Conduct for Private Security Service Providers*¹¹ (ICoC), que 58 empresas, incluindo PMC, assinaram em 2010, e já subscrito por 266 (01-Dez-2011). Este regime internacional estabeleceu padrões mínimos para toda a indústria de segurança privada; ter a Suíça como patrocinador é um fator de credibilidade. A sua relevância, a par do *Montreux Document*, patrocinado pelas mesmas entidades, resulta de já numerosos governos terem decidido que só contratam a prestação de serviços de segurança a empresas que subscrevem o ICoC.

Ética e Segurança Privada

Vai agora explicar-se a resposta à pergunta do título, “Segurança: técnica ou ética?”, que se tornou atual com o aumento de privados a prestar serviços de segurança a Estados. A legitimidade e a fundamentação eram consensuais, quando só as FA nacionais e as FSS atuavam neste domínio: elas produziam no Estado o bem público ‘segurança’, segundo códigos morais de serviço público. A mudança operou-se em dois aspetos: reconhecem-se agora méritos na produção de segurança por privados, mantendo-se a provisão pública; e prefere-se a empresa ao modelo *ad-hoc* dos mercenários (Abrahamsen, Williams, 2009: 6-12). Mas perdeu-se o consenso: “(...) *privatized security highlights a clash between some basic deeply-held values. There are tensions between the goals of security and profit, revolving around both (1) whether regime perpetuation or revenue maximization should take precedence and (2) whether coercive force should be a market commodity or a prerogative of the state.*” (Mandel, 2000: 147).

Ao pôr em causa um consenso interiorizado, esta mudança obriga a fazer uma análise ética para determinar se ela é integrável nos códigos morais vigentes; se for, será só uma questão técnica. Ou se é preciso refundá-los; se for, é uma questão cultural e ética; e então a sociedade tem de decidir se aceita essa refundação. Esta questão está excluída do âmbito deste estudo.

No discurso corrente e mediático, ética e moral são quase sinónimos, e significam “íntegro” e “bom”; usa-se pouco “moral”, pelas conotações do termo (Kolthoff, 2010: 40). A ética quer dizer o que se deve, ou não se deve, fazer; e a técnica, como se deve, ou não se deve, fazer.

Segurança Privada: Racionalidade da Mudança

A segurança privada era a norma até há poucos séculos; voltou a crescer nos anos 1950, internamente; e com o fim da Guerra Fria, no plano externo. A segurança é uma questão de poder e sempre fez parte da política: “*security is a political matter par*

11 *International Code of Conduct for Private Security Service Providers*, assinado por 58 empresas em 09-Nov-2010. Ver http://www.icoc-psp.org/uploads/INTERNATIONAL_CODE_OF_CONDUCT_Final_without_Company_Names.pdf.

excellence” (Van Buuren, 2010: 181). Por isso, este contexto não pode ser ignorado, nem as ligações ao direito e à ética.

Racionalidade Interna

As pessoas tratam de resolver os seus problemas dos modos que creem ser os melhores, dados os constrangimentos e a informação que possuem (racionalidade). E recorrem-se de uma capacidade infinita de imaginar e conceber soluções para os seus problemas, que podem não ser consensuais. A transação voluntária entre quem procura (necessita) e quem vende (tem excedente de capacidades) pode merecer a oposição dos demais, individual ou coletivamente, mas raramente é fácil impedir os interessados se estiverem decididos; é fácil constatar que eles podem deslocar-se, e deslocam-se, para uma jurisdição onde seja aceite essa transação, ou operar na clandestinidade.

As PMC são uma solução para as tarefas a elas referidas e listadas anteriormente. Admitir a privatização deve-se em parte à evolução do *welfare state*: os impostos necessários para o manter, quando os povos não sentem ameaças próximas, tendem a excluir o empenho de pessoas e dinheiro em missões militares. As pessoas não hesitam em preferir empenhar os seus (sempre) escassos recursos na educação, saúde e pensões, do que em missões militares, cujos benefícios são mediatos, distantes e menos do que óbvios. Muitos nos países ricos chocam-se com as desgraças que ocorrem em Estados falhados ou em guerra civil que veem nas televisões, e exigem que “alguém faça algo”; mas não têm vontade de atuar, se os custos de oportunidade obrigarem a cortar o *welfare state* e baixas entre os seus militares. Não é fácil para os dirigentes eleitos das democracias representativas saber o que fazer: mas a fazer algo terá de ser pouco dispendioso e sem baixas entre os nacionais. As PMC oferecem aos governos a possibilidade de dividir o trabalho estratégico: manter nacionalizada a defesa do santuário e privatizar a paz nas fronteiras de segurança (L. Santos, 2001: 104, 141-156; Peres, 2006).

Entregar a defesa do santuário a aliados pode trazer custos no longo prazo, pois quem defende um Estado pode apoiar um vizinho depois, e passar-lhe informação vital que coloque o primeiro em risco. Por outro lado, como não terão emoções patrióticas ou nacionalistas, as PMC (desde que bem reguladas e o seu pessoal bem recrutado) podem usar a força mais comedida e proporcionalmente.

Política Internacional

É consensual que, desde o fim da Guerra Fria, baixaram muito as probabilidades de voltar a haver uma guerra total (menos ainda nuclear), exceto em regiões bem definidas (como a Caxemira ou a Palestina); logo, as FA nacionais, que serviram esse modelo, estão desatualizadas. Hoje, as missões realizam-se nas fronteiras de segurança (em Estados falhados e terrorismo, para imposição e manutenção da paz, e

edificação de Estados), longe do santuário (que pode dispensar a defesa direta), por forças expedicionárias, que poderão recordar as forças imperiais (substituídas pelas FA nacionais), e quase sempre com explícita fundamentação moral (Verweij, 2010: 136).

Os Estados podem julgar justas e moralmente bem fundadas as suas decisões de enviar forças expedicionárias, para pacificar e edificar Estados; mas os nativos podem ter códigos morais distintos dos das forças internacionais, e desconfiar que estas visam a ocupação, o que dificultará muito a sua missão. As PMC, de aspeto mais ligeiro e com menor bagagem moral, podem não ser tão mal recebidas e, por isso, ser mais eficazes (Bures, 2005; Magalhães, 2005; Paulo, 2005; Al-Fattal, 2007). O êxito do *Montreux Document*, que deve muito ao empenho da Suíça e da Cruz Vermelha, cuja marca é a neutralidade, confere legitimidade ao emprego de PMC; e sugere que a regulação e os procedimentos concentrar-se-ão nos aspetos técnicos da execução. Além disso, como empresas, as PMC têm menos meios de fugir à revelação de informação do que têm os Estados e as suas FA. Por estas razões, a responsabilização das PMC pode ser cada vez menos um problema – tendo presente que haverá sempre desagradáveis exceções.

Causará surpresa o empenho da Comissão Europeia nos mercados de segurança, que incluem a prestação de serviços militares. Poderá ser por inclinação ideológica, “neoliberal” para alguns; ou ser mais prosaica: o empenho nestes mercados será um passo subtil para revogar as derrogações das indústrias e mercados de defesa ao Mercado Único e à jurisdição das Comunidades (e da Comissão Europeia), fechando uma exceção ao controlo comunitário e avançando o processo de integração.

Apesar de os Estados terem cada vez mais de trabalhar em conjunto, pois as missões exigem recursos e empenho acima do que cada um dispõe (Held, McGrew, 2007: 59), muitos Estados têm reservas quanto ao emprego de PMC, ou mais reservas do que os EUA e o Reino Unido, o que cria dificuldades adicionais de coordenação nas operações, nem sempre fáceis entre FA nacionais.

Segurança Privada: a Análise

Ideologias

A avaliação vai ser feita segundo três grandes perspetivas ideológicas, que se espelham em escolas das Relações Internacionais, e que representam o essencial do pensamento na matéria: as esquerdas das escolas construtivistas e dos estudos para a paz (de inspiração marxista); as direitas conservadoras, espelhadas no realismo nacionalista; e o liberalismo.

As ideologias conservadoras de direita opõem-se às PMC, pois tornam o sistema internacional instável, ao introduzir novos sujeitos, cujos motivos são menos nobres do que os dos Estados (A. Moreira, 2009). Não são pacifistas, nem são contra

o privado, mas concordam com várias esquerdas em que a segurança é um dever de todos os cidadãos e o Estado não pode ficar à mercê de privados. O Realismo admitirá o recurso a mercenários para realizar certos fins limitados e necessários no exterior, como instrumento e expressão do poder nacional; mas internamente, não.

A oposição do Marxismo ao lucro e ao privado é consistente com a preferência explícita dos marxistas pelo Estado: “(...) *nosotros, los del ‘Ordine Nuovo’ somos adoradores del Estado, queremos al Estado ab aeterno (...). La concurrencia es la enemiga mas acérrima del Estado.*” (Gramsci, 1919). Não custa prever a aversão das esquerdas de inspiração marxista à produção privada de bens públicos e à segurança privada em especial (Olsson, 2004: 13). São pacifistas e creem que a privatização facilita o uso da força; apoiam-se numa citação atribuída a Cícero: “*Inter arma silent legis*” (durante a guerra as leis estão em silêncio); e suscitam a questão: “*How can a person be trained to kill and likewise be trained to act in a morally responsible way?*” (Verweij, 2010: 121; Horn, 2011). Culpam o “neoliberalismo”, iniciado nos anos 1980 e que visará eliminar os bens e serviços públicos, pelo crescimento da segurança privada (Olsson, 2004: 17; Held, McGrew, 2007: 186-189; Abrahamsen, Williams, 2009: 10-12). Atribuem ao serviço público e ao Estado valores simbólicos e morais, que negam ao setor privado: o público é bom, e o privado é, pelo menos, duvidoso; e o que o privado ganha é à custa do Estado, num jogo de soma zero (Loader, Walker, 2001). Estas posições, com muito eco nos *media*, desvalorizam a eficácia do fim lucrativo e da concorrência, instrumentais na motivação das pessoas, eficiente afetação de recursos e crescimento económico. A insustentabilidade do *welfare state*, talvez a única política coletivista que sobreviveu ao colapso do marxismo, não convenceu estas esquerdas a admitir a privatização da segurança, no plano normativo; mas reconhecem a sua existência e passaram a pugnar pela regulação das PMC (Leander, 2005, 2006; Fitzsimmons, 2009; Kowalski, 2009).

As posições conservadoras, opostas no espectro ideológico, rejeitam as considerações económicas; o seu discurso é moral: defendem que a segurança não é técnica, é política e ética (ou seja, moral).

O modelo das PMC é bem aceite entre os liberais (e os pragmáticos); ambos reconhecem que o Estado e as FA nacionais não conseguem responder à diversidade de solicitações atuais, que se colocam nas fronteiras de segurança, muito para lá das fronteiras físicas. Para os liberais, esta opção é mais técnica do que moral. Não ignoram as questões éticas, mas confiam que elas se resolvem com adequada regulação, limites precisos de atuação, regras de responsabilização e exigências de integridade. Tentam que as PMC adotem a formação das suas FA nacionais; o modo mais eficaz e eficiente de o conseguirem é tolerando, ou até facilitando, a translação de militares que queiram sair das FA para as PMC, e depois manter uma relação próxima entre ambas.

A preferência das populações dos países ricos pelo *welfare state* obriga os pragmáticos e os liberais a admitir as PMC, procurando corrigir os seus defeitos: “*The emerging private security field and hybrid security practices are therefore not the result of an unwanted alien invasion, but are part of a desired political, social and economic order.*” (Van Buuren, 2010: 181).

Com fracos recursos financeiros e fraca vontade coletiva para suportar as capacidades mais onerosas, os países ricos só podem concretizar no terreno as suas declarações bem-intencionadas, e afirmar o seu poder económico, com recurso a PMC. Em casos controversos, as PMC podem até realizar ações que as FA nacionais dificilmente efetuariam, como já sucede com as FSS: “(...) *there exist structural pressures, perhaps ones that can never be measured satisfactorily, of delegating some ‘dirty work’¹² to the private police.*” (Joh, 2004: 124). Isto é o *hydraulic principle*, por aplicar o princípio dos vasos comunicantes (Marx, 1987). Também se aplica o *kite principle*: se as coisas correm mal ou há má imprensa, corta-se a relação entre as PMC e o Estado, e elas ficam sozinhas a resolver o problema (Hoogenboom, 2010: 103). Será moralmente reprovável – até se considerar a alternativa, que pode ser apenas menos má.

As PMC criam riscos consideráveis, mas são a mais eficaz e menos onerosa opção disponível; por isso, são uma solução racional para um problema real dos Estados, que não vai desaparecer no curto prazo. As PMC têm muitos problemas comuns à segurança do Estado; por exemplo, os abusos têm mais a ver com o poder conferido pelas armas, e a formação ética (mais do que técnica) de quem as opera, do que com a natureza da propriedade: “*The ‘banality of evil’ is not reserved for a particular group of people, neither is the barbarization of warfare.*” (Verweij, 2010: 137).

Por tudo isto se vê que os Estados não deixaram de produzir segurança; nem têm menos poder por contratarem PMC; só se transformaram em reguladores: “(...) *the state not only remains an important player in the security field but also ... it is in its own interests to have a flourishing private security market.*” (Van Buuren, 2010: 173, 181-182; Garland, 1996: 454; Abrahamsen, Williams, 2009: 11-12). Esta mudança é técnica e ética (ou, melhor, moral); e a técnica tem fundamento ético, porque a questão não é *quem* mas *como*: “*Both public and private security actors have their dark sides and can be functional alternatives to each other in a political and social order that is organized around risk, control, surveillance and proactive security practices.*” (Van Buuren, 2010: 172).

12 *Dirty work* tem duplo sentido: missões tecnicamente desagradáveis (por exemplo, em locais poluídos e com grande miséria), e eticamente discutíveis (por exemplo, neutralizar criminosos muito violentos).

PMC e Direito da Guerra

O uso da força numa guerra pelas PMC faz-se em nome de um Estado, pelo que é sobre este que recai o ónus de demonstrar a justeza ou a bondade da guerra, o *jus ad bellum*; só a prestação de serviço a Estados é que pode justificar que as PMC usem a força. Por isso, a remuneração das PMC, que não é o fim superior do uso da força, não é necessariamente um motivo que as distingue das FA nacionais; se fosse, as PMC seriam inaceitáveis (Pattison, 2008, 2010). Mas como se viu, é mais fácil para os governos fazerem uso da força por contrato com PMC, do que com as suas FA. Nas PMC recai sim o ónus de cumprirem as normas de *jus in bellum* e *jus post bellum*, também decisivas quanto à justeza do uso da força (Pattison, 2008: 153); a regulação neste âmbito é embrionária, e tem uma componente de avaliação contratual.

A questão nuclear é o estatuto do pessoal das PMC, que pode fazer uso da força, mas não é combatente nem militar, e não está abrangido pelo Direito da Guerra: como civis, não podem ser alvo de militares; mas como fazem uso da força podem ter militares como alvo (civis, não). Esta dualidade é moralmente chocante, e só se resolve se as PMC usarem a força em legítima defesa. Além disso, é difícil defender que o pessoal das PMC não esteja sujeito à lei dos locais onde atua, quando estão a cumprir contratos com outros Estados. Espera-se que a densificação do direito, animada por cada vez mais signatários do *Montreux Document*, crie os necessários dispositivos legais, que tratem com elevação os referidos dilemas morais.

Por fim, é difícil saber como funcionarão os incentivos em cada ação concreta duma PMC; em princípio, pode esperar-se mais eficácia, mais eficiência e menos emoções. Mas como as PMC têm mais incentivos para se concentrarem no objetivo, se este for errado, o resultado pode ser pior.

Ética

Há sempre uma moralidade e um código moral que preside às condutas das pessoas e de todas as organizações; pode ser pobre e hedonista ou egoísta – mas está lá. As condutas das organizações e das pessoas são muitas vezes sincréticas, o que torna difícil de perceber se têm, e qual é, o seu fio condutor ético; ainda assim, é possível decifrar uma moralidade dominante no plano institucional.

Dada a sua oposição às PMC e ao uso da força em geral, o pacifismo não encontra resposta satisfatória à pergunta: “*How can a person be trained to kill and likewise be trained to act in a morally responsible way?*” (Verweij, 2010: 121). A questão tem um pressuposto e uma avaliação implícitos, mas a resposta será: se as pessoas são treinadas para usar a força com proporcionalidade em função do caso concreto não há inconsistência moral nem prática – treino exclusivo para matar ignora a proporcionalidade, logo viola uma regra básica dos Estados de Direito modernos e é condenável nestes Estados. Haverá exemplos disfuncionais, mas eles ficam fora do direito e devem ser estudados para serem incorporados na formação e evitados no futuro.

A oposição às PMC pelas esquerdas de inspiração marxista e pela direita conservadora funda-se na deontologia: as PMC violam os deveres inerentes à natureza nacional e de serviço público do Estado. Os que admitem o emprego regulado das PMC fundam-se numa moralidade utilitarista: procuram a melhor solução para a maioria. Ambas reduzem a autonomia ética do operacional ao mínimo essencial, valorizando sobretudo os deveres perante a comunidade – mais de obediência no primeiro caso, e mais de altruísmo no segundo. A centralidade da reflexão individual nas doutrinas das virtudes não anula o papel da obediência no contexto duma organização ou operação, pela sua natureza teleológica: a obediência não é imperativa – é um meio para um fim.

Importa notar que nenhuma das grandes doutrinas se funda nas doutrinas das virtudes, apesar de estas defenderem que as pessoas são constantemente sujeitos de dilemas éticos. As virtudes só surgem no contexto da formação e atuação operacional; sobretudo o estoicismo, enquanto controlo de extremismos e de paixões, que obriga a suportar infortúnios e prosseguir a missão com empenho.

Este aparente paradoxo dever-se-á ao tipo de raciocínio a que a maioria das pessoas adere com mais dificuldade: a reflexão com vista à decisão entre alternativas, ou vícios no contexto das virtudes apresenta-se como consumidora de esforço e tempo. É mais fácil obedecer a imperativos, como deveres ou preferências pessoais; dirá um cínico, que não custará muito a apresentá-los como maximizando os benefícios do coletivo.

Os militares são cada vez mais chamados a dominar a técnica da operação dos sistemas de armas e a aplicar o direito às situações em que estão envolvidos. Descortinar quais são os extremos dos dilemas éticos e tomar a decisão virtuosa antes de atuar, com base em orientações morais gerais, a aplicar judiciosamente pelo indivíduo operacional, pode ser pedir e esperar muito. No meio da violência, quando a força está a ser usada por ele, e contra ele, e em que a sua vida está em risco, mesmo com muito treino e saber (por exemplo, de ética, de direito e regras de empenhamento definidas politicamente) a reflexão não é fácil. Com a agravante de a conduta legal poder não ser moralmente correta, porque o código moral que subjaz à lei é distinto daquele que o operacional preferirá aplicar no caso concreto; ou porque a previsão legal que o operacional está obrigado a aplicar não contava com o caso concreto. Num navio pode haver tempo para consultar um assessor jurídico ou pedir instruções superiores; mas as operações anfíbias, terrestres e aéreas poucas vezes têm essa opção. Isto aplica-se igualmente a militares e a empregados das PMC.

No caso dos empregados das PMC, sendo elas preferidas sobretudo pela agilidade, e tendo um incentivo pecuniário e uma remuneração material (em princípio, menor no caso das FA nacionais), pode-se esperar que os incentivos dominem as reflexões; por isso, pode suceder que o pessoal das PMC não prime pela sua integridade e possa até ter variações de lealdade a meio das operações, se alguém

lhe pagar melhor. Por outro lado, as PMC são menos dadas aos excessos que resultam do patriotismo e do nacionalismo, com que se motivam os militares das FA nacionais.

Dada a natureza comercial das PMC, a reflexão ética e legal, sobre as normas aplicáveis e à proporcionalidade em particular, seguirá os incentivos positivos e negativos (fiscalização) presentes no caso concreto. Muito exigentes requisitos de preparação técnica e ética aproximam as PMC das FA nacionais, nas despesas e na atuação, diluindo a razão de ser das PMC, exceto nas missões distantes e no *dirty work*. Uma parte das despesas das PMC pode ser (e é) suportada pelos Estados, na formação dos militares que depois dirigem e operam as PMC, continuando nestas aquilo que as FA nacionais e os Estados não podem ou não querem fazer.

Regulação

Existem já vários instrumentos de direito interno e internacional que visam regular a conduta das PMC. Surgiram entretanto regimes que os complementam, e que são embriões de instrumentos de direito internacional a implementar no futuro, como o *Montreux Document* e o ICoC. Mas o que importa aqui é fundamentar moralmente a necessidade de existir regulação.

Como são empresas, as PMC têm uma orientação mais focada nos seus objetivos do que as FA. As empresas usam incentivos materiais para orientar o seu pessoal em determinados sentidos e perseguir certos objetivos; as PMC têm aí uma vantagem sobre as FA. Acresce que as PMC não têm que seguir processos de consultas políticas como os que envolvem as FA. Porém, esses mesmos fatores podem produzir situações perversas e abusos, tal como em tempos se passava com as FA e levou a criar os mecanismos que muitas vezes parecem por vezes só complicar a ação. Mais eficácia e mais eficiência nas operações ajustam-se ao dever legal e moral de usar o melhor possível os recursos dos contribuintes que as financiam; não o fazer pode ser considerado corrupção, com a conseqüente reprovação moral (Huberts, 2010: 191).

Os opositores afirmam que a moral é demasiado flexível nas PMC, o que atribuem à busca do lucro. De facto, o patriotismo (ou nacionalismo) não é a prioridade das PMC; mas podem alinhar-se os incentivos das PMC com os do cliente e minimizar esse problema no contrato. E a natureza empresarial das PMC tornará as ações menos distantes e corporativas do que sucede nas FA (Van Buuren, 2010: 168-174). A experiência que as FSS têm de trabalho com empresas de segurança tem sido eficaz e apreciada por ambas as partes, nos países onde é avaliada: "*Public and private police provide 'functional alternatives' to one another. The 'paradox of private policing' is that private security benefits heavily from heavy public involvement.*" (Joh, 2004: 50). E ainda: "*Rather than existing in opposition to the state, private security companies are in many occasions part of complex security networks that interweave public and private,*

global and local actors that cannot be neatly contained within national boundaries." (Abrahamsen, Williams, 2009: 6).

Todavia, há riscos que não podem ser ignorados e que exigem regulação (pelo Estado); como o risco dos privados obterem, ou usarem mal, armas indesejáveis (Krahmann, 2009: 24). Esse é um problema moral sob qualquer ponto de vista: se o Estado passa a admitir a privados o uso da força torna-se responsável, em parte, pelo mau uso que eles façam dela, por mais limitado que seja, simplesmente porque, ao abdicar do monopólio, abriu espaço à diferença de interpretações. O risco não deve ser elevado em relação às PMC que só operem no exterior. Mas é necessária, e afigura-se viável, a boa regulação da constituição e operação das PMC, dos processos de aquisição de armas e do uso da força: "*Research into private military firms shows that it is possible to weave them into a web of internationally held values; state contracts can provide mechanisms through which to communicate professional norms and practices that reinforce social values.*" (Avant, 2005: 53).

A regulação será viável, mas será sempre complexa; o regulador tem de conhecer o setor e as condutas empresariais e não se deixar capturar pelo regulado (Leander, 2005). Em países com fraca experiência de regulação, é fácil as PMC abusarem do poder que lhes conferem a posse das armas, tal como as FA nacionais abusam de governos fracos. Mas a regulação só amadurece com a prática.

Considerações Finais

A segurança é técnica e ética – e direito, apenas referido de passagem neste trabalho. A boa segurança é aquela cujas boas práticas (técnica) têm uma fundamentação moralmente sólida (ética); devem ser, mas podem nem ser, legais.

As empresas militares não escapam às componentes morais do debate da produção pública *versus* produção privada; mas "*It may be more prudent to speak of the necessity to bring public values, instead of public organizations back into the forefront of security practices.*" (Van Buuren, 2010: 183). As reações conservadoras de oposição à privatização da segurança e das PMC, com base moral, mantêm-se à direita e têm-se esbatido nas escolas mais à esquerda, que, muito depois dos liberais, lhe reconhecem um espaço de atuação, quando o *welfare state* está sob pressão. Nos Estados fracos e falhados, a privatização da defesa pode ser a única opção dos governos no poder, legítimos ou não.

Nos países ricos está em curso uma divisão do trabalho estratégico: a defesa do santuário mantém-se nacionalizada; e privatizam-se as missões nas fronteiras de segurança. Esta pode ser a solução que satisfaz os contribuintes dos países ricos que se chocam com as imagens de desgraça que emergem daquelas fronteiras, veem nas TV e os leva a desejar "que se faça algo" – mas sem que os seus militares morram em Estados lá longe e sem abdicar do seu *welfare state* para os pacificar.

Referências Bibliográficas

- Abrahamsen, Rita; Michael Williams (2009). "Security beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics". *International Political Sociology*, vol. 3, pp. 1-17.
- Adams, Thomas (1999). "The New Mercenaries and the Privatization of Conflict". *Parameters*, Summer, pp. 103-116.
- Al-Fattal, Rouba (2007). "The Privatization of Peace: Private Military Firms, Conflict Resolution and the Future of NATO". *Central European Journal of International Security Studies* nº1, pp. 50-66.
- Amaral, Diogo Freitas do (2000). *Curso de Direito Administrativo – Vol. I*. Coimbra: Almedina.
- Aristoteles (2000). *Nicomachean Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Avant, Deborah (2001). "Selling Security: Post-Cold War Private Security Services in Historical Perspective". *2001 Annual Meeting of the American Political Science Association*, 30 August-2 September.
- Avant, Deborah (2005). *The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security*. Cambridge: University Press.
- Ballesteros, Enrique Bernales (1998). *Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination E/CN.4/1998/31*, 27 January.
- Ballesteros, Enrique Bernales (1999). "International and Regional Instruments". *Wilton Park Conference*, pp. 48-50.
- Ballesteros, Enrique Bernales (2000). *Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination E/CN.4/2000/14*, 21 December 1999.
- Ballesteros, Enrique Bernales (2001). *Rapport sur la question de l'utilisation de mercenaires comme moyen de violer les droits de l'homme et d'empêcher l'exercice du droit des peuples à disposer d'eux-mêmes, présenté par le Rapporteur spécial, M. Enrique Bernales Ballesteros, conformément à la résolution 2000/3 de la Commission des droits de l'homme, E/CN.4/2001/19*, 11 January.
- Ballesteros, Enrique Bernales (2003). *Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination, submitted by Mr. Enrique Bernales Ballesteros, Special Rapporteur, pursuant to Commission resolution 2002/5, E/CN.4/2003/16*, 29-November.
- Barber, Martin (1999). "Private Security Companies and Humanitarian Assistance". *Wilton Park Conference*, pp. 35-36.
- Barbosa, António S. Pinto (1997). *Economia Pública*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Bayley, David; Clifford Shearing (1996). "The Future of Policing". *Law & Society Review* n.º3, pp. 585-606.

- Bayley, David; Clifford Shearing (2001). *The New Structure of Policing*. Washington, DC: National Institute of Justice, Research Report.
- Berndtsson, Joakim (2001). *The Future of Peacekeeping or 'Corporate Dogs of War'?*. Göteborg: Göteborgs Universitet.
- Bigo, Didier (ed.) (2004). *Cultures & Conflicts*. Paris: L'Harmattan n.º 52.
- Blaug, Mark (1994). *A Metodologia da Economia*. Lisboa: Gradiva.
- Bourge, Christian (2003). "Analysis: Mercenary as Future Peacekeeper?". *United Press International*, 25 August 18:36.
- Brauer, Jurgen (1999). "An Economic Perspective on Mercenaries, Military Companies, and the Privatization of Force". *Cambridge Review of International Affairs* n.º1, pp. 130-146.
- Bronson, Rachel (2002). "When Soldiers Become Cops". *Foreign Affairs* n.º6, pp. 122-132.
- Brooks, Doug (2002a). "Private Military Service Providers: Africa's Welcome Pariahs". *Nouveaux Mondes* n.º10, pp. 69-86.
- Brooks, Doug (2002b). "Protecting People: the PMC Potential. Comments and Suggestions for the UK Green Paper on Regulating Private Military Services". *International Peace Operations Association*. Alexandria: VA, 25 July.
- Brown, Michael e Richard Rosecrance (1999). *The Costs of Conflict*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- Bures, Oldrich (2005). "Private Military Companies: A Second Best Peacekeeping Option?". *International Peacekeeping* n.º4, pp. 533-546.
- Buzan, Barry (1987). *An Introduction to Strategic Studies. Military Technology and International Relations*. London: MacMillan.
- Buzan, Barry (1991). *People, States, and Fear*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Buzan, Barry; Ole Waever e Jaap de Wilde (1998). *Security. A New Framework of Analysis*. London: Lynne Rienner.
- Caetano, Marcello (2003). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional - Tomo I*. Coimbra: Almedina.
- Chapleau, Philippe (2006). *Les Mercenaires. De l'Antiquité a nos Jours*. Paris: Éditions Ouest-France.
- Chatterjee, Pratap (1997). "Mercenary Armies and Mineral Wealth". *Covert Action Quarterly* n.º3.
- Cilliers, Jakkie e Douglas Fraser (eds.) (1999). *Profit and Plunder: The Privatization of War and Security in Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies.
- Claassen, Rutger (2009). "The useful myth of state security: Reflections on the state's special role in security provision". *Res Publica* n.º1.

- Clément, E.; Demouque, C.; Hansen-Love, L. e Kahn, P. (1999) *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Terramar.
- Cline, Ray S. (1980). *World Power Trends and U.S. Foreign Policy for the 1980s*. Boulder: Westview Press.
- Coase, Ronald (1960). "The Problem of Social Cost". *The Journal of Law and Economics* n°3, pp.1-44.
- Creehan, Sean (2002). "Soldiers of Fortune 500 International Mercenaries". *Harvard International Review*, Winter.
- Cummins, Henry (2002). *Perception and Profit: Understanding Commercial Military and Security Service Provision*. University of Birmingham, Discussion Paper, 24 June.
- Davis, James R. (2000) *Fortune's Warriors. Private Armies and the New World Order*. Vancouver: Douglas & McIntyre.
- Deen, Thalif (1997) "Disarmament: UN Alarm over Increase in Mercenaries". *World News-Inter Press Service*, 16 March.
- Den Boer, Monica e Emile Kolthoff (eds.) (2010). *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing.
- Den Boer, Monica e Emile Kolthoff (2010). "Introduction", in Boer e Kolthoff (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 11-14.
- Douglas, Ian (1999). "Fighting for Diamonds—PMC in Sierra Leone", in Cilliers e Fraser (eds.), *Profit and Plunder: The Privatization of War and Security in Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, pp. 175-200.
- Drucker, Peter (1997). "Introduction. Toward the New Organization", in Hesselbein, Goldsmith Beckhard (eds.), *The Organization of the Future*. San Francisco: Jossey Bass Publishers, pp. 1-5.
- ECORYS (2011). *Study on Pre-commercial Procurement in the Field of Security*. Final Report ENTR/09/050, November.
- European Security Research & Innovation Forum-ESRIF (2009). *Final Report*. December.
- Fabricius, Peter (2000). "Private Security Firms Can End Africa's Wars Cheaply". *Saturday Star* (Johannesburg), 23 September.
- Fawcett, Bill (ed.) (1999). *MERCS. True Stories of Mercenaries in Action*. New York: Avon Books.
- Fidler, Stephen e Thomas Catán (2003). "The Jobs of War". *FT.com*, 10 August.
- Fitzsimmons, Scott (2009). "A Rational-constructivist Explanation for the Evolution and Decline of the Norm against Mercenarism". *Journal of Military and Strategic Studies* n°4, pp. 2-32.
- Forsyth, Frederick (2000). "Send in the Mercenaries". *Wall Street Journal*, 15 May.
- Garland, David (1996). "The Limits of the Sovereign State. Strategies of Crime Control in

- Contemporary Society". *British Journal of Criminology* n.º4, pp. 445-471.
- Gramsci, Antonio (1919). "El Estado y el Socialismo". *L'Ordine Nuovo*, 5 Jul.
- Harker, John (1998). "Private Power, Public Insecurity". *Ploughshares Monitor*, September.
- Hartley, Keith e Todd Sandler (eds.) (1995). *Handbook of Defense Economics*. Amsterdam: Elsevier Science.
- Hasham, Mariyam (2003). "Executive Outcomes: An Unconventional Army". *British Army Review* nº132.
- Held, David e Anthony McGrew (2007). *Globalization/Anti-Globalization*. Cambridge: Polity Press.
- Herz, John (1951). *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hitch, Charles e Roland McKean (1986). *The Economics of Defense in the Nuclear Age*. Harvard: Harvard University Press.
- Hobbes, Thomas (1968). *Leviathan*. Baltimore: Penguin.
- Hobsbawn, Eric (2010). *Globalization, Democracy, and Terrorism*. London: Abacus.
- Hoogenboom, Bob (2010). "The Jack Bauer Culture: Imbalance between Publicity, Privacy and Secrecy", in Boer, Kolthoff (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 85-109.
- Horn, Jessica (2011). "The security sector: an awkward space for engagement". *Open Democracy*, 25-May, <http://www.opendemocracy.net/5050/jessica-horn/security-sector-awkward-space-for-engagement>.
- House of Commons-HC (2002). *Private Military Companies: Options for Regulation*, HC 577. London: The Stationery Office, February.
- Huberts, Leo (2010) "Grand, Elite and Street-level Ethics and Integrity in the Security Sector: A Theoretical Framework", in Boer e Kolthoff (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 189-206.
- International Commission on Intervention and State Sovereignty - ICISS (2001). *The Responsibility To Protect*. Ottawa: ICISS.
- International Alert-IA (2001a). *Written Statement to UNCHR*, E/CN.4/2001/NGO/174, 12 March.
- International Alert - IA (2001b). *The Politicisation of Humanitarian Action and Staff Security*. Boston: International Workshop, 23-24 April.
- International Consortium of Investigative Journalists - ICIJ (2002a). *Privatizing Combat, the New World Order*. The Center for Public Integrity.
- International Consortium of Investigative Journalists - ICIJ (2002b). *Marketing the New 'Dogs of War'*. The Center for Public Integrity.

- Isenberg, David (1997). *Soldiers of Fortune Ltd - A Profile of Today's Private Sector Corporate Mercenary Firms*. Washington: Center for Defense Information, November.
- Isenberg, David (1999). "Have Lawyer, Accountant, and Guns, Will Fight: The New, Post-Cold War Mercenaries". *International Studies Association Convention "Getting Guns of the Streets of the Global Village Panel"*, 19 February.
- Isenberg, David (2000). "Combat for Sale: The New, Post-Cold War Mercenaries". *USA Today*, 01 March, pp. 12-16.
- Jervis, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Joh, Elizabeth (2004). "The Paradox of Private Policing". *The Journal of Criminal Law & Criminology* n.º1, pp. 49-131.
- Jones, Trevor e Tim Newburn (2002). "The Transformation of Policing?". *British Journal of Criminology*, pp. 129-146.
- Kant, Immanuel (1995). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70.
- Keegan, John (1998). "Private Armies Are a Far Cry From the Sixties Dogs of War". *UK News*, 13 May.
- Kelly, Jack (2000a). "Safety at a Price: Security is a booming, sophisticated, global business". *Post-Gazette National Bureau*, 13 February.
- Kelly, Jack (2000b). "Safety at a Price: Military Expertise for Sale or Rent". *Post-Gazette National Bureau*, 15 February.
- Kolthoff, Emile (2010). "The Importance of Integrity in the Security Profession: Bringing in Human Rights", in Boer e Kolthoff (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 39-55.
- Kowalski, Mateus (2009). "As Empresas Militares Privadas". *Nação e Defesa* n.º 124, pp. 259-277.
- Krahmann, Elke (2003). "Controlling Private Military Companies: The United Kingdom and Germany", *International Studies Association Conference*. Portland, Or; March.
- Krahmann, Elke (2009). *Private Security Companies and the State Monopoly on Violence: A Case of Norm Change?*. Peace Research Institute Frankfurt, PRIF-Reports No. 88.
- Krasner, Stephen (ed.) (1982). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Krasner, Stephen (1982). "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables", in Krasner (ed.), *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 1-21.
- Krugman, Paul e Maurice Obstfeld (1997). *International Economics: Theory and Policy*. New York: Addison-Wesley.
- Leander, Anna (2002). *Global Ungovernance: Mercenaries and the Control over Violence*. Copenha-

- gen: Copenhagen Peace and Research Institute, Working Paper n.º4.
- Leander, Anna (2003). *The Commodification of Violence, Private Military Companies, and African States*. Copenhagen: Copenhagen Peace and Research Institute, Working Paper n.º11.
- Leander, Anna (2005). "The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies". *Millennium - Journal of International Studies* n.º3, pp. 803-826.
- Leander, Anna (2006). *Eroding State Authority? Private Military Companies and the Legitimate Use of Force*, Roma: Rubbettino Editore.
- Lewis, Paul (1998). "It's Not Just Governments that Make War and Peace Now". *The New York Times*, 28 November.
- Lilly, Damian (1998). *From Mercenaries to Private Security Companies: Options for Future Policy Research*. London: International Alert, November.
- Lilly, Damian (2000a). *The Privatization of Security and Peacebuilding*. London: International Alert, September.
- Lilly, Damian (2000b). "The Privatization of Peacekeeping: Prospects and Realities". *Disarmament Forum* n.º3, pp. 53-62.
- Lilly, Damian (2002). *Regulating Private Military Companies: The Need for a Multidimensional Approach*. London: International Alert, 24 June.
- Loader, Ian e Neil Walker (2001). "Policing as a Public Good: Reconstituting the Connections between Policing and the State". *Theoretical Criminology*, pp. 9-35.
- Machiavelli, Nicolò (1996). *El Príncipe*. Madrid: Alba.
- MacIntyre, Alasdair (2001). *Tras la Virtud*. Barcelona: Critica.
- Magalhães, Ana (2005). "As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU". *Nação e Defesa* n.º 111, pp. 155-174.
- Mandel, Robert (2001). "The Privatization of Security". *Armed Forces and Society* n.º1, pp. 129-151.
- Marguin, Jean (2000). "La Privatisation des forces armées: une évolution inéluctable?". *L'Armement*, n.º69, pp. 144-150.
- Markusen, Ann (2003). "The Case Against Privatizing National Security". *Governance* n.º4, pp. 471-501.
- Marx, Gary (1987). "The Interweaving of Public and Private Police Undercover Work", in Shearing e Stenning (eds.), *Private Policing*. London: Sage Publications, pp. 172-93.
- Mateus, Abel e Margarida Mateus (2002). *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. Lisboa: Verbo.
- Matos, Luís Salgado (2008). *Como Evitar Golpes Militares*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mbogo, Stephen (2000). "Mercenaries? No, PMCs". *West Africa*, 18 September.

- Mbogo, Stephen (2001). "Mercenary Report Card – A New Study of PMC Takes on Tough Questions". *Toward Freedom*, February.
- Micklethwait, Brian (1982). *In Praise of Mercenaries*. Libertarian Alliance, Political Notes n.º 11.
- Mora, José Ferrater (1977). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Edições D. Quixote.
- Moreira, Adriano (2000). "Situação Internacional portuguesa" *Análise Social*, n.º154-155, pp. 315-326.
- Moreira, Adriano (2009). "A Privatização da Guerra". *Revista da História das Ideias*, vol. 30.
- Moreira, José Manuel (1999). *A Contas com a Ética Empresarial*. Cascais: Principia.
- O'Brien, Kevin (2002). *PMC—Options for Regulation*. Cambridge: RAND Europe.
- Olsson, Christian (2004). "Vrai procès et faux débats: perspectives critiques sur les argumentaires de légitimation des entreprises de coercition para-privées", in Bigo *et al.* (eds.), *Cultures & Conflicts*. Paris: L'Harmattan, pp. 11-47.
- Pattison, James (2008). "Just War Theory and the Privatization of Military Force". *Ethics and International Affairs* n.º2, pp. 143-162.
- Pattison, James (2010). "Deeper Objections to the Privatization of Military Force". *Journal of Political Philosophy* n.º 4, pp. 425-447.
- Paulo, Jorge Silva (2003). "Custo de Oportunidade-Peso do Serviço Militar Obrigatório". *Economia Pura* n.º 58, pp. 76-78.
- Paulo, Jorge Silva (2005). "Empresas Militares". *Nação e Defesa* n.º 111, pp. 113-154.
- Peres, Shimon (2006). *The Current Conflict in the Middle East*. Council of Foreign Relations http://www.cfr.org/publication/11213/current_conflict_in_the_middle_east_rush_transcript_federal_news_service_inc.html?breadcrumb=%2Feducators%2Fmodules%3Fgroupby%3D1%26page%3D2.
- Prado, José Luis Gomez del (2008). "Private Military and Security Companies and the UN Working Group on the Use of Mercenaries". *Journal of Conflict and Security Law* n.º 3, pp. 429-450.
- Prado, José Luis Gomez del (2010). "The Privatization of War: Mercenaries, Private Military and Security Companies (PMSC). Beyond the WikiLeaks Files". *Global Research*, 08-Nov <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=21826>.
- Rapoport, Anatol (1974). *Conflict in Man-Made Environment*. London: Penguin.
- Raz, Joseph (1986). *The Morality of Freedom*. Oxford: Clarendon Press.
- Ribeiro, José Bonifácio e José da Silva (1963). *Compêndio de Filosofia*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Sandline International (1998a). *PMC – Independent or Regulated*. London: SI, July.
- Sandline International (1998b). *Should the Activities of PMC Be Transparent?.* London: SI, Sep-

tember.

- Santos, José Alberto Loureiro dos (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Santos, Victor Marques dos (2001). "A Privatização da Violência Legítima". *Nação e Defesa* n.º 98, pp. 87-113.
- Schelling, Thomas (1966). *Arms and Influence*. New Jersey: Yale University Press.
- Schulhofer-Wohl, Jonah (2000). "Should We Privatize The Peacekeeping?". *The Washington Post*, 12 May.
- Scot, Alex (1996). *Strategies for Change*. London: Pitman Publishing.
- Selber, Jesse e Kebba Jobarteh (2002). "From Enemy to Peacemaker: The Role of Private Military Companies in Sub-Saharan Africa". *Medicine & Global Survival* n.º 2.
- Shearer, David (1998) *Private Armies and Military Intervention*. London: IISS, Adelphi Paper n.º316.
- Shearer, David (2001) "Privatising Protection". *The World Today*, August/September.
- Sheppard, Simon (1998) "Foot Soldiers of the New World Order: The Rise of the Corporate Military". *New Left Review*, March/April.
- Sidos, François-Xavier (2003). "Mercenaire, Espèce en Voie de Disparition?". *Défense Nationale*, Avril.
- Silverstein, Ken (1997). "Privatizing War. How Affairs of State Are Outsourced to Corporations Beyond Public Control". *The Nation*, 28 July.
- Singer, Peter (2001). "Corporate Warriors: The Rise and Ramifications of the Privatized Military Industry". *International Security* n.º3.
- Singer, Peter (2003). *Corporate Warriors—The Rise of the Privatized Military Industry*. Ithaca: Cornell University Press.
- Smith, Eugene (2002). "The New Condottieri and US Policy: The Privatization of Conflict and Its Implications". *Parameters* n.º4, pp. 104-119.
- Spear, Joanna (2006). *Market Forces. The Political Economy of Private Military Companies*. Oslo: Fafo, New Security Program-Fafo Report 531.
- Spicer, Tim (1999). *An Unorthodox Soldier*. Edinburgh: Mainstream Publishing Company Ltd.
- The Economist (2002). "Mercenaries. Mad Mike Comes in from the Cold", 16 February, pp. 21-23.
- Van Buuren, Jelle (2010). "Private Security Ethics: Reintroducing Public Values", in Boer e Kolthoff, (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 165-187.
- Vaux, Tony; Chris Seiple, Greg Nakano e Koenraad Van Brabant (2001). *Humanitarian Action*

and Private Security Companies. London: International Alert, April.

Verweij, Desiree (2010). "Military Ethics: a Contradiction in Terms?", in Boer e Kolthoff (eds.), *Ethics and Security*. The Hague: Eleven International Publishing, pp. 121-139.

Waltz, Kenneth (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Warner, John e Beth Asch (1995). "The Economics of Military Manpower", in Hartley e Sandler (eds.), *Handbook of Defense Economics*. Amsterdam: Elsevier Science, pp. 347-398.

Weber, Max (1995). *Économie et Société*. Paris: Pocket.

Weber, Max (2000). *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge : Cambridge University Press.

Zarate, Juan Carlos (1998). "The Emergence of a New Dog of War: Private International Security Companies, International Law, and the New World Disorder". *Stanford Journal of International Law* n.º 34, pp. 75-162.

REVISTA NAÇÃO E DEFESA

Números temáticos publicados

1998	84	Inverno	Uma Nova NATO numa Nova Europa
	85	Primavera	Portugal e o Desafio Europeu
	86	Verão	O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro
	87	Outono	O Estado em Mudança
1999	88	Inverno	Mulheres nas Forças Armadas
	89	Primavera	Portugal na NATO: 1949-1999
	90	Verão	Economia & Defesa
	91	Outono	Operações de Paz
2000	92	Inverno	Portugal e as Operações de Paz na Bósnia
	93	Primavera	Novos Rumos da Educação para a Cidadania
	94	Verão	Democracia e Forças Armadas
	95/96	Outono-Inverno	Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz
2001	97	Primavera	Nova Ordem Jurídica Internacional
	98	Verão	Forças Armadas em Mudança
	99	Outono	Segurança para o Século XXI
	100	Inverno	De Maastricht a Nova Iorque
2002	101	Primavera	Europa e o Mediterrâneo
	102	Verão	Repensar a NATO
	103	Outono-Inverno	Novos Desafios à Segurança Europeia
	Extra	Dezembro	Cooperação Regional e a Segurança no Mediterrâneo (C4)
2003	104	Primavera	Evolução das Nações Unidas
	Extra	Abril	A Revolução nos Assuntos Militares
	105	Verão	Soberania e Intervenções Militares
	106	Outono-Inverno	A Nova Carta do Poder Mundial
2004	107	Primavera	Forças Armadas e Sociedade. Continuidade e Mudança
	Extra	Julho	Educação da Juventude. Carácter, Liderança e Cidadania
	108	Verão	Portugal e o Mar
	109	Outono-Inverno	Segurança Internacional & Outros Ensaios
2005	110	Primavera	Teoria das Relações Internacionais
	111	Verão	Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido
	112	Outono-Inverno	Número não Temático
2006	113	Primavera	Número não Temático
	114	Verão	Segurança na África Subsariana
	115	Outono-Inverno	Portugal na Europa Vinte Anos Depois

2007	116	Primavera	Número não Temático
	117	Verão	Número não Temático
	118	Outono-Inverno	Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus
2008	119	Primavera	Transição Democrática no Mediterrâneo
	120	Verão	Número não Temático
	121	Outono-Inverno	Estudos sobre o Médio Oriente
2009	122	Primavera	O Mar no Pensamento Estratégico Nacional
	123	Verão	Portugal e a Aliança Atlântica
	124	Outono-Inverno	Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO
2010	125	Primavera	Visões Globais para a Defesa
	126		O Conceito Estratégico da NATO
	127		Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia
2011	128		O Mar no Espaço da CPLP
	129		Gestão de Crises
	130		Afeganistão
2012	131		Segurança em África
	132		Segurança no Mediterrâneo
	133		Cibersegurança
2013	134		Ásia-Pacífico
	135		Conselho de Segurança da ONU
	136		Estratégia
2014	137		Reflexões sobre a Europa
	138		Brasil

Política Editorial

Nação e Defesa é uma publicação periódica do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, *Nação e Defesa* propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com as problemáticas de segurança mais recentes.

A Revista dá atenção especial ao caso português, sendo um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

Editorial Policy

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a journal edited by the portuguese National Defence Institute and focused on security and defense issues both at a national and international level. Thus, *Nação e Defesa* aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views concerning the various paradigms and theoretical approaches relevant to security and defence.

The journal pays special attention to the portuguese situation, being a space for reflection and debate over the broad choices that Portugal faces in terms of security and defence, as well as other international security issues with potential impact over the portuguese interests.

NORMAS DE COLABORAÇÃO

O artigo proposto para publicação deverá ser enviado via correio eletrónico para idn.publicacoes@defesa.pt

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 30.000 a 50.000 caracteres (espaços incluídos) em Word for Windows.
- Ser acompanhado de um resumo em português e em inglês (até 1000 caracteres cada).
- Ser redigido de acordo com a norma de Harvard disponível em <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista *Nação e Defesa*.

A revista *Nação e Defesa* poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respetiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores (150 € por artigo) será efetuado por transferência bancária até 30 dias após a edição da revista. Cada autor receberá três exemplares da revista na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Coordenador Editorial da *Nação e Defesa*.

PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent by email to idn.publicacoes@defesa.pt

The text should obey to certain requirements:

- It should have between 30.000 and 50.000 characters (spaces included), and must be presented as a Microsoft Word document.
- The author should provide an abstract of the article (until 1000 characters).
- Written according to the Harvard reference system available at <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form (<http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>), so its submission is compulsory.

The magazine's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this magazine depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (150 €) will be paid by bank transfer up to 30 days after the article's publication. Three issues of the magazine will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned in these Norms should be presented to the Editorial Coordinator of *Nação e Defesa*.



NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Nome/Name _____

Morada/Address _____

Localidade/City _____

Cód. Postal/Zip _____

_____ NIF _____

Country _____

E-mail _____

Tel./Phone _____

Renovação/Renewal – Assin. nº/Subscrip. nr. _____

Nova assinatura/New subscription

Assinatura/Signature _____

Data/Date _____

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Caíada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa
PORTUGAL

Assinatura Anual/Annual Subscription (3 nºs /issues)

Instituições/Institutions 40,00 €

Individuais/Individuals 25,00 €

Estudantes/Students 20,00 € (anexar comprovativo deste ano)

Números Anteriores/Previous Issues – 8,50€ cada/each + portes/
/postage charges

Pré-Pagamento/Prepayment

Numerário

Cheque nº _____ Banco _____ à ordem do IDN

Transferência Bancária NIB 0781 0112 0000 000 7777 20
(anexar comprovativo da Transferência)

Bank Transfer (compulsory for foreign subscriptions)

IBAN – PT50 0781.0112 0000 000 7777 20

BIC (SWIFT) – IGCPTPL

www.idn.gov.pt
idn.publicacoes@defesa.pt
tel. + 351 21 392 46 00 Fax + 351 21 392 46 58

EXTRA DOSSIÊ

FERNANDO COSTA BREVE ANÁLISE DE ELEMENTOS GEOPOLÍTICOS E DE GEOESTRATÉGIA NAS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS DE 1933 E 1976
MARISA FERNANDES O CONCEITO DE ESTRATÉGIA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL: ABORDAGEM AO CASO ALEMÃO
JORGE SILVA PAULO SEGURANÇA: TÉCNICA OU ÉTICA? O CASO DAS EMPRESAS MILITARES

